UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM

ALINE GODOY-VIEIRA

FUNDAMENTAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO DA TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE COLETIVA: UMA ABORDAGEM MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA

São Paulo
2021

ALINE GODOY-VIEIRA

FUNDAMENTAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO DA TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE COLETIVA: UMA ABORDAGEM MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA

Versão corrigida da tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências

Área de concentração: Enfermagem em Saúde Coletiva

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Cássia Baldini Soares

Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Ana Paula Serrata Malfitano

VERSÃO CORRIGIDA

A versão original encontra-se disponível na Biblioteca Wanda de Aguiar Horta, da Universidade de São Paulo e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo.

São Paulo

2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura: _____ Data:___/____/___

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca "Wanda de Aguiar Horta"

Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Godoy-Vieira, Aline
Fundamentação do processo de trabalho da terapia ocupacional em saúde coletiva: uma abordagem materialista histórico-dialética / Aline Godoy-Vieira. São Paulo, 2021.
242 p.

Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Cássia Baldini Soares
Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Ana Paula Serrata Malfitano
Área de concentração: Enfermagem em Saúde Coletiva

1. Saúde ocupacional. 2. Saúde pública. 3. Terapia ocupacional. 4. Determinantes sociais da saúde. 5. Enfermagem. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Gulin Longhi (CRB-8: 7257)

Folha de Aprovação de Doutorado

Nome: Aline Godoy-Vieira

Título: Fundamentação do processo de trabalho da terapia ocupacional em saúde coletiva: uma abordagem materialista histórico-dialética.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora

Orientadora:
Profa. Dra. Cássia Baldini Soares
Instituição: Universidade de São Paulo Assinatura: _____

Coorientadora:
Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano
Instituição: Universidade Federal de São Carlos Assinatura: _____

Profa. Dra. Roseli Esquerdo Lopes
Instituição: Universidade Federal de São Carlos
Julgamento: Aprovada Assinatura:_____

Profa. Dra. Sandra Maria Galheigo
Instituição: Universidade de São Paulo
Julgamento: Aprovada Assinatura:_____

Profa. Dra. Célia Maria Sivalli Campos
Instituição: Universidade de São Paulo
Julgamento: Aprovada Assinatura:_____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas e todos terapeutas ocupacionais com minha sincera admiração pela força revolucionária da artesania que invariavelmente colocam em movimento todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Inicio este agradecimento lembrando de meus antepassados e antepassadas, que fizeram escolhas, habitaram contradições e, em sua história, produziram as condições para que eu estivesse aqui, neste momento, fazendo o que faço. Nomeio meus avós, como representação das linhagens: meu avô José Fernandes Vieira e minha avó Madalena Crepker Vieira, meu avô Jorge Godoy (em memória) e minha avó Carmen Berbel Godoy.

Aos meus pais, a gratidão pela vida e pela garantia de tudo o que eu precisava para chegar até aqui. Do mais básico alimento ao mais complexo apoio nos momentos mais difíceis. À minha mãe, especialmente pela desobediência a qualquer regra sem sentido. Com ela eu aprendi também a cuidar com presença sincera. Ao meu pai, agradeço especialmente por me oferecer o mundo para produzir o que vislumbro, não havia limites para a nossa criatividade e curiosidade, na infância. Ao meu irmão, a gratidão pela parceria e por tudo que pudemos sustentar juntos.

Ao Eric, meu agradecimento profundo. Este trabalho só pôde ser terminado porque ele realizou a feitura do alimento, a limpeza da casa, os cuidados com nossa filha, as saídas em tempos pandêmicos. Ele também sustentou a ansiedade e as perguntas, os silêncios e a verborragia em meus momentos de criação. Ele fez lindas perguntas e, quando estive preocupada, lembrou-me daquilo que me acalmou e deu confiança para terminar: este doutorado é só o começo.

Sara veio no meio do processo de escrita deste trabalho para ancorar definitivamente meu lugar de mulher neste mundo. Com ela, confirmei o que é e deve ser o amor, o respeito, a entrega profunda de corações que não se fazem metade, mas completos para serem juntos. Agradeço, minha filha, pela sua companhia em todas as oficinas, ainda na barriga, por ser parceira nos momentos em que precisei voltar ao trabalho, por sua confiança em nós e por seu riso luminoso.

Agradeço à Fátima, pela acolhida e partilha da vida, por se fazer tão importante e amada por mim.

À admirada orientadora, Cássia, agradeço com alegria. Há quase 10 anos, com toda a generosidade e o afeto sincero, transparente, ela me acompanha e me ensina tanto, tanto. Em Cássia me espelho para ser professora, para ser pesquisadora, para ser trabalhadora

comprometida com a construção do mundo em que queremos viver. Graças a ela, em diálogo profundamente respeitoso com meus pensamentos, perguntas e palavras, segui confiante na investigação e na escrita. Sou fruto de seu trabalho e, com orgulho que não cabe em mim, celebro ter tido a chance de compartilhar um tanto de sua caminhada.

Agradeço à querida coorientadora Ana, que generosamente aceitou trabalhar conosco, no avançar da pesquisa, já na qualificação. Sua disponibilidade, respeito e crítica honestamente rigorosa foram primordiais para colocar meus pés no chão. Ana me ensinou, com muito afeto, como honrar as que vieram antes, a dialogar com quem está ao lado, a preparar caminho para quem vem adiante.

À professora Célia Campos, um agradecimento especial pela parceria, escuta e linda presença, sempre disponível. Admiro e agradeço profundamente por ensinar tanto.

Às componentes da banca de qualificação, agradeço por sua leitura e discussão que permitiram que o trabalho estivesse pronto para seguir: Célia Maria Sivalli Campos, Ana Paula Serrata Malfitano, Lara de Paula Eduardo.

Agradeço a todas as professoras da TO USP, que me ensinaram muito, em especial Bel Ghirardi e Beth Lima, que com sua crítica e nitidez de pensamento, acolheram as primeiras perguntas emancipatórias que pude fazer, ainda na graduação. Também às ancestrais terapeutas ocupacionais, que vieram antes de nós e também geraram as condições para que este trabalho pudesse ser produzido.

Às pesquisadoras e pesquisadores internos desta pesquisa, pela parceria e composição genial nas oficinas, obrigada. Este é um fruto do nosso trabalho, de tudo que já pudemos fazer juntos e tudo que ainda faremos! Avante!

Às amigas e amigos, de cafés, conversas, silêncios, socorros, partilhas. Sua presença salva minha vida, por serem testemunhas de quem sou há tanto tempo. Bianca Santana, Simone Rocha, Mariana Di Stella, Samira Rodrigues, Caroline Ykuta, Darlene Cardoso, Pedro Nakamura, Andréia Azevedo, Andreas Rubim, Mariana Caselato, Luciana Cordeiro, Adriana Muller, Eliana Anjos. Amo vocês.

Agradeço à equipe de secretaria do PPGE e do ENS, sempre muito disponíveis e eficientes. À equipe de audiovisual da EEUSP, especialmente ao Serginho, que apoiou em todas as oficinas a organização do espaço e funcionamento dos equipamentos. À equipe de portaria e

segurança da EEUSP, que apoiaram no uso das salas e, nas oficinas que acabavam tarde da noite, cuidaram para que me sentisse segura. Ao Antonio, que com seriedade e entusiasmo contagiante revisou este texto, com cuidado e respeito.

À EEUSP e todo o corpo docente que me acolheu desde 2013, garantindo meu acesso a tudo que seria necessário para realizar meu trajeto como pesquisadora. Meu profundo respeito a essas mulheres e homens, que produzem ciência de qualidade para o país e para o mundo.

À Universidade de São Paulo, por ser lar desde 2003, agradeço profundamente, e a toda a população paulistana, que sustenta tão importante instituição.

À CAPES, que financiou esta pesquisa com a bolsa de doutorado.

Godoy-Vieira A. Fundamentação do processo de trabalho da terapia ocupacional em saúde coletiva: uma abordagem materialista histórico-dialética [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2021.

RESUMO

Introdução: O objeto deste estudo é a fundamentação do processo de trabalho em terapia ocupacional (TO), construída a partir da saúde coletiva latino-americana, filiada ao Materialismo Histórico-Dialético (MHD). A partir de Karl Marx e György Lukács, adotou-se particularmente a inflexão de Ricardo Bruno Mendes-Gonçalves para a saúde. A dimensão ontológica da teoria marxiana permite analisar as atividades humanas como processos de trabalho orientados por um fim, decompondo-os em seus elementos, relacionados entre si dialeticamente. Assim, torna-se possível uma análise pormenorizada de cada prática social, valendo-se das categorias que fundamentam a teoria referida. **Objetivos:** Compreender e sistematizar o processo de trabalho em TO no setor saúde, de acordo com o referencial da saúde coletiva latino-americana, fundada no MHD, além de sistematizar processo de construção coletiva de conhecimento sobre as práticas, como ferramenta de fortalecimento de trabalhadores em TO. **Método:** Pesquisa-ação emancipatória, com os eixos: a participação radical de todos os envolvidos, que significa compreender os participantes como pesquisadores internos em relação horizontal com os externos; a construção dialética de conhecimento, em diálogo entre realidade e teoria, experiência individual e determinações coletivas dos fenômenos analisados; e a transformação social, no sentido da superação do capitalismo. Foram realizadas dez oficinas emancipatórias, com dez terapeutas ocupacionais e análise da produção coletiva durante o percurso. Incorporou-se a categoria mediações como elemento metodológico de análise da totalidade social, com base em José Paulo Netto, Reinaldo Pontes e István Mészáros. **Resultados:** A pesquisa indica a atividade humana como objeto do processo de trabalho em TO, definida nos termos da categoria trabalho no referencial do MHD, que determina seu caráter dinâmico e complexo na mediação que realiza no cotidiano dos sujeitos. A contribuição singular da profissão para o trabalho emancipatório coletivo foi identificada como análise emancipatória das atividades humanas, através dos elementos dos processos de trabalho que as compõem e sua dialética. Identificou-se o produto final do trabalho em TO como a participação radical dos sujeitos acompanhados, reconhecidos como membros de uma classe social e ontologicamente coletivos, em sua singularidade, bem como considerando os impactos de suas relações sociais. Como ferramentas da prática, foram identificados quatro elementos metodológicos: a análise emancipatória da atividade humana, a proposição emancipatória de atividades, a operacionalização da participação radical e a intervenção sobre o tecido social. Compreendeu-se o cotidiano como o meio em que o processo de trabalho se estabelece, complexo da reprodução social, que é política e histórica. **Conclusões:** O diálogo entre a saúde coletiva latino-americana e a TO social reconhece a chamada questão social como parte do objeto de ambas, o que denota uma radicalidade em comum: a da assunção do papel emancipatório do trabalho coletivo. Defende-se que a especificidade da prática em TO no setor saúde está relacionada à análise emancipatória da complexidade de operacionalização da práxis social e seus impactos na determinação social da saúde. Análise e intervenção, ambas fundadas na dialética entre atividade humana e cotidiano, concretizado na participação radical dos sujeitos envolvidos, potencializam a composição da práxis revolucionária coletiva que, no horizonte da utopia concreta, gerará os meios para produzir uma nova sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Coletiva. Terapia Ocupacional. Determinação Social da Saúde. Atividades Humanas. Formação Profissional/Enfermagem.

Godoy-Vieira A. Working process foundations of occupational therapy practice in health: a dialectical historical materialistic approach [thesis]. São Paulo: School of Nursing, University of São Paulo; 2021.

ABSTRACT

Introduction: The ontological dimension of marxist theory allows the analysis of human activities as working processes oriented by an intention, by decomposing them into its elements that relate to each other dialectically. This thesis studied the foundations of occupational therapy (OT) working process, based on Latin-American collective health affiliated with Dialectical Historical Materialism (DHM). Based on Karl Marx and György Lukács, it was adopted Ricardo Bruno Mendes-Gonçalves inflections for health field of practices. It is proposed that detailed analysis of every social practice is possible, based on the categories of the referred theory. **Objectives**: To understand and systematize the working process in OT in the health field, based on the Latin American collective health framework, founded on the DHM, and to systematize the methodological process of collective construction of knowledge about OT practices, as a tool for strengthening workers. **Method**: Emancipatory action research, comprising as main elements: the radical participation of all those involved, which means understanding the participants as internal researchers in a horizontal relationship with the external researchers; the dialectical development of knowledge, in a dialogue between reality and theory, individual experience and collective determinations of the analyzed phenomena; and social transformation, meaning the seek for overcoming capitalism. Ten emancipatory workshops were held, with ten occupational therapists with permanent analysis of collective production along the way. The theoretical category mediations was incorporated as a methodological element for the analysis of social totality, based on José Paulo Netto, Reinaldo Pontes and István Mészáros. **Results**: Human activity was identified as the object of the working process in OT, defined by the category work in the DHM theory, which determines its dynamic and complex characteristics in the mediation it performs in the everyday lives of individuals. The emancipatory analysis of human activities, based on the elements of the working processes that compose them and their dialectics were considered the singular contribution of OT to collective emancipatory praxis. The final product of OT practice was identified as the radical participation of the individuals, recognized as members of a social class and ontologically collective individuals, either in their singularity as well as by the impacts of their social relations. As tools of practice, four methodological elements were identified: the emancipatory analysis of human activity, the emancipatory proposition of activities, the operationalization of radical participation and the intervention in the social fabric. Everyday life was understood as the means in which the working process is established, a complex of social reproduction, which is political and historical. **Conclusions**: The dialogue between Latin American collective health and Brazilian social OT recognizes the social issues as part of the object of both, which points to a common radicality in the assumption of the emancipatory role of collective work. OT practice in the health field is related to the emancipatory analysis of the complexity of operationalizing social praxis and its impacts on the social determination of health. Analysis and intervention, both founded on the dialectics between human activity and everyday life, materialized in the radical participation of individuals, enhance the composition of the collective revolutionary praxis that, in the horizon of concrete utopia, will generate the means to produce a new society.

KEYWORDS: Public Health/Collective Health. Occupational Therapy. Social Determination of Health. Professional Training/Nursing.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O Processo Oficineiro..... 55
Quadro 2 – Identificação das Ferramentas..... 59
Quadro 3 – Identificação da Finalidade..... 61
Quadro 4 – Identificação do Objeto e do Produto..... 63
Quadro 5 – Ciclo de Problematização e Síntese sobre a Finalidade da Festa das Crianças na UBS..... 65
Quadro 6 – Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 1..... 68
Quadro 7 – Sujeito do Processo de Trabalho em Terapia Ocupacional..... 70
Quadro 8 – Contribuição da Terapia Ocupacional como Prática Social..... 70
Quadro 9 – Uso do Termo Ocupação no Contexto Brasileiro..... 70
Quadro 10 – Objeto de Trabalho Parcelar de Terapeutas Ocupacionais como Trabalhadores Coletivos..... 70
Quadro 11 – Ferramentas/Definição Técnica de Termos Utilizados na Prática: Tradução daquilo que os Trabalhadores Sentem que Fazem..... 71
Quadro 12 – Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 2..... 75
Quadro 13 – Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 3..... 80
Quadro 14 – Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 4..... 87
Quadro 15 – Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 5..... 98
Quadro 16 – Respostas de Clarice ao Exercício de Análise do Processo de Trabalho em Terapia Ocupacional, Realizado na Oficina 4..... 102
Quadro 17 – Respostas de Neuza ao Exercício de Análise do Processo de Trabalho em Terapia Ocupacional, Realizado na Oficina 4..... 103
Quadro 18 – Respostas de Dandara ao Exercício de Análise do Processo de Trabalho em Terapia Ocupacional, Realizado na Oficina 4..... 104
Quadro 19 – Respostas de Olga ao Exercício de Análise do Processo de Trabalho em Terapia Ocupacional, Realizado na Oficina 4..... 108
Quadro 20 – Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 6..... 109
Quadro 21 – Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 7..... 114
Quadro 22 – Análise da Atividade..... 124
Quadro 23 – Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 8..... 127
Quadro 24 – Descrição da Cena de Clarice..... 128
Quadro 25 – Cena no quadro de análise..... 129
Quadro 26 – Ferramentas da Prática de Clarice..... 129
Quadro 27 – Finalidade da Prática de Clarice..... 130
Quadro 28 – Objeto, Produto e Trabalho em si da Prática de Clarice..... 130
Quadro 29 – Descrição da Cena de Neuza..... 132
Quadro 30 – Ferramentas da Prática de Neuza..... 133
Quadro 31 – Finalidade e Objeto da Prática de Neuza..... 133
Quadro 32 – Trabalho em si da Prática de Neuza..... 134

Quadro 33 – Descrição da Cena de Daniel..... 135
Quadro 34 – Ferramentas da Prática de Daniel..... 136
Quadro 35 – Finalidade, Objeto, Produto e Trabalho em si da Prática de Daniel..... 140
Quadro 36 – Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 9..... 141
Quadro 37 – Elementos do Processo de Trabalho..... 143
Quadro 38 – Análise da Intervenção de Bernardo..... 146
Quadro 39 – Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional..... 147
Quadro 40 – Sistematização Preliminar de alguns Elementos do Processo de Trabalho em Terapia Ocupacional em Saúde Coletiva de Base no MHD..... 148

APRESENTAÇÃO

Sou uma mulher branca latino-americana cisgênero, heteroafetiva de 37 anos, da classe média paulistana. Meu pai, Nilton, filho de um empresário e de uma dona de casa que se envolvia em trabalho voluntário de assistência social, família de classe média alta do interior paulista. Minha mãe, Berbel, filha de um relojoeiro e uma costureira, de classe média baixa, também do interior paulista. Meus pais se relacionaram sem realizar um casamento formal, vivendo juntos e nos criando, a mim e meu irmão mais novo, por 15 anos, quando se separaram, mas mantiveram enorme presença conosco. Minha educação sempre foi cheia de criatividade, com muitos materiais e incentivos de meu pai, acompanhamento próximo e confiante de minha mãe. Desde muito cedo acompanhei a participação social deles, principalmente em movimentos sindicais. Com 12 anos, li A Revolução dos Bichos, de George Orwell, livro que me marcou, por começar a instigar perguntas sobre a desigualdade, a exploração e a forma como elas se instalam nas relações, sendo naturalizadas por meio de estratégias ideológicas.

Desde a infância, eu inventava formas e propunha papéis para as outras crianças serem incluídas na brincadeira (nem sempre tão democraticamente) e dizia que queria ser professora de artes, arquiteta e escritora. Cresci e, desse lugar social, estudei o ensino médio no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (LAOSP 1999-2001), o curso de Desenho de Construção Civil, onde encontrei estudantes de toda a cidade, em uma diversidade grande de classes sociais, raças e gêneros, resultado de um processo de acesso via vestibular para uma escola gratuita e de qualidade. Ali fiz minha primeira greve, compondo o grêmio acadêmico, na resistência à privatização da instituição, que foi adiada, porém realizada alguns anos depois, como se faz no contexto neoliberal em que vivemos.

Escolhi estudar Terapia Ocupacional (USP 2003-2007) e tive condições de acessar a Universidade de São Paulo, após estudar um ano em um cursinho pré-vestibular. O que eu buscava era me conectar com as possibilidades de inventar formas de todas e todos existirem com potência criativa no mundo. Na USP, fui membro de três gestões do Centro Acadêmico, participando de mais algumas greves e do Movimento Nacional de Estudantes de Terapia Ocupacional. Participei do time de futebol, tive uma bolsa de trabalho do sistema de assistência social da universidade, em que, por meio de um projeto do Laboratório PACTO (Arte, Corpo e Terapia Ocupacional), acompanhei crianças em situação de pobreza, em experimentações de saídas pela cidade, articulação de redes de suporte e cuidado em terapia ocupacional individual e familiar.

Ainda na graduação, lembro nitidamente de me sentir incomodada com o papel do terapeuta ocupacional na sociedade capitalista, a partir de uma aula da professora Maria Isabel Garcez Ghirardi e, ao final, perguntei a ela: "Bel, então no final das contas o que a gente está fazendo como terapeutas ocupacionais é incluir as pessoas no capitalismo?". Lembro muito bem de seu silêncio e uma resposta dizendo que sim, em certa medida, mas não sem luta. No mesmo período, em uma aula com a professora Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima, ela nos apresentou uma crítica ao capitalismo por meio da filosofia e, naquele momento, em um encontro com um processo de tomada de consciência, que me lembro ter sido luminoso, entendi que ali estava o caminho que eu teria que seguir para responder à pergunta que fiz à professora Bel.

Escolhi fazer o trabalho de conclusão de curso com Beth e tivemos uma bolsa FAPESP de iniciação científica para o produzir: Investigação teórica acerca das relações entre o modo de vida contemporâneo e o consumo de substâncias psicoativas (Vieira, 2007). Ali realizei uma revisão bibliográfica que me levou a começar a entender como o capitalismo molda as vidas dos indivíduos e como o consumo manifesta a ideologia capitalista no cotidiano. O consumo problemático de drogas se fez relevante para mim, dado que parecia ser a expressão máxima do capitalismo sobre os corpos e as relações de produção. Fiz então uma especialização pela Universidade Federal de São Paulo em Farmacodependências (Unifesp 2008-2009) e fui trabalhar em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (2008-2013).

O trabalho no SUS ensinou muito. As contradições vivas permitiram que eu reconhecesse, em certa medida, uma arrogância característica de "gente bem (recém) formada". Principalmente após uma demissão, forjada institucionalmente pelas ferramentas neoliberais de avaliação de desempenho, após diversas críticas indiretas sobre uma certa politização indesejada da prática. Desse tombo, que foi intenso, reconheci uma identidade tomada pelo trabalho e pela profissão, quando eu não sabia mais me apresentar em nenhum espaço, se não fosse como "a terapeuta ocupacional do CAPS AD". Tive sintomas de ansiedade quando o trem do metrô passava pela estação em que descia até então para trabalhar.

Eu já frequentava, desde 2011, o grupo de pesquisa Fortalecimento e Desgaste no Trabalho e na Vida - Bases para a Intervenção em Saúde Coletiva, da Escola de Enfermagem da USP, e decidi, naquele momento, fazer o mestrado, estudando o processo de trabalho da terapia ocupacional nos CAPS AD. O encontro com Cássia, orientadora principal deste trabalho, foi profundamente fortalecedor e ampliador das minhas possibilidades de ser no mundo. Ela, com muita nitidez e acolhimento, apoiou-me na interpretação de meu processo histórico, na análise dos lugares sociais e históricos que todos ocupamos no capitalismo, além

das formas como o neoliberalismo toma as vidas e as identidades dos trabalhadores. Também, como Bel já apontava, foi Cássia quem me ajudou a enxergar as vias coletivas de luta e transformação possíveis.

O encontro com a obra de Ricardo Bruno Mendes-Gonçalves (2017) foi transformador, um novo salto desde aquela aula da professora Beth, na graduação. O processo de trabalho definido nos termos do Materialismo Histórico-Dialético (MHD) pareceu explicar muito da realidade que eu percebia e detalhar algo que eu reconhecia acontecer toda vez que me punha a acompanhar um sujeito ou um grupo em terapia ocupacional.

No mestrado, aprendi a fazer pesquisa e me aproximei de elementos importantes da prática em terapia ocupacional. Segui me apropriando da teoria e experimentando aplicá-la em toda oportunidade que tive. Ao dar aulas a trabalhadores da atenção primária em saúde do município de São Paulo, pelo programa RedeSampa da Escola Municipal de Saúde de São Paulo (2013-2015), acionava os elementos da educação emancipatória que aprendia com as colegas do grupo de pesquisa. Os encontros com a Saúde Coletiva Latino-Americana, como campo de conhecimentos e práticas, fortaleceram as hipóteses que eu já levantava desde muito cedo e então pude entender que a epistemologia crítica dialoga com as formas como percebo o mundo e intenciono agir sobre ele.

Na sequência, atuei como consultora de políticas públicas de saúde mental no campo da prevenção ao consumo problemático de drogas (2015-2019) no Ministério da Saúde, que me permitiu ampliar a percepção da forma como o processo de produção em saúde acontece no país. Entendi melhor as cadeias de tomada de decisão e o jogo de interesses, principalmente no pós-golpe de derrubada da presidenta Dilma, em 2016, e os impactos disso na orientação daquele trabalho. Durante a estada ali, nos processos de implementação dos programas, incorporei o método das oficinas emancipatórias na composição das formações de educadores de diversas regiões do país e observei inúmeros elementos em comum entre o trabalho em educação e o trabalho em terapia ocupacional.

Desenvolvi, com início em 2012, grupos de estudos autônomos a partir do conhecimento desenvolvido na iniciação científica e, de 2015 em diante, incorporei a eles conteúdos do mestrado. Meu interesse era compartilhar o caminho que trilhava, com outros terapeutas ocupacionais e seguir aprofundando a análise e o desenvolvimento de práticas críticas. Neste processo, aprofundei a forma de fazer perguntas e de investigar elementos cada vez mais densos que explicassem e nomeassem o que fazemos e como fazemos ao realizar as transformações em nosso processo de trabalho.

A partir de 2016, no desenvolvimento e condução dos grupos, propus aprofundamentos no entendimento do Materialismo Histórico-Dialético aplicado às práticas em saúde pelo campo da Saúde Coletiva, produzindo análises conjuntas das ferramentas de trabalho da terapia ocupacional neste âmbito, a partir das práticas que as participantes já realizavam, sob a luz da teoria do processo de trabalho (Mendes-Gonçalves, 2017). Por meio dessa análise, pude observar o fortalecimento das trabalhadoras (em sua totalidade mulheres) no planejamento e avaliação daquilo que faziam, bem como no diálogo com as equipes e na afirmação da direção emancipatória de suas práticas.

O que no início dos encontros costumava se manifestar como sensação, desejo emancipatório, tornava-se intencionalidade por meio dos recursos da educação emancipatória, principal metodologia nos grupos. Então, com nitidez maior sobre essa intencionalidade, munidas de ferramentas de análise do processo de trabalho, a prática que as participantes sentiam como intuitiva e com pouco contorno técnico, passava a ser nomeada tecnicamente.

Ao ter consciência sobre os elementos do processo de trabalho, as terapeutas ocupacionais demonstravam localizar melhor suas ações a partir das finalidades de uma prática crítica, com maior percepção das finalidades (raras vezes emancipatórias) das instituições e equipes com quem trabalhavam. Esse posicionamento expunha e nomeava as contradições, oportunizando seu enfrentamento, bem como identificava mais precisamente a serviço de quê estava cada intervenção.

Essa transformação na relação com o trabalho em terapia ocupacional se fez revolucionária para mim e para elas. Perceptível porque saímos dos encontros fortalecidas e notamos mudanças nas relações, nos produtos do trabalho, na tomada de consciência dos mecanismos opressores e de finalidades controlistas. Também porque percebemos que nos alinhávamos com um objetivo comum consciente e cada vez mais possível, por estar então instrumentalizado, de escrever a história da sociedade em que vivemos.

Em 2017 iniciei a pesquisa que aqui se apresenta, motivada pelos estudos em grupo com terapeutas ocupacionais, pelos efeitos que observava na experiência de educação emancipatória e pelas perguntas que me acompanhavam desde muito jovem. Como apoiar processos de produção da existência que sejam potentes, criativos? Como apoiar terapeutas ocupacionais e outros trabalhadores na afirmação do que fazem, com consciência e intenção? Como compor com o projeto de superação do capitalismo que destrói as vidas e o planeta, a partir daquilo que faço todos os dias?

Assim, para desenvolver a presente tese, propus as oficinas emancipatórias como forma de reproduzir esse processo, sistematizando-o, demonstrando-o com a intenção de

compartilhar formas de avançar na operacionalização das práticas anticapitalistas, antipatriarcalistas, anticolonialistas e antirracistas. O trajeto de acompanhamento de disciplinas ao longo dos anos de pesquisa me muniu de densidade teórica, ao estar próxima dos autores mais rigorosos com quem foi possível encontrar diálogo na universidade. Especialmente os professores Vitor Paro, na Faculdade de Educação; Áquilas Mendes, na Faculdade de Saúde Pública (como estagiária de docência); Marcos Orione e Flávio Batista, na Faculdade de Direito; Célia Campos, na EEUSP; e Francisco Lacaz, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo.

A partir do exame de qualificação, passamos a contar com a rigorosa (do ponto de vista da densidade teórica e compromisso profundo com a verdade) e generosa composição neste trabalho da professora Ana Paula Serrata Malfitano, da Universidade Federal de São Carlos, que fez uma leitura crítica essencial do trabalho, na ocasião do exame de qualificação, e nos apoiou no diálogo com o campo de produção teórica da Terapia Ocupacional no Brasil e no mundo.

A escolha pelo objeto e a metodologia de produção de conhecimento desta pesquisa são fruto do meu processo histórico narrado aqui, a partir da constituição histórica e material de quem eu sou, no encontro com Cássia e Ana. É com alegria e sincero desejo de diálogo que entregamos esta tese com a intenção de contribuir para o debate na construção da práxis revolucionária de superação do modo de produção capitalista.

Este trabalho se inicia com a Introdução, em que apresentamos o contexto da pesquisa, localizando as práticas a serem analisadas, a partir de uma análise crítica da história da Terapia Ocupacional, bem como a proposta geral do trabalho. No capítulo Marco Teórico descrevemos o arcabouço teórico que sustentou a condução da pesquisa, seguido dos Objetivos. No capítulo de Procedimentos Metodológicos, descreve-se as formas como conduzimos as oficinas, com uma demonstração do processo neste ponto do documento, entendendo que, dado o caráter dialético da proposta, demonstrá-lo com resultados da pesquisa se faz didaticamente relevante e apoia a leitura do trabalho adiante.

O capítulo de Resultados foi apresentado na forma de uma narrativa analítica das oficinas emancipatórias realizadas, com análises importantes sobre o objeto de pesquisa, feitas pelas pesquisadoras e pesquisadores internos, que se demonstram na composição do produto que se apresenta adiante, no capítulo de Discussão. Neste, sistematizamos as sínteses produzidas nas oficinas e os elementos dos processos de trabalho analisados, em diálogo com a literatura, na composição de uma análise teórico-metodológica da prática em terapia ocupacional em saúde coletiva de fundamentação materialista histórico-dialética. O capítulo de

Conclusão descreve a conexão entre a intencionalidade e o produto desta tese, aponta limitações e caminhos que conseguimos vislumbrar para seguir a partir desta contribuição.

Desejamos uma ótima leitura, que seja crítica e reflexiva, que permita apropriação daquilo que for relevante, para adiante poder se transformar, compondo coletivamente o caminho da emancipação para todas e todos nós.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 21
1 MARCO TEÓRICO..... 27
1.1 A SAÚDE COLETIVA LATINO-AMERICANA..... 27
1.2 A PRÁTICA EM TERAPIA OCUPACIONAL COMO PROCESSO DE TRABALHO..... 29
1.2.1 O objeto da prática da terapia ocupacional em saúde coletiva: a *atividade humana*..... 30
1.3 ACERCA DOS TERMOS EM TERAPIA OCUPACIONAL..... 33
1.3.1. Uma consideração acerca da categoria práxis 41
2 PRESSUPOSTO E PROPOSTA DE PESQUISA..... 43
3 OBJETIVOS E FINALIDADE..... 46
3.1 OBJETIVOS..... 46
3.2 FINALIDADE..... 46
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... 48
4.1 TIPO DE PESQUISA..... 48
4.2 LOCAL E PARTICIPANTES DO ESTUDO..... 49
4.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS..... 54
4.4 ASPECTOS ÉTICOS..... 67
5 RESULTADOS..... 68
5.1 AS OFICINAS: NARRATIVA ANALÍTICA..... 68
5.1.1 Oficina 1..... 68
5.1.2 Oficina 2..... 75
5.1.3 Oficina 3..... 80
5.1.4 Oficina 4..... 88
5.1.5 Oficina 5..... 98
5.1.6 Oficina 6..... 109
5.1.7 Oficina 7..... 114
5.1.8 Oficina 8..... 127
5.1.9 Oficina 9..... 141
5.1.10 Oficina 10..... 147
6 DISCUSSÃO..... 152
6.1 O OBJETO ATIVIDADE HUMANA E A CONTRIBUIÇÃO SINGULAR DA TERAPIA OCUPACIONAL PARA O TRABALHO COLETIVO EM SAÚDE..... 152
6.1.1 Expressões do objeto atividade humana, ou: o sujeito em atividade..... 153
6.2 SUJEITOS: TERAPEUTAS OCUPACIONAIS E PESSOAS ACOMPANHADAS EM SUA DIMENSÃO COLETIVA..... 154
6.2.1 Nota sobre a subjetividade 160
6.3 FINALIDADE: DA PRODUÇÃO DE SENTIDO À ASSUNÇÃO DA INTENCIONALIDADE NA TRANSFORMAÇÃO DA CONDIÇÃO HUMANA E NA PRODUÇÃO DE HISTÓRIA..... 161
6.4 PRODUTO FINAL: ATIVIDADE HUMANA TRANSFORMADA, OU A PARTICIPAÇÃO RADICAL COMO POTENCIALIDADE DO SUJEITO TRANSFORMADO..... 170
6.4.1 Participação radical e o acesso a direitos sociais como caminho, não como fim..... 177

6.4.2 Expressões do elemento participação radical de acordo com o momento do processo dialético 184
6.5 FERRAMENTAS 186
6.5.1 Análise emancipatória da atividade humana 187
6.5.1.1 A complexidade da análise da composição das necessidades-fins que orientam as atividades humanas 189
6.5.1.2 Expressões do elemento análise emancipatória de atividades de acordo com o momento do processo dialético 195
6.5.2 Proposição emancipatória de atividades 196
6.5.2.1 Expressões do elemento proposição emancipatória de atividades de acordo com o momento do processo dialético 202
6.5.3 Operacionalização da participação radical 203
6.5.3.1 Expressões do elemento operacionalização da participação radical de acordo com o momento do processo dialético 205
6.5.4 Intervenções sobre o tecido social 206
6.5.4.1 Expressões do elemento intervenção sobre o tecido social de acordo com o momento do processo dialético 212
6.6 COTIDIANO: UM COMPLEXO QUE ATUA COMO ZONA DE MEDIAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO 214
CONCLUSÃO 223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 226
APÊNDICE 1 238
ANEXO 1 239

INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é a fundamentação do processo de trabalho em terapia ocupacional, construída a partir da saúde coletiva latino-americana em sua vertente alinhada ao Materialismo Histórico-Dialético (MHD) (Laurell, Noriega, 1989), que se faz contra-hegemônica (Breilh, 2015). A finalidade desta tese é contribuir para a proposição de uma análise teórico-metodológica da prática em terapia ocupacional em saúde coletiva fundamentada no MHD.

No sentido de problematizar, apresenta-se inicialmente uma apreciação crítica da história da profissão, localizando a questão social como parte do objeto da prática em terapia ocupacional.

Os conhecimentos que fundamentam as práticas em terapia ocupacional são profundamente colonizados pela perspectiva dominante dos países desenvolvidos (Galheigo, 2011; Hammell, 2016a; Hammell, Beagan, 2016; Galvaan, 2015), seja pelo processo histórico de constituição da profissão, a partir dos núcleos de formação nos Estados Unidos da América (EUA) e Reino Unido (UK), seja pela consequente predominância da língua inglesa na produção acadêmica do campo (Hammell, 2015).

> Modelos dominantes de ocupação que informam a profissão terapia ocupacional internacionalmente têm sido delineados predominantemente por acadêmicos saudáveis, de classe média, meia idade, brancos, urbanos, norte-americanos anglófonos de origens judaico-cristãs, portanto, refletindo perspectivas culturais específicas de uma minoria global. Porque esses modelos excluem prioridades e ocupações valorizadas pela maioria global, eles são demonstradamente inadequados. Tradução nossa[1] (Hammell, 2015, p.1).

Autores filiados às vertentes críticas afirmam a importância de assumir a terapia ocupacional como prática social, ou seja, prática situada historicamente (Francisco, 1988, Pinto, 1990; Soares, 1991; Medeiros, 2003; Galheigo, 2011; Bezerra, 2011; Córdoba, 2012), bem como estruturalmente, considerando a materialidade do contexto mais geral que molda as práticas profissionais de terapeutas ocupacionais (Bezerra, 2011, 2013; Hammell, 2016a; Hammell, Beagan, 2016; Ghirardi, 2016; Farias, 2019). Tal perspectiva desafia noções que estão bastante disseminadas na profissão, de que os humanos compartilham habilidades e

[1] Texto original: Dominant models of occupation that inform the international occupational therapy profession have been delineated predominantly by able-bodied, middle class, middle-aged, white, urban, North American Anglophone academics with Judeo-Christian backgrounds, thus reflecting the culturally-specific perspectives of a global minority. Because these models exclude priorities and occupations valued by the global majority, they are demonstrably inadequate.

oportunidades universais na escolha de suas atividades a partir de suas próprias escolhas (Hammell, 2016a).

A parcela do campo de conhecimentos e práticas da saúde coletiva latino-americana que se fundamenta no MHD, explica as condições de trabalho e vida como manifestações da estrutura produtiva da sociedade. Sob esses fundamentos, é possível localizar a determinação social das práticas sociais, o que significa localizar as práticas em saúde no *modus operandi* da formação social. A terapia ocupacional não é diferente (Bezerra, 2011) e, para estabelecer posicionamentos críticos, é necessária a análise dos fundamentos, ou seja, da essência que orienta as práticas. Para isso, Galheigo (2011) propõe que não se transformem problemas éticos e políticos em questões técnicas e Hammell (2016a) reforça que, para se assumir uma perspectiva crítica em terapia ocupacional, é necessário identificar e enfrentar mecanismos ideológicos e estruturais que produzem e perpetuam injustiças.

Localização histórica e material da prática em terapia ocupacional

O desenvolvimento deste tópico se fará primordialmente a partir de autores da terapia ocupacional que discutem a profissão pautados em uma perspectiva crítica (Francisco, 1988, Pinto, 1990; Soares, 1991; Barros, Lopes, Galheigo, 2002; Medeiros, 2003; Galheigo, 2011; Bezerra, 2011; Córdoba, 2012, Hammell, 2015; Ghirardi, 2016; Lopes, 2016; Malfitano, 2016; Farias, 2019). Neste sentido, compartilham a compreensão de que as relações de produção determinam a existência social, política e intelectual das mulheres e dos homens (Soares, 1991) e que, portanto, as relações sociais, políticas e econômicas da sociedade determinam o desenvolvimento das formas de atuação da terapia ocupacional nos espaços onde elas acontecem (Hammell, 2015).

Terapeutas ocupacionais entrevistados na pesquisa de mestrado que antecede esta tese (Vieira, 2014) foram unânimes em afirmar que não partem de fundamentação teórica específica para avaliar e planejar suas intervenções, agindo a partir de como interpretam a demanda que é trazida pelos indivíduos que acessam o sistema de saúde. Os participantes apresentaram repertório complexo de análise dos processos de saúde e descreveram uma transformação significativa de seus objetos de trabalho, sendo possível identificar um conjunto de práticas comum a todos. Apesar disso, relataram insuficiência de instrumentos para o trabalho, bem como indefinição, da equipe e própria, quanto à especificidade de suas intervenções.

Observou-se na prática de acompanhamento em grupos de estudos, supervisão, na literatura e em pesquisa anterior, bem como nesta atual, que terapeutas ocupacionais mostram

estar comprometidos com o uso de atividades humanas como instrumento de trabalho, mas parecem não encontrar os meios para conectar teoria e prática e acabam por acionar pragmaticamente conhecimentos que respondem operacionalmente à demanda na forma como ela se apresenta (Hooper, Wood, 2002; Vieira, 2014). Se o foco das práticas recai sobre o adoecimento individual, como acontece na perspectiva biomédica, instaura-se um processo de trabalho que tem como finalidade a recuperação dos corpos. Isso afasta o trabalho da perspectiva de assumir a atividade humana em sua complexidade como objeto de trabalho, e experimenta-se o que foi considerado certo vazio de sentido nas práticas clínicas (Aiken et al, 2011). Este fenômeno pode ser analisado, a partir do MHD, como manifestação da falta de nitidez sobre a intencionalidade no processo de trabalho. Demonstra-se na utilização de ferramentas que se alteram conforme diferentes concepções teóricas e ideológicas, sem necessariamente que o trabalhador reconheça essas diferenças, utilizando-se de várias técnicas indistinta e concomitantemente (Medeiros, 2003).

A sensação de que faltam elementos operacionais para a prática não é isolada (Hooper, Wood, 2002) e está relacionada ao processo de desenvolvimento da profissão (Medeiros, 2003; Araújo, Folha, 2010; Bezerra, 2011), que tomou corpo para dar respostas a necessidades do capitalismo de se reproduzir, notadamente pela recuperação da força de trabalho (Ferrigno, 1991; Soares, 1991; Bezerra, 2011). Para Bezerra (2011), existe uma relação estreita entre a gênese da terapia ocupacional e os processos de transformação na postura do Estado capitalista em relação à chamada questão social. Este autor afirma que, com o movimento de reestruturação produtiva, existiu um aumento na intervenção de técnicos especializados no atendimento a necessidades sociais, atuando por meio de políticas estatais, o que oportunizou o desenvolvimento da terapia ocupacional como prática social que responde às necessidades da população desde então, majoritariamente, por meio das políticas públicas.

Não sem contradições. Boschetti (2016, p. 25) complexifica o debate sobre as políticas sociais explicando que "são resultado de relações contraditórias que são determinadas pela luta de classes, pelo papel do Estado e pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas". Assim, há permanente jogo de forças atuando sobre as práticas sociais, o que faz com que em alguns momentos da história a configuração de Estado seja mais ou menos liberal.

Aqui vale a advertência de Mendes-Gonçalves (2017), a partir da leitura de Agnes Heller, acerca dos riscos da generalização das necessidades sociais, como uma abstração que ignora que estas são necessidades de sujeitos de classe social. A manifestação das necessidades dos sujeitos em seus processos de reprodução social, em sua particularidade e em sua singularidade, é o único critério que garante que não se criem conceitos homogeneizantes que

silenciem as reais necessidades, materiais e históricas dos sujeitos acompanhados.

As políticas públicas sociais às quais terapeutas ocupacionais foram direcionados a partir da década de 1990 (De Carlo, Bartalotti, 2001; Bezerra, 2011) estão fundadas no paradigma da moderna saúde pública, que toma por objeto necessidades sociais restritas (Mendes-Gonçalves, 2017), ou seja, necessidades relacionadas ao corpo biológico e à população como grupo homogêneo, sem reconhecimento das diferenças de impactos das condições estruturais sobre a vida, ou seja sobre as diferentes classes sociais. O avanço neoliberal no período histórico de operacionalização dessas políticas alimentou movimentos de contrarreforma e retrocesso das reflexões teóricas críticas sobre os fundamentos epistemológicos das práticas em saúde (Werneck-Viana, 2009; Bezerra, 2011). A formação dos terapeutas ocupacionais foi organizada para responder às necessidades desse mercado de trabalho, recortado pelos campos de atenção relacionados às patologias, conforme preconizados na organização da atenção pelas políticas públicas (Bezerra, 2011).

Observa-se, no contexto histórico de desenvolvimento da profissão apresentado, que as práticas em terapia ocupacional são recortadas e determinadas pelas características dos tipos de agravos que acometem os indivíduos atendidos. Desde o formato de oferta da graduação em Terapia Ocupacional no Brasil[2], assim se apresenta a orientação técnica de avaliação e intervenção: terapia ocupacional em contextos hospitalares, terapia ocupacional em reabilitação física, terapia ocupacional em saúde mental, entre outras subáreas. Embora as populações marginalizadas tenham seguido como foco da intervenção da terapia ocupacional, "a captura liberal que desenha uma reabilitação especializada que foca a experiência individual frente a fenômenos sociais, limita as condições de compreensão da determinação social na participação da vida em sociedade" (Ghirardi, 2016, p.70).

Recortar as características dos desgastes instalados nos corpos individuais é útil para observar algumas das técnicas e instrumentos com que se trabalha, mas não é suficiente para determinar o processo de trabalho consciente. Faz-se necessária a nitidez sobre a determinação social da realidade que o terapeuta ocupacional transforma e a intencionalidade com que o faz.

Estudo de Ghirardi (2016, p.70) observou tendência nas práticas em terapia ocupacional de tratar as questões sociais "pela perspectiva da clínica em saúde, passando ao

---

2 Matrizes curriculares dos cursos de terapia ocupacional da Universidade de São Paulo (https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=5&codcur=5072&codhab=0&tipo=N); Universidade Federal de São Carlos (http://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/terapia-ocupacional/Terapia%20Ocupacional%20Matriz%20Curricular.pdf); Universidade Federal de São Paulo (https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/pro-reitoria-de-graduacao/cursos/matriz-curricular).

largo do nexo causal entre danos à saúde do trabalhador e questão social". A individualização de problemas de ordem social e uma configuração binária do entendimento dessa ordem – exclusão-inclusão (Ghirardi, 2016) – são manifestações importantes da determinação capitalista da profissão e seu compromisso com a manutenção das forças produtivas. Outra manifestação é um afastamento da pesquisa, em suas décadas iniciais, além de dominância da perspectiva biológica do ser humano, um sistema fechado em si, descontextualizado, com estruturas e funções presumivelmente universais, observadas por Hooper e Wood (2002), predominando o discurso que confere maior credibilidade aos tratamentos e termos técnicos e biomédicos.

A relação entre a chamada questão social (Netto, 2006) e o trabalho em terapia ocupacional é reconhecida na história brasileira da constituição da profissão em sua implicação nas reformas sanitária e psiquiátrica em um primeiro momento, sendo retomada de maneira mais crítica a partir da constituição da terapia ocupacional social (Barros, Lopes, Galheigo, 2002; Lopes, 2016). Os currículos formativos, entretanto, até recentemente tenderam a privilegiar o tecnicismo no lugar do desenvolvimento de práticas socialmente situadas (Francisco, 1988; Pollard, Sakellariou, 2013).

A terapia ocupacional social trouxe, entretanto, uma radicalidade para a assunção do papel emancipatório da profissão, ao propor a incorporação da questão social ao objeto das práticas, reformulando-o na busca da criação de "nexos entre aquilo que o processo social traz como demanda e o acúmulo produzido na Terapia Ocupacional acerca do conceito e das implicações das atividades como mediação" (Lopes, 2016, p. 44). A proposta se coloca radical, a tal ponto de propor a dissociação do setor da saúde por reconhecer ser necessário "romper com o discurso de saúde que se restringe ao modelo médico-psicológico e confrontar-se com a complexidade da vida da comunidade" (Barros, Lopes, Galheigo, 2002, p. 100).

A saúde coletiva latino-americana faz o mesmo movimento de incorporação da questão social ao seu objeto, afastando-se da perspectiva individualizante e centrada na dimensão biológica dos processos em saúde, para propor práticas em saúde emancipatórias, de transformação social, radicalmente posicionadas na luta e prática anticapitalistas. Neste sentido, são emblemáticos os ensinamentos de Breilh (1986, 1991,1995), Donnangelo (1979, 1983), Laurell (1983,1989), Queiroz e Salum (1996), Mendes-Gonçalves (1994, 2017), Arouca (1983) e García (1983). Portanto, as práticas se localizam, na divisão social do trabalho, no setor saúde, ao receber como demanda as manifestações da desigualdade e da opressão capitalistas sobre os corpos dos indivíduos, fazendo a leitura dessa determinação para recortar seu objeto, que se localiza sobre a determinação dessas manifestações, ao mesmo tempo que endereça o sofrimento imediato manifestado pela população.

A partir do exposto, observa-se que há um diálogo importante entre as propostas da terapia ocupacional social, que ampliam radicalmente o objeto da profissão, e aquelas da saúde coletiva latino-americana, que se baseiam no MHD. Esse diálogo pode proporcionar o desenvolvimento de bases teórico-metodológicas para a análise de práticas emancipatórias em terapia ocupacional, nos diversos campos de atuação, que se queiram críticos e reconheçam que lidam diretamente com as manifestações da questão social. Acompanhar pessoas em situação de pobreza não significa que essa será uma prática crítica, assim como prescrever intervenções para condições específicas de sofrimento, ainda que se reconheça que é determinado socialmente, não significa desenvolver práticas de transformação social (Pollard, Sakellariou, 2013). Ou seja, não basta um discurso crítico que reconheça as condições de reprodução social como pano de fundo para a produção de saúde, é necessário que as formas de trabalhar e viver do coletivo organizado em classes sociais sejam tomadas como parte do objeto de trabalho em saúde (Queiroz e Salum, 1996; Viana et al, 2013).

Sob a leitura do MHD, a questão social é resultado, necessariamente, da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas, sendo impossível assumir qualquer ilusão acerca do alcance das reformas no interior do capitalismo (Netto, 2006). Assim, neste trabalho, a partir dos fundamentos do MHD, assume-se que a chamada questão social, que se incorpora no objeto da prática em terapia ocupacional, precisa ser radicalmente situada historicamente, sob pena de ser tomada pela perspectiva liberal, que apresenta políticas sociais focalizadas como resposta às mazelas que considera inevitáveis à sociabilidade humana (Netto, 2006).

À operacionalização de práticas críticas faz-se um grande desafio, dado que depende da postura crítica de seus agentes, não sendo possível depender apenas de elementos protocolares, como um raciocínio positivista poderia querer propor. Assume-se a tentativa de responder a este desafio neste trabalho, com a contribuição do caminho denso já percorrido pelas antecessoras críticas em terapia ocupacional e em saúde coletiva, por meio da localização das práticas em um referencial ontológico e epistemológico, em lugar da localização a partir de campos de atuação e/ou recortes de populações-alvo da intervenção em terapia ocupacional.

1 MARCO TEÓRICO

1.1 A SAÚDE COLETIVA LATINO-AMERICANA

Compreende-se que a saúde coletiva latino-americana é um campo privilegiado para contribuir com a análise e o desenho de intervenções em terapia ocupacional com base no MHD, em sua articulação com outras práticas sociais, na produção de respostas no campo da seguridade social. Mendes-Gonçalves (2017) fundamentou a teoria do trabalho em saúde a partir da perspectiva marxista de trabalho e, para ele, as tecnologias são orientadas de acordo com o processo de trabalho e as profissões constituem práticas sociais, integrantes de um conjunto maior de práticas, configuradas pela divisão do trabalho capitalista. Essa configuração tem arranjos específicos da técnica na organização social da produção dos serviços. A maneira como se sistematizou na saúde coletiva uma compreensão dos processos de trabalho em resposta a necessidades em saúde, com fundamentação no MHD, contribuirá para as análises e propostas de uma prática emancipatória em terapia ocupacional.

> Práticas emancipatórias, nessa perspectiva, são compreendidas como: aquelas que possibilitam refletir sobre a origem dos problemas de saúde e os determinantes do processo saúde-doença. Essas práticas instrumentalizam os sujeitos a acessar direitos e a lutar por eles, incentivam valores de solidariedade e resgatam a condição humana como condição social, em contraposição ao sujeito como ser biológico (Campos, 2013, p. 120).

Os arranjos da técnica são os processos de trabalho que dão conta das múltiplas determinações do trabalho em saúde, que é social (Peduzzi, Schraiber, 2012). Quando compreendemos as práticas de saúde como trabalho, estamos afirmando que: são ações humanas executadas para responder a necessidades; são orientadas a uma finalidade; e, para alcançar essa finalidade, os humanos criam e articulam instrumentos para transformar o objeto de trabalho em produto (Mendes-Gonçalves, 2017).

As necessidades sociais são necessidades de reprodução social dos sujeitos, determinadas pela forma como eles apreendem a realidade e produzidas de acordo com o modo de produção em determinado período histórico, em uma determinada sociedade e, no caso da sociedade capitalista, de acordo com cada classe social (Mendes-Gonçalves, 2017).

Pela perspectiva da saúde coletiva, com base no MHD, o objeto das práticas em saúde são os perfis epidemiológicos dos grupos sociais, que apresentam diferentes formas de reprodução social – formas de trabalhar e de viver de determinado grupo social (Queiroz e Salum, 1996) – e diferentes necessidades em saúde, portanto (Campos, Soares, 2013). A eleição

do objeto fundamenta a criação e escolha das ferramentas do processo de trabalho e depende da concepção que o trabalhador tem sobre a realidade (Mendes-Gonçalves, 2017).

As ferramentas de trabalho são constituídas historicamente por seus agentes e são aquilo que o trabalhador coloca entre si e o objeto do trabalho, de modo a dirigir a sua atividade sobre este e transformá-lo. As ferramentas do processo de trabalho manifestam os objetos e finalidades reais (para além do discurso) das práticas porque condensam em si características da matéria inicial e do produto final. Assim, é preciso estabelecer a quais aspectos do real sua elaboração está referida, para que se compreenda sobre quais aspectos da transformação (ou da manutenção) do real elas fornecem possibilidade de instrumentalização (Mendes-Gonçalves, 2017).

Na compreensão teórica adotada, assume-se que todos os processos de trabalho em saúde compartilham o mesmo objeto: os perfis epidemiológicos dos grupos sociais; e a mesma finalidade: o aperfeiçoamento das condições de saúde do coletivo (Queiroz e Salum, 1996). Assim, o que é específico das práticas de cada profissão são as ferramentas que os trabalhadores elegem para transformar as diferentes facetas deste objeto, visando a alcançar a finalidade.

O trabalho em saúde tem uma característica específica do setor de serviços, em que o produto é entregue simultaneamente à sua produção. Ainda assim, isso não significa que o trabalhador e a trabalhadora têm consciência das determinações de seu trabalho e das finalidades de suas práticas. O campo de conhecimentos e práticas da saúde coletiva latino-americana, fundamentado no referencial teórico-epistemológico do MHD, toma como finalidade a emancipação humana. Os processos emancipatórios somente podem acontecer em um contexto de colaboração em que todos os envolvidos se movimentam no sentido da emancipação. Evitando um caráter instrumental, todos os participantes devem se apropriar da finalidade dos processos em curso, conectando intencionalidade e ação, tendo em vista que se trata de um processo de hominização, que visa a que cada sujeito se reconheça como sujeito de sua própria história. (Soares et al, 2018).

Assim, entende-se que a prática em saúde coletiva é fortalecedora das pessoas acompanhadas, ao mesmo tempo que é fortalecedora dos trabalhadores de saúde. A partir dessa leitura sobre as práticas sociais emancipatórias, propõe-se a compreensão da prática em terapia ocupacional na saúde como processo de trabalho e se espera que essa análise possa contribuir para a ampliação das práticas emancipatórias em terapia ocupacional também em outros campos.

1.2 A PRÁTICA EM TERAPIA OCUPACIONAL COMO PROCESSO DE TRABALHO

Uma crítica à sociologia das profissões (Durand, 1975) alerta para as limitações de movimentos revolucionários a partir do recorte capitalista do trabalho, em que o estranhamento é inerente.

> Há várias dimensões relacionadas ao estranhamento do trabalho no capitalismo teorizadas por Marx. A primeira dimensão aborda a impossibilidade do reconhecimento do produto como criação do trabalho, porque o produto não pertence ao(à) trabalhador(a), mas ao dono dos meios de produção; a segunda dimensão alude à alienação da atividade em si e à destituição da ação teleológica do sujeito, isto é, ao invés de se realizar no trabalho, o ser humano se aliena nele; a terceira dimensão analisa como o trabalho alienado transforma o homem em objeto, ou seja, o homem não se reconhece como indivíduo no trabalho, estranha a si mesmo; a quarta dimensão mostra que o estranhamento de si desemboca no alheamento do gênero humano e aparta o homem da própria condição humana (Soares et al, 2018, p.3).

Por isso, faz-se essencial, para desafiar o estranhamento, que se realize uma discussão acerca dos fundamentos epistemológicos de práticas emancipatórias que afirme seu objeto comum, reconheça os arranjos específicos de meios e ferramentas de acordo com o núcleo de atuação e, principalmente, aponte as possibilidades de subversão desses limites.

Ao se assumir que as práticas em saúde são trabalho, entende-se que há uma circularidade entre processos de trabalho e necessidades humanas. Portanto, há uma consubstancialidade entre os elementos do processo de trabalho e as necessidades. Assim, os produtos do trabalho em saúde são respostas a necessidades, que por sua vez são as disparadoras de processos de trabalho em saúde, bem como se pode observar em outras práticas sociais (Campos et al, 2013; Mendes-Gonçalves, 2017).

A teoria marxiana do trabalho, tomada em sua dimensão ontológica, ou seja, naquilo que concerne à existência, à natureza última do ser (Bottomore, 1988), desvela a possibilidade de analisar as atividades humanas como processos de trabalho, decompondo-as em elementos que se relacionam entre si dialeticamente, na condução das atividades humanas orientadas por um fim. Assim é possível analisar cada prática social de forma pormenorizada, valendo-se das categorias que fundamentam a teoria do processo de trabalho.

Portanto, ao analisar as práticas sociais de terapeutas ocupacionais com base na teoria do processo de trabalho em saúde, será considerado que há processos de trabalho específicos, realizados a partir do recorte de um objeto parcelar (em relação ao objeto ampliado do processo de produção em saúde).

A finalidade emancipatória do processo de produção em saúde coletiva se sustenta nas práticas específicas, embora se proponha o recorte, para fins de operacionalização do trabalho de terapeutas ocupacionais, de finalidades específicas para estes processos, considerados parcelares, ou seja, componentes dos processos de trabalho ampliados. Uma advertência deve ser feita, neste momento, em relação à alegação de que não se poderia aplicar aos processos em saúde o conceito de trabalho da fábrica, ou da produção material em geral. Aos moldes de como o professor Vitor Paro realizou tal análise, para a educação, entende-se que:

> o conceito marxiano de trabalho como 'atividade orientada a um fim'...é um conceito de trabalho *em geral,* que faz abstração de toda particularidade e que, por isso, se aplica a *todo* tipo de trabalho, seja na produção material ou imaterial, seja ele produtor de mercadorias ou não (Paro, 2018, grifos do original).

Dessa forma, propõe-se que para operacionalizar uma prática da terapia ocupacional em saúde coletiva com base no MHD, como fizeram Queiroz e Salum (1996) para a enfermagem em saúde coletiva e Reinaldo Pontes (1995) para o serviço social, é necessário definir seu objeto parcelar, finalidade específica, meios e ferramentas de trabalho e produto, contribuindo para a composição de um trabalho coletivo em saúde.

O objeto parcial, portanto, será um recorte do objeto ampliado: o perfil epidemiológico dos diferentes grupos sociais, que representa de forma abstrata as necessidades em saúde que são concretas. Ou seja, o objeto parcial inclui as formas de reprodução social do grupo social a que o sujeito/família pertence (Queiroz e Salum, 1996). Assim, as especificidades das práticas de cada grupo profissional poderão assumir uma posição de complementaridade e interdependência no processo de produção de respostas sociais e, particularmente, em saúde.

Neste trabalho, propõe-se que o objeto parcelar da terapia ocupacional em saúde coletiva são as atividades humanas, como mediadoras do processo de reprodução social que define os perfis epidemiológicos dos grupos sociais que compõem a população. As atividades humanas só podem ser observadas e apreendidas na materialidade dos sujeitos em ato e, por isso, são indissociáveis de sua localização material e histórica, que se manifesta pelo fenômeno da transformação dos elementos da totalidade social pelo sujeito no cotidiano. Dada a complexidade histórica do uso dos termos na profissão, a seguir será feita uma breve discussão sobre a eleição do termo *atividade humana.*

1.2.1 O objeto da prática da terapia ocupacional em saúde coletiva: a *atividade humana*

Com base no referencial teórico da saúde coletiva latino-americana, propõe-se que o objeto parcelar que a terapia ocupacional se propõe a transformar é uma parcela do objeto geral

do campo (os perfis epidemiológicos dos diferentes grupos sociais). Portanto, sugere-se que o objeto parcial *atividade humana* está referido aos elementos práxicos, ou às mediações da reprodução social que o trabalho humano realiza no cotidiano.

Propõe-se a atividade humana, definida a partir do conceito de trabalho em Marx, como o objeto do trabalho em terapia ocupacional. A manifestação atividade humana, que não se apresenta como "coisa", mas como processo, dá-se concretamente na existência dos sujeitos, ao longo do tempo, em determinado contexto histórico e material (econômico, político, cultural) (Córdoba, Kronemberg, Ramugondo, 2015). Heloísa Medeiros (2003) definiu a profissão da seguinte forma:

> A Terapia Ocupacional como área de conhecimento e prática em saúde, interessa-se pelos problemas do homem em sua vida de atividades. Em outras palavras, considera as atividades humanas como o produto e o meio de construção do próprio homem e busca entender as relações que este homem em atividade estabelece em sua condição de vida e saúde. (p. 27).

Assim, assumir a atividade humana como objeto implica assumir os sujeitos em atividade como a materialidade com a qual se relacionará o trabalhador terapeuta ocupacional, entendendo que o sujeito é atividade em processo (Córdoba, Kronemberg, Ramugondo, 2015). Ainda, sendo o trabalho um processo ontológico, não pode ser transformado por outra pessoa que não o próprio sujeito acompanhado em terapia ocupacional. Trata-se de um processo coletivo, uma colaboração em que o terapeuta ocupacional traz ferramentas de mediação para a relação com quem acompanha e o sujeito acompanhado (que sempre será um sujeito coletivo, como desenvolveremos adiante), acionado, provocado, instrumentalizado por essas ferramentas, coloca-se em processo de transformação e assume a tarefa de se transformar, sendo objeto de seu próprio trabalho (atividade humana).

Para que se desenhe o trajeto teórico desenvolvido neste trabalho, apresenta-se a seguir o conceito de trabalho em suas implicações ontológicas, diferenciado da noção de emprego, que assumiu no capitalismo.

O trabalho assume centralidade na existência humana por ser por meio dele que os humanos reproduzem a própria vida e a da sociedade da qual fazem parte. Os humanos são seres dotados de necessidades e habilidades. Necessidades são tudo aquilo que precisa ser satisfeito para que se possa existir. Quando a resposta a essas necessidades depende da transformação da natureza, isso se alcança pelo uso das habilidades nos chamados processos de trabalho (Mendes-Gonçalves, 2017). Mendes-Gonçalves (2017), com base em seu estudo sobre as bases críticas das formulações de Agnes Heller, identificou que as necessidades humanas são

a contrapartida dos poderes, ou capacidades dos humanos de agirem sobre a natureza que os constitui. Necessidades e habilidades são duas dimensões de uma mesma coisa: humanos somente têm necessidade daquilo que são capazes de identificar na realidade material como passível de responder a seus carecimentos por meio do uso de suas habilidades.

A consciência, portanto, é um elemento fundante do trabalho humano, por ser o que viabiliza a transformação, por permitir a visualização das ações necessárias. Organiza a conduta dos indivíduos durante o processo de trabalho, que produz: a) um produto e b) conhecimento sobre a produção. O conhecimento resultante de um processo de trabalho específico serve de base para outros processos de trabalho e, assim, a consciência humana torna-se cada vez mais complexa por meio do trabalho (Lukács, 1969).

Os processos de trabalho se transformam ao longo do tempo, respondendo aos modos de produção que se instauram historicamente. Faz-se necessário, portanto, entender os impactos do atual modo de produção sobre a reprodução social.

No atual formato do modo de produção capitalista, trabalhadoras e trabalhadores são submetidos ao chamado regime de acumulação integral (Viana, 2009), em que se aprimoram os mecanismos de extração de mais-valia (produção de lucro)[3]. Dessa forma, são adotadas medidas autoritárias em nome da superação de dificuldades na gestão das condições de trabalho, que passam a ser cada vez mais duras, com aumento do controle sobre o seu ritmo, localizando necessidades psicológicas como obstáculos; redução de intervalos de descanso ao mínimo; exigência de resultados, apesar da ausência de condições para alcançá-los (Traesel, Melo, 2014; Antunes, 2015), dentre outros. Identifica-se, especificamente no setor saúde, que a pressão pelo medo do desemprego faz com que se aceitem piores condições de trabalho, violência institucional e assédio moral (Santos, 2007; Soares et al, 2018).

O trabalho no capitalismo é reconhecido na forma de emprego, em que a trabalhadora e o trabalhador alienam sua força de trabalho na forma de dinheiro (salário). Essa alienação os afasta dos elementos criativos do trabalho, ao comprometer o domínio consciente da relação entre o que fazem todos os dias no emprego e a produção da própria vida. Assim, a finalidade fica restrita ao recebimento do salário, em lugar de estar relacionada à resposta às suas necessidades humanas. É evidente a negatividade da ideia de trabalho no contexto do emprego

---

3 O prolongamento da jornada de trabalho, que ultrapassa o ponto em que o trabalhador produz o valor suficiente para sustentar sua força de trabalho, e a apropriação desse valor pelo capitalista se refere à produção de mais valia. Considera-se nesse contexto que o dia de trabalho está dividido em dois momentos, o de trabalho necessário e o de mais valia. Para prolongar a produção de mais valia, o trabalho necessário é feito em menos tempo por meio de métodos que alcançam que se pague o trabalho necessário com menos tempo de trabalho. (Marx, 1982)

capitalista, em oposição ao seu valor implícito na ontologia do ser social (Antunes, 2009). Assim, o potencial emancipatório do trabalho é retirado dos indivíduos no emprego capitalista.

No modelo capitalista de emprego, em que o trabalho humano é tido como fonte de lucro, o seu potencial de criação e transformação do mundo é estranhado (Soares et al, 2018). Ainda assim, ele é essencialmente o que nos faz humanos e, inevitavelmente por meio dele, produtores da história social, que sustenta os sentidos para a vida humana (Marx, 1982).

1.3 ACERCA DOS TERMOS EM TERAPIA OCUPACIONAL

A análise crítica da história da terapia ocupacional demonstra como a profissão se desenvolveu a partir da necessidade de manutenção e recuperação da força de trabalho no capitalismo (Francisco, 1988; Pinto, 1990; Soares, 1991; Barros, Ghirardi, Lopes, 2002; Medeiros, 2003; Cavalcante et al, 2008; Bezerra, Trindade, 2013; Lopes, 2016; Ghirardi, 2016).

A forma como se estrutura no Brasil a formação e a legitimação da terapia ocupacional como profissão do setor saúde manifesta o caráter "ocupacional" associado ao trabalho-emprego. Essa conformação responde a uma divisão técnica do trabalho no capitalismo:

> neste sentido, reafirmamos que a Terapia Ocupacional, ao agir diretamente sobre a reprodução da força de trabalho, cumpre uma funcionalidade na reprodução social e encontra condições para sua legitimidade e profissionalização, conquistando um lugar na divisão social do trabalho. É, portanto, com a finalidade da recuperação direta da força de trabalho e de sua inserção no mercado de trabalho que a profissão emergiu socialmente [...] No contexto brasileiro, a Terapia Ocupacional surgiu quando os programas de reabilitação profissional, de inspiração americana e europeia, foram incorporados às ações governamentais do período do governo Vargas e institucionalizados no âmbito da previdência social (Bezerra, Trindade, 2013, p. 433).

Malfitano e Lopes (2021) fizeram uma importante incursão sobre a constituição de uma perspectiva crítica da profissão no Brasil, explicando como os termos carregam história e devem ser reconhecidos em sua complexidade. Retomam que o nascimento da profissão no Brasil carrega forte influência dos referenciais de reabilitação em saúde, seja no campo da reabilitação física, seja no campo da saúde mental, sendo que, no processo histórico, se teceram importantes controvérsias sobre práticas e identidades profissionais acerca destes referenciais (Malfitano e Lopes, 2021).

A partir da década de 1980, com a profissionalização e especialmente com o início de uma produção de conhecimento brasileira sobre a prática (Cardinalli, Silva, 2019), uma prática específica foi desenvolvida a partir das necessidades locais, com um vocabulário próprio (Malfitano e Lopes, 2021). Tendo em vista um processo de identificação de limitações importantes na perspectiva biomédica sobre a prática, sob influência dos movimentos sociais

de redemocratização do país, ganhou relevo o debate acerca do lugar social dos técnicos na composição da sociedade, sendo que as terapeutas ocupacionais críticas da época passaram a defender que se deve assumir um compromisso político com a população acompanhada (Nascimento, 1991; Malfitano e Lopes, 2021).

Malfitano e Lopes (2021) reconhecem que os terapeutas ocupacionais do chamado Norte Global também foram influenciados por essas discussões. Em um movimento chamado de "renascimento do paradigma da ocupação", propuseram a ciência ocupacional como caminho de legitimação científica do estudo e do uso das ocupações, assumindo o termo *occupation* como forma de resistência, reconhecendo as formas do capitalismo hegemônico que geram as desigualdades como parte daquilo que a profissão deve transformar. Apesar de alguma similaridade na direção das propostas, no Brasil, o termo ocupação desenvolveu-se sobre outro percurso epistemológico, não sendo possível a mesma assunção teórica.

O termo ocupação, especificamente, carrega sentidos que marcam precisamente as raízes históricas das necessidades do capitalismo às quais a profissão terapia ocupacional deveria responder. Ao discutir o verbete ocupação no dicionário da educação profissional em saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Franzoi (2008) indica que:

> pode-se entender como 'ocupação' o lugar de um indivíduo na divisão social e técnica do trabalho. Tal divisão classifica e hierarquiza os indivíduos, o que envolve aspectos subjetivos e identitários. Nesse sentido, se está falando de categorias ocupacionais. Os indivíduos se reconhecem e são reconhecidos por grupos que desempenham as mesmas atividades e organizam-se a partir desse reconhecimento. Prévia a esta categorização é aquela que classifica os indivíduos em dois grandes agregados: os que têm ou não algum lugar nessa hierarquia fundada no trabalho (Franzoi, 2008, s/p).

Portanto, em português e no Brasil, a ideia de ocupação se configura como conceito sintético não natural, artificialmente construído pelos analistas ocupacionais para definir a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas em situações similares de emprego e/ou trabalho (Brasil/MTE, 2010, p. 2).

Além da associação com a ideia de emprego, influenciadora de práticas de manutenção de relações de produção alienantes e exploradoras, no campo da saúde mental a ocupação foi fortemente usada como parte de mecanismos disciplinadores, em que terapeutas ocupacionais deveriam ocupar pacientes para que mantivessem a ordem nas instituições psiquiátricas (Nascimento, 1991).

A ideia da ocupação como recurso inovador e humanizador dos manicômios foi fortemente criticada em seu caráter alienante e cronificador por terapeutas ocupacionais e outros trabalhadores críticos em saúde mental na década de 1970. Ainda assim, na disputa dos

interesses e do poder da época, as possibilidades de ampliação da prática em terapia ocupacional que criticavam o isolamento e o manicômio foram suplantadas em favor da exigência de uma prática de terapia ocupacional focada na ocupação do "tempo livre" dos internos das instituições psiquiátricas. Tal direcionamento criou uma disjunção ilusória entre os espaços disciplinares do manicômio e o "*setting* terapêutico", de maneira que as práticas subjetivantes, que não desafiaram a lógica institucional, mantiveram-se ao longo do tempo como forma de tratamento (Nascimento, 1991).

Beatriz Nascimento (1991) demarcou como esse movimento de assunção do uso da ocupação como forma de tratamento contribuiu para uma legitimação do suposto caráter terapêutico do manicômio. Essa autora trouxe à tona as contradições na constituição e consolidação da profissão, complexificando a discussão sobre seu objeto e sobre a ideia ilusória de suas bases históricas como eminentemente humanistas e libertárias.

A partir da leitura dessa complexidade, terapeutas ocupacionais brasileiros interessados em uma prática emancipatória, crítica ao capitalismo, reconheceram que existia um caráter histórico pejorativo e carregado de sentidos alienantes no uso do termo ocupação para definição de sua prática social (Malfitano e Lopes, 2021). Assim, o nome da profissão e o uso do termo ocupação foram focos de importantes discussões no Brasil, principalmente com a emergência da reflexão sobre a questão social na prática da terapia ocupacional, englobando:

> o social como contexto de intervenção do terapeuta ocupacional, os processos de desinstitucionalização, a importância das ações territoriais em terapia ocupacional e, finalmente, os conceitos que permitem definir a atenção a grupos sociais em processos de ruptura das redes sociais de suporte na prática da terapia ocupacional (Barros, Ghirardi, Lopes, 2002, p.95).

Barros, Ghirardi e Lopes (2002) apresentam elementos estruturantes do processo histórico de revisão dos termos ocupação, trabalho e atividade na ampliação das possibilidades de atuação, resultado da revisão do papel dos terapeutas ocupacionais, de adaptadores sociais para articuladores sociais. Tratou-se de repensar a especificidade da profissão considerando as noções de cotidiano e território, significando, para a prática:

> 1. descentramento do saber do técnico para a ideia de saberes plurais diante de problemas e de questões sociais; 2. descentramento das ações da pessoa (considerada corpo/mente doente ou desviante) para o coletivo, para a cultura da qual a pessoa não pode ser separada; 3. descentramento da ação: do *setting* para os espaços de vida cotidiana; 4. descentramento do conceito de atividade como processo unicamente individual para inseri-lo na história e na cultura (Barros, Ghirardi, Lopes, 2002, p.100).

A constituição sócio-histórica dos sentidos do termo ocupação manifesta uma série de

contradições e resulta em dificuldades em sua assunção nas práticas críticas em terapia ocupacional, precisando de definições mais aprofundadas (Magalhães, Galheigo, 2010). Seja como manifestação de um processo histórico cultural e, principalmente, como um processo político de desenvolvimento da terapia ocupacional brasileira, produziu-se um movimento de análise crítica e diminuição do uso do termo ocupação na prática profissional brasileira, resultando no desenvolvimento de outras propostas, justamente pela crítica ao caráter mercantilizante das práticas, como forma de resistência. Assim, no movimento de resistência, e na constituição singular do conhecimento e das práticas em terapia ocupacional que aconteceram no Brasil, o termo atividade foi sendo cada vez mais utilizado, principalmente entre aqueles alinhados a perspectivas críticas (Malfitano e Lopes, 2021).

O termo atividade humana é o mais utilizado por terapeutas ocupacionais para identificar sua prática no país (Magalhães, Galheigo, 2010). Entretanto, na produção teórica brasileira, é considerado uma construção inacabada (Lima et al, 2013) e sua importância para a fundamentação das práticas demanda contornos mais precisos e definições mais nítidas (Magalhães, Galheigo, 2010). Uma análise histórica de seu uso, no Brasil, aponta como se transforma a relação entre terapeuticidade e o objeto da terapia ocupacional. Nascimento (1990) já desafiava a ideia de terapeuticidade inerente à atividade humana e esta segue sendo uma discussão relevante, a exemplo do que vem sendo chamado de *dark side of occupations*, iniciativa que questiona o fato recorrente de membros da profissão tomarem as atividades humanas como inerentemente saudáveis ou terapêuticas (Twinley, 2012).

Recentemente publicamos um capítulo na língua inglesa, para um livro lançado no Reino Unido, em que propusemos, para nomear o objeto da profissão, o uso da palavra *occupation* (ocupação), qualificando-a como *emancipatory occupation* (ocupação emancipatória) (Godoy-Vieira et al, 2020), reconhecendo a importância de estabelecer diálogo internacional entre membros da profissão (Magalhães, Galheigo, 2010; Malfitano, 2020), em uma linguagem que faça sentido em ambos os contextos. Ali, ainda que o uso desse termo no Brasil carregue outros sentidos, fazemos uma definição detalhada dos fundamentos do MHD e as formas como o objeto se manifesta em uma perspectiva de atuação emancipatória. Assim, entendemos que, para além da importante discussão que se faz no Brasil sobre os termos, deve-se procurar a essência daquilo que eles manifestam na aparência.

Ainda que temporários, os conceitos devem ter fundamentação nítida, serem localizados epistemologicamente e relacionados a uma definição das estruturas determinantes do campo em que se aplicam. Assim, podem se fazer aplicáveis, bem como podem sustentar a reflexão crítica. A nitidez acerca de conceitos e suas relações teóricas em um campo

epistemológico permite que possam inclusive serem questionados e transformados, já que são frutos do processo histórico e, como tal, tomam forma de acordo com sua inserção sócio-histórica. São históricos na medida em que se forjam nas relações sociais vigentes, seja para explicar a realidade, seja para ideologicamente expor apenas parte da explicação ou mesmo uma explicação deturpada.

Existe uma conexão entre as práticas em terapia ocupacional e a produção (e reprodução) social dos sujeitos e grupos sociais no capitalismo por meio do trabalho (Francisco, 1988; Pinto, 1990; Soares, 1991; Barros, Ghirardi, Lopes, 2002; Medeiros, 2003; Cavalcante et al, 2008; Bezerra, Trindade, 2013; Lopes, 2016; Ghirardi, 2016). Entende-se que essa conexão caracteriza o objeto da profissão, usando-se o nome ocupação ou não. Apesar de essa relação estar intimamente ligada aos processos de alienação e de submissão do trabalho humano ao capital, na determinação histórica das práticas em terapia ocupacional e de sua contribuição no processo de produção em saúde, houve a assunção e abandono de conceitos, em movimentos que foram importantes na busca por construir uma crítica à captura mercadológica da profissão.

O termo *occupation* é utilizado para definir o elemento central da terapia ocupacional nos principais modelos estrangeiros, quadros de referência e propostas teórico-metodológicas oriundas do chamado Norte Global (Fidler, Fidler, 1963; Kielhofner, Burke, 1980; Fidler, 1995; Nelson, 1996; Royeen, 2003). Desempenho ocupacional também é indicado como elemento central das práticas de origem anglo-saxã, notadamente localizadas nos Estados Unidos (Aota, 2008; Law et al, 2009). A definição da profissão nestes contextos, a partir da ideia de *occupation,* é resultado de um movimento de resistência e diferenciação em relação ao paradigma do modelo médico, a partir da década de 1970, na busca por estabelecer uma linguagem específica do campo e demonstrar resultados que sustentassem a inserção da terapia ocupacional nas políticas de saúde com cobertura à sua assistência (Cruz, 2018), bem como a busca de expansão da profissão para além do campo de práticas em saúde (Whiteford, Hocking, Townsend, 2000). No Brasil, o uso do termo ocupação para identificar o elemento central das práticas é encontrado nas propostas oriundas das referências da tradição anglo-saxã (Cruz, 2018).

A partir da segunda década dos anos 2000 tem sido proposta uma leitura sobre a produção teórico-prática chamada Terapias Ocupacionais do Sul. Nesta perspectiva, identifica-se que há contribuições significativas e inovadoras para a profissão, a partir do chamado Sul Global, que redirecionam a discussão acerca das finalidades da prática, ampliando-as para a transformação coletiva da sociedade. A partir dela, entende-se que a terapia ocupacional é múltipla, uma ecologia de práticas que estariam baseadas na ocupação humana, bem como o

uso de “ocupacional” da linguagem anglo-saxã em locais do Sul, como a África do Sul, compreendido enquanto totalidade em sentido Hegeliano e a ocupação enquanto todo um conjunto de práticas sociais e relações, em que os sujeitos são constituídos e produzidos (Córdoba, Kronemberg, Ramugondo, 2015).

Ainda dentro das chamadas Terapias Ocupacionais do Sul, há diferenças. Na África do Sul, uma corrente que se assume como parte das Terapias Ocupacionais do Sul se alinha à discussão gerada em torno da ciência ocupacional, de tradição anglo-saxã, e assume a ocupação como termo central, propondo a ampliação em sua definição e aplicações a partir do Sul em uma perspectiva decolonial (Ramugondo, Kronemberg, 2015). No Chile, encontra-se outra também alinhada às Terapias Ocupacionais do Sul, que se separa da ciência ocupacional, com base no MHD e com sérias críticas à discussão sobre a utilização do adjetivo ocupacional apenas para identificar algo específico da profissão, abandonando o conceito originário dos termos, como ocorre com a proposta da "justiça ocupacional" (Córdoba, 2020).

No âmbito brasileiro têm sido desenvolvidas algumas propostas para a definição do elemento central e objeto das práticas em terapia ocupacional. Benetton (1991) criou o Método da Terapia Ocupacional Dinâmica como uma abordagem psicodinâmica em terapia ocupacional e, ao assumir a atividade humana como um dos elementos estruturantes da prática, parece tomar como objeto do trabalho a dinâmica relacional dos sujeitos. Costa e Feriotti (2007), em sua proposta de uma Abordagem Sistêmica e Complexa da Terapia Ocupacional, assumem as atividades ou ocupações humanas, indistintamente, como elementos centrais da intervenção. Furtado e colegas (Furtado, Fisher, 2011; Furtado, Marcondes, 2013), por meio do Método da Escavação, propõem a indicação de atividades como forma de transformar a história de vida e as relações dos sujeitos acompanhados com o fazer.

Ghirardi (2016), ao apresentar uma abordagem da terapia ocupacional em processos econômico-sociais, discute os aspectos econômico-sociais do fazer e seu apoio na superação de eventuais diferenças nos modos de ser e estar, categorias mais individualizantes, na direção de operar as sistemáticas dos fazeres e da organização social na composição da economia coletiva. Estes são alguns exemplos das formas como se diferenciam as noções acerca do objeto da profissão em torno da discussão sobre a prática, nem sempre clínica, afastando-se da ideia de ocupação como elemento central ou lócus de acompanhamento em terapia ocupacional.

A partir da década de 1980, no Brasil, com influência importante dos movimentos de redemocratização, fundação do SUS e formulação da reforma psiquiátrica, como já apontado, foi feita uma importante discussão que trazia para o cerne da profissão a questão social, pautando a incorporação e/ou ampliação de conhecimentos das ciências humanas ao seu

arcabouço de ferramentas (Galheigo, 2016).

A necessidade de ampliar as bases sobre as quais se fundamentam as práticas orientou as profissionais da época a efetivarem a análise das perspectivas teórico-metodológicas que orientavam as práticas em terapia ocupacional: a positivista, a humanista e a materialista-histórica (Francisco, 1988; Pinto, 1990). Berenice Francisco (1988) e Jussara Pinto (1990) assumiram a perspectiva materialista-histórica como uma proposta, a partir da crítica às correntes positivista e humanista. Outras autoras, alinhadas ao MHD, também fizeram críticas à a-historicidade das práticas humanistas e positivistas, cujo foco seria a adaptação à sociedade, a partir de concepções alienadas e alienantes (Galheigo, 1988; Soares, 1991, Medeiros, 2003).

O termo cotidiano foi utilizado de forma crescente entre autoras mais críticas, frequentemente associado ao uso do termo atividade, compondo a complexidade do objeto que se configurava na singularidade da prática brasileira (Malfitano e Lopes, 2021). O enfoque sobre o cotidiano passou a ser compreendido como fundamental para a prática em terapia ocupacional, tomado em sua complexidade material e histórica, avançando para além dos conceitos de atividades de vida diária e de vida prática (AVDs e AVPs), por ampliar o escopo do trabalho para responder à finalidade de qualificar as redes sociais de suporte para inserção e participação social na dimensão individual e para possibilitar o acesso a direitos sociais na dimensão coletiva (Malfitano, 2016; Galheigo, 2020).

A discussão acerca do conceito de cotidiano se baseou majoritariamente em autores de tradição no MHD, como Heller e Lefebvre (Galheigo, 2020; Malfitano e Lopes, 2021), compondo a radicalidade da revisão das práticas em terapia ocupacional no Brasil. A expressão mais importante dessa radicalidade, como já exposto, despontou com as propostas da terapia ocupacional social, como manifestação histórica do momento de assunção de uma responsabilidade política com as populações acompanhadas, na revisão do papel do técnico; bem como na ruptura com perspectivas médico-psicologizantes que limitavam o recorte do objeto e as possibilidades da prática emancipatória (Malfitano e Lopes, 2021).

No Brasil, o termo atividade humana passou a ser mais usado na descrição das práticas em terapia ocupacional desde a década de 1990, estando frequentemente associado ao referencial teórico do MHD (Lima et al, 2013). Ao qualificar como “atividade humana”, diferenciou-se das referências que usavam apenas “atividade”, em perspectivas adaptativas e funcionalistas.

As produções nesse campo de resistência brasileiro apresentam a atividade humana como meio e fim do trabalho em terapia ocupacional. Em revisão sobre os termos usados, Lima et al (2013) apresentam uma grande quantidade de autores e autoras e seus usos:

> a atividade humana teria diferentes funções, de acordo com os autores: promover comunicação, expressão e conhecimento de si, das relações e do mundo; evidenciar potencialidades e limitações daqueles envolvidos no processo da atividade (Caldeira; Montilha; Nobre, 2003; Beckman; Santos, 2004); aprimorar habilidades (Caldeira; Montilha; Nobre, 2003); manter ou alcançar uma vida saudável e integrada socialmente (Lima; Pasetchny, 1998); ampliar trocas e fomentar a aprendizagem do repertório sociocultural; e possibilitar a construção de algo no mundo (Aoki; Oliver; Nicolau, 2006). Segundo Benetton (2008, p. 29), "as atividades possibilitam [...] tratar, educar, ensinar, organizar, alterar o ambiente e incluir pessoas num sistema que lhes permita integrações e interações". A mediação é também uma ideia utilizada para pensar o lugar das atividades no processo de TO. Santos e Fedeger (2008) e Aoki, Oliver e Nicolau (2006) consideram que, por seu caráter transformador da natureza, do mundo em que se vive e de si mesmo, a atividade humana funciona como mediadora das relações entre as pessoas, com a instituição, com a equipe e com a comunidade, revelando desejos, potencialidades, conflitos e auxiliando na compreensão da inserção cultural, histórica e social. Para o Método da Terapia Ocupacional Dinâmica, as atividades em Terapia Ocupacional são mediadoras da relação terapeuta-paciente-grupo (Esturaro; Bucaretchi, 1998; Ferrari, 1991). Nessa perspectiva, elas são parte integrante de uma tríade composta por um terapeuta ocupacional e um sujeito que necessita de Terapia Ocupacional (Benetton; Goubert, 2000; Isidoro, 2000; Pellegrini, 2007). Como termo médio da relação triádica, no contexto do setting terapêutico, as atividades possibilitam ao paciente: [...] uma ampliação do seu conhecimento e contato com o mundo, ajudando-o a fazer escolhas, explorar técnicas e materiais diferentes, falar da sua história e transpor para seu cotidiano experiências vivenciadas no setting, processo que possibilita a experimentação de um novo modo de ser, fazer e estar no social (Moraes, 2007, P. 25). Para Ferrari (1997), a atividade é utilizada em Terapia Ocupacional para instaurar um campo no qual expressão, informação e comunicação se tornam elementos na constituição do vínculo terapêutico, construindo aberturas para formas de fazer, criar, captar o mundo, trocar e relacionar-se (Ferrari, 2002). Rui Chamone (1991, p. 56) considera que a atividade humana é mediadora entre o homem e o mundo na medida em que [...] é o movimento para o devir humano, em razão da necessidade que tem o espírito de tornar-se um ser-outro para promover o trabalho de reflexão sobre si mesmo, exteriorizando-se para não morrer na esterilidade (Lima et al, 2013, p.247).

O que há em comum no uso dos termos é a noção de que as formas de agir dos humanos produzem um efeito sobre os próprios humanos. Fica explícito nessa trajetória de produção do campo o interesse sobre as maneiras como a atividade humana media as relações entre os humanos e destes com a totalidade cotidianamente, bem como o potencial emancipatório da assunção consciente dessa atividade pelos sujeitos.

Portanto, seguindo a tradição da produção teórica da terapia ocupacional brasileira no MHD, nesta pesquisa usaremos o termo atividade humana para delinear o que foi proposto no processo oficineiro emancipatório como o objeto do processo de trabalho de terapeutas ocupacionais no campo da saúde coletiva latino-americana e o cotidiano como elemento estrutural da prática, localizado como meio de produção que sustenta o processo de trabalho emancipatório em terapia ocupacional.

1.3.1. Uma consideração acerca da categoria práxis

Caníglia (1993) propunha o nome praxiterapia para a prática em terapia ocupacional e praxiologia para a produção de conhecimento no campo. Concordamos com a autora quando ela indica que é a finalidade que orienta o trabalho e a escolha das metodologias é consequente ao fim (Caníglia, 1993). Wilcock e Jacobsen (2001) afirmaram que talvez a práxis seja o conceito filosófico que mais se aproxima da forma como os terapeutas ocupacionais entendem sua profissão, enquanto Magalhães e Galheigo (2010), em incursão aprofundada sobre os termos usados em terapia ocupacional no Brasil, indicam uma associação entre a categoria práxis e os quadros de referência do materialismo histórico-dialético na profissão. Estas, entretanto, explicam uma diferença importante entre a práxis e a atividade humana: enquanto a práxis não pode ser alienante em sua definição, a atividade humana pode, e isto nos interessa enquanto objeto que é tomado para ser transformado, dado que compõe o quadro de necessidades a serem respondidas pelas práticas que estudamos aqui.

A práxis é descrita por Vázquez (2007, p. 49) como "a atividade humana transformadora da realidade natural e humana". Portanto, entendemos que a finalidade de realizar a práxis deve orientar o trabalho de todos aqueles interessados na emancipação dos humanos (Vázquez, 2007). Entende-se, a partir dessa perspectiva, que todos os trabalhadores em saúde e em outros setores atuam a partir da práxis reprodutiva, sendo que a práxis criativa é um momento de máxima realização humana, que pode acontecer pela prática profissional ou não. Assim, parece-nos que o trabalho em terapia ocupacional é mais específico, uma parcela necessária na busca coletiva da realização da práxis, enquanto esfera essencial dos humanos:

> para que a consciência filosófica possa elevar-se à reivindicação plena da práxis em sua totalidade como esfera essencial do homem, será necessária a descoberta do caráter social da práxis material, do trabalho. Mas essa descoberta só será alcançada quando chegar até suas últimas consequências a concepção do homem como ser ativo e criador que [...] quando partindo da importância capital do trabalho humano [...] essa atividade humana criadora for considerada uma atividade prática material, isto é, práxis (Vázquez, 2007, p. 51).

Neste sentido, o trabalho específico da terapia ocupacional na perspectiva da saúde coletiva latino-americana assume essa tarefa, recortada na composição com outras práticas sociais, de revelar os elementos do trabalho reprodutivo, alienado e do trabalho criativo, revolucionário, bem como mediar as transições para a assunção dos humanos como sujeitos de práxis intencionais, na autoria de sua história e da história social. O trabalho é descrito por Vázquez (2007) como uma forma específica de práxis humana. Assim, tomaremos o trabalho humano em seus elementos constitutivos, como objeto da terapia ocupacional em saúde

coletiva, na produção de práxis revolucionária junto a outras práticas sociais críticas.

Interessam aqui as mediações pelas quais se efetiva a práxis e, por conta disso, para alcançar o detalhamento almejado na análise das mediações responsáveis pelos efeitos das práticas em terapia ocupacional, elegeremos a atividade humana como termo que nomeará um recorte específico de um objeto parcial, na complexidade do trabalho humano em sua tarefa coletiva de produzir uma práxis revolucionária.

2 PRESSUPOSTO E PROPOSTA DE PESQUISA

As políticas públicas têm sido, como vimos anteriormente, forte orientador das práticas em terapia ocupacional, o que garante algum posicionamento e nitidez de direção para onde se orienta o trabalho. Apesar disso, os profissionais sentem muita dificuldade em identificar instrumentos específicos da profissão para trabalhar (Vieira, 2014; Dehghan et al, 2013). Por outro lado, terapeutas ocupacionais participantes desta pesquisa, que relatam ver sentido em seu trabalho, reconheceram conexão nítida entre suas ações e os resultados obtidos. Em diálogo com a literatura, observou-se que eles reconhecem que suas práticas produzem efeitos para além da intervenção, relacionados ao futuro das pessoas e grupos atendidos (Aiken et al., 2011).

Na perspectiva da teoria do processo de trabalho em saúde (Mendes-Gonçalves, 2017), o trabalhador que se encontra em condições de, com nitidez, recortar o objeto de seu trabalho da intencionalidade que orienta suas práticas saberá eleger também os melhores instrumentos para realizar suas intenções, na produção da história social das pessoas e grupos atendidos. Porém, isso não depende apenas de reflexão crítica, referindo-se fundamentalmente às possibilidades concretas de trabalho libertador, o que vai na contramão do trabalho no modo de produção capitalista.

Então o que seria orientar o trabalho para sentidos libertadores?

Existe um chamado à reflexão crítica sobre as práticas em terapia ocupacional, reconhecendo o seu caráter político como parte do objeto de trabalho, para além da avaliação dos contextos políticos apenas como "panos de fundo" (Pollard et al, 2008; Bezerra, 2011; Galheigo, 2011; Córdoba, 2012; Ikiugu et al, 2015; Farias et al, 2016; Farias, Rudman, 2019).

Parte significativa da produção teórica em terapia ocupacional foca no exame da técnica com grupos específicos, modalidades de tratamento e estudos de caso (Aiken, 2011). A pesquisa de mestrado que precede este projeto, anteriormente mencionada (Vieira, 2014), revelou quão imprecisos ou obscuros estão para os trabalhadores os fundamentos teóricos relacionados ao objeto da profissão, assim como as transformações a que eles se propõem com seu trabalho.

Galheigo (2016) considera que um dos desafios contemporâneos mais importantes para a prática da terapia ocupacional social está relacionado à problematização de tensões ou contradições existentes nas realidades em que se operam as práticas, sendo que consideramos que esse desafio se estende a todos aqueles que se colocam a partir de uma perspectiva crítica, para desenvolver o trabalho em terapia ocupacional neste e em outros campos.

Existe necessidade de desenvolver abordagens específicas da terapia ocupacional em

que a clínica e a perspectiva biomédica não são suficientes ou aplicáveis, entendendo que a dimensão coletiva é inseparável das necessidades individuais, já que os indivíduos são agentes da produção e reprodução das práticas e estruturas sociais (Malfitano et al., 2014). Há um chamado, desde a década de 1990, para que terapeutas ocupacionais assumam o papel político e de transformação social da profissão (Francisco, 1988; Soares, 1991; Townsend, 1997; Barros, Ghirardi e Lopes, 1999; Whiteford, 2000; Barros, Ghirardi, Lopes, 2002; Medeiros, 2003; Pollard et al, 2008; Farias, Rudman, 2019):

> para Galheigo (1999), o terapeuta ocupacional no Brasil, ao rever seu papel de adaptador social em favor do papel de articulador social, tem sido chamado a repensar a especificidade deste campo de ação. A autora percebe a necessidade da constituição de um campo de conhecimento teórico e prático que implica a possibilidade de refletir, articular e produzir o conhecimento necessário em três domínios, a saber: o macro-estrutural e conceitual, o político-operacional e o da atenção pessoal e coletiva (Barros, Ghirardi, Lopes, 2002, p. 100).

Como se demonstrará adiante neste trabalho, as propostas de práticas em terapia ocupacional, em oposição a práticas funcionalistas, têm forte tendência de realizar análises críticas da realidade. Sua contribuição caminha no sentido do reconhecimento da dimensão da determinação coletiva das atividades humanas, traduzidas em propostas de atividades coletivas, com ação sobre elementos da determinação social dos processos de sofrimento. Sua operacionalização foca no acesso a direitos sociais, como o alcance possível das práticas, dada a autonomia relativa dos trabalhadores terapeutas ocupacionais no sistema de produção (Bezerra, 2011; Lopes et al, 2014; Malfitano et al, 2021).

Considera-se, entretanto, que o acesso aos direitos segue sendo individual (acesso a benefícios), não avançando para propostas de crítica ao sistema de produção e sua superação, e se pondera que o projeto revolucionário que disparou a redemocratização do Brasil não se efetivou. Portanto, como parte dessa dinâmica social, tal processo se manifesta na prática em terapia ocupacional, bem como em outros campos de atuação, não sendo uma questão exclusiva da profissão.

Espera-se que a contribuição desta tese possa iluminar os elementos metodológicos que propiciam práticas emancipatórias. Conforme Cordeiro (2016) explicou, a escolha de métodos de pesquisa depende da perspectiva teórico-metodológica adotada:

> Metodologia não é definida como aquilo que demonstra a forma como os dados serão coletados, esses são os métodos. Conforme definido anteriormente, a metodologia é o caminho que aponta direções explícitas para os procedimentos num desenho de pesquisa, para o instrumental próprio de abordagem da realidade. É o princípio que determina o plano de ação que vai guiar a escolha, o uso e a interpretação das ferramentas e procedimentos no processo de pesquisa. Ela informa a lógica, os valores

> e a compreensão acerca do conhecimento e determina o foco e a intencionalidade da pesquisa; tem relação direta com as perspectivas epistemológica e teórica assumidas pelo pesquisador (Minayo, 1992; Crotty, 1998; Creswell, 2003; Mackenzie, Knipe, 2006; McGregor, Murnane, 2010; Thiollent, 2011). (p. 52).

Dessa forma, de maneira análoga, ao apresentar como produto desta tese uma análise teórico-metodológica da prática de terapeutas ocupacionais em saúde coletiva, com base no MHD, entende-se que o que se entrega é uma discussão de caráter metodológico que fundamente e oriente a eleição de métodos e técnicas na prática profissional de finalidade emancipatória, de forma coerente.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que, para desenvolver uma abordagem que operacionalize o processo de trabalho em terapia ocupacional na saúde coletiva de base MHD, há uma contribuição singular que reside na análise e intervenção sobre a dimensão ontológica da emancipação humana, que vai além das propostas de inclusão dos sujeitos por meio do acesso a políticas públicas e participação social por meio da cidadania, reconhecendo-as como parte do processo, mas não como sua finalidade (Medeiros, 2003). A partir de uma dimensão ontológica localizada epistemologicamente no MHD, propõe-se que a análise e fundamentação teórico-metodológicas das práticas poderá contribuir para o avanço da práxis da terapia ocupacional, no sentido da composição da práxis revolucionária, que é coletiva, e que superará o modo de produção capitalista, no horizonte da utopia concreta da emancipação humana (Viana, 1990).

3 OBJETIVOS E FINALIDADE

A emancipação humana é um horizonte que orienta as práticas da saúde coletiva latino-americana na vertente do MHD, sendo um processo coletivo que, ao se colocar em curso em uma perspectiva emancipatória, todos se envolvem em direção a esta transformação, trabalhadores em saúde e pessoas acompanhadas.

Indefinições acerca de conceitos e da operacionalização de uma prática crítica na atuação de terapeutas ocupacionais vêm de longa data e têm produzido desgaste relevante, relacionado à dificuldade em identificar instrumentos específicos da profissão na legitimação das práticas, para além do funcionalismo marcante de suas origens. Entende-se a necessidade de fundamentação que produza sentido histórico e material para a prática social em terapia ocupacional[4] e, portanto, que conecte as ferramentas de trabalho às finalidades que se deseja alcançar. Assim, propõe-se os seguintes objetivos e finalidade:

3.1 OBJETIVOS

Assumiu-se como objetivo geral desta tese:

- Compreender e sistematizar o processo de trabalho em terapia ocupacional no setor saúde, de acordo com o referencial da saúde coletiva latino-americana, fundada no Materialismo Histórico-Dialético.

Os objetivos específicos foram:

- Elucidar as categorias que amparam a compreensão do trabalho em terapia ocupacional como prática social;
- Sistematizar processo de construção coletiva de conhecimento sobre as práticas como ferramenta de fortalecimento de trabalhadores em terapia ocupacional.

3.2 FINALIDADE

A finalidade deste trabalho é o fortalecimento de trabalhadores coletivos na construção de um projeto de emancipação humana, a partir do caso específico de terapeutas ocupacionais em saúde coletiva latino-americana. Pretende-se que o compartilhamento da sistematização de uma análise teórico-metodológica do processo de trabalho de terapia ocupacional em saúde,

---

4 Hammell KRW. Building Globally Relevant Occupational Therapy from the strength of our diversity. [Conferência de fechamento do congresso da federação mundial de terapeutas ocupacionais: World Federation of Occupational Therapists' Congress: 2018, mai 25; Cape Town, South Africa]. Disponível em: https://congress2018.wfot.org/.(acesso em 17/5/2019).

bem como o compartilhamento do conhecimento que se produz a partir disso, possa ampliar as possibilidades de transformação consciente e emancipatória dos trabalhadores em saúde, de forma geral, e dos terapeutas ocupacionais de forma específica, bem como das populações acompanhadas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 TIPO DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa em saúde, que utilizou como metodologia de investigação a pesquisa-ação emancipatória (PAE). A pesquisa-ação possibilita e tem como princípio a participação dos grupos sociais no processo de tomada de decisões (Thiollent, 2011; Toledo, 2011) com maior foco em pesquisas em que os sujeitos implicados são chamados a agir explicitamente, apresentando três eixos comuns: a participação, a construção de conhecimento e a transformação social (Cordeiro, 2016).

O grupo de pesquisa *Fortalecimento e Desgaste no Trabalho e na Vida: Bases para a Intervenção em saúde coletiva,*[5] ao qual este projeto de pesquisa está associado, tem trabalhado com a produção de conhecimento por meio da pesquisa-ação emancipatória (PAE) (Cordeiro, Soares, 2013; Cordeiro, 2016; Soares et al, 2018). A PAE é uma vertente em Pesquisa-Ação,

> fundamentada no materialismo histórico-dialético, que requer participação radical e estratégias de condução que tenham como finalidade a transformação da totalidade social. A intenção da PAE é problematizar o recorte da realidade primeiramente trazido na sua aparência, compreendendo a sua essência, ou seja, esse recorte como parte da dinâmica social do modo de produção. Essa problematização só é possível através de realinhamento teórico, dado que é necessário criticar as teorias hegemônicas, que explicam apenas a dimensão particular da realidade, o que acarreta em circunscrevê-la aos sujeitos e a suas relações mais próximas (família, comunidade) (Soares et al, 2018, p.157).

O processo de PAE se vale de oficinas emancipatórias, que tomam como objeto o estranhamento do trabalho na produção de serviços (Soares et al, 2018). As oficinas podem ser entendidas em sua *dimensão teórica*, ao estarem ancoradas no conceito de trabalho como categoria central e nas teorias da determinação social do processo de saúde; em sua *dimensão ontológica,* ao assumir "a concepção ontológica lukacsiana que considera o ser humano essencialmente como ser social e radicalmente histórico" (Soares et al, 2018, p. 5) e ao afirmar a emancipação como a superação histórica do estranhamento e da exploração do humano pelo humano; e em sua *dimensão metodológica,* apoiada na educação emancipatória, que propõe um processo educativo de formação praxiológica, em que se possam

> reconhecer, nos diferentes serviços, seja a unidade básica de saúde, seja o ambulatório de especialidades, seja o hospital, ou outro local de trabalho, o objeto, o produto, os meios e instrumentos e o trabalho propriamente dito, com a detecção das formas de organização do trabalho e da divisão técnica do trabalho (Soares et al, 2018, p. 6).

5 http://fortalecimentoedesgaste.com.br/

As oficinas emancipatórias têm o potencial de produzir sentido para o trabalho (Soares et al, 2018). Ao mesmo tempo, por meio delas, oportuniza-se a produção de conhecimento sólido sobre as práticas (em terapia ocupacional, neste caso), que seja inscrito na história, fortalecendo o(a) trabalhador(a) coletivo(a) em saúde em suas ferramentas singulares de transformação. Portanto, há uma dialética característica do método que atravessa todo o trabalho e, por isso, elementos dos resultados são evocados ao longo de todo o texto, bem como elementos do método ficam evidenciados e demonstrados na apresentação dos resultados.

4.2 LOCAL E PARTICIPANTES DO ESTUDO

Os participantes da pesquisa são denominados como pesquisadores internos (Soares et al, 2018) e foram convidados por serem terapeutas ocupacionais de diferentes campos de atuação, com interesse e disponibilidade para compor um grupo de produção de conhecimento sobre as práticas em saúde coletiva na busca de delineamento dos elementos do processo de trabalho em terapia ocupacional baseado em fundamentos do MHD. Foi assumido como critério que os pesquisadores internos tivessem experiência acumulada de pelo menos um ano no campo de práticas. Para a realização das oficinas emancipatórias, utilizaram-se salas da Escola de Enfermagem da USP com recursos de audiovisual e videochamadas pela Internet, para abarcar a participação daqueles que estavam fora da cidade de São Paulo. As oficinas foram realizadas de agosto a outubro de 2019.

A seleção dos pesquisadores internos foi realizada por meio de chamada à participação em redes sociais e pela rede de contato da pesquisadora externa, que já contava com uma lista de colegas interessados e interessadas na participação. Utilizou-se também a técnica *snowball* (Christopoulos, 2010), em que os participantes iniciais indicaram novos participantes para comporem o grupo. Essa técnica apoiou a busca por participantes de diferentes campos de atuação. Foram convidados ainda, para comporem o grupo de pesquisadores internos, terapeutas ocupacionais com atuação como pesquisadores que compartilham a perspectiva do MHD, com a finalidade de discussão analítica contínua e de apoio para instrumentalização do grupo, sempre que o processo de reflexão crítica exigisse.

No total, foram convidados 26 terapeutas ocupacionais, dentre os quais dez puderam, efetivamente, compor o grupo de pesquisadores internos. Para a caracterização do grupo, apresentam-se a seguir as falas que fizeram no início do processo, em suas vozes, que demonstram algumas conexões e motivações para participar. Essas falas foram revisadas por eles, no momento de revisão final do texto transcrito, e aprovadas para publicação. Trechos

entre colchetes são edições feitas após apreciação dos participantes, cujos nomes são fictícios e foram escolhidos por eles:

- Eu sou o Daniel, fiz graduação em terapia ocupacional na Universidade Federal de São Carlos. No meu percurso de graduação, fiz duas iniciações científicas, que se voltaram para a apreensão da formação terapêutico ocupacional junto às temáticas de travestilidade e transsexualidade. Também fiz residência em saúde mental e trabalhei no primeiro ano num CAPS infantojuvenil e no segundo ano eu fiquei em dois centros de saúde. No meio disso, apoiei uma pesquisa de pós-doutorado sobre a qualificação de rede de saúde mental infantojuvenil. O trabalho de conclusão de curso da residência foi sobre cuidado em saúde mental e população LGBT. Atualmente estou fazendo doutorado em terapia ocupacional, pensando a ação profissional de terapeutas ocupacionais, no Brasil, junto à população LGBT.

- Sou a Clarice, formei-me na USP, e fiz a mesma especialização que o Daniel, eu fiquei no CAPS Álcool e Drogas. Meu percurso de pesquisa... É bem variado, na graduação eu fiz IC na área hospitalar, na humanização e na leitura política, e como que é a nossa relação com a política, como a política de humanização se dá, de fato, muito também na própria questão epistemológica... Depois terminei no estágio de saúde mental, fiz o projeto de extensão de saúde mental e... Desde que me formei, eu trabalho em NASF. Eu trabalhei em duas equipes diferentes, fiz o mestrado... Minha pesquisa foi sobre o cuidado de mulheres na AB... Mais uma leitura de gênero, de saúde mental, eu não aprofundei na Teoria Queer, usei mais a fundamentação da saúde coletiva mesmo. Estou [trabalhando como terapeuta ocupacional na rede da] Brasilândia há 3 anos já.

- Eu sou a Dandara, estudei na TO USP, acho a parte mais interessante de eu estar aqui tem a ver com o meu percurso de [estar profundamente conectada com] o território e o quanto nesse [movimento] eu vou compreendendo sobre a rede. É uma rede que vai conversar com os coletivos, instituições, conversas mais duras e conversas muito ricas. Eu estou há 8 anos no Grajaú, no NASF também, no território, mas bem lá no extremo, nas margens da Represa Billings, na UBS. [No momento do fechamento da tese, Dandara mudou de trabalho e está na articulação de redes de arte, cultura e transformação social; produzindo vídeos e artistas no diálogo entre a produção de saúde e a transformação social; e atendendo em clínica particular, naquilo que chamou de clínica do caos, que tem a finalidade de apoiar processos revolucionários no cotidiano].

● Eu sou a Olga, me formei em 2007. Conheci as meninas aqui em diferentes momentos... Depois continuei um percurso muito próximo da pesquisa em RBC, depois fui para Santo André, neste projeto que a gente se aproximou mais, né Dandara, tinha esse projeto lá de RBC, chamado Arco, e fiz o meu mestrado olhando para esse projeto no mestrado na Unicamp, o nome era Saúde, Reabilitação e Interdisciplinaridade, o programa... Depois um percurso na saúde pública, na saúde coletiva, fiquei em algumas equipes de NASF, fui para Sapopemba, para Brasilândia, Paraisópolis, sempre a gente está em 2 [empregos em NASF], né? Fiz parte da equipe do CAPS infantil da Cachoeirinha e, em 2013, fui para a gestão de políticas públicas das pessoas com deficiência, na secretaria da pessoa com deficiência, e de lá eu fui para um CER, e logo eu já fiquei na gestão, fiquei primeiro no Centro, e agora na Brasilândia, território compartilhado com a Clarice. Eu faço esse papel aí de gerente da unidade, né, e de interlocutora do território.

● Eu sou Ivone, me formei na USP de Ribeirão Preto e eu fiz residência em saúde coletiva na UFRJ... Na saúde coletiva um pouco com a ideia de fugir da TO... Trabalhei no NASF no Rio por uns meses, quase um ano, e vim para SP, atuar no CAPS Infantojuvenil, em Santo Amaro, quando eu vim para São Paulo, pensei, preciso [integrar] a TO na minha vida e aí... Fiz o Ateliê [grupo de estudos em terapia ocupacional com fundamento na saúde coletiva latino-americana de base no MHD] com a Aline, e é isso, estou tentando entender...

● Eu sou a Marlen, [estou no campo social da terapia ocupacional]. Estou no doutorado no PPGTO, orientação com a Denise [Dias Barros], conheço já o Daniel, que a gente tem no PPGTO uma passagem, me formei na USP em 2012, aí fiz o mestrado pensando no cotidiano de uma determinada comunidade de Moçambique e as TOs cuidando das crianças ali, entendendo a TO e a infância que pode, do mesmo modo que precisamos produzir outras verdades sobre a TO, precisa. Eu tenho trabalhado com questões de entendimento sobre o que é a criança, o que é a infância, numa perspectiva mais antropológica, sociológica, sobre essas questões e sobre as questões da terapia ocupacional e como a gente vai utilizando alguns termos, algumas terminologias em relação a norte e sul e os alinhamentos. Lá eu acabo trabalhando um pouco com essa questão da Saúde mais... E aí eu tenho trabalhado tanto nas áreas mais urbanas como nas áreas mais rurais... Agora estou terminando até fevereiro o doutorado, eu tenho trabalhado sobre a temática da infância e da criança em Moçambique e as relações com a TO, pensando nessa relações do brincar e da produção de saberes e cultura e também tenho trabalhado, quando eu estou aqui, eu trabalho com o pessoal da Casa das Áfricas, com a questão

da infância e imigração africana e tenho trabalhado com a rede de educação, para poder pensar o ensino básico e principalmente essa questão da xenofobia e do racismo com as crianças.

- Eu sou Bernardo... Tenho foco de trabalho com gerontologia, saúde mental e acompanhamento terapêutico. São as áreas que me dão mais prazer em atuar. Formei em 2006 na São Camilo, fiz IC... Discutindo inclusão na escola pública de crianças com necessidades especiais, o meu TCC foi em saúde do trabalhador e isso espelhou um pouco meu percurso laboral de trabalho anterior... Porque comecei como programador de computador, fiz [faculdade de] História, fui professor de estado na rede pública durante muito tempo, aí virei bancário, sempre militando no sindicato, em associações, mas um determinado momento, quis mudar, fui fazer TO e já com a perspectiva de que a TO, além de me dar uma possibilidade de atuação profissional, também ia servir como na História, para a minha vida, com certeza isso tem acontecido. Hoje eu trabalho como autônomo, faço atendimento em domicílio para idosos, tenho um trabalho em grupo com familiares, com pessoas que têm sob seu cuidado, que precisam de um acompanhamento de cuidados por longo tempo, tem uma parceria com uma arte-terapeuta. Continuo na militância, estou na ABRATO como delegado do congresso CLATO, na Argentina. Eu estou aqui... Bastante para aprender... Eu volto a discutir MHD, eu começo em 85, 84, estudando História e tendo uma formação com essa base, e volto outra vez a isso, isso me deixa bastante contente.

- Eu sou Wanda, trabalho em um CAPS Álcool e Drogas faz 4 anos. Acho que eu tive uma escola de pensar o cuidado e construir coletivamente o trabalho muito boa, que foi com [um colega de trabalho] que eu acho que é uma pessoa que pensa saúde coletiva e que eu acho que agrega muito nessa construção conjunta, eu acho que é um cara que acredita muito na TO, [e outros colegas que até hoje trabalham comigo]... Eu saí da faculdade, passei no concurso e fui trabalhar, aí você chega em um espaço meio que cru, não sabendo muito como fazer e tudo mais... A gente acredita muito no trabalho que é construído com a rede. A gente fala lá, um usuário que está no CAPS, ele não é um usuário só do CAPS, ele é um usuário de outros serviços, ele é um munícipe e eu acho que eu acredito muito nesse trabalho, a gente tenta muito fazer esse trabalho em rede acontecer... No município que eu trabalho não tem muitas terapeutas ocupacionais, é um município que tem pouquíssimas, na verdade... Eu também facilito lá dois projetos de economia solidária e geração de renda... Falando do por que estar aqui... O quanto é importante a gente estar com pessoas que estão pensando um projeto de mundo muito parecido com o nosso, que acho que é muito no que penso da Aline, do que a gente acredita enquanto

profissional, enquanto trabalho e enquanto pessoa, como ser político... Muito importante a gente estar juntos pensando sobre isso.

- Sou Neuza, sou TO sanitarista, me formei na UFMG em 2016, vim para SP para fazer a residência em saúde coletiva e atenção primária... Pela USP, na Faculdade de Medicina, na medicina preventiva... Acho que é um pouco do percurso da graduação, foi bem relacionado a isso, minha iniciação científica, já na questão da TO no contexto da gestão, mapeando os TOs de Minas [Gerais], entendendo onde estavam, tentando propor novas políticas, foi um trabalho legal, que foi para os interiores e conseguiu criar repercussão em alguns lugares. Quando eu vim pra SP, já vim pensando nessa relação da TO com a saúde coletiva e como eu ia conseguir me aproximar e unir esses dois campos. Aqui em SP... Acabei a residência agora em fevereiro e no início de março já comecei a trabalhar em um CAPS AD do Campo Limpo... Estou me experimentando enquanto terapeuta ocupacional ainda, a residência foi bem voltada para a gestão, então eu estava muito mais com os conceitos de processo de trabalho e saúde coletiva do que da TO... Estou lá desde então e aí eu fiz o Ateliê [mesmo grupo de estudos descrito por Ivone] com a Aline, foi bem legal, a gente se conhece desde a residência, ela deu uma aula pra gente.

- Eu sou Diana... Recentemente eu estou trabalhando [no interior do estado de São Paulo] em um centro de atenção de cuidados à criança de 0 a 12 anos, é um serviço de referência especializado... Fiz residência multi em saúde mental e saúde coletiva pela Unicamp e depois passei também um tempinho como professora substituta na UFSCAR, também na saúde mental, e faço Mestrado lá em São Carlos... Então, eu conheço a Aline na verdade de antes, que aí foi quando eu me aproximei para estar no grupo e estudando um pouco mais a terapia ocupacional em interface com a saúde coletiva.

A configuração do grupo se mostrou muito interessante e permitiu abordar elementos do processo de trabalho em terapia ocupacional com densidade e profundidade ímpares, dado que houve diversidade de campos de atuação, de processos formativos e de formas de entender o trabalho crítico. Para realizar uma pesquisa-ação emancipatória, considera-se que os pesquisadores internos são capazes de contribuir para a construção do conhecimento e de transformarem práticas sociais. Reconhece-se que cada um tem habilidades e potencialidades singulares, com plena competência para compartilhar responsabilidades na tomada de decisões relacionadas ao problema em discussão (Cordeiro et al, 2017). Assim se estabeleceram as

relações e a produção de conhecimento apresentada nesta tese.

A colaboração entre pesquisadora externa e pesquisadores internos extrapolou os limites acadêmicos do formato da tese, um artigo já foi produzido em colaboração com pesquisadoras internas, a partir das análises realizadas nas oficinas, e outros dois estão em elaboração no momento da escrita final deste trabalho. Além da colaboração no campo acadêmico, outras pesquisadoras internas estabeleceram contato permanente com a pesquisadora externa, no desenvolvimento de apoio a projetos de movimentos sociais na periferia de São Paulo, reconhecendo como prática emancipatória em terapia ocupacional a contribuição desta parceria. Trocas e convites para colaboração internacional a partir das reflexões das oficinas aconteceram em parceria com um dos pesquisadores internos e três trabalhos foram inscritos no Congresso Mundial de Terapia Ocupacional de 2022, em colaboração com todos os pesquisadores internos. O diálogo sobre a prática da terapia ocupacional com base no MHD segue vivo em um grupo de aplicativo de mensagens instantâneas, que se criou com os participantes, apontando um vínculo e um compromisso que extrapola o momento da pesquisa.

Essas colaborações e vínculos são efeitos da PAE, que se efetivam no impacto sobre as práticas sociais e as possibilidades de ação emancipatória, para além do momento da pesquisa. Espera-se, adiante, propor e desenvolver com o grupo ainda outras publicações e propostas de práticas, como um projeto ampliado da pesquisadora externa, do qual esta tese é uma parte.

4.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

As oficinas emancipatórias foram registradas por gravadores de áudio e vídeo, as quais totalizaram aproximadamente 30 horas de gravação e foram transcritas em 489 páginas. Foi feito um registro em diário de campo, realizado pela pesquisadora externa, junto a trocas com as orientadoras, que puderam apoiar o processo de análise permanente e ajustes metodológicos ao longo das oficinas.

As oficinas se desenvolveram em 10 encontros semanais de três horas cada. Inicialmente, previu-se um conjunto maior de encontros dedicados à reflexão crítica sobre o processo de trabalho em terapia ocupacional e criação de ferramentas, a partir do MHD. De fato, a maior parte do processo se concentrou na análise das práticas. Isto ocorreu porque o que determina a especificidade de cada prática social em saúde são as ferramentas de que se utiliza na transformação do objeto (Queiroz e Salum, 1996; Mendes-Gonçalves, 2017). Assim, para

realizar o objetivo geral de compreender o processo de trabalho em terapia ocupacional, de acordo com o referencial do Materialismo Histórico-Dialético da saúde coletiva latino-americana, foi dado destaque a esse elemento como ponto de partida nas análises realizadas.

As oficinas aconteceram em ciclos de reflexão crítica na produção coletiva de conhecimento, entre as experiências reais e a mediação do processo, com a finalidade de transformar práticas. É possível identificar elementos estruturantes do processo como forma de apresentar a metodologia emancipatória, bem como orientar o planejamento e execução das oficinas, são eles:

- Encontro. Todo o processo é disparado pelo encontro com as experiências concretas dos participantes;
- Problematização. As experiências são analisadas conjuntamente em suas contradições, problemas e possibilidades de solução;
- Instrumentalização. Conhecimentos teóricos e técnicos são acessados e compartilhados de forma que possam confrontar explicações iniciais que sejam alienadas e/ou superficiais, com a finalidade de avançar na análise crítica;
- Síntese. Novas explicações são possíveis por meio de novas sínteses produzidas coletivamente em forma de conhecimento;
- Novas Práticas. Novas práticas resultam de uma nova forma de apreender a realidade e identificar o objeto de intervenção (Soares et al, 2018).

O quadro 1 identifica os principais momentos do processo oficineiro emancipatório, com os efeitos das oficinas sobre os participantes, demonstrando como a Pesquisa-Ação Emancipatória pode produzir transformação dos sujeitos. Os resultados são identificados com as categorias teóricas do método: Encontro, Problematização, Instrumentalização, Síntese e Novas Práticas.

Quadro 1 - O Processo Oficineiro

O PROCESSO OFICINEIRO		
Nº	**Objetivos parciais do processo oficineiro alcançados em cada encontro.**	**Especificação das etapas da pesquisa-ação emancipatória relacionadas a cada objetivo parcial**
Oficina 1	Estabeleceu-se processo dialógico radical, por meio do levantamento de contradições na própria pergunta de pesquisa, junto aos pesquisadores internos.	Encontro

	Sínteses iniciais indicaram potencial fortalecedor na proposta metodológica: pesquisadores internos identificaram potencial de fortalecimento em poder assumir termos e conceitos que nomeiam elementos operacionais da prática que se percebem realizando de fato.	Instrumentalização
Oficina 2	Discutiu-se sobre o chamado trabalho "nas brechas", na contradição de dar respostas a reais necessidades sociais, de forma individualizada e às custas dos trabalhadores, sem desafiar a estrutura opressora. Subversão ou manutenção das estruturas?	Problematização
	Identificação de problematização e instrumentalização, que oportunizam positivação na leitura das próprias ações, apontando horizonte de desalienação em lugar da queixa ou do trabalho solitário que transgride o protocolo, mas não avança para uma transformação coletiva.	Novas Práticas
	Identificação da possibilidade de nomear elementos da prática, a partir de uma localização teórica como fortalecimento. Assumir uma práxis criadora na disputa sobre a determinação do próprio trabalho, propondo normas alinhadas a uma finalidade consciente, na forma de novos protocolos.	Síntese
Oficina 3	Discutiu-se que a consciência sobre o referencial teórico apoia a identificação das necessidades às quais a terapia ocupacional tem ferramentas para responder.	Instrumentalização
	Pesquisadores internos realizaram aprofundamento de sínteses no acúmulo realizado ao longo dos encontros. O grupo realizou processos de problematização, identificação de contradições e síntese com mais desenvoltura, tendo a pesquisadora externa apresentado apenas elementos de instrumentalização.	Novas Práticas
	Pesquisadores internos identificaram contradições em suas práticas, em seus elementos alienados e em seus elementos emancipatórios, apropriando-se do referencial teórico do Materialismo Histórico-Dialético.	Problematização
	Neste encontro ficou evidente o acionamento do método dialético de identificação das contradições que compõem a complexidade da reprodução social, como manifestações da totalidade, a partir das quais se podem produzir análises que apoiem o retorno à prática.	Síntese
	Identificou-se entre pesquisadores internos um movimento de avanço da tomada de consciência para a proposição de ação coletiva e de autoria de processos, por reconhecer que a transformação só pode ser efetivamente emancipatória se produzida pelo humano enquanto sujeito coletivo do processo de trabalho.	Novas Práticas

Oficina 4	Foram identificados impactos sobre as práticas a partir do processo oficineiro, manifestados como postura afirmativa de composição do trabalho coletivo. Observou-se que a apropriação da teoria que explica a realidade material apoiou a produção de sentidos positivos para o próprio trabalho.	Novas Práticas
	Identificaram-se contradições entre a transformação possível nos encontros das oficinas e a transformação impossível no território, por se fazer em trabalho solitário.	Problematização
	Identificaram-se, nas práticas dos pesquisadores internos, elementos do estranhamento.	Problematização
	A percepção de autoria do próprio trabalho foi aproximada da noção de pertencimento. Propôs-se que se o trabalhador tem consciência de seus atributos, habilidades e ferramentas, na leitura da finalidade e do objeto de trabalho coletivos, ele tem melhores condições de compor teleologicamente o trabalho com os outros trabalhadores, executá-lo coletivamente e avaliar resultados de forma eficaz. Essas ferramentas pertencem a ele, tanto quanto a consciência do que ele está fazendo ali.	Síntese
Oficina 5	Relatou-se o impacto das oficinas sobre as práticas. A nomeação de elementos do processo de trabalho oportunizou a percepção de estratégias de enfrentamento ao estranhamento, pela maior nitidez da intencionalidade que orienta as práticas.	Novas Práticas
	Observou-se que a instrumentalização foi feita pela pesquisadora externa, mas também pelos pesquisadores internos.	Novas Práticas
	Análise coletiva de práticas permitiu indagação sobre a própria prática, complexificando sua leitura.	Problematização
Oficina 6	Oficinas foram consideradas como espaço de confiança, momentos de fortalecimento para o trabalho e para a vida.	Encontro
	Propôs-se que, para que se possa realizar o trabalho criativo em terapia ocupacional, seria necessário "criar espaços de confiança". Sendo atribuída à desconfiança e insegurança panópticas do trabalho toyotista a produção do estranhamento observado nos processos de trabalho.	Síntese
Oficina 7	Com a discussão e o aumento da consciência sobre as contradições do trabalho em terapia ocupacional, identificou-se uma angústia e incômodo sobre o papel da profissão no capitalismo e o fato de que todas e todos estão submetidos a alguma medida de assujeitamento.	Problematização
	Observou-se instrumentalização e sínteses sendo realizadas pelos pesquisadores internos.	Novas Práticas

Oficina 8	Observou-se que pesquisadores internos passaram a fazer problematização, instrumentalização e síntese sem apoio ou com pouco apoio da pesquisadora externa.	Novas Práticas
Oficina 9	Observou-se que os pesquisadores internos, apropriados da discussão sobre o processo de trabalho em terapia ocupacional, fizeram aprofundamento teórico nas discussões sobre os elementos do processo de trabalho, identificando como eles podem, dialeticamente, ocupar diferentes categorias teóricas de acordo com o momento do processo.	Novas Práticas
	Identificou-se maior nitidez dos pesquisadores internos na eleição dos elementos do processo de trabalho a partir das categorias teóricas e também uma explicação para cada elemento que incorpora o conhecimento produzido pelos encontros.	Novas Práticas
Oficina 10	A forma de conduzir as oficinas produziu impacto como referência de prática consciente e estratégica nos campos de atuação.	Novas Práticas
	Pesquisadores internos relataram maior consciência da contribuição para o trabalho coletivo e experimentaram, ao mesmo tempo, angústia e alívio com essa consciência.	Novas Práticas
	Pesquisadores internos relataram, como resultado do processo oficineiro, sensação de pertencimento, que se produziu ao encontrar pares críticos com perguntas parecidas.	Síntese
	Identificaram que o exercício de nomear os elementos de sua prática apoiou a elaboração das perguntas e a sua transformação em questões mobilizadoras.	Novas Práticas
	Identificaram que nomear coletivamente e fundamentar conceitos específicos permitiu legitimação de elementos da prática que já realizavam, mas por não encontrar nomes ou ressonância com os outros trabalhadores, questionavam-se sobre a própria competência.	Síntese
	Relataram ter maior consciência do limite de uma atuação emancipatória nas instituições sociais e de saúde.	Síntese
	Relataram maior consciência em relação à intencionalidade em seu trabalho, com um recorte melhor delimitado. Identificaram que isso foi possível graças à perspectiva teórica em diálogo com a prática, que localiza melhor cada agente e permite melhor eleição de ferramentas de ação.	Síntese

Fonte: elaborado pela autora (2021)

O quadro 2 a seguir apresenta o processo de investigação das ferramentas, que demonstra como a oficina emancipatória aconteceu nos ciclos de Problematização (P), Instrumentalização (I) e Síntese (S), a partir da pergunta feita a uma das pesquisadoras internas (Clarice), sobre uma cena de acompanhamento em terapia ocupacional que ela realizou. “Quais foram as ferramentas que você usou para fazer a intervenção em terapia ocupacional?”:

Quadro 2 – Identificação das Ferramentas

IDENTIFICAÇÃO DAS FERRAMENTAS	
Descrição dos acontecimentos no acompanhamento	**Momento do processo oficineiro emancipatório de pesquisa**
Clarice - Eu acho que eu estive bem atenta a essa pulsão dela, eu percebi nela uma vontade de estar ali. Aí como ela não podia estar do jeito que era o combinado, eu pensei em um outro jeito de ela poder participar daquela festa, porque ela não podia participar desse jeito, que era o "Vem mais tarde!". Aline - Você está descrevendo a cena. Você sabe destacar quais as ferramentas que você usou? O quê disso é ferramenta? Clarice - Não. Aline - Alguém consegue pensar o que ela usou como ferramenta aí? Marlen - O diálogo pode ser uma ferramenta? Aline - Consegue ser mais específica? Marlen - Quando ela conversa com a moça... Teve uma observação da situação, notar a moça ali naquele lugar, escondida. Trazer, tirar ela daquele lugar escondido e trazer para a cena mesmo e... Quando você vai, conversa com ela, porque para fazer o convite você também dialoga, então não sei se isso poderia ser uma ferramenta. Bernardo - A ferramenta tangível? Está falando em algo material? Aline - Qual seria se fosse tangível? Bernardo - As bolas, as bexigas, ela encheu um saco de bexiga, então tem isso materializado, essa é uma ferramenta. Tem o espaço que ela ocupou também, sentar no chão... Mas aí também tem uma questão que é bem intangível, que é a percepção dela do que está ocorrendo.	**P**
Aline - Então tem uma observação da situação e uma percepção do que estava acontecendo. Esses dois elementos, observação da situação e percepção do que estava acontecendo, parece para vocês que é um processo de análise? Várias vozes - Sim.	**S**
Daniel - Estou aqui pensando, acho que tem uma outra coisa que é uma ferramenta, que tem sido muito colocada acho que pelas outras áreas também, mas pela TO em especial, que é a da mediação de conflito... Essa mediação entre a equipe, de não reconhecer aquilo como um trabalho, por exemplo. É que isso apareceu pouco, mas eu fiquei pensando que talvez se a gente explorasse mais da conversa, talvez aparecesse mais também, entendeu? Aline - E isso faz parte da intervenção?	**P**

Daniel - Sim. Porque é isso, tem uma coisa que tem a mediação do conflito, que vai ser pensada a mediação do conflito da relação, e a Denise [Barros], naquele [artigo] "TO Social: O Caminho se Faz ao Caminhar", ela coloca a mediação do conflito da mediação dos conflitos sociais, entende? Em uma perspectiva mais macro. Então tem essas duas perspectivas de mediação do conflito, seja ela na relação, tipo um menino que está causando muito na escola e o TO entra para mediar o conflito entre professor e aluno e tal, e a mediação do conflito, o conflito das questões sociais, sabe? Aline - Então a intervenção dela foi para além da intervenção só com a menina? Daniel - É.	**I**
Aline - Quando ela fala para a equipe: "Estou trabalhando, sim!", essa é uma intervenção que também alcança a menina, porque cria uma tensão social, que é a presença dela, o que ela está fazendo ali, como está ali. Daniel - Sim e também amplia a possibilidade de entender o que é um trabalho técnico, inclusive. Quando eu digo que isso também é trabalho, talvez existam mais coisas que sejam trabalho, além do que eu estou considerando. Clarice - Aí para mim fica aquela questão que eu mesma trouxe no outro encontro, do consentimento para o trabalho acontecer ou não. Eu não me apresentei para ela, nada disso. Foi uma coisa que foi acontecendo. Então acho que é mais um exemplo de que nem toda situação é esclarecida, "Olha, isso é um trabalho!", para o trabalho acontecer.	**S**
Aline - TO não precisou se apresentar para que fizesse um trabalho de TO ali, ainda assim estava fazendo um trabalho de TO. O que caracterizou então que isso era TO? Clarice - Para mim é muito isso, eu só penso nessa palavra, a inclusão. Apesar de não ser suficiente, mas é isso. Bernardo – Mas, de novo, ela, *per se*, não é uma certa ferramenta para a TO? Você está ali imbuído nesse papel, enquanto imbuído desse papel, você trabalha, você faz, tudo o que você faz está de acordo com esse papel. O objetivo da UBS também é esse, não é? Aline - Tudo o que o TO faz na UBS, sendo contratado pela UBS, é terapia ocupacional? Daniel: Eu entendo que, quando ele se dispõe a isso, quando ele está aí dentro... Você age como TO, não age como uma mãe ou como uma cidadã... Você teve uma intencionalidade. Para mim, você teve essa intencionalidade primeiro porque você estava nesse papel de TO naquele espaço, aquele espaço te autoriza a fazer isso. Pode não ser algo consciente para alguns profissionais, para outros pode ser. Mas eu entendo que essa conformação ou estar ali naquele espaço autoriza.	**P**
Aline - A intencionalidade tem a ver com a teleologia. Eu planejo, eu antevejo o resultado do meu trabalho, antes de eu fazer o trabalho. Isso configura uma parte do processo de trabalho, que é a objetivação, então quando você olha para a menina... Você fala: "Aí tem um trabalho para mim"... O que eu estou achando é que, nessa hora, você	**I**

objetivou: "Está aqui o objeto de trabalho, identifiquei". Aí você fez uma análise com ela, usando o diálogo. As ferramentas aqui, usando o diálogo, observação da situação, percepção do que estava acontecendo e análise da intenção da menina, mas não era só da intenção, mas também das possibilidades de ela participar junto com ela. "Você pode assim? Você pode assado? E se fizer daquele jeito?".	
Bernardo - Porque esse é o nosso dever do TO, essa é a questão. "Pode desse jeito, não pode desse jeito? Pode daquele? Vai com a vó, a vó não autorizou?" Então aí eu faço de acordo com as suas possibilidades e não do jeito que eu quero que seja feito, não do jeito que eu penso que é do melhor jeito. Ela vai passar o biombo, sentar, esperar e fazer as coisas. Aline - Então negociação de possibilidades, testes na realidade para checar, verificar concretamente, também fazem parte do trabalho em terapia ocupacional.	**S**
Bernardo - Ontem eu fui no evento dos 50 anos da Fisio e da TO e a fala da Mônica Stuck foi extremamente inspiradora para o nosso trabalho... Ela diz assim, que ela trabalha com a perspectiva e não com a expectativa. Ela trabalha com o que é possível de ser feito. O que se esperaria desse momento nessa situação? É que a menina viesse conversar ou ficasse lá olhando. Mas você vai, a partir da perspectiva, e você mira na perspectiva e não na expectativa do que seria o correto a fazer.	**I**
Aline - Então verificação das perspectivas e não das expectativas para poder recortar o objeto do trabalho e, assim, ao reconhecer a possibilidade de intervenção, gerar encontro com os meios disponíveis, que eram sacos de bexigas, biombo, lado do biombo, cadeiras no corredor, tempo que ela tinha de espera. Clarice - Nossa, gente, muito obrigada. Aline - Está sentindo que está abrindo a intervenção? Clarice - Está. A gente trabalha muito, não é?	**S**

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Apresenta-se, no quadro 3, o processo de investigação da finalidade do trabalho em terapia ocupacional realizado por Clarice, que segue demonstrando como a oficina emancipatória acontece nos ciclos de Problematização (P), Instrumentalização (I) e Síntese (S). A discussão aconteceu a partir da pergunta feita a ela: "Clarice, você falou que para você era muito claro o que estava fazendo ali. O que é que você estava fazendo?".

Quadro 3 – Identificação da Finalidade

IDENTIFICAÇÃO DA FINALIDADE	
Descrição dos acontecimentos na oficina	**Momento do processo oficineiro**
Clarice - Eu acho que eu falei inclusão. Eu já estava com a palavra. Aline - Descreve melhor o que você chama de inclusão. Clarice - Eu percebo que ela está ali. Existem alguns impedimentos para ela estar... Eu vou com o intuito de convidá-la a participar e aí,	**P**

diante dos limites que ela vai me apresentando, eu vou facilitando essa participação do jeito que é possível. Eu vou lá com esse intuito, chamá-la para participar, e aí ela vai me apresentando esses desafios. Aline - E por que você quer que ela participe? Clarice - Porque eu pergunto para ela e ela está me dizendo que quer participar, mas não tem autorização. Aline - Hmm, vou pôr assim, participar é importante porque ela quer. Se ela quisesse estourar todas as bexigas, você ia ajudar ela a fazer isso, que é o que ela quer? Clarice - Não. Aline - Então não é só o desejo dela que importa aí, tem alguma coisa que para você faz sentido que ela participe. Por que é importante que ela participe? Por que a gente quer que uma pessoa que está na UBS participe de uma atividade da UBS? Clarice - É que é esse nome, é inclusão, mas não é isso. Eu estou meio nesse jargão. Aline - Para que serve a inclusão? Para ficar todo mundo na festa e ir embora feliz? Para que serve a inclusão na atividade da UBS? Marlen - Eu estou pensando, Aline, quando a Clarice chama ela, não é que era qualquer pessoa que estava na UBS. A Clarice percebeu que era uma moça que estava escondida, então estava fora de cena, mas dentro da cena, porque estava olhando embaixo de um biombo, então acho que era uma situação atípica. Então acho que isso chama atenção, por ser uma cena que acho que não é esperada. Aí, acho que por ser uma temática de festa do dia das crianças, a Clarice, quando olha, entende que era uma criança de talvez uns 13 anos, então acho que também faz parte do contexto ali: estava na UBS, escondida ali embaixo do biombo, aparentemente era uma criança e a festa era de criança, era por conta do Dia das Crianças, então acho que esse contexto também fez com que, de repente, ela a chamasse.	
Clarice – Então, acho eu, a minha preocupação de incluir as pessoas que estavam ali curiosas atrás do biombo já tinha aparecido com outras pessoas. E participa da festa do jeito que quer, porque a festa era só aquele dia, aquela hora. Então garantir a participação na festa de algum jeito. Aline - Então essa era a sua finalidade. Que todo mundo que quisesse participar, participasse. Clarice - Acho que sim. Bernardo - Da forma como podia participar.	**S**

Fonte: elaborado pela autora (2021)

A seguir, o quadro 4 apresenta o processo de investigação do objeto e do produto do trabalho em terapia ocupacional realizado por Clarice, que segue demonstrando como a oficina emancipatória acontece nos ciclos de Problematização (P), Instrumentalização (I) e Síntese (S). A discussão aconteceu a partir da pergunta feita a ela: “O que você estava transformando por meio do seu trabalho? E o que seria o objeto transformado, ao final do processo?”.

Quadro 4 – Identificação do Objeto e do Produto

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO E DO PRODUTO	
Descrição dos acontecimentos na oficina	**Momento do processo oficineiro**
Clarice - O objeto transformado foi ela participar da festa. Daniel - Em outras palavras, podia ser inserção social, por exemplo? Marlen - Quando a gente pensou em objeto, eu pensei muito em evidenciar essas existências, sabe? Porque quando a gente olha o que é um pouco diferente e chama, acho que a gente tem a funcionalidade de evidenciar que as pessoas existem e elas podem experimentar formas de participação, de participação social no caso. Aline - Transformar formas de existir dentro da UBS. Evidenciar as formas de estar ali na UBS, promover formas de participação social dentro da UBS. Isso tudo são finalidades.	**P**
Aline - O objeto, quando a gente fala em objeto, não é verbo. Verbo é finalidade ou objetivo. Objetivo é a coisa mais imediata, aqui o nosso objetivo é preencher uma tabela, mas a nossa finalidade é apropriar vocês, todos nós, de ferramentas analisadoras do processo de trabalho em TO, porque a gente quer emancipar o nosso trabalho e as pessoas que a gente acompanha, essa é a finalidade, ampliadona. Então esses são os verbos.	**I**
Aline - O que a gente está transformando mesmo? É a forma de existir na UBS? Esse é o objeto? Formas de participação social dentro da UBS? Esse seria um outro objeto, mais parecido com as formas de existir, não é?	**P**
Marlen - Visibilidade, fiquei pensando nisso. Aline - Visibilidade de quem? Do quê? Para quem? Bernardo - Eu entendo que a UBS é um espaço da comunidade. Se ampliar bastante também, a questão que a saúde não é só acabar com a doença, ir na UBS para fazer uma intervenção no corpo com uma consulta, uma injeção, mas também é, como promotor de saúde, estar junto com outras pessoas, se divertir, trocar experiências e entender que o espaço da UBS também é para isso. É ampliar o espaço da UBS. Aí você já foi para a finalidade ou você continua na ferramenta? É como finalidade, não é? Aline - Em geral, quando a gente está falando em finalidade, a gente pode ir muito além disso, que é para quê eu quero garantir que essa menina esteja na festa. Dificilmente a gente vai além disso quando a gente está trabalhando. A questão é que, quando essa pessoa vem participar na festa, ela pode vir e brigar com todo mundo na festa e ir embora. Ela participou ou não da festa? Clarice - Participou. Aline - É essa participação que a gente quer? Clarice - Não.	**P**
Aline - Então a nossa finalidade é só que ela participe? Estão entendendo as perguntas que a gente vai fazendo para pensar finalidade? Bernardo - Sim.	**I**

Bernardo - É, mas aí depende de onde eu olho. Eu posso olhar para a festa e a festa ser uma ferramenta de participação social, a festa como uma ferramenta para provocar a participação social, propiciar a participação social e experimentar tudo que é estar em grupo, que é brigar, ficar feliz, ficar triste, não gostar. Clarice - E tudo bem. Bernardo - É.	**S**
Neuza - Eu fiquei pensando que a Clarice possibilitou que ela pudesse escolher se ela queria participar da festa ou não. Porque me parece que ali ela não estava achando que ela podia participar, eu acho que a Clarice dá essa possibilidade... Porque ela fica olhando, a TO percebe um desejo dela de talvez estar ali, participar, mas ao mesmo tempo ela, por vários motivos, não se autorizou a estar ali efetivamente, talvez.	**P**
Aline - Tem um texto da Beth Lima que fala da nossa tarefa de fomento dos espaços de não ação, de não atividade. Ela fala que um arquiteto, mesmo que ele não esteja construindo a casa, ele é arquiteto, porque ele é arquiteto em potencial. Então a gente não é só e não constitui apenas aquilo que a gente está fazendo na hora que a gente está fazendo, mas toda a nossa potencialidade do que a gente poderia fazer. E essa potencialidade, essa possibilidade só existe se a gente pode escolher não fazer. Porque se a gente não pode escolher, a gente está obrigado a executar, executar, executar, executar, como no trabalho fabril, ou no capitalismo em que você está: "Agora eu tenho que trabalhar, agora eu tenho que comer isso, agora eu tenho que postar no Instagram, agora eu tenho que viajar com a CVC", então não ter a possibilidade de não fazer, rouba a nossa humanidade, porque rouba esse lugar de potencial. Melina - A gente vai fazendo, vai fazendo, vai fazendo, mas o não fazer é resistência, porque se você vai fazendo tudo que esperam e querem, isso, em algum momento, pode deixar de ser resistência. Acho que tem um pouco a ver com aquela parte do texto mesmo. Aline - É, não fazer como opção. Não fazer como uma possibilidade.	**I**
Neuza - Mas que a gente possa escolher não fazer diante da possibilidade de fazer ou não fazer, isso também é potencial. O não fazer também é potencial, não só o fazer é potente. Aline - Isso. Você acha que é o que a Clarice fez? Ela abriu a possibilidade de a menina se perceber como alguém que poderia decidir se queria ou não participar da festa, quando antes isso não era uma possibilidade, era só não. É isso? Neuza - Isso, eu acho. Aline - Tanto ela pôde avaliar, que não ficou. Talvez porque ela não tenha tido vontade, porque ela já encheu bexiga bastante essa semana na festa do irmão dela e está de saco cheio de bexiga, ela falou: "Não quero". Pode ser uma coisa assim também. Clarice - Eu acho que foi isso mesmo. Aline - Você acha que teve intervenção de TO e teve um resultado que foi ela participar? Clarice - Eu acho, sim.	**S**

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Apresenta-se, no Quadro 5 a seguir, o ciclo de problematização e síntese, demonstrando uma possibilidade de aprofundamento com o grupo sobre a forma de identificar finalidades das práticas de forma ampliada, identificando elementos estruturais atravessadores do processo de produção em saúde.

Quadro 5 - Ciclo de Problematização e Síntese sobre a Finalidade da Festa das Crianças na UBS

CICLO DE PROBLEMATIZAÇÃO E SÍNTESE SOBRE A FINALIDADE DA FESTA DAS CRIANÇAS NA UBS	
Descrição dos acontecimentos na oficina	**Momento do processo oficineiro**
Clarice - Ali era um grupo de trabalho... Que foi, na verdade, mandado, que a gente ficou puto... O jeito de organizar a festa foi respeitando as possibilidades que as trabalhadoras iam doar, foi tipo "Tem que doar..." e aí ficou uma festa com muita fartura, tipo bolo, doce, refrigerante, pipoca, saco de doce, saco de brinquedo, sabe? Muita fartura. Aline - E os usuários do serviço não tinham que estar lá? Clarice - Os usuários não, eram só as trabalhadoras e as servidoras. Aline - E o que era participação? Clarice - Das crianças? Aline - É, o que era participar? Clarice - Tinham brincadeiras. Aline - É receber? Clarice - Isso, aí tinha a dentista... Ela contratou aqueles personagenzinhos... Do bolso dela, ela quis fazer... Mas, no fim, a molecada, todo o lixo lá fora, sobrou uma meia dúzia, aí eu pedi: "Gente, vocês me ajudam a catar o lixo aqui? Porque vai ficar para a moça da limpeza, tem lixo", aí uma molecadinha me ajudou a catar o lixo. Mas é isso, aquele jeito de construir a festa, sabe? Aí deixou um furacão.	**P**
Aline - É claro para vocês que quando eu chego para uma festa que está totalmente pronta, o convite é para que eu consuma a festa, não é para eu participar da construção da festa? Bernardo - Não. Marlen - Não é para eu me apropriar de outros fazeres. Aline - É, o convite é para consumir a festa. E aí o que a UBS está produzindo aí não é exatamente uma inclusão, é? Clarice - Não.	**I**
Aline - Então estar na festa não significa ter participação social, nesse caso. Mas o que você faz, Clarice: "Vocês querem ajudar a limpar aqui? Podemos ajudar a encher essa bexiga?", isso chama para a participação social, porque é fazer parte do processo de trabalho como trabalhador [que transforma a festa] e não como parte do objeto, entendem? Tem um processo que parte da UBS, que é fazer a festa, e os usuários do serviço são mais ferramentas do trabalho de fazer a festa, porque [os trabalhadores vão] lá, colocam as coisas na festa, no cenário, as coisas interagem, aí depois limpam e arrumam	**S**

as coisas. Então os usuários são colocados como ferramentas, ou objetos, mas definitivamente não como sujeitos do processo, que é diferente do que você faz. É por isso que elas [as outras trabalhadoras] não reconhecem o que você está fazendo como trabalho, porque é como se você estivesse falando com a garrafa: "Oi, garrafa, será que você quer ser enchida de água?". Então vai ficando nítido que, dependendo de como você recorta o objeto e a finalidade do que você está fazendo, você vai entender se o que você faz é trabalho ou não, aí você vai eleger uma ou outra ferramenta.	

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Importante considerar que, quando os trabalhadores realizaram suas práticas, não estavam necessariamente recortando o objeto e elegendo ferramentas com consciência de um fundamento no MHD. A análise aqui apresentada está neste referencial e aponta para o seu potencial emancipatório, se compuser um arranjo específico de práticas com essa intencionalidade. Então, como exercício analítico ao longo das oficinas, propôs-se recortar os processos de trabalho discutidos, a partir da concepção do materialismo histórico-dialético sobre o trabalho e suas categorias teóricas de análise. Foram feitas, junto aos pesquisadores internos, análises aprofundadas, generalizadoras, sugerindo uma reorientação da leitura sobre as mesmas práticas, em um movimento de aproximações sucessivas sobre o trabalho analítico, a partir da finalidade emancipatória, na busca de sistematizar elementos de um processo de trabalho em terapia ocupacional fundado no MHD.

As ferramentas, finalidade, produto e objeto das práticas foram propostas conforme pressuposto e, durante o processo de diálogo, outros elementos foram acrescentados, bem como se fez relevante incluir as categorias teóricas: meio e sujeito das práticas. Na discussão, também foi identificado o caráter dialético dos elementos do processo de trabalho, que podem se manifestar como diferentes categorias teóricas, dependendo de como os sujeitos se posicionam e também do momento do processo de transformação. Tal dinâmica foi detalhada no capítulo de discussão.

Após a análise das sínteses produzidas pela pesquisadora externa e a produção de novas sínteses na relação entre as proposições teóricas da pesquisa e a análise coletiva das práticas dos pesquisadores internos, propôs-se realizar novo ciclo de análises de práticas, nos encontros 8 e 9. A finalidade dessa proposta foi proporcionar experimentação de análises mais aprofundadas, possíveis graças ao ciclo de Problematização, Instrumentalização e Síntese realizado até então.

A análise da produção coletiva foi realizada durante o processo de pesquisa, junto aos pesquisadores internos, sendo que parte da discussão e diálogo com a literatura do campo já se

apresenta nas narrativas analíticas do processo oficineiro, incluídas no capítulo de resultados desta tese. As conclusões e sínteses em cada oficina foram discutidas e consensuadas com o grupo, debatendo-se as contradições identificadas como explicativas dos processos de trabalho analisados, na busca de fundamentos possíveis para uma prática emancipatória. Assim, o processo proposto não se colocou como uma coleta de dados, da mesma forma como na Enquete Operária de Marx (1880), o objetivo não se restringiu à coleta de informações. A forma da pesquisa coerente com o referencial e o método do Materialismo Histórico-Dialético assume uma forma de ação política ao mesmo tempo que um mecanismo de investigação (Alves, Filho, 2017). Por isso as sínteses produzidas podem ser consideradas fruto de processo educativo localizado epistemologicamente, manifestação do processo de transformação resultante das oficinas emancipatórias realizadas.

A base teórica que sustentou a análise posterior da produção coletiva de conhecimento realizada seguiu sendo a teoria do processo de trabalho em saúde (Marx, 1982; Mendes-Gonçalves, 2017) e da ontologia do ser social a partir de Lukács (1979). Além disso, a partir das categorias empíricas de análise, foi incluída a discussão acerca das mediações como elemento metodológico de análise da totalidade social, a partir de Netto (2006), Pontes (1995) e Mészáros (2009).

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

De acordo com a Resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde (2012) e de acordo com os preceitos legais, após aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (parecer consubstanciado em anexo a esta tese), os pesquisadores internos foram esclarecidos em relação à liberdade de desistir de participar a qualquer momento, se assim o desejassem. Assinaram também uma autorização através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 1), que explica os objetivos da pesquisa, a necessidade de gravação e utilização em publicações, em eventos e artigos científicos.

5 RESULTADOS

Apresenta-se a seguir uma narrativa analítica das oficinas emancipatórias realizadas, que descreve o processo de produção coletiva de conhecimento nas duas dimensões que o constituem: a dimensão analítica, que destaca o processo de análise das práticas em terapia ocupacional realizado pelas pesquisadoras externas (pesquisadora principal e orientadoras) e internas e internos (terapeutas ocupacionais participantes das oficinas); e a dimensão metodológica, que destaca a forma dos encontros e os processos de transformação engendrados por eles.

Dado o caráter dialético desta pesquisa, ao longo de todo o documento serão identificados elementos do método, da produção coletiva de conhecimento e da fundamentação teórico-epistemológica acionada. Para fins de melhor apreensão das duas dimensões, apresentam-se quadros-resumo com os principais elementos de cada dimensão.

Os quadros, ao início das narrativas de cada oficina, demonstram as principais categorias empíricas da análise do processo de trabalho em terapia ocupacional, que serão discutidos adiante nesta tese. As categorias empíricas destacadas são sínteses de produção de conhecimento realizadas pelos pesquisadores internos com mediação da pesquisadora externa, compondo o material bruto que gerou adiante os elementos da abordagem proposta neste trabalho.

5.1 AS OFICINAS: NARRATIVA ANALÍTICA

5.1.1 Oficina 1

Quadro 6 - Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 1

PRINCIPAIS CATEGORIAS EMPÍRICAS NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS EM TERAPIA OCUPACIONAL
● A definição do objeto da profissão, a partir do conceito de trabalho fundamentado no MHD, e dos outros elementos do processo de trabalho pode apoiar o desenvolvimento de uma abordagem que garanta maior legitimidade técnica, por sua fundamentação, e que realmente represente o que se faz na terapia ocupacional mais crítica, em diversos campos de atuação. ● O "olhar da TO" pode ser definido tecnicamente como a análise de atividades em terapia ocupacional.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

O primeiro encontro com os participantes foi de (re)encontros e (re)conhecimentos. Entre terapeutas ocupacionais de uma mesma cidade é comum se conhecerem, por serem

poucos, em termos do quantitativo profissional. Foi apresentado um cronograma inicial de trabalho com um desenho preliminar, considerando o método da pesquisa-ação emancipatória (PAE), em que todos são pesquisadores e a construção é toda compartilhada, inclusive o cronograma.

Neste encontro, discutiu-se o que seriam diversas formas de enquadramento tecnológico, geográfico e político das práticas, bem como as diferentes abordagens epistemológicas e as diferenças em relação às abordagens metodológicas. Seguiu-se para a discussão sobre a determinação histórica desses enquadramentos, apresentadas na introdução deste trabalho.

O foco neste momento foi dado à convocação, feita por e para terapeutas ocupacionais desde a década de 1990, ao papel político e de transformação social da profissão, associado a incertezas na apropriação teórica que orientasse as práticas. Foi identificado que a dimensão da determinação coletiva das atividades humanas não parece se traduzir em elementos operacionais do trabalho da terapia ocupacional e se ponderou que a proposta de transformação social, na base do processo de redemocratização do Brasil, não se concretizou totalmente e isso se manifesta, portanto, na prática da terapia ocupacional, bem como na de outros campos de atuação, não sendo uma questão exclusiva da profissão.

Apresentou-se a proposta inicial de pesquisa, de realizar uma análise da profissão com base na teoria marxiana do processo de trabalho, como possibilidade de contribuir para a proposição de uma abordagem da terapia ocupacional na saúde coletiva, com fundamentação no Materialismo Histórico-Dialético (MHD), partindo dos fundamentos desenvolvidos e aplicados pela Saúde Coletiva Latino-Americana.

Assim, foram discutidos elementos teóricos estruturais da Saúde Coletiva Latino-Americana, de base marxista, e da teoria do processo de trabalho em saúde, para propor algumas conceituações iniciais do que seriam elementos operacionais da prática em terapia ocupacional no MHD. Foram propostas definições experimentais para análise e crítica dos pesquisadores internos, sobre o objeto da profissão, debatendo expressões muito utilizadas na área, entendidas pela pesquisadora externa inicialmente como ferramentas do trabalho, como o “olhar da TO”, e o sentido das atividades.

A seguir, as definições experimentais, assim como foram apresentadas aos pesquisadores internos, com a finalidade de demonstrar de onde se partiu, ou seja, os pressupostos para produzir a abordagem apresentada na discussão deste trabalho.

Quadro 7 - Sujeito do Processo de Trabalho em Terapia Ocupacional

SUJEITO DO PROCESSO DE TRABALHO EM TERAPIA OCUPACIONAL
● Terapeutas ocupacionais são a trabalhadora e o trabalhador coletivos que assumem a tarefa de analisar e mediar processos de transformação de aspectos específicos dos perfis epidemiológicos, relacionados aos processos de transformação da realidade (individual e coletiva) por meio da ação humana (individual e coletiva).

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Quadro 8 – Contribuição da Terapia Ocupacional como Prática Social

CONTRIBUIÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL COMO PRÁTICA SOCIAL
● A análise da complexidade ontológica e a mediação de processos de transformação consciente da operacionalização da práxis social e seus impactos na determinação social da saúde. ● Tarefa de revelar os elementos do trabalho reprodutivo, do trabalho alienado e do trabalho criativo e revolucionário, bem como mediar transformações na assunção dos humanos, como autores da história.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Quadro 9 – Uso do Termo Ocupação no Contexto Brasileiro

USO DO TERMO OCUPAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO
● Discussão de termos como forma de lidar com as contradições historicamente determinadas, portanto passíveis de transformação. ● Qualificar o termo como ocupação emancipatória poderia gerar um conceito estratégico na luta para o trabalho humano libertador?

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Quadro 10 – Objeto de Trabalho Parcelar de Terapeutas Ocupacionais como Trabalhadores Coletivos

OBJETO DE TRABALHO PARCELAR DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS COMO TRABALHADORES COLETIVOS
● O trabalho, definido como Marx o fez: transformação consciente e teleológica da natureza para responder a necessidades individuais e coletivas, que ao mesmo tempo transforma o próprio humano, na produção da história social.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Quadro 11 – Ferramentas/Definição Técnica de Termos Utilizados na Prática: Tradução daquilo que os Trabalhadores Sentem que Fazem

FERRAMENTAS/DEFINIÇÃO TÉCNICA DE TERMOS UTILIZADOS NA PRÁTICA: TRADUÇÃO DAQUILO QUE OS TRABALHADORES SENTEM QUE FAZEM
● O olhar da TO. Análise de atividades, como a análise dialética das bases materiais e históricas das ações humanas, por meio da decomposição dos elementos do processo de trabalho, que permite identificar elementos limitantes na produção de necessidades, oportunizando uma melhor percepção da realidade, abrindo possibilidades de eleger melhores objetos e instrumentos de trabalho na produção de si e do mundo. ● O sentido das atividades. Localização da ocupação/atividade humana (ainda sem clareza dos termos) no processo histórico de produção social. ● Produção de sentido. Estruturada sobre uma leitura analítica da história individual e coletiva que se manifesta por meio do trabalho e se plasma em objetos e em relações sociais de produção. Reconhecimento, análise e assunção consciente pelas pessoas envolvidas (terapeutas ocupacionais e pessoas acompanhadas) das finalidades da transformação em curso.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

A partir dessas proposições, o grupo passou a discutir o que chamaram de identidade profissional. Marlen reconheceu a possibilidade de encontrar fundamento na epistemologia (em lugar do recorte mercadológico, ou por setores) como um potencial de "unificação", que superaria disputas internas pela definição das práticas e seu campo:

> Eu fiquei pensando que isso [esta proposta da pesquisa] abre caminhos para uma unificação, porque quando a gente está nessa prática, que é mais aberta, e não só de quem está no campo social, mas nessas outras áreas, então é isso, [dizem que] o que você está fazendo não é TO... Então acho que faz muito sentido, fez muito sentido para mim, pensar todas essas questões. A definição de trabalho... Eu fiquei bem empolgada e vai fazer muito sentido poder pensar e aí [...] para várias áreas, porque somos muitos. Mas é isso, somos TOs e acho que é o fio que une, que conduz (Marlen, em Oficina 1).

Dandara identificou na proposta o potencial de uma apropriação teórica e operacional que poderia apoiar um descolamento da identidade pessoal em relação à identidade profissional, permitindo qualificar o diálogo com pares, ao reconhecerem os elementos de sua prática como tecnologia que pode ser desenvolvida coletivamente e não apenas a partir do que seria uma habilidade individual:

> Eu fiquei pensando muito assim, essa coisa de identidade... Porque lá no Grajaú tem uma fala que já virou um jargão assim, que é "Mas o que a Dandara faz é único". Então, isso é TO, mas é uma compreensão da TO a partir da minha prática muito específica. Aí como eu vou conseguir dialogar com outras pessoas e outras TOs... Para mim faz muito sentido ganhar um outro lugar, que não fique marcado só em mim, em uma identidade de uma prática que não é uma prática que está dada, que é construída a partir do encontro com as pessoas, e com aquele pedaço e o que a gente está mobilizando coletivamente (Dandara, em Oficina 1).

Pareceu haver para Wanda uma contradição importante entre uma queixa de uma falta de lugar/reconhecimento/identidade e uma conexão entre identidade pessoal e profissional, que é de fortalecimento, nessa identidade como alguma coisa inespecífica e, ao mesmo tempo, reconhecida como importante socialmente:

> A Aline falou do "olhar da TO". Que a gente, no último fechamento do estágio, falaram da importância de ter uma TO na formação de psicólogos, dentro de um projeto de economia solidária. Aí eu fiquei agora pensando, do que eles estão falando, que olhar é esse que eles estão falando, que faz total diferença para aquele processo de construção? A gente constrói sempre... Esse olhar da TO na economia solidária e é uma coisa que eu gostaria muito de entender, de estudar, assim... Isso pode me ajudar a pensar como que a gente trabalha ali, que olhar é esse que todo mundo fala... Vai me ajudar a pensar sobre como é a TO dentro desse processo, assim, que é alguma coisa que me interessa muito (Wanda, em Oficina 1).

Então Neuza passou a discutir sobre uma falta de identificação com termos técnicos específicos da profissão, sentindo-se mais segura no uso de termos de um campo de atuação:

> Eu acho que quando você começou a contar [...] e quando a gente vai falando [...] de uma TO que tem uma visão, que é uma visão colonizada, que não é uma visão nossa, e de como que a gente tem medo de falar o que que a gente faz, que a gente vai falando vários outros adjetivos, a gente não fala exatamente o quê, então é o olhar. [...] [A gente não sabe falar] o nome, mas isso é diferente, eu quero que isso aconteça, e como que os nomes... Os conceitos, não diz sobre o que a gente está fazendo e por isso que a gente não está dizendo esses nomes, esses conceitos. Então como que, qualque é o significado de ocupação que está dado, qual que é o significado de análise de atividade, de desempenho ocupacional e inclusive de terapia ocupacional, talvez por isso que a gente fuja tanto desses nomes, desses conceitos, porque não diz sobre as nossas práticas... Muitas vezes é muito mais fácil dizer sobre o campo que a gente atua do que da nossa prática enquanto TO nesse campo. Quando eu me apresento enquanto TO sanitarista, o que vem com isso e o como que diz mais exatamente sobre a minha prática, do que sobre qualquer campo que eu esteja. O TO sanitarista, ele me representa, mas e aí... É uma análise de atividade, eu estou falando sobre o desempenho ocupacional, sobre a ocupação? Parece que a gente tem medo de usar esses termos e eu fiquei pensando se não é por isso, assim, porque eles não nos representam... O que está dito sobre eles, conceituado sobre eles não é o que eu quero dizer. Aí diz sobre essa TO que é colonizada, que não é nossa... Aí a gente vai bebendo de vários outros campos e consegue dizer sobre eles, mas da TO em si, sobre esses termos terapêutico ocupacionais, a gente tem um receio até de falar. Por quê? (Neuza, em Oficina 1).

Por meio do processo oficineiro, na intenção de afirmar as percepções das contradições como caminho de produção de uma consciência crítica do grupo sobre elas, que abrisse possibilidade de discussão e síntese, propôs-se que a recusa do uso de alguns termos em terapia ocupacional poderia ser assumida menos como uma falta, ou medo de não saber aplicar técnicas e métodos, e mais como uma forma de resistência. Assim, Neuza avançou para uma análise, pelo domínio que tem da teoria do processo de trabalho, para instrumentalizar o diálogo sobre uma possibilidade de descolonizar o discurso sobre a prática e reassumir, junto com ele, a

relação com uma teoria que fortaleça trabalhadores, por explicar a realidade e operacionalizar a prática:

> Aí quando você traz a proposta de a gente pensar dentro do materialismo histórico-dialético, dentro desses conceitos da saúde coletiva, dentro do que o Ricardo Bruno vai trazendo para a gente, do que é processo de trabalho em saúde, para mim faz muito sentido pensar uma terapia ocupacional que é nossa. Que não é porque o outro diz que eu tenho que fazer, que não faz nenhum sentido quando eu pego aquelas coisas e falo "Bom, é isso aqui na minha prática". Para mim, a teoria tem que dialogar com a prática, senão não é pra existir, porque que a gente fica falando dessa [...] tão grande que a gente não consegue nem, chega uma hora que gera tanta frustração ir para uma teoria que é tão distante, que a gente desiste dela e vai construir a nossa assim, seja do jeito que for. Então fiquei pensando, faz muito sentido quando você propõe esse tipo de pesquisa, esse grupo para mim vem num momento bem importante (Neuza, em Oficina 1).

Diana e Ivone falaram sobre como poder se apropriar de um discurso técnico legítimo sobre a prática é uma necessidade:

> Ultimamente eu também estou num desafio bastante do que vocês estão falando, não propriamente só em relação à TO, em si, de fortalecer um pouco essa construção. Inclusive dizer, nomear o que na verdade eu estou fazendo, até a escrita do prontuário eu fiquei pensando, "Nossa, sabe aquela escrita, assim que eu falo. Nossa, que vergonha, mas vai desse jeito mesmo"... Então já existe uma encomenda [sobre] o que é ter TO nesse serviço, aí dizer de coisas muito na perspectiva da saúde coletiva acaba sendo algo bem desafiador, assim, então às vezes eu vou percebendo que eu vou fazendo algumas escritas, para também assegurar certas sobrevivências assim, sabe? (Diana, em Oficina 1).

> Acho que, casado um pouco com a fala da Diana, eu fiz residência em saúde coletiva também na UFMG e foi bem legal, assim, mas acho que eu dissociava, assim, a TO da saúde coletiva, meio "Vou fazer isso um pouco, pra fugir um pouco da TO". Acho que falar sobre isso vai me ajudar bastante a entender o que eu já faço, mas é isso, não sei, as vezes não sei dizer, às vezes não sei dar forma (Ivone, em Oficina 1).

Bernardo identificou a assunção de um referencial teórico próprio como a construção de um porto seguro e, junto com Neuza, perguntaram-se se a inquietude em relação ao que estávamos chamando de identidade, naquele momento, seria algo inerente à forma como a terapia ocupacional brasileira se constituiu:

> Como eu não estou em uma instituição, eu busco o referencial em outros [campos]... Para tentar construir esse porto seguro que a gente está falando aqui... Eu fiz uma fala em uma clínica, para um grupo de psicólogos, tinha fono e eu [falei] dos termos ocupação humana, atividade, desempenho humano, porque eu fiz um baita de um slide lindo, maravilhoso... Mas eu comecei a falar e pensei assim, "Mas isso me representa?"... Enfim, a gente acaba tendo as mesmas inquietudes, por caminhos diferentes. Aí a pergunta é: Isso é inerente ao conhecimento da terapia ocupacional? É inerente isso? Porque cada um vem de um lugar diferente, cada um vem de uma experiência diferente, gerações diferentes... (Bernardo, em Oficina 1).

> Alguma identidade a gente tem, parece, né? Ou a gente quer ter, mas alguma coisa a gente tem aí. Eu acho que é isso, assim, quando a gente vai em congresso brasileiro, a gente vê todo mundo com as mesmas questões... Cada pessoa que se formou em um lugar... As pessoas são de lugares diferentes e vêm com as mesmas inquietudes, com os mesmos termos, com as mesmas questões... Alguma identidade acho que a gente tem, assim, ainda que [haja] algum nível de conflito, alguma coisa que é isso [talvez], um lugar colonizado... (Neuza, em Oficina 1).

Apresentou-se um elemento teórico como ferramenta que permitisse uma outra leitura da situação apresentada, em um momento de instrumentalização. Apontaram-se as contradições levantadas na problematização do grupo em relação aos termos e o que estava sendo chamado ali de identidade. Fez-se um convite ao reconhecimento de uma postura estranhada em relação ao campo conceitual que nomeia as práticas, pela materialização de alguns elementos abstratos com sua localização na teoria do processo de trabalho:

> Isso da identidade que vocês estão falando para mim... Eu imaginei que a identidade pode ser uma coisa que restringe e pesa em cima de mim. Aí porque eu sou TO, portanto eu só posso isso. Ou a identidade como um óculos. Eu, mulher branca de classe média, consigo enxergar o mundo, por causa da minha experiência histórica e material, de um jeito. Porque eu sou TO, eu consigo enxergar o mundo de um jeito. A gente pode se relacionar com essa ideia da identidade e com os conceitos e nomes também... Então, como é que a gente se relaciona com a operacionalização e o protocolo, como opressão ou como ferramenta? Porque quando você pega, quando você consegue pegar na ferramenta, você faz com ela o que você quiser... Se eu dominar a ferramenta. Mas ela precisa ser uma ferramenta concreta na minha mão. Se eu só ficar imaginando um apagador, eu não apago essa lousa. Então... Eu acho que é importante a gente pensar como é que a gente vai pensar os conceitos. Aqui a gente também então vai se relacionar com esses nomes como possibilidade emancipatória e não aprisionante (Aline, em Oficina 1).

Em seguida, Wanda começou a fazer pontes com a própria realidade de trabalho, iniciando um novo processo de síntese. Quando identificou, em sua própria forma de trabalhar, ao perceber que propõe ao usuário do serviço uma reflexão sobre a estrutura social que o determina, uma ferramenta do campo de conhecimentos e práticas da saúde coletiva. Então se perguntou como nomear esse elemento operacional da prática, que ela percebe extrapolar o recorte populacional, mas estar relacionado a um recorte epistemológico:

> Eu fico pensando como que eu nomeio isso na prática. Fico pensando, às vezes a gente atende no CAPS [e pergunta para o usuário do serviço]: "Quem que é você?" [E ele responde] "Eu sou fulano, que faço uso de crack". [Então eu penso] Como que a gente constrói? [E digo para ele]: "Você é o fulano, qual que é o seu entendimento de mundo?"... Eu acho que isso ajuda a gente a pensar muito, porque a gente fala lá que a gente não atende droga... A gente cuida de pessoas... Como que a gente pensa os conceitos e como que a gente nomeia isso na nossa prática de trabalho, dentro da saúde coletiva, seja ela em qual área for. Seja na saúde mental, na área social, na educação... (Wanda, em Oficina 1).

O último momento da Oficina 1 foi dedicado a apresentar o método das oficinas emancipatórias ao grupo, que demonstrou atenção e concordância, sem levantar perguntas naquele momento.

5.1.2 Oficina 2

Quadro 12 - Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 2

PRINCIPAIS CATEGORIAS EMPÍRICAS NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS EM TERAPIA OCUPACIONAL
● A prática em terapia ocupacional pode subverter protocolos institucionais alienantes, quando realizada de forma consciente e com finalidade emancipatória. O chamado "trabalho na brecha" que a terapia ocupacional realiza, foi reconceituado como prática consciente de identificação e tensionamento de contradições nas finalidades do trabalho em saúde. ● Nomear elementos da prática específica em terapia ocupacional pode ser aprisionante, se feito de forma acrítica. ● Definição de novos conceitos e até protocolos, se forem feitos como ação consciente de sua própria contradição e usados como ferramentas de uma prática emancipatória, podem apoiar a disputa de uma legitimidade institucional para o trabalho coletivo criativo, na produção de saúde coletiva.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

O segundo encontro teve como foco a apresentação do marco teórico da pesquisa, a relevância da proposta para a prática em terapia ocupacional e algumas reflexões sobre o potencial emancipatório do processo iniciado, relacionadas à possibilidade de construção coletiva daquilo que Wanda chamou de um "projeto de mundo". Entende-se que o projeto ao qual ela se refere esteja relacionado à contribuição, pretendida neste trabalho, para a construção da utopia concreta marxiana, ou seja, o projeto revolucionário cuja concretização é não só possível e necessária, como é a provável manifestação do processo histórico (Viana, 1990).

O momento de problematização foi então disparado por um exercício de investigação sobre elementos cotidianos relacionados ao adoecimento e às possibilidades de recuperação dos participantes. Elementos que compõem a teoria da determinação social da saúde foram apresentados com a finalidade de instrumentalizar o grupo.

Daniel levantou um importante ponto de discussão, que foi retomado ao longo dos demais encontros, relacionado a uma contradição na localização das manifestações dos desgastes como do campo social ou do campo saúde. Ele alertou para o risco de trazer para a saúde a interpretação dos processos sociais, podendo resultar na medicamentalização e medicalização da vida.

Foi feita uma reflexão sobre as necessidades em saúde identificadas no exercício de problematização, relacionadas à determinação social dos processos de saúde, em comparação com aquelas às quais os serviços de saúde têm respondido. Então o diálogo se estabeleceu em torno do que chamaram de trabalho nas brechas, relacionado tanto ao uso da linguagem técnica existente, ajustando-a para legitimar algumas inovações da prática, quanto à impossibilidade de fazê-lo em relação a outras:

> Eu acho que a gente vai tentando criar fresta na linguagem que existe, você vai tentando reinventar as ofertas, mas às vezes não é possível falar a linguagem que se escuta (Olga, em Oficina 2).

> Acho que a gente vai encontrando brechas para conseguir estar (Marlen, em Oficina 2).

Foi feita então uma provocação sobre a abertura institucional para a criatividade do trabalhador, perguntando sobre as formas de preencher as folhas de produtividade diária, no caso das práticas mais criativas. Neuza (trabalhadora de CAPS AD) reconheceu haver formas de fazê-lo, enquanto Dandara e Clarice (trabalhadoras da atenção primária) disseram sempre precisar colocar essas ações sob a categoria "Outros" no documento. Essa percepção da diferença de possibilidades de respostas entre instituição e trabalhador criativo, associada à falta de indicadores oficiais que legitimem o que as trabalhadoras reconhecem como sua prática criativa, pode indicar contradições entre as finalidades institucionais e individuais.

Apresentou-se, como forma de instrumentalização, o referencial teórico deste trabalho, comparando respostas de cuidado à saúde (ações, estratégias e políticas públicas) sobre uma mesma situação, a partir das diferentes concepções de saúde (Saúde Pública Tradicional, Moderna Saúde Pública e Saúde Coletiva). O convite à aplicação dessa teoria à realidade das participantes foi o de experimentar preencher coletivamente uma tabela comparativa, a partir da análise de uma prática em terapia ocupacional. A proposta foi de eleger uma prática em terapia ocupacional e tentar identificar como ela seria realizada a partir de cada uma das concepções de saúde apresentadas, em sua manifestação em ações, estratégias e políticas públicas.

Apontou-se pelo processo oficineiro a grande frequência com que as demandas chegam aos trabalhadores já recortadas pelas respostas disponíveis no menu institucional. Assim, explicou-se que, a partir da perspectiva do trabalho coletivo de finalidade emancipatória, a forma de recortar os objetos informa a maneira de se comunicar com as equipes. Ficou nítido que os pesquisadores internos fazem análises complexas, ao encontrarem com uma criança com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, no exemplo.

Problematizou-se, a partir da provocação em torno da ideia de "trabalho nas brechas", a inespecificidade da operacionalização do discurso crítico, na relação com as equipes. Como construir processos de trabalho que respondam a essas necessidades sociais identificadas? Como, portanto, elaborar respostas que ajam sobre elementos da determinação social dos processos de saúde, sem que seja necessário a permanente busca por brechas? Esse exercício do grupo oportunizou apurar a percepção da diferença entre o recorte do problema e a produção de respostas, que pareciam ficar indistintos no discurso e na percepção sobre as práticas.

Com a tabela completa, uma apreciação deste produto foi realizada e dois elementos foram identificados como atravessadores das práticas: o denominado "trabalho nas brechas" e a questão da "identidade profissional". Dandara entendeu o trabalho nas brechas como possibilidade de trabalho criativo, em um contexto no qual os fluxos protocolares não respondem ao que ela identifica como as necessidades dos sujeitos acompanhados. Então descreveu seu trabalho quase como uma desobediência:

> Eu tenho uma sensação de que eu atuo na brecha, mesmo, quando dá. Tem um menino autista que foi para a APAE, recebeu alta... Volta para mim e eu começo o assunto assim: "Como você está, cansado desse rolê de duas vezes por semana te levarem lá para Parelheiros, depois te levarem para o Centro?". Então... Ele vai participar na clínica ampliada, no CEU, vai fazer projeto comigo, projeto com música... Vai fazendo coisas... Eu vou concluindo que eu precisava fazer um pacto com essa mãe e... Eu não converso isso com ninguém, sabe? Não é uma lógica que eu vou contar para todo mundo... Porque é uma lógica de que eu estou segurando uma criança que precisava já ir para a rede. Aí eu estou achando muito lindo ele estar lá no CEU e é perto, essa mãe fica menos cansada, ele também e é isso. Eu não converso porque a gente não fala sobre, entendeu...É só um jeito que eu resolvi, fazendo um pacto com essa mãe, na lógica de o quanto é sofrido, de o quanto a cidade está louca, o quanto é desgastante para ela, é o que deu (Dandara, em Oficina 2).

Sugeriu-se uma leitura sobre essa postura como um posicionamento técnico-político, orientado por uma nitidez de leitura de mundo, identificando que Dandara saberia exatamente porque estava fazendo isso, embora tenha nomeado sua ação como algum tipo de remendo, quando disse "é o que deu":

> Eu não consigo fazer mais com o CEU, junto com a escola, nem com o CEU, nem com o território assim, a gente fala "Putz". Esse é um caso que a gente pode pensar como que a gente vê uma criança autista sendo acompanhada pelo território (Dandara, em Oficina 2).

A partir dessa análise, Wanda começou a problematizar, reconhecendo a intervenção de Dandara como trabalho, fruto de uma análise da realidade:

> Eu acho que é isso, essa da brecha, eu acho que a análise que ela faz é muito complexa... Para fazer isso, é baseado em algo, ela olhou a situação, então... Para ela chegar a essa proposição, é uma análise que ela fez muito complexa de tudo, de quem é essa criança, onde ela está, qual a história dela, qual o momento atual da situação, então eu não sei agora dizer se é na brecha ou não, mas... É uma análise muito detalhada, uma análise muito importante... (Wanda, em Oficina 2).

Neuza, em seguida, buscou a teoria localizada no referencial da saúde coletiva, dentro do qual ela se localiza, para propor outra forma de apreender e nomear o fenômeno, localizando-o como intervenção técnica qualificada, que assim poderia ser compartilhada com a equipe, em uma composição consciente do trabalho coletivo:

> Isso que você está falando... veio na minha cabeça um monte de referencial da RBC [Reabilitação Baseada na Comunidade]... Ela vai deixando muito claro que o território é o próprio lugar de intervenção sobre a vida das pessoas. Só que a gente não usa o território para intervir, ele não é só o locus do cuidado, a cena, ele é a própria intervenção, então talvez você se debruçar sobre esse referencial... Possa te ajudar a subsidiar isso na equipe e a equipe começar a enxergar o território como lugar, como intervenção. Então, como intervenção para esse menino, para a mãe dele, para outras crianças que estão lá, então acho que as coisas vão apoiando a gente (Neuza, em Oficina 2).

Propôs-se "desromantizar" a ideia de atuação "nas brechas", como algo de heroico das trabalhadoras, posicionando-a como possibilidade de trabalho técnico criativo, com potencial revolucionário, ao subverter o protocolo alienante. Entretanto, essa subversão só se efetivará se as contradições forem identificadas e nomeadas, para serem, então, desafiadas. Provocou-se que se o trabalho ficar "nas brechas" de cada caso pode não produzir impacto sobre os elementos protocolares individualizantes (encaminhando cada caso, mas sem avanço coletivo), sendo necessário avançar para alguma consolidação dessas respostas criativas, para haver mudança social na direção emancipatória. Qual seria o potencial revolucionário da terapia ocupacional?

Com base nesta provocação, Marlen refletiu sobre a importância de nomear elementos da prática, a partir de uma localização teórica, como forma de se fortalecerem no que começaram a chamar de identidade profissional. Com possibilidade de sair de uma queixa (de falta de reconhecimento ou de apoio institucional) e assumir uma práxis criadora na disputa sobre a determinação do próprio trabalho, propondo normas alinhadas a uma finalidade consciente, na forma de novos protocolos:

> Acho que também fiquei pensando do que a gente falou semana passada, que então as coisas que a gente tem para nomear o que a gente faz [em terapia ocupacional] não nos representam. Aí, de repente, a gente não protocola porque protocolo, do jeito que está hoje, não nos representa, por a gente achar que protocolo é fechado e tal. Se a gente conseguir achar algo que a gente nomeie, de repente o protocolo faça sentido... (Marlen, em Oficina 2).

Neuza articulou as reflexões em curso com as da semana anterior, quando se falava dos termos que não representariam as práticas da terapia ocupacional brasileira, relacionando-as à discussão sobre o que chamamos de colonização da profissão, produzindo uma síntese complexa:

> Quando a gente foi falando das brechas, eu lembrei muito da discussão da semana passada... Porque talvez os nomes que a gente tem, e os conceitos para dizer sobre esses nomes, não nos representem. Aí a gente vai falando muito da TO, que é colonizada ainda, que não é para a gente, não é a TO brasileira, não é a TO latina, e como que a gente vai buscando referenciais e vai construindo uma TO que nos represente... Eu acho que, quando a gente vem com essas angústias e a gente consegue achar um nome, consolidado, que traz algumas ferramentas para a gente, inclusive de trabalho, a gente consegue dizer para o outro o que a gente está fazendo, consegue nomear e para de fazer sozinho, consegue levar para o outro, consegue contaminar os outros com isso também (Neuza, em Oficina 2).

Então Wanda fez a ponte com a prática, ao dizer que, quando não consegue nomear, localizar tecnicamente suas intervenções, questiona a própria competência, portanto essa nomeação pode fortalecê-la na relação com seu trabalho e com a equipe:

> Eu fiquei pensando nisso, que às vezes eu faço uma intervenção no trabalho e, para mim, está muito claro porque que eu fiz ela... Aí eu penso em levar esse caso para a equipe. Como que eu falo que eu fiz isso por isso, isso e isso? Aí eu começo a entrar em uma piração, que é "Nossa, será que eu não fiz um absurdo?"... Aí rola, às vezes, a dificuldade de explicar porque eu fiz e eu entro numa pira que eu estou viajando, estou fazendo uma coisa nada a ver. Eu acho que ajuda a gente a voltar e pensar, sabe, no porque a gente está fazendo o que a gente está fazendo... Porque o outro também deslegitima o nosso trabalho, aquilo que a gente está fazendo assim... A gente tem que justificar aquilo... (Wanda, em Oficina 2).

Daniel, neste momento, problematizou a ideia de gerar novos protocolos, ponderando que seria mais potente se assumíssemos algo como uma direção. Parece haver uma preocupação com algum aprisionamento da técnica, manifestado pelos termos, conceitos e teorias. Como se tanto a técnica quanto seus nomes não fossem ferramentas do trabalho, mas estivessem acima dos sujeitos do processo de trabalho. Daniel propôs, em lugar de protocolos, uma direção, termo mais vago, mas que agregasse melhor as diversas formas de trabalhar que dialogam com uma mesma finalidade:

> Eu pensei nessa coisa da colonização, de dar nome, de legitimar, de deslegitimar... Eu acho ruim quando a gente pensa em qualquer protocolo, mas acho que é interessante quando a gente pensa uma direção. O que eu quero dizer com isso, a gente pode estar nesse grupo, que está se constituindo, talvez a gente use de diferentes referenciais para entender a mesma problemática, aí a gente vai pensar nomes diferentes e... Acho que tentar pensar nesse processo da nomeação é importante, mas também na direção. Como eu consigo me reconhecer em vocês, pela direção que vocês estão propondo de intervenção, de cuidado. Mesmo que eu chame de outras coisas, que meu referencial vá no mesmo caminho, mas a gente se reconheça em uma direção, possa conversar a partir de uma direção, eu acho que é isso, a direção é a participação social, inserção social, enfim (Daniel, em Oficina 2).

Neuza fez a síntese, identificando que os nomes indicam a direção, porque usados de dentro de um campo conceitual aplicado:

> Eu acho que, quando a gente fala de nome, o nome diz para a gente a direção, o nome é uma palavra que diz muita coisa. Aí quando o nome, o conceito, ele não está dizendo o que a gente quer, então a gente não usa, ou a gente tem medo, receio. Acho que justamente quando a gente fala em dar nome, é algum nome que diz a nossa direção (Neuza, em Oficina 2).

Aline então complementou a síntese, propondo que dominar as linguagens de outros campos pode nos servir estrategicamente, para dialogar com técnicos de outros núcleos de atuação, na composição do trabalho coletivo. Bem como com as estruturas de poder manifestadas na organização dos serviços, seja entre técnicos, seja com as formas de gestão.

Assim, às vezes assumir um discurso usando os termos da psiquiatria pode ser uma estratégia, não necessariamente um aprisionamento, desde que se tenha consciência da direção, para onde se está indo, o que se quer. Isso, associado a uma ação consciente de afirmação das ações e conceituações do próprio campo (epistemológico e técnico), pode gerar impacto sobre a dureza institucional, além de disputar a legitimidade institucional e social do discurso sobre a prática. Ou seja, disputar as formas de organizar o trabalho institucional, bem como as formas como ele é apresentado e validado socialmente. O horizonte dessa desalienação em relação aos protocolos, termos e teorias despontaria como a possibilidade de produzir legitimidade no trabalho coletivo criativo, podendo os trabalhadores passarem a conseguir disputar a própria organização do trabalho e a concepção determinante da estrutura institucional.

5.1.3 Oficina 3

Quadro 13 - Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 3

PRINCIPAIS CATEGORIAS EMPÍRICAS NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS EM TERAPIA OCUPACIONAL
● O desenho da intervenção específica em terapia ocupacional fica mais nítido e pode ser apropriado pelo trabalhador ao ser localizado o objeto e os outros elementos do processo de trabalho em um referencial epistemológico. Assim, pode-se sair do falso dilema entre campo de atuação e núcleo específico de práticas na definição das condutas e do papel profissional, reconhecendo a integralidade do processo de trabalho, que tem um objeto bem definido. ● O chamado “sentido das atividades" foi definido como a expressão da intencionalidade dos sujeitos em atividade. ● Por meio da análise das atividades cotidianas em terapia ocupacional é possível identificar elementos de intencionalidade com potencial de desalienação e se trata de uma análise dialética dos sujeitos em atividade.

● Intervenção emancipatória só se faz a partir do trabalho coletivo, tendo como pressuposto que terapeutas ocupacionais e sujeitos assistidos são autores desse mesmo coletivo do qual são expressão na relação dialética.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

O terceiro encontro teve foco no aprofundamento teórico sobre o processo de produção e do processo de trabalho em saúde, aplicados à prática em terapia ocupacional. Logo no início, o grupo demonstrou estar em processo de aprofundamento e reflexão, ao fazer relações entre elementos dos encontros anteriores e a prática.

Foram apresentados fundamentos da saúde coletiva e uma discussão teórica acerca do processo de produção e do processo de trabalho em saúde. Marlen propôs uma interpretação da realidade (síntese), ao aplicar o conhecimento apresentado à discussão sobre o campo de práticas em que se localiza a terapia ocupacional social e sua localização fora do campo de práticas em saúde. Ela pareceu reconhecer que a consciência sobre o referencial teórico apoia a identificação de necessidades sociais às quais terapeutas ocupacionais têm ferramentas para responder. Isso permite explicar como o escopo da prática extrapola o serviço em que se atua, para além do interesse e do gosto pessoal. Extrapola também o campo recortado pela hegemônica[6] divisão social do trabalho assistencial, complexificando a intervenção e afirmando a legitimidade da atuação da terapia ocupacional no campo social:

> É isso... O que eu estava pensando dessa questão, do quanto talvez a gente tem tantas pessoas que não identificam o campo social como sendo da TO... Mas porque é isso... Isso é um objeto de trabalho pra mim e eu consigo pensar em uma ação. Mas, por exemplo, pra quem está trabalhando... No NASF, de repente não acha... Porque eu fiquei pensando muito em imigrantes africanos... Porque é o público que eu tenho trabalhado. Por que é uma questão da TO? Não é só porque eu gosto, é porque pra mim faz muito sentido, mas as pessoas tendem a acreditar, a não ser quando vão a um serviço de saúde, que isso não faz sentido. Aí, por exemplo, quando se tem trabalhado com a questão dos imigrantes e das coisas que eles têm passado, tem se trabalhado muito, por exemplo, com a questão da depressão ou questões de saúde mental, deslocamento, violência... Mas não tem toda uma questão, enfim, de onde veio, porque veio, o que deixou, como que é a língua para acostumar, enfim... Um trabalho todo que não é feito. Aí isso que você falou fez muito sentido para mim, acho que essa noção do por que o social, não parece que é TO, porque aí [parece que] é assistência social, é psicologia, pedagogia... (Marlen, em Oficina 3).

Após exposição dialogada sobre a teoria do processo de produção e do processo de trabalho em saúde, o grupo foi convidado a fazer um exercício de aplicação do conhecimento,

6 Existe um lugar bem demarcado da terapia ocupacional na saúde, que está relacionado ao recorte funcionalista que vem do norte global, das origens da profissão, e que reconhece a terapia ocupacional como profissão da saúde, exclusivamente. Há, entretanto, uma divisão do trabalho que se efetiva na América Latina, principalmente, que não é hegemônica e que reconhece a legitimidade da atuação da terapia ocupacional no setor social, como prática que não é de saúde, bem como no setor da educação, da justiça e da cultura.

com a análise do processo de trabalho de um padeiro, preenchendo uma tabela com os itens: Objeto/Matérias-Primas, Finalidade/Produto Final, Meios e/ou Ferramentas, Organização e Divisão do Trabalho.

Antes de propor respostas para o preenchimento dos itens na tabela, o grupo começou a levantar uma série de elementos sem os quais não seria possível fazer a análise. Em experiências prévias que temos com a proposta do exercício com outros grupos de trabalhadores, isso não costuma acontecer, em geral os participantes propõem elementos para a tabela a partir da ideia que fazem do trabalho do padeiro.

Observou-se que, neste grupo, o padeiro foi tomado como sujeito sócio-histórico, dotado de subjetividade e intencionalidade, que poderia inclusive estar fazendo este pão fora do momento da produção. Demonstrou-se que, para aqueles trabalhadores, só é possível propor elementos do processo de trabalho do padeiro se souberem a intencionalidade com que se coloca a trabalhar, ou o sentido da atividade, corroborando a noção teórica de que a finalidade do processo de trabalho informa todos os outros elementos.

Considerando que a terapia ocupacional é uma profissão que compõe, dentro do processo de produção capitalista, o processo de produção de indivíduos no Brasil, os elementos de seu processo de trabalho estão submetidos ao processo de produção capitalista. Apesar disso, os pesquisadores internos manifestam em sua leitura da realidade um olhar analítico que decompõe o trabalho em categorias identificáveis na teoria do processo de trabalho, como demonstrado. O grupo nomeou essa postura analítica como algo do "olhar da TO".

Assim, ainda que circunscritas a um processo de produção capitalista, perguntou-se se seria possível conceituar o sentido da atividade, como a expressão da intencionalidade do sujeito em atividade, como um componente das práticas em terapia ocupacional. Intencionalidade que determina a finalidade de cada atividade, a partir de uma localização sócio-histórica do sujeito em ação e de tudo que ele coloca em movimento para fazer a transformação do objeto de trabalho. Os pressupostos da pesquisa apontavam nessa direção e, a partir dessas perguntas, começou a ser possível identificar um potencial analítico nos termos da teoria do processo de trabalho, na forma como se manifestaram as análises do grupo.

Dandara não parecia satisfeita, por considerar a complexidade do que ela chamou de "finalidades mais subjetivas". Definiu-se então que haveria "camadas" no sentido da atividade, ou seja, o sentido é complexo, porque é composto de um processo material (gerar renda, por exemplo) e histórico (como aprendeu a ser padeiro, por exemplo). Embora em uma análise a partir do processo de produção a finalidade do trabalho seja ganhar dinheiro, em uma análise ontológica é possível identificar outras finalidades compondo o sentido dessa atividade de fazer

pão:

> Dandara - Deixa eu só parar um segundo... É que eu fiquei pensando muito se, pensando no sentido da atividade, se isso de fato é algo que gera prazer? Que ele aprendeu com alguém. Porque, de repente, ele oferecer na festa o pão dele pode ter outras finalidades assim, internas... Não sei, mas mais subjetivas, eu estou tentando pensar... Porque pode ter um prazer de pensar as receitas e tal. Eu fiquei brisando no que está para além do só ganhar dinheiro, não sei se cabe aí, se cabe em algum lugar, não sei, talvez não finalidade...
>
> Aline - Você está falando que tem camadas o sentido da atividade, não é uma só... Porque [para responder à] finalidade de ganhar dinheiro, ele podia fazer outras coisas na vida. Por que ele faz isso e não faz outra coisa? Tem um sentido ampliado que não é só ganhar dinheiro?
>
> Dandara - É... (Dandara e Aline, em Oficina 3).

Nessa discussão, propôs-se uma síntese: seria possível fazer a análise de inúmeros "pequenos processos de trabalho" dentro do processo maior que estaria entre a encomenda e a entrega do pão, que pode tomar proporções gigantescas, relacionadas à forma como está organizado todo o sistema de produção. Então se agregou ao conceito de sentido da atividade a noção de dialética, identificando que faz parte da análise dessa atividade, a definição do recorte de qual processo de trabalho está sendo analisado, sem perder de vista que ele faz parte de um todo maior e esse todo maior sempre vai ser reflexo dessas partes, que se constituem mutuamente.

A partir dessa discussão de instrumentalização, o grupo passou a discutir o assujeitamento dos trabalhadores:

> Olga - Lá no Centro Especializado em Reabilitação (CER), vai ter um monte de caso ortopédico, que é um monte de trabalhador autônomo, que teoricamente está dono de todo esse processo, está adoecido e não consegue se tratar porque... Está assujeitado.
>
> Dandara - Eles têm uma renda, mas para fazer mais renda ele já está assujeitado a algo. Porque ele poderia só estar curtindo uma aposentadoria. Se ele tem uma renda, não é? Mas não, ele se sujeita a este outro trabalho e tal (Olga e Dandara, em Oficina 3).

Os próprios terapeutas ocupacionais do grupo se deram conta de que alienam seu trabalho em dinheiro também. Uma nova síntese foi proposta, tendo que o trabalhador pode estar como meio ou instrumento, ou pode estar como o sujeito do processo. Assim, é possível que haja pequenos processos de trabalho compondo a organização do trabalho, determinados pelo trabalhador, enquanto sujeito e isso configuraria um elemento de fortalecimento, porque ali ele se realizaria como humano.

Se forem assumidos os pressupostos desta pesquisa de que a atividade humana pode

ser definida como trabalho, essa síntese se torna relevante para apoiar uma definição do conceito de análise de atividades em terapia ocupacional. Portanto, ainda que em um cotidiano atravessado por processos de alienação, na análise das atividades cotidianas seria possível encontrar elementos de intencionalidade, com potencial de desalienação.

Assim, uma enorme complexidade foi identificada na tarefa de analisar os sentidos das atividades, que só podem ser analisadas criticamente se houver consciência de que recorte se faz e qual processo de trabalho se observa. O grupo concluiu que, se analisássemos o trabalho de uma padeira, mulher, muitos dos elementos seriam diferentes. Além disso, a complexidade aumentou quando se propôs que esse recorte também deve levar em consideração o próprio processo de trabalho de análise da atividade, portanto o lugar sócio-histórico de quem a analisa. Dessa forma, um terapeuta ocupacional que não faça essa crítica, naturalizando a alienação do trabalho em dinheiro como única forma de sustentar a reprodução social, por exemplo, provavelmente não assumirá como objeto de análise o assujeitamento do padeiro como esse grupo fez.

Para que tamanha complexidade não se perdesse em abstrações de distanciamento da realidade, retomou-se o método dialético de identificação das contradições que compõem essa complexidade como manifestações da realidade, a partir das quais se pode produzir análises que apoiem o retorno à prática. Discutiu-se que, estando imersos nas contradições, temos a possibilidade de fazer novas perguntas ao nos darmos conta delas, ou seja: reconhecer as contradições nos aproxima da análise da essência, para além da aparência dos fenômenos. A essência está relacionada à estrutura que determina as formas da reprodução da vida.

Propôs-se, para demonstrar a síntese acima, um exemplo: em um grupo de terapia ocupacional em que mediam o processo uma oficineira e uma terapeuta ocupacional, o trabalho da oficineira toma como objeto a aprendizagem da técnica pelos participantes. O trabalho da terapeuta ocupacional toma como objeto de análise os processos de trabalho em curso e a forma como esses processos, dialeticamente, manifestam as formas de existir no mundo daqueles participantes, ao mesmo tempo que a transformam. Aplicando esse raciocínio ao exemplo do padeiro, propôs-se que a mesma receita de pão pode ser feita por sujeitos diferentes com finalidades diferentes e, então, a forma e os efeitos disso no humano também serão diferentes. Porque o processo de trabalho em andamento não transforma apenas a farinha em pão, mas transforma esse ser humano: sempre que o ser humano está em atividade ele está se transformando e produzindo história.

Aparentemente, essa síntese gerou angústia, ao colocar a finalidade das práticas emancipatórias em um horizonte distante demais:

> Neuza - O trabalho humano no capitalismo nunca será emancipado? Eu estou incomodada com o tipo de TO que a gente está fazendo.
>
> Marlen - Eu acho que é isso, gente. A lógica capitalista. Não é natural e a gente está nesse processo adoecido, segregado... Então se eu for pensar que... Nossa última finalidade for para uma emancipação humana, entendendo emancipação como isso que a gente tem trabalhado... [De] derrubar o capitalismo, a gente vai demorar muito para fazer uma TO real. Eu estou muito incomodada com isso! (Neuza e Marlen, em Oficina 3).

Olga identificou como essa angústia da contradição se manifesta na prática:

> Falando de um cara que estava muito mal, tinha uma lesão de nervo superior, e depois ficou lá um tempo, saiu bem, estava funcional, estava com as coisas que a gente imagina que são importantes de fazerem... Bom, tá, agora ele vai lá voltar para aquele trabalho escravo dele. Agora a gente preparou ele para voltar para aquele trabalho escravo dele (Olga, em Oficina 3).

Problematizou-se essa contradição com os elementos teóricos e instrumentais que estavam sendo desenvolvidos com o grupo por meio de perguntas: Qual foi a transformação em curso no trabalho da terapeuta ocupacional? O foco foi apenas a inflamação? Olga disse que não, que a vida dele foi trazida para análise, a relação com seu corpo, mas que isso não adiantaria muito, porque ele voltou para o mesmo lugar. Seguindo a problematização, perguntou-se se, depois da intervenção, ele voltaria o mesmo homem para o trabalho, ou se haveria possibilidade de ele estar, a partir da intervenção, com algumas "pulgas atrás da orelha" sobre suas condições de trabalho. Os participantes ficaram pensativos, Olga respondeu, refletindo com consciência sobre os limites dessa intervenção, ainda que crítica:

> Acho que tem coisas que transformaram, acho. Não sei. Acho que [ele] não [voltou o mesmo]... Acho que voltou [com a pulga atrás da orelha], mas ela pode em algum momento, ser esmagada... (Olga, em Oficina 3).

Diana então identificou, em sua própria prática, uma forma como encontrou elementos operacionais para orientar seu trabalho com uma finalidade emancipatória, ao tomar consciência das contradições e entender que ela pode apoiar a elaboração de respostas coletivas às próprias contradições, que são relativas à estrutura social e não problemas individuais. Ela avançou da tomada de consciência para a proposição de ação coletiva e de autoria de processos, ao reconhecer que a transformação só pode ser efetivamente emancipatória se produzida pelo humano enquanto ser social. Ou seja, um sujeito que tem consciência de que aquilo que se manifesta em sua vida singular está relacionado a um processo histórico e material que é coletivo. Considerando tais aspectos, inclui-se na percepção a compreensão do ser social na sua inserção de classe nesta sociedade, ampliando suas perspectivas para além do âmbito

individual:

> Eu lembrei de um exemplo, que essa semana... Veio uma mãe de uma criança que estava atendendo, ela tem várias dores crônicas em relação ao trabalho, ela é cabeleireira e, enfim, bursite, várias coisas assim e ela faz tratamento no sistema privado, inclusive... Todos os lugares deram alta para ela e eu perguntei o porquê que deram alta para ela, se ela estava indo para um processo inflamatório super agudo, e ela relatou que os profissionais disseram que não tinha jeito. Que, se ela não mudasse de trabalho, que ela não teria direito a nenhum tratamento, como uma punição mesmo. Eu falei "Nossa, então está todo mundo perdido, não é? Porque se todo mundo tiver que trocar de trabalho por alguma dor ocupacional, que está todo mundo sujeito a isso, o tempo todo"... Acho que uma coisa que eu fui aprendendo e estou trazendo bastante no cotidiano do meu trabalho são esses processos de consciência. Porque é isso, é ter consciência dessas contradições o tempo todo, que a gente vive. O quanto ter a consciência dessas contradições já é um passo enorme e acho que já é um passo enorme para poder... Dar um lugar e, a partir disso, poder transformar de forma coletiva. Porque está todo mundo no mesmo barco, é meio isso. Eu acho que está sendo uma experiência interessante, então, por exemplo, no serviço eu estou tentando, junto com algumas mães, pensar algumas coisas junto, coletivamente, não sei, de como a gente vai pensar em grupo, para pensar algumas angústias, enfim. De coisas reais que acontecem no cotidiano, que não está legal no município, mas ao mesmo tempo também do dia a dia... Porque eu lembrei muito do que você falava para mim, Aline, dessa questão de quanto mais a gente se apropria do nosso processo, o quanto isso já é um elemento bastante importante, que o processo não é do outro, é nosso. Enfim, eu estou tentando ir um pouco nessa perspectiva também, sabe? (Diana, em Oficina 3).

Wanda articulou a síntese de Diana à discussão do encontro anterior sobre o trabalho nas brechas, como algo que poderia avançar para além da intervenção sobre um fenômeno específico, alcançando potencial de transformação de elementos da determinação social dos problemas, por meio da luta coletiva. Essa articulação passou por reconhecer que há uma condição comum entre os trabalhadores do serviço e os seus usuários, que diz respeito à classe social da qual fazem parte: são todos classe trabalhadora. Ao coletivizar as análises das contradições, toma-se as pessoas acompanhadas como sujeitos dos processos em curso, não mais objetos do trabalho do técnico. Ela imagina esta operacionalização via conselho gestor da unidade, que é a ferramenta mais democrática a que tem acesso na autonomia relativa que existe por dentro dos equipamentos do sistema de saúde:

> Eu fiquei pensando naquilo que a gente conversou semana passada, sobre quando a gente pensa no nosso trabalho e nosso trabalho tem brecha e a gente tenta suprir essa brecha para não deixar que essa pessoa sinta o que está acontecendo. Que a gente tenta fazer de um tudo, mesmo tendo menos profissional, mesmo tendo menos instrumentos, mesmo tendo menos coisas, a gente vai tentando suprir, para que o usuário não sofra. Se a gente fala assim: "Não, se eu não deixar que ele perceba que essas coisas estão acontecendo, se ele não perceber, talvez ele não vá lá lutar para que essas coisas mudem". Eu não sei, acho que é isso, de a gente entender as contradições e tentar, acho que pensei um pouco em conselho gestor também, quanto um espaço emancipatório de problematização dessas coisas (Wanda, em Oficina 3).

Dandara, em nova síntese, apontou como o trabalho em rede operacionalizaria o

elemento de tomada coletiva de consciência sobre a condição de vida e trabalho que é comum a um grupo social:

> Eu fiquei pensando em tudo isso, quando ela fala que é muito duro saber que o padeiro volta para o território, volta para continuar o mesmo trabalho e tal. Eu fico pensando que, como eu estou aqui na ponta, se esse padeiro volta para mim e eu sei que ele está incomodado com isso, vou pensar isso junto com outras pessoas, na rede, sabe? No território, com outras pessoas... Então para mim é muito importante que, quando recebo alguém, eu contamino com aquilo, eu vou trazendo outras pessoas. É muito esse trabalho... De pensar nisso como uma bucha coletiva, sabe? Não mais ficar só com vocês lá [no CER], ou só com ele, alguma coisa assim. Mais pensando na rede, pensando ali, onde eu estou [na atenção primária] (Dandara, em Oficina 3).

Foi possível propor que a intervenção que se quer crítica precisa considerar o trabalho como coletivo e o sujeito como expressão de um coletivo, porque não será apenas em um atendimento de um trabalhador que essas condições complexas poderão ser desafiadas, mas no conjunto do trabalho coletivo, alinhado na mesma finalidade emancipatória. Nesta perspectiva, a emancipação não é produzida por terapeutas ocupacionais para o público acompanhado, mas se configura como processo coletivo.

Assim, a coletividade compõe a determinação social do sujeito acompanhado em terapia ocupacional e esta, por meio de seu trabalho, interfere nas possibilidades de ele identificar as contradições em que vive, dentre outras ações de impacto mais direto sobre o agravo que gerou a demanda do encontro. Então este sujeito volta para a coletividade com novas perguntas e a "pulga atrás da orelha", podendo ser potencial de transformação dos processos sociais de determinação de sua condição. Portanto, a intervenção configuraria uma mediação em um processo com finalidade de emancipação de todos, inclusive dos terapeutas ocupacionais.

Seguiu-se uma análise da produção grupal, apontando que o trabalho será emancipatório se tomar o sujeito como expressão de um coletivo e permanentemente colocar terapeutas ocupacionais e sujeitos acompanhados como autores desse mesmo coletivo, do qual são expressão na relação dialética. Então, para a pergunta de Neuza, sobre se haveria possibilidade de trabalho emancipado no capitalismo, propôs-se que sim, a partir da ampliação da noção de trabalho para além de emprego. Reconhecendo que, cotidianamente, os humanos seguem produzindo história, realizando (ainda que pequenos) processos de trabalho, orientados para responder a necessidades conscientes. Porque o trabalho que seja transformação consciente da natureza em resposta a necessidades identificadas pelo próprio sujeito, que objetificou aquilo que está transformando, é humanizador e potencialmente emancipatório.

Assim, provavelmente não haverá emprego emancipado, mas trabalho emancipatório

como atividade humana, possivelmente a exemplo dos processos educativos realizados por Paulo Freire. A partir do MHD, entende-se que de dentro do capitalismo se produzem as condições materiais de sua superação, portanto, a ideia de que haja trabalho emancipatório neste contexto se faz possível na direção da construção da utopia concreta.

Marlen disse estar brava, ao encontrar as contradições da prática de pesquisa. Olga, por outro lado, pareceu identificar esse processo de habitarmos as contradições como possibilidade de abertura, em que as respostas não estão mais dadas e nem ela, no encontro das oficinas, convocada a eleger respostas estanques, como se sente em alguns espaços e trabalho.

5.1.4 Oficina 4

Quadro 14 - Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 4

PRINCIPAIS CATEGORIAS EMPÍRICAS NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS EM TERAPIA OCUPACIONAL
● A contribuição da terapia ocupacional, como prática social que se alinhe ao MHD a partir dos fundamentos da Saúde Coletiva Latino-Americana, está relacionada ao domínio das ferramentas de análise do processo de objetivação, dentro do processo de trabalho humano. Terapeutas ocupacionais sabem analisar as atividades em suas mediações, na relação entre o humano e a realidade e, ao fazer essa análise em conjunto com os sujeitos com quem trabalham, ativam processos de tomada de consciência sobre a relação entre os humanos e o mundo. ● Reconhecer o lugar de sujeitos do processo de trabalho, dos trabalhadores terapeutas ocupacionais, passa pela identificação e definição dos elementos técnicos de sua prática na composição do trabalho coletivo. ● Para desenvolver uma prática emancipatória em terapia ocupacional é necessário assumir intencionalmente a dimensão política da finalidade do trabalho. Portanto, a "questão social" não como um pano de fundo sobre o qual o desenvolvemos, mas como parte daquilo que define o objeto de trabalho. ● Identificação de necessidades radicais compõe a finalidade de práticas emancipatórias em terapia ocupacional.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

O quarto encontro teve foco sobre a finalidade e o objeto do trabalho em terapia ocupacional e sobre a análise das relações entre o específico do núcleo de conhecimentos e práticas da profissão e o geral dos campos de atuação. A diferenciação entre núcleo e campo é proposta por Gastão Campos, que entende que:

> A institucionalização dos saberes e sua organização em práticas se daria mediante a conformação de núcleos e de campos. Núcleo como uma aglutinação de conhecimentos e como a conformação de um determinado padrão concreto de compromisso com a produção de valores de uso. O núcleo demarcaria a identidade de uma área de saber e de prática profissional; e o campo, um espaço de limites imprecisos onde cada disciplina e profissão buscariam em outras apoio para cumprir suas tarefas teóricas e práticas (Campos, 2000, p.220).

Ao longo da narrativa desta oficina, estes termos serão utilizados a partir da definição de Campos, acompanhando a forma como os pesquisadores internos liam sua prática e nomeavam suas questões. Para a análise e discussão, após síntese realizada com o grupo, outros termos e categorias foram utilizados para explicar e dialogar os fenômenos analisados com a literatura marxiana e a tese aqui apresentada.

Os encontros passaram a ser iniciados pela conversa sobre a semana e possíveis efeitos dos encontros sobre as práticas. Dandara compartilhou uma mudança em seu trabalho a partir das reflexões deste grupo. Em um encontro entre trabalhadores da rede assistencial sobre o tema da violência, percebeu se colocar afirmativamente, em lugar de uma postura que vinha tendo de silenciamento e desesperança no trabalho. Disse que os encontros estavam sendo importantes para uma nova percepção do trabalho como coletivo. Relatou que, em lugar de buscar sozinha encontrar respostas pragmáticas individuais, propôs ao grupo de trabalho uma leitura coletiva do problema que tinham, apontando os elementos do trabalho coletivo, compartilhando a responsabilidade. Percebeu que isso incomodou colegas, ao mesmo tempo que produziu reflexão: duas trabalhadoras de outros serviços foram conversar com ela depois da reunião, colocando-se disponíveis para a composição coletiva de uma solução do problema em pauta.

O processo oficineiro emancipatório tem como finalidade a transformação das práticas, sendo que o relato de Dandara aponta alguma expressão dessa transformação. Apesar disso, sua força de transformação social tende a ser pequena se for expressa individualmente, ou seja, se apenas um trabalhador do território apontar suas práticas para processos de emancipação, é possível que o desgaste do trabalho solitário se sobreponha ao fortalecimento dos pequenos impactos positivos. Como se entende a partir da dialética na ontologia do ser social de Lukács, essa consciência é importante para que os sujeitos do processo oficineiro se mantenham atentos ao elemento coletivo e cumulativo da ação transformadora não apenas das estruturas, mas também da própria condição:

> Elas [as outras trabalhadoras da rede] vieram me procurar... Pra dizer: "A gente está com você para construir coletivamente". Nossa, pronto, já outra coisa ver isso no coletivo assim. Mas isso é difícil para mim, porque no movimento estava já muito cansada e quando eu exponho o cansaço, vira uma pergunta: "Nossa, até quando eu aguento?". Chegou nisso, eu começar a visualizar um cansaço que eu não sei se eu estou afim. Até quando eu vou aguentar, sabe? (Dandara, em Oficina 4).

Provocada pelo relato de Dandara, Ivone perguntou:

> Será que é possível fazer um trabalho emancipatório dentro do sistema capitalista? (Ivone, em Oficina 4)

A pergunta já havia sido feita no encontro anterior, do qual Ivone não participou, retomando as contradições relacionadas à finalidade emancipatória do trabalho que estão colocadas para o grupo, transversal ao processo oficineiro. Com o intuito de respondê-la, propôs-se uma abertura para a investigação coletiva, em busca de complexificá-la, como um convite a se relacionar com as contradições, em lugar de tentar resolvê-las.

Lembramos que Bernardo mandou ao grupo, durante a semana, uma notícia de jornal sobre o trabalho no neoliberalismo. O que indica que há um processo de reflexão sobre a realidade, que acontece como atravessamento cotidiano das discussões do grupo ao longo das semanas, traduzido em um gesto, demonstrando um processo de mudança dos participantes que está em andamento. Marlen também relatou uma situação de trabalho em que identificou efeitos do encontro, relacionada à consciência sobre a dimensão coletiva do trabalho. Ela contou sobre o planejamento de um projeto educativo em conjunto com outra pessoa, em que se viu orientando as ações de maneira mais ampliada, com uma finalidade de transformação social na direção emancipatória.

Para disparar a discussão sobre o tema deste encontro, uma exposição dialogada foi realizada sobre o processo de objetivação e produção de necessidades, na teoria do processo de trabalho, apresentando um dos pressupostos da pesquisa: a contribuição da terapia ocupacional como prática social que se alinhe ao MHD, a partir dos fundamentos da Saúde Coletiva Latino-Americana, estaria relacionada ao domínio das ferramentas de análise desse processo.

Qualificação da demanda costuma ser um termo usado na prática em saúde, querendo indicar uma leitura técnica dos pedidos dos acompanhados, na indicação de condutas que seriam mais adequadas do que os pedidos iniciais. Foi proposta como aplicação do conhecimento teórico desvencilhar-se do conceito e fazer uma leitura do processo sob o referencial do MHD, propondo, neste momento do processo de trabalho, a leitura das necessidades, por meio da identificação das manifestações do objeto de trabalho em cada sujeito que traz uma demanda, orientando o processo de trabalho.

O conceito de estranhamento foi abordado e foi importante considerar que, tendo em vista que as práticas em saúde são subordinadas ao processo de produção em saúde e sustentadas pelo aparato ideológico e político (políticas de saúde), a forma hegemônica de resposta às contradições é de sustentar o estranhamento, não o superar. Assim, sob o referencial do MHD, a análise que terapeutas ocupacionais fariam sobre a produção de necessidades poderia identificá-las alienadas, manifestas na demanda que se faz por acompanhamento em terapia ocupacional na sociedade capitalista.

Portanto a intervenção inicial passaria por analisar, reconhecer, nomear, identificar os

elementos da determinação social das necessidades identificadas. Possivelmente, um sujeito buscará reabilitação para uma lesão de mão que melhore a dor e permita voltar ao trabalho adoecedor; ou um consumidor de drogas buscará internação para ser afastado dessas mercadorias, em lugar de lidar com as formas de se relacionar com o consumo. São demandas que existem porque os serviços assim oferecem as respostas. Essa ressalva se fez importante para antecipar o risco de, ignorando o próprio estranhamento como trabalhadores do capitalismo, identificar como necessidade do outro apenas aquilo que nos é disponibilizado como possibilidade de resposta nas instituições, nos modelos de intervenção, nas determinações alienadas do trabalho.

Aplicando o raciocínio exposto à prática, exemplificou-se que é muito comum que os próprios trabalhadores de saúde entendam suas necessidades como restritas aos produtos oferecidos pelo processo de produção em saúde. Lidando individualmente com o próprio sofrimento, por meio de medicamentos, consultas e procedimentos medicalizantes, esses sujeitos frequentemente referem o resultado de seus processos de adoecimento e recuperação aos próprios hábitos individuais e aos efeitos da ação técnica de quem os trata.

Discutiu-se que a identificação da finalidade do trabalho se faz uma tarefa complexa e permanente, na análise das necessidades que se apresentam, para a elaboração de respostas. Assim, sair do estranhamento dependeria de o trabalhador se sentir (e ser) autor, reconhecendo-se no produto do trabalho.

Neuza fez uma síntese incorporando a teoria, reconhecendo como a contradição pode ser entendida por dentro de uma prática consciente, como parte de um processo ampliado, reconhecendo limites materiais para as práticas, que se transformam dialeticamente na relação entre prática e realidade. Ela também identificou que tende a ser mais fácil enxergar a finalidade do trabalho dentro de um campo de atuação, que pode ser entendido aqui como a prática em saúde que toma por base o meio, como a unidade básica ou o território, no trabalho colaborativo. A finalidade do trabalho de núcleo de práticas da terapia ocupacional, que pode ser entendido como o arranjo específico de conhecimentos e técnicas da profissão, fica mais difícil de identificar em sua percepção, por exigir uma consciência permanente do processo de transformação em curso.

Clarice propôs então uma discussão importante, referente às relações entre núcleo e campo na definição das práticas, apontando ser mais fácil para ela fazer a análise do processo de objetivação a partir de um recorte no campo de atuação, por ser algo feito de forma compartilhada. Ela considerou necessário ter coragem para nomear um objeto, ao que parece haver algum constrangimento em recortar o quê, daquilo que é produzido, seria contribuição do

trabalho em terapia ocupacional. De forma ambivalente, descreveu a sensação de um risco de ser subtraída de algo próprio, se não fizer essa nomeação:

> Às vezes, é mais fácil falar do carecimento pelo campo do que pelo núcleo e aí entra a coisa do que a gente tem coragem de nomear como objeto na TO, que foi também a minha dificuldade na minha dissertação. Para mim, fica mais porque o grupo de mulheres não é uma coisa que eu fique só na TO, é junto com as profissionais, desde as mulheres que estão lá. Mas, por exemplo, a minha tia que tem uma formação europeia na academia, ela fala "Você tem que tomar cuidado, que se você não fala que é seu, vai alguém lá e pega para si" (Clarice, em Oficina 4).

A mesma preocupação também se manifestou quando Marlen descreveu sua prática de pesquisa em Moçambique, ao deliberadamente evitar nomear o trabalho como seu trabalho (embora reconheça sua autoria), pelo risco de ser julgada como "dona" ou "salvadora".

Nesta pesquisa, a autoria do trabalho está sendo entendida como o reconhecimento do lugar de sujeito que trabalhadores terapeutas ocupacionais ocupam na prática, junto à possibilidade de nomear os elementos técnicos daquilo que se transformou. Há um discurso que se repete entre esses trabalhadores, que também se demonstra entre os pesquisadores internos, sobre uma falsa neutralidade do trabalhador técnico, como se os processos de trabalho acontecessem sempre a partir da pessoa acompanhada, sem qualquer protagonismo do trabalhador.

Este discurso esconde o trabalho humano engendrado no processo de trabalho em terapia ocupacional e o lugar de sujeito que é compartilhado entre técnico e sujeito/grupo acompanhados, na condução e análise das atividades realizadas. Trata-se de uma falsa neutralidade, que se evidencia na contradição do próprio discurso, ao vir acompanhado de uma queixa de invisibilidade e falta de reconhecimento da contribuição específica da terapia ocupacional para os resultados observados das intervenções.

Uma segunda contradição se localiza nessas falas. Aparentemente há uma indiferenciação entre o que configura o trabalho coletivo, em torno de um objeto comum, e o que configura a contribuição por meio do recorte do objeto parcelar, a partir das ferramentas de cada núcleo que operacionaliza o trabalho. É como se o reconhecimento da contribuição da terapia ocupacional para o trabalho coletivo significasse a assinatura equivocada do trabalho todo, ao mesmo tempo que há uma sensação de falta de lugar e de reconhecimento dessa contribuição. Clarice identificou a indiferenciação como fruto de sua formação, que se organizou em torno de campos, em lugar de fazer a discussão a partir do núcleo:

> No meu mestrado... Eu já fico na coisa do campo, eu escrevo uma parte sobre atividade e acho que é isso, a galera da TO, as professoras ficam no campo também, é difícil... Acho que a galera da UFSCar vai mais pro núcleo, mas na USP a gente fica

> muito no campo, a gente ouve falar da Agnes Heller... Ou as manas dos EUA, mas não vai retomando... Acho que no campo da TO social que um pouco mais isso vai aparecendo, a Denise [Dias Barros], a Sandra [Galheigo] pensam assim, mas que é isso, fica muito no campo... RBC [Reabilitação Baseada na Comunidade] não é a TO da Atenção Básica fazendo RBC, é o RBC (Clarice, em Oficina 4).

Daniel ponderou que o recorte de atuação em terapia ocupacional por campos foi uma escolha consciente das antecessoras, relacionada ao processo de produção de conhecimento no momento histórico em que constituíam formas de atuação da profissão, ampliando-as em relação ao funcionalismo com que foram instituídas em seus primeiros formatos, sendo esse o motivo de termos uma menor produção científica de desenvolvimento do núcleo de conhecimentos e práticas da terapia ocupacional. Ele relacionou a discussão sobre a assunção da autoria, como a consciência do lugar de sujeito, e dos elementos específicos do processo de trabalho em terapia ocupacional a uma contradição entre os problemas da divisão tecnicista do trabalho e a necessidade de garantir espaço no mercado. Repetiu-se aqui a indiferenciação entre um recorte limitante da prática e um domínio do objeto parcelar e das ferramentas da profissão, com clareza de finalidade:

> Eu fiquei pensando no que os equipamentos esperam, que resposta... Dependendo de onde você está, a galera vai querer que você explique, querem que você seja dono do processo e bem pouco pensando de maneira dialógica... Não, você está aqui porque você tem um saber e bem nessa questão verticalizada... Então é muito difícil tentar construir coisas mais dialógicas, mais propositivas, nesse caminho que a gente está pensando... Que a gente vem discutindo aqui como trabalho, às vezes em um processo de sucateamento do trabalho, quanto mais você consegue dizer que você é dono de um processo, quase que você consegue segurar mais, fundamentar mais, porque você está ali, entendeu? Eu... Vivenciei isso [em uma instituição em que trabalhei], estava tendo muitas demissões... O que a galera foi percebendo é que foi construindo uma clínica muito mais enrijecida, por que as pessoas não podiam dizer muito daquilo que era uma fragilidade, daquilo que não sabe. As pessoas iam se ancorando mais no "Eu faço essa clínica, isso aqui é meu, isso não é seu" para justificar, aí você tem que ficar [fazendo isso], porque aí você está sabendo o que você está fazendo, entendeu? (Daniel, em Oficina 4).

Ivone então apontou uma forma de lidar com essas contradições, nomeando suas intervenções na composição do trabalho institucional como de origem no núcleo da terapia ocupacional, ou seja, intervenções que ela produz "enquanto terapeuta ocupacional". Essa consciência parece permitir a identificação da contribuição do núcleo para o trabalho coletivo, sem que isso recorte a prática de forma tecnicista. Ainda que, de forma específica, contribua para algo que nenhum outro núcleo parece ter ferramentas para fazer:

> Agora eu tenho usado muito uma frase, "Enquanto terapeuta ocupacional...", nas minhas reuniões de equipe. Estão acontecendo coisas que eu pensava que eram básicas, mas que só eu percebo, parece. Sumiu uma atividade que eu fiz em grupo, do mural do ateliê, sabe? Gente, se está lá, é porque eu construí com eles e colocar lá,

> escolher [é parte da intervenção], como que alguém tira? É algo muito grave, como é que a gente constrói alguns desses espaços, do ateliê, porque... Todo mundo faz, não sou só eu como TO, a assistente social faz, o psicólogo faz, todo mundo faz atividade no ateliê, mas não pensam nesse processo todo. Eu tenho trazido muito isso, que é olhar para como eles fazem as coisas e como é que a gente cuida de tudo isso, em coisas que passavam batido na verdade, sabe? Tenho marcado muito como é meu papel de TO lá (Ivone, em Oficina 4).

Dandara trouxe uma outra forma de identificar sua autoria no trabalho, que estaria relacionada ao reconhecimento de sua articulação e ativação de redes, bem como o trabalho criativo na invenção de respostas onde parecia não haver possibilidades de ação. Ela pareceu ter consciência de que a finalidade de seu trabalho não é responder a protocolos institucionais, mas produzir um movimento emancipatório para os jovens:

> Dessa coisa da autoria... O que eu sinto que é o meu trabalho mais efetivo é quando a gente está em rede e isso vem ganhando um reconhecimento mesmo, tanto dos coletivos, dos artistas... 20 coletivos, uma coisa muito monstra e eu sei que eu faço um trabalho muito artesanal, que eu vou amarrando milhares de pessoas, vou amarrando todo mundo que eu conheço, eu sei que é um trabalho que eu sei que é meu, mas o que importa na verdade é a gente promover isso, esses encontros e essas possibilidades de pensar coisas coletivamente... Mas, ao mesmo tempo, eu enquanto ser TO, tenho um reconhecimento e um tamanho... Mas o que eu fui propondo, vou usar a palavra da Aline, é um hackear... A ideia é chegar nos estudantes de alguma maneira, mas a ideia não é ficar "Ah, mas a diretora não deixou, que droga, nossa...". A gente não tem que pensar que tem que chegar nesses estudantes? Então como a gente vai chegar, se não pode de uma forma institucional? Vamos chegar de outra forma, então não sei o que é núcleo, o que é campo, mas estou tentando (Dandara, em Oficina 4).

Fez-se neste momento uma problematização sobre os conceitos de objeto e de finalidade na teoria do processo de trabalho. Perguntou-se: "Quando eu estou fazendo o bolo com Dona Maria, em um contexto de atendimento de terapia ocupacional, eu e ela estamos fazendo a mesma coisa? O que eu estou transformando é a mesma coisa que ela está transformando?".

A ideia de autoria foi reconceituada, em uma busca de desassociá-la de uma noção de assinatura individual egóica ou posse mercadológica da técnica, aproximando-a de uma noção de pertencimento. Se o trabalhador tem consciência de seus atributos, habilidades e ferramentas, na leitura da finalidade e do objeto de trabalho coletivos, ele tem condições de compor teleologicamente o trabalho com os outros trabalhadores, executá-lo coletivamente e avaliar resultados de forma eficaz. Essas ferramentas pertencem a ele, tanto quanto a consciência do que ele está fazendo ali. Clarice então fez uma síntese, recolocando para si uma afirmatividade no recorte do núcleo, seguida de Neuza, que fez uma pergunta retórica também de síntese:

> Clarice - Acho que, no fim, não é só uma negatividade da TO, mas é mais esse trabalho na composição como potência e não, tipo "Isso é meu!", de nicho.

Neuza - Por que tem terapeuta ocupacional lá? (Clarice e Neuza, em Oficina 4)

A pergunta de Neuza pareceu abrir ainda mais o processo de reflexão, ou seja, por que então escolheriam terapeutas ocupacionais para o trabalho e não qualquer outro núcleo profissional? Haveria então importância e positividade em reconhecer e afirmar essa especificidade.

Retomando a história da profissão, ponderou-se que, ainda que busquemos uma prática emancipatória, as profissões como enfermagem e terapia ocupacional foram forjadas para criar conformidades no capitalismo. Nessa divisão intelectual do trabalho assistencial, o arcabouço de ferramentas dessas profissões ficou em torno das técnicas, não em torno das teorias. Lembrou-se que, nos planos de saúde privada suplementar, isso se manifesta especialmente sem crítica, o número de sessões a serem realizadas em terapia ocupacional é determinado pelos médicos.

Assim, para o que é esperado do trabalho em terapia ocupacional, nesse contexto, não falta nada. A sensação de falta é para o que se deseja fazer quando se assume uma finalidade emancipatória. Daí, possivelmente, a sensação de insuficiência quando se buscam ferramentas para um trabalho crítico no arcabouço de conhecimentos do núcleo profissional e, ao mesmo tempo, ainda que incompleta, a satisfação no encontro com arcabouços teóricos ampliados para os campos de atuação.

Foi feita uma interpretação dos elementos trazidos pelos pesquisadores internos, como proposta de fundamentação do pressuposto da pesquisa de que, para aquelas e aqueles que queiram desenvolver práticas emancipatórias, seria necessário assumir uma dimensão política da finalidade do trabalho, intencionalmente. Isso significaria recolocar a "questão social", não como um pano de fundo sobre o qual desenvolvemos o trabalho, mas como parte daquilo que define o objeto de trabalho. Esse redimensionamento se demonstraria no recorte de um objeto que deixaria de se dar em torno da manifestação do desgaste, como uma inflamação ou uma crise depressiva, por exemplo, mas em torno das determinações sócio-históricas materiais desses desgastes.

Retomou-se o texto da terapeuta ocupacional Beatriz Nascimento (1990), para reforçar a crítica à intervenção técnica centrada no laboratório ou na relação terapêutica, que operaria uma divisão entre o técnico e o político que só beneficiaria a própria técnica, ao eximir o técnico de alguma forma daquilo que acontece fora do contexto de atuação. Essa postura poderia tranquilizar artificialmente a consciência do trabalhador, que poderia interpretar uma insuficiência da intervenção em relação ao resultado esperado como falha do próprio paciente,

já que a técnica teria sido bem aplicada.

Retomou-se assim a importância, para que se efetive a apropriação de terapeutas ocupacionais sobre seu processo de trabalho, de que seus elementos possam ser analisados e nomeados. Seria um meio para um processo de libertação e não de aprisionamento ou reducionismo. Clarice entendeu que essa análise contribui para que ela entenda qual é sua autoria no processo de trabalho, ou seja, um reconhecimento e reapropriação do seu lugar de sujeito.

A instrumentalização seguiu sendo feita pela apresentação de mais um elemento de análise relacionado à teoria das necessidades: seria a produção de necessidades um eixo orientador da prática crítica em terapia ocupacional? Estaria uma parte do trabalho relacionada à identificação de necessidades radicais? Explicou-se: seria instigar que alguém que passe pelo processo de trabalho com um terapeuta ocupacional saia sentindo necessidade de algo inédito, ou desconhecido, e isso ser motivador de novos processos de trabalho que esse sujeito passe a assumir, na transformação sobre a própria vida? Clarice então manifestou uma síntese, sobre um atendimento que havia descrito anteriormente:

> Nossa, agora fez mais sentido, acho que foi isso que eu fiz! Porque ele não chegou sabendo o que queria, mas alguém disse: "Você precisa de terapia, menino!". Aí porque fica chorando, tenta se matar, aí pensam que tem que ser TO, porque a pegada dele é fazer, dar trabalho... Aí ele chega e para ampliar, tentar entender, foi uma coisa nova, ele não chegou lá pedindo: "Quero emprego", isso foi produzido no encontro... É porque eu também tinha essa coisa, de como o processo criativo dele é para pensar um jeito de ele estar no mundo, para mim ele vinha mostrando os cadernos dele, mas parece que... Foi isso que eu fiz! (Clarice, em Oficina 4)

Seguindo o raciocínio, propôs-se que, de acordo com o recorte epistemológico da realidade que o trabalhador faz, a finalidade do trabalho será diferente. Se na análise do processo de trabalho se identifica que a busca por acesso a um benefício social é a finalidade da intervenção, pode-se dizer que há aí uma finalidade inclusiva, humanista possivelmente. Diferente de uma finalidade emancipatória, que partiria do entendimento de que, em uma sociedade desigual, seria insuficiente o acesso a direitos sociais somente, porque garante o mínimo de dignidade apenas para algumas pessoas.

Entretanto, se a finalidade for emancipatória, o acesso aos direitos sociais será buscado com a mesma intransigência, porém agora tomado como ferramenta no processo de transformação da condição de sujeito social com quem se trabalha. Em última instância, respondendo à finalidade de superação do sistema que gera as desigualdades, por meio do fortalecimento do sujeito enquanto produtor da história.

Assim, a intervenção apoiaria a transformação da condição atual da pessoa com quem

se trabalha, ao mesmo tempo em que instauraria condições de tomada de consciência mobilizadoras da necessidade de realizar transformações na produção da vida social. Neste contexto, a participação social tomaria proporções ampliadas em relação à ideia de cidadania como adequação aos deveres e direitos de um grupo social, ela passaria a dizer respeito ao reconhecimento e assunção da condição de sujeito que propõe, transforma e desfruta coletivamente da produção social.

Feita a discussão sobre a finalidade, propôs-se uma aproximação do conceito de objeto, na tarefa de instrumentalizar acerca do núcleo específico de práticas, então foi perguntado: Quando se está, em um contexto de acompanhamento em terapia ocupacional, fazendo um bolo junto a uma pessoa ou a um grupo, quantos processos de trabalho estão envolvidos e qual é o processo de trabalho de quem?

A pergunta teve a finalidade de problematizar o lugar de sujeito da pessoa acompanhada, na relação entre ser essa pessoa parte do objeto de trabalho do terapeuta ocupacional, ao mesmo tempo que sujeito de um outro processo simultâneo. Apresentou-se o pressuposto de que terapeutas ocupacionais saberiam analisar as atividades em suas mediações, na relação entre o humano e a realidade. Além de que, ao fazer essa análise em conjunto com os sujeitos com quem trabalham, ativariam processos de tomada de consciência sobre a relação entre tais humanos e o mundo, como autores deste, que por sua vez dialeticamente os determinam.

Marlen identificou uma cena de suas práticas em que ficou nítido para ela o impacto da finalidade sobre a prática:

> Eu fui a um encontro... de TOs... Aí, em dado momento, a pessoa TO falou assim: "Porque o jeito que eu vou atender uma criança aqui é igual em qualquer lugar e eu tenho que entender que o jeito que eu atendo aqui, no meu consultório, é o jeito que a Marlen vai atender ali na Selva". Isso me remete muito a isso que estamos falando aqui. Porque... Por exemplo, se for fazer um bolo lá na matola, que é um dos lugares em que eu trabalho, eu já fiz um bolo porque era aniversário do jovem e a mãe dele queria fazer um bolo comigo, não foi uma atividade "Vamos fazer um bolo!", ela que quis fazer, era muito difícil de fazer, porque era tudo manual, a gente batia tudo na mão e não tem forno, então foi na lenha... Super difícil. Isso me remeteu a essa questão, então onde eu estou, em que mundo que eu estou e tudo que envolve isso (Marlen, em Oficina 4).

Na cena descrita, analisou-se que o processo de trabalho em curso realizado por Marlen era diferente daquele que a mãe do jovem realizava. O que a terapeuta ocupacional estaria fazendo seria o apoio à apropriação da relação da mãe com o filho e a possibilidade de manifestar isso por meio de um objeto cultural, o bolo, enquanto a mãe estaria fazendo um presente para o filho, ela mesma se dedicando à sua relação com ele. A consciência de os

múltiplos processos de trabalho simultâneos estarem relacionados com a apropriação de seus elementos, assumindo essa análise e a ativação/apresentação de elementos na composição desses processos, é que comporia o que estava sendo chamado no grupo de consciência da autoria do trabalho em terapia ocupacional.

Como uma forma de investigar com o grupo a aplicabilidade dos elementos do processo de trabalho para a análise da prática em terapia ocupacional, propôs-se um novo exercício para ser retomado no encontro seguinte. Pediu-se que, individualmente, os pesquisadores internos elegessem uma cena de acompanhamento em terapia ocupacional sobre a qual respondessem quatro perguntas: Por onde começa a intervenção e por quê? O que acham que se transforma no processo de trabalho eleito? Quais ferramentas se colocam entre o terapeuta ocupacional e o que se quer transformar, para que essa transformação aconteça? Como se sabe que aquilo que se queria transformar, transformou-se, ou qual a medida do resultado do que se faz no processo de trabalho em terapia ocupacional?

Com essas provocações, o encontro se encerrou, propondo-se que essas contradições pudessem seguir vivas para serem abordadas nos encontros seguintes.

5.1.5 Oficina 5

Quadro 15 - Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 5

PRINCIPAIS CATEGORIAS EMPÍRICAS NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS EM TERAPIA OCUPACIONAL
● A horizontalidade característica dos acompanhamentos em terapia ocupacional não é elemento espontâneo, mas parte do trabalho de mediação em terapia ocupacional. ● Iniciar a intervenção em terapia ocupacional pela análise do cotidiano permite fazer um mapeamento do lugar sócio-histórico-cultural em que o sujeito realiza atividades. ● Existe uma contribuição da terapia ocupacional para a gestão de serviços que está relacionada à habilidade de terapeutas ocupacionais em entender as mediações da existência dos humanos pela atividade humana. ● A relação entre objeto, ferramentas e produto em terapia ocupacional é profundamente dialética, havendo momentos em que elas não se diferenciam. ● O produto das práticas analisadas está relacionado à possibilidade de os sujeitos acompanhados exercerem autoria nos processos dos quais fazem parte. ● A contribuição específica da terapia ocupacional para o trabalho coletivo está relacionada à análise dos processos de objetivação e produção de necessidades.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

O foco do quinto encontro esteve sobre os elementos do processo de trabalho em terapia ocupacional. Iniciou-se com trocas sobre a semana que passou e se discutiu sobre o cansaço dos trabalhadores, manifestado pela quantidade de afastamentos de colegas nos

serviços. A partir da decisão da gestão municipal (São Paulo) de suspender o funcionamento de espaços coletivos de trabalho e de formação, sob pretexto de uma necessária prontidão à vacinação contra o sarampo, percebeu-se um isolamento aumentado dos trabalhadores e vivência de maior solidão. As pesquisadoras internas interpretaram esse movimento como um silenciamento dos trabalhadores que, insatisfeitos, estavam produzindo reflexões e movimentos críticos nos espaços de encontro, dentro e fora das unidades de saúde em que trabalhavam.

Ao serem perguntados sobre os impactos da discussão do encontro anterior acerca do trabalho, Clarice descreveu duas manifestações em sua prática: por meio da apropriação de termo técnico e pela identificação de uma das mediações analisadas, que foi nomeada de "pulga atrás da orelha", e pode ser associada à postura problematizadora, parte do processo de tomada de consciência em uma prática emancipatória. Ela descreveu uma cena de acompanhamento de grupo em que observou que não foi necessário "ensinar" algo, mas que, pela experimentação de uma atividade de problematização, uma reflexão crítica se instaurou em uma das participantes, que pareceu ficar com "a pulga", ou seja, identificar uma contradição na realidade:

> Eu só sei que eu me vi na sexta-feira, falando no Grupo de Mulheres, de determinação social... A mulherada com hora pra buscar filho na escola e a gente imersa naquela roda na porta, pra ir embora, e a gente não conseguia. Aí estava todo mundo falando das implicações e refletindo, aí eu usei a palavra, a expressão... [Tem] uma mulher, que foi a primeira vez que ela foi... Eu lembrei da pulga, de coisas que a gente foi falando, daí ela: "Nossa, então, que a gente aprende né, que a gente é submissa a fazer as vontades dos maridos... Agora estou vendo que não é bem assim". A gente não falou disso, a gente não falou. Enfim, a proposta era: um grupo encenava, do jeito que quisesse, uma situação de violência de gênero e o outro grupo encenava uma mulher saindo ou que já saiu dessa situação. Eu fiquei no grupo que encenou a situação de violência de gênero e umas delas trouxe uma situação de estupro dentro do casamento. Que não é bem estupro, porque a mulher consente, mas porque ela entende que faz parte da obrigação dela. A gente ficou: "É estupro, não é?". Mas assim, foi legal. Aí isso tocou essa mulher, que ela ficou bem quieta assim, fritando. Aí ela falou isso no final: "Eu estou achando que não é bem assim". Aí foi super legal... Aí ficou claro, a pulga! (Clarice, em Oficina 5)

Quando perguntada se a "pulga" teria sido colocada ali pelo trabalho em terapia ocupacional, Clarice disse que sim e logo depois que não, relacionando o resultado a um processo horizontal. A pesquisa de mestrado que antecedeu a atual (Vieira, 2014) demonstrou como terapeutas ocupacionais, em contextos de atendimento em saúde mental, diziam não partir de nenhum lugar para conduzir seu acompanhamento individual ou grupal e que tudo partiria dos participantes. Na análise, foi possível identificar que isso estaria relacionado à falta de nitidez sobre os pressupostos que conduzem a mediação dos processos e a falta de consciência sobre a diferença de papéis dos participantes, que não precisa conflitar com um funcionamento horizontal, no que tange às relações de poder na condução do encontro.

Clarice pareceu não diferenciar esses elementos, ao não reconhecer que a produção de horizontalidade e a circulação da condução é fruto de um trabalho técnico de mediação. Esse movimento parece dialogar com a discussão sobre autoria do encontro anterior, havendo uma certa resistência em assumi-la:

> Aline - Você acha que você se viu colocando [a pulga]?
>
> Clarice – Sim e não fui eu, isso que é o mais legal, foram as próprias mulheres, foi o grupo, foi o que o grupo... Porque é isso, não foi uma roda dessas que a gente conversa e a gente está nesse lugar de coordenação principal e acaba se colocando mais. O grupo está nesse momento que todo mundo contribui de uma maneira muito horizontal. A gente fala a nossa opinião também, enfim. Mas a gente consegue sair desse lugar de quem está super coordenando e as mulheres são coterapeutas, a gente entende que está nesse momento. Que a gente mesmo, eu e as outras, a gente não falou isso. Isso foi uma produção das mulheres, no grupo. Não foi a gente que falou É isso (Aline e Clarice, em Oficina 5).

Assim, propôs-se uma diferenciação entre horizontalidade e diferença de papéis, na busca de instrumentalizar a leitura da prática, ao que Clarice pareceu ampliar sua percepção, reconhecendo um processo de construção dessa horizontalidade e condução compartilhada:

> Aline - Você fala que é horizontal, mas vocês têm papel ainda?
>
> Clarice - Putz, principalmente em situação de conflito de opinião, que é lógico, surge, principalmente no tema de religião. Aí a gente se vê num lugar de mediar essa conversa, pra não rolar uma treta... Mas além de nós, tem outras mulheres que fazem esse papel de mediar situações também. Então a gente não tem que estar preocupada o tempo inteiro mais. Porque antes a gente tinha que estar preocupada o tempo inteiro e hoje a gente consegue participar do grupo de uma maneira mais fluida (Aline e Clarice, em Oficina 5).

Na partilha sobre como foi a semana, as participantes contaram sobre um grande sofrimento das trabalhadoras e trabalhadores, na relação com casos, cada vez mais graves e em maior quantidade, de abuso sexual, suicídio e miséria nos territórios em que trabalham. Interpretamos que esse cenário é resultado das decisões políticas sobre a economia e as políticas sociais do país. Neste momento, Diana identificou uma ferramenta de fortalecimento que as oficinas proporcionaram a ela, para a relação com o trabalho. Trata-se do que ela chamou de pequenas "rupturas" na demanda de trabalho protocolar e alienante, por meio da indagação sobre a intencionalidade do trabalho, movimento de combate ao estranhamento, ainda que solitariamente:

> Os trabalhadores também vão... Adoecendo... Ao mesmo tempo também vou trazendo essa questão da intencionalidade, que a gente está falando, mais especificamente do que eu estou produzindo, porque eu acho que tem uma demanda muito clara do que se deseja que eu produza... Do atendimento convencional, de desenvolvimento, que

> eu acho muito válido, tem que olhar pra isso, a gente olha pra isso quando a gente está com a criança, mas... Parece quase que tem que ter uma barreira, de a gente não olhar pra complexidade daquela família... De perguntar o contexto que aquela família está vivendo, que a criança está vivendo. Aí então, qual é a intencionalidade, assim, só a questão da motricidade da criança, então aí fica a motricidade pela motricidade? Então eu estou... Tentando fazer pequenas rupturas disso, pelo menos nos espaços em que eu tenho mais autonomia (Diana, em Oficina 5)

Assim, retomou-se que o exercício de análise dos elementos do processo de trabalho, realizado na oficina anterior, tem o potencial de combater o estranhamento e apoiar a identificação de caminhos para o trabalho coletivo. Ao se identificar que a finalidade de um trabalhador pode ser o salário e do outro algum tipo de heroísmo, é possível identificar com maior nitidez que ferramentas acionar no diálogo com cada um, por exemplo.

Como ferramenta de instrumentalização do grupo, para avançar na análise dos processos de trabalho em terapia ocupacional, apresentou-se um artigo (Campos, Soares, 2003) em que se analisaram os processos de trabalho de equipes de saúde mental de diferentes níveis de assistência no SUS.

Propôs-se, a partir das categorias teóricas de análise usadas no artigo, quais sejam objeto, ferramentas e finalidade do processo de trabalho, a análise das respostas ao exercício da Oficina 4, sendo que Clarice se voluntariou para começar. Conforme ela lia suas anotações, uma tabela se preenchia na tela, projetada para os presentes e compartilhada na chamada virtual, com quem estava conectado à distância. O preenchimento aconteceu em parceria, com algumas sugestões de conceitos e sínteses feitos na mediação do processo, com a finalidade de apoiar a identificação do que, em meio ao discurso, poderiam ser identificados como elementos técnicos do trabalho:

> Clarice - Normalmente eu começo me apresentando, quem eu sou, sou terapeuta ocupacional da equipe NASF, o que é o NASF, e eu queria saber por que eles procuram a unidade de saúde e como eles entendem que a gente pode ajudar. A minha fala é essa. Aí a mãe traz, mais ou menos assim: nasceu a Ana, mas hoje é Rafael. Aí, nesse momento, eu já me direciono pro Rafael, pra ele se apresentar, quantos ano tem, o que gosta de fazer, como que é em casa, a família, como que é na escola. Eu vou perguntando um pouco do cotidiano da criança, pra criança.
>
> Aline - Você está investigando o cotidiano, então?
>
> Clarice - Aí fica muito claro então pra mim, o que eu pego pra transformar é o cotidiano CIS num cotidiano TRANS, junto com essa família.[...]
>
> Aline - Aí então você entende que as suas ferramentas são documentário, filmes, esse grupo de referência na rede, a rede pra além da UBS e os movimentos sociais?
>
> Clarice - E o próprio espaço de conversa, de tentar...
>
> Aline - Então, os atendimentos verbais?
>
> Clarice - Sim... A gente sempre conversa sobre os desenhos... Ele gosta de levar os desenhos que assinou como Rafael. Ele fala que faz uma seleção e deixa os antigos em casa. Ele vai escolher colecionar, mais a partir de quando ele é Rafael, os desenhos.

Aline - E a análise dos desenhos é uma ferramenta?

Clarice - Sim. (Clarice e Aline, em Oficina 5)

As respostas de Clarice se apresentam no quadro 16:

Quadro 16 - Respostas de Clarice ao Exercício de Análise do Processo de Trabalho em Terapia Ocupacional, Realizado na Oficina 4

Caso/Situação/Intervenção/Prática	Fui acionada pelo campo de conhecimento, mas fiz um trabalho de TO, o que significa que eu poderia lidar com questões da infância de um jeito ampliado. Criança de 8 anos, que foi chamada de Ana quando nasceu, mas hoje se identifica como Rafael. Pediatra chama a TO para dizer que acha um absurdo que a mãe disse para a criança que a criança pode tirar os seios, se quiser.
Por onde começa um atendimento (ou outro processo de trabalho em TO) em TO e por quê?	Apresento-me como TO do NASF, explico o que é o NASF e pergunto: "O que vocês procuram e como entendem que podemos ajudar?". Peço então para Rafael contar sobre o cotidiano dele.
O que quer transformar quando faz um atendimento (ou outro processo de trabalho em TO)?	O que eu tomo para transformar é o cotidiano cis e cotidiano trans, onde dá para ser Rafael já e onde não dá. Ele começa a vir mais vestido com as roupas que escolhe, entrega um desenho para a TO da própria carteira de identidade, com o nome dele.
Quais ferramentas coloca entre si e o que quer transformar?	Documentários, filmes. AMTIGOS - Grupo de referência do Instituto de Psiquiatria da USP, que faz transição de gênero. Rede para além da UBS, movimentos sociais, espaços de conversa, os atendimentos verbais. Análise conjunta de desenhos que fez e assinou como Rafael, análise dos conteúdos dos desenhos, nas escolhas que faz para mostrar.
Qual a medida de resultado?	Manifestação de alegria. Expectativa do encontro, que a TO sente e Rafael também manifesta, no pedido para se verem antes. Marcas de autoestima, possibilidade de se identificar como Rafael para a família ampliada. Alívio da mãe (sair da briga e ganhar elementos para dialogar e articular caminhos de respostas que não precisem passar pela briga, pela dureza, pela disputa), ao conseguir negociar com a escola e com a família. Fortalecimento para o enfrentamento. Parceria com a família e com Rafael. Tudo que se combina, no próximo encontro tem um retorno. Está fazendo sentido para todo mundo.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Em seguida, Neuza e Dandara disseram não terem escolhido uma cena de trabalho, como Clarice fez, analisando sua prática de maneira geral. Neuza demonstrou habilidade em identificar elementos da técnica na análise de seu trabalho, atribuindo essa habilidade às oficinas de que já participara com Aline, mas também ao seu domínio do referencial teórico e o estudo do processo de trabalho em saúde em Mendes-Gonçalves:

Quadro 17 - Respostas de Neuza ao Exercício de Análise do Processo de Trabalho em Terapia Ocupacional, Realizado na Oficina 4

Caso/Situação/Intervenção/Prática	Prática em TO de maneira geral
Por onde começa um atendimento (ou outro processo de trabalho em TO) em TO e por quê?	Entendimento do sujeito no mundo. Demarcação sócio-histórico-cultural, para entender quem é e o que isso representa no entendimento da demanda, no intuito de transformar em necessidade.
O que quer transformar quando faz um atendimento (ou outro processo de trabalho em TO)?	Modos de viver, de consumir. Consciência sobre si e sobre o coletivo.
Quais ferramentas coloca entre si e o que quer transformar?	Meios de produzir experiência, diálogos, interações no coletivo, filmes artes teatro, yoga, na produção de experiência, vivência do corpo, de si com o outro e de si no coletivo, território.
Qual a medida de resultado?	Participação/ conscientização social, apropriação/ escrita da própria vida, construções criativas e coletivas, processo de trabalho mais consciente, ocupação emancipatória.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Dandara apresentou sua contribuição. Percebeu que, durante a ação, não sente dificuldade em saber o que fazer e demonstrou nitidez sobre as manifestações do resultado de sua intervenção. Apesar disso, referiu muita dificuldade em nomear os elementos do processo e compartilhou uma percepção de indiferenciação entre objeto e ferramenta ao analisar sua prática.

> Dandara - A gente pode depois ver, cabe no que transforma, o que é ferramenta, eu não consegui diferenciar muito, eu coloquei que minhas ferramentas são as parcerias, o território, conquista de conhecimento e que também são as coisas que se transformam, eu acho que isso é meio junto. O que transforma e ferramenta, pra mim, fica difícil de diferenciar.
>
> Aline - O objeto e a ferramenta estão misturados pra você?
>
> Dandara - Estão. Porque eu diria que as parcerias se transformam, os serviços se transformam, o território transforma, o afeto transforma e são parte das minhas ferramentas. Então, por exemplo, eu coloquei que eu busco a autonomia junto com o outro ou com o todo, mas isso também é parte da minha ferramenta, assim, pela autonomia. Entendeu? Está muito junto assim, eu não consigo diferenciar assim, ao certo (Aline e Dandara, em Oficina 5).

Decidiu-se então, na tabela, unir os campos relacionados às categorias teóricas ferramentas e objeto, acompanhando a análise naquele momento, das categorias empíricas trazidas por Dandara:

Quadro 18 - Respostas de Dandara ao Exercício de Análise do Processo de Trabalho em Terapia Ocupacional, Realizado na Oficina 4

Caso/Situação/Intervenção/Prática	Prática em TO de maneira geral.
Por onde começa um atendimento (ou outro processo de trabalho em TO) em TO e por quê?	Aproximação e conhecimento da história, na construção do vínculo. Aproximação do universo do outro para possibilidade de transformação.
O que quer transformar quando faz um atendimento (ou outro processo de trabalho em TO)?	A pessoa acompanhada pode se olhar, ver suas potências e criar espaço juntos para a existência. Afeto, parcerias, território, conquista de conhecimento. As parcerias, os serviços, tudo se transforma, mas tudo também é ferramenta. Autonomia como minha ferramenta, mas como o que eu quero buscar com o outro.
Quais ferramentas coloca entre si e o que quer transformar?	
Qual a medida de resultado?	Pessoa apropriada de suas potências, possibilidade de sonhar, exercer direito e cortar ciclo de violência.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Neuza, ao observar e refletir sobre o preenchimento dos quadros, perguntou-se sobre as categorias empíricas que elegeu, na relação com sua formação, tentando identificar as origens das escolhas que fez no preenchimento. Disse não saber bem se estava conseguindo pensar ali a partir de um referencial em terapia ocupacional. O grupo identificou a percepção geral de uma insuficiência, na formação em terapia ocupacional, sobre seus fundamentos teóricos. É possível identificar uma série de elementos teóricos que apoiam a prática, mas de outros campos, seja Psicologia, Sociologia ou Medicina.

Retomou-se, no processo oficineiro de instrumentalização, uma análise crítica da história da profissão, apontando que ela foi criada como profissão técnica na divisão intelectual do trabalho. Seu desenvolvimento não privilegiou o estudo de teorias, mas priorizou o estudo de técnicas. Isso se demonstra nos modelos de terapia ocupacional, bem como em um conjunto significativo de produções acadêmicas que descrevem a prática, com poucas análises fundadas em um referencial teórico.

Wanda lembrou então de uma colega psicóloga, que demonstra confiança e domínio de seu trabalho, por meio da assunção nítida de um referencial teórico-metodológico psicanalítico:

> Quando eu vou discutir com psicólogos, eles falam muito do lugar do referencial teórico deles... tem uma psicóloga do Consultório na Rua, que ela fala que é lacaniana e ela fala que ela consegue, dentro do trabalho dela, dentro do Consultório na Rua e dentro da clínica, explicar o que ela está fazendo orientada por Lacan... É muito clara pra ela, a prática dela dentro do Lacan, muito clara mesmo (Wanda, em Oficina 5).

Neuza reconheceu, na colocação de Wanda, o que buscava dizer e identificou que referenciais e técnicas que às vezes nomeiam seu trabalho não são de um referencial específico em terapia ocupacional. Seguindo o processo de instrumentalização, apontou-se que se identificar com o SUS, ou com algumas políticas públicas e não outras para a prática, aponta um referencial, se realizada uma análise mais profunda. Retomou-se a tabela com o preenchimento das práticas em andamento e se apontou que há elementos comuns, ainda que com nomes diferentes, o que poderia demonstrar um alinhamento em torno de um referencial. Wanda apontou um desses elementos e foi possível sugerir uma categoria empírica de análise e indicação de um referencial comum a partir dessa observação:

> Wanda - Eu ia comentar isso, eu acho que por onde começa é muito similar os três e eu me identifico muito nesse lugar, assim, que é de apresentar quem eu sou, qual que é o meu trabalho e tal. Aí o que eu acho que o que vocês procuram... Falar sobre o cotidiano... Tem muito a ver com o entendimento do sujeito no mundo, da gente colher a história dele, eu achei que por onde começa e por quê, é muito semelhante.
>
> Aline - Aham. Olha: "Conhecendo a história". Muito bem, então pra nós é importante fazer esse mapeamento do lugar sócio-histórico-cultural, como a Neuza falou no começo (Wanda e Aline, em Oficina 5)

Wanda, por sua vez, ao observar e refletir sobre o preenchimento dos quadros, identificou-se com um elemento que Dandara reconheceu e afirmou como parte do processo de trabalho, o afeto, então o categorizou como ferramenta. Ela falou da dificuldade de se apoiar sobre esse elemento, na relação com a equipe e na discussão de casos, por falta de legitimidade dele como elemento técnico.

Discutiu-se que, em uma abordagem positivista, busca-se uma suposta neutralidade como parâmetro da verdade, enquanto na relação terapêutica o afeto atravessa inevitavelmente o processo. Neuza apresentou o conceito de amorosidade, a partir da perspectiva da Educação Popular de Paulo Freire, compondo a instrumentalização do grupo, e Olga completou apresentando o entendimento de que a noção de "emprestar desejo", muito comum no discurso dos técnicos da atenção psicossocial em saúde mental, poderia ser uma tentativa de fuga equivocada da implicação de sujeito que também se transforma na relação.

No momento de Olga experimentar preencher o quadro com os elementos de sua prática, ela ponderou sobre uma contradição. Pensou que talvez não tivesse uma prática em

terapia ocupacional, por estar ocupando lugar de gestora de uma equipe de CER, ao mesmo tempo que se lembrou que muitas terapeutas ocupacionais têm assumido esse papel. Analisou que isso não seria uma coincidência, mas estaria relacionado à contribuição da terapia ocupacional para essa função, assim como a uma fluidez específica na relação com referenciais teóricos e metodológicos que estávamos identificando. Olga explicou que essa habilidade contribuiria para uma competência aumentada para o papel de gestão, relacionando-a, junto com Clarice, à facilidade em congregar diferentes referenciais teóricos, como potência e não como falta de um referencial específico:

> Olga - Aí eu acho que isso tem a ver com o percurso de várias TOs que foram indo para a gestão, eu acho que também tem a ver com conseguir olhar uma estrutura mais macro, pensando nesses atravessamentos, e de como várias coisas vão podendo facilitar ou não você constituir a prática, de um jeito ou de outro. Mesmo as coisas mais simples do universo. Sei lá, vamos pra uma coisa mais concreta: o CER tem as agendas dos profissionais... Esse instrumento de poder gerenciar agendas e como que eu faço isso pode influenciar muito em como aquela equipe vai se constituir e como aquela equipe vai entender o cuidado... Então eu acho que é um papel que, às vezes, está nisso. Numa maneira mais burocrática, mais certinha, mas que eu acho que é super chave e eu acho que tem tudo a ver TOs ocuparem esse lugar.
>
> Clarice - Eu acho que você poderia pensar como você, como TO, faz a gestão, que talvez é diferente. Porque... Não é um aporte referencial e teórico, eu vou olhando como uma capacidade, na verdade, de congregar referenciais teóricos diferentes.
>
> Olga - É, eu acho, não é falta. Eu acho que é porque a gente consegue circular melhor, porque não tem "Ah, eu sou lacaniana...", a gente acho que vai pegando várias coisas (Olga e Clarice, em Oficina 5).

Olga, em um fluxo narrativo, demonstrou uma precisão na leitura da especificidade de sua contribuição como terapeuta ocupacional à gestão de um serviço de saúde, que não estaria localizada nos produtos. A contribuição estaria na capacidade de fazer uma análise complexa da "intenção transformada em fazer", dessa "coisa viva e cheia de atravessamentos", que ela entende como o objeto de seu trabalho, "um objeto que é vivo" e que dialoga com a indiferenciação da qual falava Dandara, na análise de sua prática entre elementos do processo de trabalho em terapia ocupacional:

> Olga - Eu acho que tem até a ver com o trânsito que a gente consegue fazer, justamente por não ter um referencial tão, tão determinado assim. Acho que tem a ver... Com o nosso objeto, que ele é vivo, ele é necessariamente vivo... Eu acho que, de diferentes jeitos, a gente vai pro... é que eu não sei usar outra palavra... Pra essa vida atravessada de várias coisas... A gente olha pra essa coisa viva, cheia de atravessamentos... Eu digo: TO.
>
> Aline - Olha o que eu estou ouvindo do que você está falando: nosso objeto é essa coisa viva cheia de atravessamentos.

> Olga - É. Eu acho que pra gente é, porque eu acho que, nas outras categorias profissionais... Tem um recorte específico... Mais contornado "Olha, a gente está aqui"... É claro que as pessoas, com as suas práticas, vão pegando o todo. Mas a gente já fala dos atravessamentos, a gente fala da pessoa em ação. A gente não está falando de um corpo, a gente não está falando de um lugar, a gente está falando da intenção e o que é essa intenção transformada em fazer... Eu acho que essa "coisa viva cheia de atravessamentos", ela tem camadas... São várias camadas e a gente vai atuando. Acho que, quando a Dandara fala assim, "Eu transformo, é ferramenta, mas também, o território me é ferramenta, mas eu quero transformar o território", eu acho que são essas camadas que a gente vai [transformando] (Olga e Aline, em Oficina 5).

Essa percepção de Olga sobre o trabalho da terapia ocupacional estar na dinamicidade dos processos, nos atravessamentos, dialoga com o pressuposto desta pesquisa, de que a contribuição específica da terapia ocupacional para o trabalho coletivo está relacionada à análise dos processos de objetivação e produção de necessidade descritos por Mendes-Gonçalves, com base em Marx, Lukács e Heller. Nesse momento, Olga apresentou uma leitura claramente ontológica da realidade, em oposição ao que seria uma leitura gnosiológica. Isso significa que, para ela, a realidade é histórica, dialética e não se explica pelos elementos em si mesmos. Talvez aí resida seu incômodo, manifestado ao longo dos encontros, em que fala que não gosta de nomear, de se associar a teorias fechadas. Talvez faça uma leitura dialética da realidade, contudo sem ter encontrado um conjunto organizado de conhecimentos (teoria) que apoie sua explicação.

Como instrumentalização, propôs-se que possivelmente essa forma de entender o trabalho já seria um posicionamento epistemológico, que ancoraria sua leitura sobre a realidade a partir de sua localização sócio-histórica, com seu conjunto de valores. Portanto, haveria diferença entre uma fundamentação metodológica e uma fundamentação epistemológica para as práticas. Ou seja, circular bem no uso de diferentes teorias e métodos não significaria necessariamente não estar ancorada em um referencial teórico-epistemológico:

> Olga - Eu não acho que é não ter referencial, é não fixar fielmente assim, absolutamente em um referencial.
>
> Aline - Teórico-metodológico? Eu acho que é isso que precisa deixar claro.
>
> Olga - Acho que é o que você falou da âncora, qualquer é o meu ancoramento e é isso né...
>
> Aline - Visão de mundo.
>
> Olga - É, sei lá... E a outra coisa é por onde eu posso ir percorrendo, que eu acho que é o teórico-metodológico (Olga e Aline, em Oficina 5).

Decidiu-se preencher a tabela coletivamente, na análise da prática de gestão que Olga executa, em seus elementos relacionados à terapia ocupacional:

Quadro 19 - Respostas de Olga ao Exercício de Análise do Processo de Trabalho em Terapia Ocupacional, Realizado na Oficina 4

Caso/Situação/Intervenção/Prática	Trabalho na gestão, não estou na atenção direta faz tempo, mas tem muitas TOs que fazem esse mesmo percurso e isso não é à toa. Tem a ver com o trânsito que vamos fazendo, de não ter um referencial tão determinado, e com nosso objeto, que é vivo, necessariamente. A gente vai de diferentes formas para a vida, que é atravessada por muita coisa, os atravessamentos todos do que é viver, a gente olha para essa coisa viva cheia de atravessamentos.
O que quer transformar quando faz um atendimento (ou outro processo de trabalho em TO)?	Essa coisa viva cheia de atravessamentos (que tem várias camadas). A pessoa em ação, a intenção transformada em fazer, necessariamente precisa de um sujeito.
Quais ferramentas coloca entre si e o que quer transformar?	Ler os atravessamentos e saber como eles constituem as práticas todas. Por exemplo, olhar as agendas de um serviço e planejar como esse gerenciamento influencia na constituição da equipe e seu entendimento do cuidado, é algo muito importante. Influência sobre o como dos processos de trabalho na gestão. Habilidade de congregar referenciais teóricos diferentes, conseguimos circular melhor entre eles, não nos aprisionamos.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Sugeriu-se que estaríamos falando sobre a habilidade de terapeutas ocupacionais de entender as mediações da existência dos humanos pela atividade humana. Dandara identificou sua dificuldade de nomear sua prática, demonstrar seu trabalho na construção coletiva de respostas sociais apenas quando aponta as formas do que faz e seus resultados, entretanto sem conseguir nomear o que fez e como fez. Wanda compartilhou que ouve de outros trabalhadores da rede que terapeutas ocupacionais são grandes organizadores. Ela analisa que essa percepção dos colegas estaria relacionada ao olhar específico e analítico sobre os acontecimentos e sobre o fazer.

5.1.6 Oficina 6

Quadro 20 - Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 6

PRINCIPAIS CATEGORIAS EMPÍRICAS NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS EM TERAPIA OCUPACIONAL
● É possível assumir como definição do objeto da terapia ocupacional, no referencial do MHD, o conceito de trabalho em Marx. ● Embora o objeto seja a atividade humana definida como trabalho, a contribuição do profissional está no domínio sobre a análise e as mediações dessa atividade e não em algum tipo de domínio exclusivo do desempenho na atividade. ● Terapeutas ocupacionais são capazes de analisar a atividade humana por entenderem as relações humanas e processos intrínsecos à transformação da natureza, na resposta a necessidades imbricadas naquela atividade como expressão de ocupações coletivas.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

O sexto encontro do grupo teve como foco o aprofundamento teórico em relação ao pressuposto da pesquisa, o trabalho como objeto de uma terapia ocupacional fundada no materialismo histórico-dialético, e na investigação sobre a validade desse pressuposto na relação com a prática dos pesquisadores internos. Os primeiros momentos de trocas sobre a semana foram de acolhimento a Dandara, que relatou estar exausta no trabalho, atravessado pelo adoecimento dos trabalhadores e a notícia do suicídio de um colega de outra unidade. Na mesma semana, a rede lidou com o suicídio de um outro colega, técnico de farmácia. Todos estavam visivelmente cansados e desesperançosos ao contarem sobre os acontecimentos.

Propôs-se aprofundar o entendimento teórico sobre o processo de trabalho aplicado à saúde coletiva, como possibilidade de compreensão a partir do referencial do MHD, do objeto da terapia ocupacional. O pressuposto de que o objeto da profissão seja o trabalho humano permite deslocar o ponto de partida da atuação profissional sobre os corpos adoecidos para se orientar a um aspecto da existência humana que atravessa outros campos, apoiando a discussão sobre os outros campos de atuação da terapia ocupacional, para além da saúde.

Perseguindo a investigação sobre o que seria a essência da terapia ocupacional, aquilo que configura o que pode ser chamado de terapia ocupacional e o que não pode, retomou-se que profissionais e cientistas ocupacionais consideram que os humanos são seres ocupacionais e que a atividade humana com sentido é resultado de uma relação complexa entre consciência e experiência no mundo.

Sendo assim, perguntou-se: seria possível afirmar que a atividade humana é a manifestação dialética de uma série de processos de trabalho que os humanos assumem diariamente, desde preparar café da manhã até construir um prédio, naquilo que Lukács chamou

de complexo de complexos? Seria a atividade humana com sentido essa relação de vários processos de trabalho implicados um no outro, localizados sócio-historicamente para o sujeito, compondo o cotidiano? Seria o cotidiano a manifestação do processo de inter-relações sociais e históricas de todos esses elementos? Seria o cotidiano meio de trabalho em terapia ocupacional?

Apresentou-se a tese de Lukács sobre a ontologia do ser social e o papel da consciência ao organizar a condição dos indivíduos durante o processo de trabalho, estando intimamente relacionada à produção de práxis. Olga então problematizou a apresentação teórica na relação com a prática. Ela identificou que o termo usado em terapia ocupacional para delimitar o que seria o seu objeto de trabalho seria atividade humana. Então sugeriu que nem toda atividade humana estaria orientada à transformação de algo em um produto, questionando se o conceito de trabalho como apresentado seria consistente com a prática:

> Porque quando eu penso em atividade humana, eu penso em gesto, eu penso em ação, que eu acho que também transforma, mas não que necessariamente transforma um produto, naquela ideia que você colocou. Então, uma mãe brincando com um filho, tem ali uma relação, tem um gesto, mas não tem um potencial transformador nisso ali e aquilo faz parte de... Isso é trabalho? Aí, dentro da atividade humana, isso não é trabalho (Olga, em Oficina 6).

Marlen lembrou que é necessário considerar que o conceito de trabalho do qual falamos ali não se alinha à ideia de emprego e Olga, consciente disso, reiterou a problematização, dando o exemplo da arte, como outra atividade humana que não seria trabalho para ela. Olga levantou o risco que se corre de distorcer a realidade, quando se quer nomear ou fazer caber a prática na teoria, entrando em uma relação protocolar com os conceitos e se retirando das relações com os fenômenos como eles se manifestam, para além de qualquer conceituação.

Marlen problematizou essa reflexão, ao ponderar que nem tudo caberá na prática em terapia ocupacional, perguntando ao grupo: “Então tudo que é trabalho é TO?”. Ela exemplificou com o brincar, que pode ser um elemento da intervenção em terapia ocupacional, mas que a contribuição do profissional está na mediação dessa atividade e não em algum tipo de domínio exclusivo:

> O nosso papel no brincar, nós estamos como mediadores dessa relação possível e o brincar tem diversas coisas... Que não é da TO, então eu acho que também tem isso, de um brincar que seja transformador, [pode ser] trabalho, mas aí que não necessariamente seja da TO (Marlen, em Oficina 6).

Considera-se que nem tudo que está relacionado ao trabalho é terapia ocupacional, mas que terapeutas ocupacionais saberiam analisar os processos de trabalho em inúmeros contextos. Assim, a brincadeira não é exclusiva da terapia ocupacional, embora quando um terapeuta ocupacional observe uma brincadeira, ele saiba analisar os elementos em curso relacionados àquilo que os humanos fazem na transformação da natureza, em resposta às próprias necessidades. Assim, quais seriam os processos de trabalho passíveis de análise em terapia ocupacional estabelecidos por uma mãe que brinca com seu filho? Quantas dessas análises poderiam ser colocadas a serviço de apoiar o desenvolvimento emancipatório de uma brincadeira?

Marlen seguiu refletindo e declarou estar revendo sua relação com os termos a partir das oficinas. Havia de alguma forma desistido de usá-los, por não terem um significado nítido, sendo a ocupação um termo vazio e a atividade humana um termo abrangente demais. Neste momento, demonstrou estar revendo sua relação com eles, junto com Olga. Daniel instrumentalizou o grupo ao explicar sobre a discussão estrangeira em torno do conceito de *occupation*, que não definiria o objeto de trabalho da terapia ocupacional em mais de um lugar, não apenas no Brasil. Marlen se lembrou dessa discussão no último Congresso Mundial de Terapia Ocupacional em que esteve, confirmando não haver consenso na assunção desse termo.

Retomou-se o aprofundamento teórico em Lukács, que afirma que a realização pelo trabalho se dá no processo de objetificação. Sob o capitalismo, entretanto, o trabalhador não realiza a objetificação e se estranha no produto de seu trabalho, ao ser, em todos os momentos, apresentado a objetos e ferramentas que outra pessoa escolheu e com um produto definido sem teleologia própria do trabalhador, a ser produzido e entregue. Assim, toda a realização pelo trabalho é usurpada no capitalismo, restando apenas o trabalho alienado. O pressuposto neste ponto é de que a terapia ocupacional atua na análise e na mediação desse processo.

Por exemplo, um adulto brincando com uma criança pode estar ali porque tem que brincar, porque leu que isso que vai desenvolver uma criança aceitável para o mundo, entende que precisa brincar, jogando a bola determinadas vezes, e também precisa perguntar o nome de tudo para a criança poder ser competitiva. Muitas vezes ele nem sabe bem o que é isso e nem saberia apontar o seu sentido, mas sente que precisa fazer e isso se parece muito com um trabalho alienado. Portanto, a contribuição da terapia ocupacional passaria por uma análise dessa brincadeira por meio da apreensão do processo de objetificação em curso e não pela identificação de tudo aquilo que se passa como trabalho, ou assumindo todas as ações realizadas como objeto de trabalho. O trabalho de uma prática social é sempre parcelar do trabalho coletivo.

Marlen recordou um exemplo, um caso que foi chamada a avaliar e que ela considerou que não precisaria de terapia ocupacional. Ela descreveu uma análise do cotidiano da criança que avaliou, localizando os sentidos de cada atividade que a mãe da criança apontava como falha. Marlen contava como essas atividades do cotidiano poderiam ser lidas de outra forma, não como falhas, a depender da finalidade que se propusesse para cada atividade, na perspectiva da mãe ou na perspectiva da própria criança. Marlen então dizia que a criança não precisava de terapia ocupacional, porque a mãe estaria equivocada em relação às limitações nas atividades da filha, por causa de uma expectativa irreal.

Apontou-se que toda aquela descrição feita por Marlen seria uma análise técnica em terapia ocupacional, que apreciou os sentidos das atividades ao localizá-los sócio-historicamente, por meio da análise das formas como a criança de fato levava a comida à boca e a forma como a mãe desejava que fosse, por exemplo.

Retomou-se uma colocação da Oficina 2, de que uma das finalidades da prática em terapia ocupacional foi elencada como "dar atestado de normalidade". Portanto, é possível que a criança pudesse se beneficiar do trabalho de uma terapeuta ocupacional, que analisasse conjuntamente com a mãe o processo de objetificação envolvido nas suas atividades, apoiando a saída de um possível estranhamento, na direção de uma relação de maior liberdade com elas. Assim, a ideia de que ela não precisa de terapia ocupacional poderia ser refutada, se entendêssemos que o objeto da profissão está relacionado ao processo de objetificação dos humanos em sua transformação da natureza, na produção coletiva de história.

O aprofundamento sobre elementos do processo de produção em saúde trazidos por Mendes-Gonçalves (2017) seguiu para a discussão sobre o trabalho. Apresentou-se a definição que Córdoba (2012) faz do objeto da profissão como a ocupação, sendo ela uma expressão das ocupações coletivas, das relações sociais produzidas historicamente, materializadas nas existências singulares. Neste sentido, compartilhou-se o entendimento da brincadeira como uma expressão de ocupação coletiva, das relações sociais produzidas historicamente, materializadas, mas não trabalho.

Naquele momento, produziu-se uma síntese, a partir dos processos de instrumentalização e problematização disparados pelo exemplo da mãe que brinca com seu filho. Aquela brincadeira, enquanto atividade humana, não seria objeto específico do trabalho em terapia ocupacional, assim como tomar café da manhã também não. Porém, para se colocarem em curso, essas atividades dependem de uma série de processos de trabalho, como passar manteiga em um pão, neste caso, ou montar uma torre de blocos de madeira naquele outro. Assim, terapeutas ocupacionais seriam capazes de analisar o brincar por entenderem as

relações humanas e processos intrínsecos à transformação da natureza, na resposta a necessidades imbricadas naquela brincadeira, como expressão do que Córdoba denominou ocupações coletivas.

Ainda que não sendo objeto exclusivo do trabalho em terapia ocupacional, a brincadeira comporia o momento de consumo no processo de reprodução social, que é determinado pelas formas de trabalhar, que orientam a localização sócio-histórica de seus agentes. Assim, dominar uma ferramenta de análise do trabalho humano permitiria a terapeutas ocupacionais apreender, nomear, dar sentido a todo um conjunto de manifestações presentes no cotidiano, ainda que não sejam todas trabalho, a partir justamente dessa dimensão, quer seja "ocupacional", quer seja da atividade humana (considerando que, neste momento das oficinas, o termo técnico para designar o objeto da profissão ainda não era nítido).

Marlen compartilhou que, em Moçambique, as brincadeiras não são entendidas separadamente do resto das atividades das crianças, tendo essa atividade outra localização sócio-histórica, outro sentido para seus agentes, portanto. Neste exemplo, as crianças levam as roupas para lavar no rio e a brincadeira está incorporada na colaboração com as tarefas da comunidade. Olga sugeriu que nesta cena não haveria a transformação deliberada de nada na brincadeira, mas Marlen apontou que a roupa estava sendo lavada, a água, a espuma, haveria transformação em curso, sim. Entende-se que lavar roupa é uma transformação da natureza na resposta a necessidades, um trabalho.

Neste contexto, um brincar que incorpora o trabalho humano permite a apropriação de um acúmulo histórico, econômico e social daquela comunidade e, em tal processo, a criança também se transforma, conforme brinca com aquilo. Ela então usa desse acúmulo histórico para, a partir daí, transformar outras coisas, realizar outros trabalhos e avançar na participação da construção histórica da humanidade. Assim, o brincar descrito é composto de elementos, dentre eles o trabalho. Ivone reconheceu a transformação que a brincadeira pode produzir, ao apontar que tudo que a criança faz se dá a partir da brincadeira: se comunica, aprende, ensina.

Retomou-se então a finalidade da discussão, na definição dos elementos do processo de trabalho em terapia ocupacional, ao se perguntar: Essas definições falam sobre o que fazemos em terapia ocupacional? Se sim, quais ferramentas decorrem disso?

Ivone então ponderou que talvez o termo "fazer" caiba bem para definir o objeto da terapia ocupacional, embora não tenha arriscado uma definição a ele. Entretanto, Marlen referiu estar certa de que, no referencial do MHD, o trabalho é o objeto da prática em terapia ocupacional:

> Para mim, teve muito sentido falar do brincar e colocar o brincar enquanto processo de transformação, faz muito sentido... Então, pra mim, respondeu quase tudo... Faz sentido, dentro dessa perspectiva, o brincar e o trabalho como transformação da natureza pelo homem, pela criança... Eu acho que é a coisa de [produção] de história [humana] mesmo. Por exemplo, a Lenna Bahule, que é uma artista moçambicana, fala sobre o quanto o brincar é formação de identidade em Moçambique, então é pelo brincar que produz cultura, produz história e mantém a cultura viva. Ela dá oficinas sobre o brincar popular, brincadeiras populares, que tem uma diferença com o tradicional, que envolve os ritos de passagem, que aí não são permitidos fora daquele ambiente e por uma finalidade específica... O quanto as crianças, às vezes, passam por esses ritos de passagem e aí, nas brincadeiras do dia a dia, elas vão transformando alguns elementos num brincar permitido, então também são essas transformações que vão compondo história. Então... Eu estou convencida de que, dentro do materialismo histórico-dialético, é o trabalho [o objeto da terapia ocupacional] (Marlen, em Oficina 6).

No momento de avaliação final, os pesquisadores internos demonstraram cansaço, pela densidade da discussão, junto a um processo de intensa reflexão sobre a prática. Daniel considerou uma virada no processo das oficinas, a definição do objeto da profissão como o trabalho, considerando uma novidade interessante. Olga avaliou que há um caminho nítido de raciocínio teórico que provoca a reflexão, embora ela expresse algum receio na definição do que ela chama de verdades absolutas. Ponderou-se que talvez ela esteja mais alinhada a um referencial epistemológico não estruturalista.

Wanda encerrou indicando fazer muito sentido para si tais definições, estando estimulada para experimentá-las na prática, para elaborar em sua práxis esse conhecimento.

5.1.7 Oficina 7

Quadro 21 - Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 7

PRINCIPAIS CATEGORIAS EMPÍRICAS NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS EM TERAPIA OCUPACIONAL
● A singularidade da contribuição da terapia ocupacional como prática social reside no domínio da ferramenta: análise de atividades. ● É necessário que as intervenções do terapeuta ocupacional ajam sobre a apropriação da pessoa acompanhada acerca dos objetos e meios de tratamento, dos métodos de execução e do produto final, para alcançar finalidades emancipatórias. ● A ação humana é sempre coletiva, tendo em vista que se vale de, e manifesta a história e o acúmulo tecnológico da humanidade. Assim, o sujeito se apropria do acúmulo histórico e tecnológico ao realizar atividades. ● A consciência que compõe a finalidade do trabalho em terapia ocupacional não é individual ou psicologizante, mas manifestação da produção coletiva da história humana pelo trabalho, dado que, neste referencial, a subjetividade é material e histórica. ● Se a finalidade da proposição e da análise coletiva de atividades em um processo emancipatório de terapia ocupacional for consciente, ou seja, se o trabalhador fizer uma análise coerente daquele sujeito em ação, para propor atividades que oportunizem a experiência de um trabalho humanizador, é possível que, na repetição dessas experiências, o

acúmulo quantitativo permita que a pessoa se aproprie tanto do processo de produção de necessidades, quanto da própria capacidade de responder a elas.

- A finalidade da análise de atividades seria a de estabelecer um processo de desinternalização e uma concepção de necessidades propondo uma discussão em torno das manifestações do estranhamento, visando que se elejam os objetos de transformação do mundo com consciência.
- A intervenção em terapia ocupacional, fundada no MHD, inclui a análise da atividade humana, que pode identificar a determinação social que engloba cada elemento dessa atividade, bem como as possibilidades de ajustes que permitam alinhar a apreensão dos sujeitos sobre o próprio trabalho, sobre o mundo e sobre si mesmos, dialeticamente e na conexão com o coletivo, para que possa de fato responder às necessidades de seu grupo social, que são as suas próprias necessidades.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Iniciou-se a Oficina 7 conversando sobre as repercussões do encontro anterior, que impactaram sobre a eleição dos elementos a serem propostos a seguir. Foi realizado um aprofundamento teórico acerca da ontologia do ser social, em diálogo com autoras e autores marxianos e da terapia ocupacional. A partir da exposição dialogada, a intenção foi de avaliar com os pesquisadores internos a proposta conceitual desta pesquisa, de se assumir como objeto de uma prática de terapia ocupacional no MHD o trabalho, como ferramenta de apreensão da realidade. Considerando o conceito de análise e sentido da atividade, a partir de um redirecionamento dos conceitos funcionalistas, em direção a uma fundamentação do MHD.

Retomando os exemplos dados pelo grupo no processo reflexivo, propôs-se aplicar os conceitos apresentados como forma de instrumentalização, assumindo que os humanos produzem a existência direta ou indiretamente pelo trabalho, mas também ao usufruir dos seus produtos. Portanto, uma mãe brincando com seu filho ou a produção artística, como foi debatido no encontro anterior, são processos de transformação da natureza instaurados por humanos na resposta a necessidades. São trabalho realizado durante o momento de consumo, no processo de reprodução social. Com finalidade de instrumentalização sobre o assunto, apresentou-se um trecho da obra de Vitor Paro:

> O ser humano trabalha, portanto, quando produz direta ou indiretamente sua existência, mas também quando usufrui dessa produção, mesmo que o fim em pauta seja o usufruto de algo já produzido ou em processo simultâneo de produção. O trabalho não se restringe, pois, à produção econômica, propriamente, mas se expande mesmo para as atividades de lazer. Como atividades adequadas a fins, são trabalhos tanto a execução de uma sinfonia por uma orquestra quanto a oitiva e a apreciação dessa execução pelas pessoas presentes na plateia (Paro, 2018, p. 64).

Portanto, quem está apreciando uma obra de arte está trabalhando, sob a perspectiva do trabalho que significa produzir a própria existência. Quando se usufrui de uma sinfonia,

incorpora-se aquela experiência (coletiva) à própria história, transformando-a, por meio da consciência, em alguma coisa que é parte de si mesmo. A partir daquele momento, o que este humano faz, em sua relação com o mundo, será trabalho realizado pelo ser humano que foi transformado pela orquestra. Portanto, um trabalho diferente do que seria sem a experiência, tendo em vista que o humano objetifica a natureza para transformá-la a partir da própria consciência. Neste processo de transformação, ele seria objeto de si mesmo, produtor de sua história, na relação com a produção coletiva da história da humanidade.

Neuza afirmou que há práticas prescritivas em terapia ocupacional, sem que o outro seja sujeito do processo em andamento, apenas executando ações prescritas pelo trabalhador. Clarice, entretanto, ponderou que sempre há um sujeito ali. Assim, dialogando com a proposta conceitual, seria possível afirmar que se o sujeito está em ação, ele está transformando algo, portanto está trabalhando, ainda que seja um trabalho estranhado. Neste caso, a pessoa acompanhada pode ser objeto do trabalho do terapeuta ocupacional, enquanto é sujeito de um outro processo, mesmo se do processo de responder à demanda da família em se submeter a uma intervenção profissional, por exemplo. Neste caso, o que a pessoa acompanhada estaria transformando é a relação com a família e não aquilo que o técnico considera estar transformando, já que não se faz aí um trabalho conjunto.

Marlen seguiu na analogia com o trabalho educativo para compor a reflexão:

> Então, por exemplo, se a pessoa não faz a atividade, vamos dizer, o aluno não faz o que o professor pede. Ele está respondendo, mas não do jeito que o TO ou o professor querem... Mas a partir do momento que ele não faz, está me dizendo que está fazendo de outro jeito, acho que é isso, não fazer é também um fazer. (Marlen, em Oficina 7).

Apresentou-se, para seguir instrumentalizando a reflexão, a contribuição de Jussara Pinto, terapeuta ocupacional que debateu seminalmente o referencial do MHD:

> Dado que as crianças são seres no mundo e, deste modo, participantes da vida social, cabe perguntar o quanto as atividades prescritas têm permitido a construção da imagem do ser cidadão; o quanto está se permitindo que se apropriem dos objetos e meios de tratamento (materiais, ferramentas), dos métodos de execução e do produto final das atividades? (Pinto, 1990, p. 80)

Acrescentou-se que, em Freire, para que o processo educativo seja emancipatório, ele precisa ser radical. Ou seja, deve ser irreversível, no sentido de não haver forma de o educador recuar e dizer "Não quero mais, alunos voltem a me obedecer!". O grupo assentiu sobre a pertinência de tais colocações.

Então, se é neste referencial que se propõe uma prática em terapia ocupacional, a

proposição de atividades deve permitir ao sujeito ou grupo acompanhado a apropriação dos elementos da transformação em curso, como Jussara Pinto descreveu. Portanto, a partir da reflexão empreendida, é possível propor que, para se operacionalizar uma prática em terapia ocupacional fundada no MHD, não basta que se assuma o trabalho humano como objeto. Faz-se necessário que as intervenções transformem a apropriação da pessoa acompanhada acerca dos objetos e meios de trabalho em curso, dos métodos de execução e do produto final.

A seguir, novos elementos teóricos foram acrescentados, para discutir os exemplos trazidos pelo grupo no encontro anterior. Indicou-se que, a partir da teoria da ontologia do ser social, é a consciência que organiza a condução dos indivíduos durante o processo de trabalho. Assim, se o trabalho é realizado de maneira consciente, a consciência se transforma no processo e vai ficando cada vez mais complexa ao longo do tempo. Seria por conta disso que as crianças que brincam transformam a forma de brincar, suas histórias ficam mais elaboradas conforme se desenvolvem. A forma de apreender o mundo se transforma ao longo da própria experiência de apreensão. Outro exemplo se apresentou: ao se aprender uma forma de trançar fibras, ao passo que alguém entende como a fibra se relaciona com os dedos e com as outras fibras, complexifica-se essa relação e se transforma a própria habilidade de fazer o trançado.

Portanto, a consciência fica mais complexa ao longo do tempo e se torna possível a conquista do controle sobre si mesmo, como um marco de liberdade. O controle sobre si mesmo é justamente o domínio das habilidades sobre o mundo, que permite transformá-lo para responder às necessidades. Com o referencial aqui proposto, considera-se que a liberdade se alcança então pelo trabalho consciente, pela consciência da autoria da própria vida e da vida social.

Neste momento, Olga iniciou um processo de problematização, ao perguntar: nessa perspectiva, a atuação deve sempre partir de uma leitura racional e depende de uma elaboração racional, já que depende da consciência?

Perguntou-se, então: consciência é igual a racionalidade? Conforme o grupo fez um silêncio reflexivo, apresentou-se outro exemplo: no trabalho com uma pessoa que apresenta demência, na produção de uma pintura de um quadro, por que realizar essa atividade, se no outro dia ela não vai se lembrar de nada? Bem, as ações de pegar o pincel, olhar para a tinta, para o quadro, querer que essa tinta esteja no quadro, ser capaz de se colocar em processo, colocar-se em movimento para passar a tinta na tela, organizar as cores, envolvem diversos processos.

Ao analisar os humanos em seu planejamento e execução de uma atividade, estes processos manifestam o que Lukács aponta, identificando que são eles que os produzem como

seres sociais. Assim, ainda que em um recorte muito específico, se um humano executa um processo completo de trabalho, do carecimento ao produto, isso tem um efeito sobre si e sobre o social.

Olga aprofundou a questão, indicando que talvez a palavra não seja consciência, uma vez que muitos dos processos em terapia ocupacional são realizados pela criação de conexões, emoções. Mesmo na oitiva da orquestra, da qual Paro fala, Olga disse não considerar que é a consciência que reverbera em nós. Ela disse estar incomodada com essa ideia da consciência, porque a remeteu a uma elaboração racional. Sendo que, no trabalho em terapia ocupacional e na realização das atividades, as transformações que se passam acontecem pelo que ela chamou de "outras entradas".

Marlen ponderou que haveria outras consciências, que não apenas a racional, haveria por exemplo a consciência corporal, os chamados instintos, e outros elementos que comporiam uma consciência geral, em suas palavras.

Neuza então evocou conceitos de Paulo Freire, em um movimento de instrumentalização do grupo:

> Quando o Freire vai falar de consciência e conscientização é entendimento do lugar, seu lugar no mundo, e como você pode funcionar nele. Ele vai falando isso desde a infância, como que a criança vai brincando e vai transformando o mundo a partir dessa consciência de ela existir, sabe? Talvez seja neste sentido... Não passa só pelo racional, a criança não está brincando pensando "Estou aqui [brincando]". Ele vai falando que [no processo educativo] nem sempre a pessoa... Vai saber que você quer que ela chegue no processo de conscientização, mas isso vai ser o seu norte e você vai usando ferramentas e instrumentos para que essa pessoa chegue. Porque é a sua responsabilidade [enquanto educadora], inserir isso na vida da pessoa (Neuza, em Oficina 7).

Para complementar a reflexão, apresentou-se que, a partir do Materialismo Histórico-Dialético, tudo é material, inclusive as relações e a subjetividade, por serem produzidos no encontro com a materialidade do mundo. Portanto, a consciência estaria relacionada à materialidade daquela ação humana na natureza. Assim, o bebê não faz uma elaboração racional de seu desenvolvimento motor, embora quando ele encontre as mãos à sua frente, perceba que há uma de cada lado e comece a explorar o mundo a partir dessas novas ferramentas, estabelecendo uma consciência de si e do mundo.

Bernardo afirmou que esse processo de apreensão do mundo é trabalho e é histórico, acrescentou-se ainda que, no desenvolvimento da bilateralidade, uma consciência se produz e se complexifica. O bebê transformado pela experiência da bilateralidade perceberá o mundo de outra forma, podendo ter novas experiências de apreensão, percebendo novas habilidades, impossíveis antes daquelas iniciais.

Então, citando Córdoba (2012), retomou-se que a atividade humana é uma expressão das atividades coletivas, nas relações sociais produzidas historicamente e materializadas nas existências singulares. Assim, é possível afirmar que o que o humano realiza no mundo é a materialização desse acúmulo de inúmeros outros humanos ao longo do tempo e que somente pode acontecer por meio do trabalho. Propõe-se que transformar as formas de trabalhar com finalidades emancipatórias poderá significar a reapropriação de um sujeito, da liberdade sobre o próprio trabalho, configurando uma transformação ontológica, de um sujeito que se constitui socialmente como um sujeito coletivo. Isso significa um sujeito que só o é porque está em relação e, ao mesmo tempo, estas relações são de produção no interior de uma classe social.

Apresentou-se que, a partir de Leontiev (1978), em sua dimensão ontológica, a atividade humana é sempre coletiva, tendo em vista que se vale de, ao mesmo tempo que manifesta, a história e o acúmulo tecnológico da humanidade. Neste processo, por exemplo, a criança se apropria do acúmulo histórico tecnológico ao brincar. Quando ela pega uma colher e coloca uma comida na boca, naquele momento ela está se apropriando de tudo que foi necessário, alavanca, côncavo e convexo, uma série de criações humanas necessárias para que aquilo acontecesse.

Complementando o exemplo da pessoa que tem demência, supondo a realização daquela pintura em um contexto de atendimento domiciliar, ela produziria impacto não apenas sobre a pessoa acompanhada, mas sobre a família que se relaciona com ela e com seus produtos, também com outros trabalhadores que a acompanhem e, se a pintura se publiciza, impactará sobre a produção de cultura, na comunidade em que ela vive.

Assim, compreendeu-se no grupo que haveria uma consciência que faz sentido considerar de dentro do processo de terapia ocupacional, que não estaria necessariamente ligada a uma racionalidade.

Clarice, a partir das reflexões sobre as formas de implicação do sujeito para que o trabalho aconteça e a ideia de consciência, propôs discutirmos a noção de desejo, que se evoca na prática com alguma frequência, ao se considerar a implicação dos sujeitos nos processos terapêuticos. Ela problematizou a condição que alguns trabalhadores em saúde colocam para o trabalho, de que para atender uma pessoa ela precisa desejar, em uma leitura superficial de um conceito psicanalítico. A problematização está relacionada à percepção da realidade em que as pessoas atendidas não estão sempre ali porque querem, ou porque entendem o que está acontecendo e, ainda assim, o trabalho acontece. Bernardo identificou nitidamente alguns elementos da materialidade do que Clarice expôs:

> Se é essa perspectiva psicanalítica, ou se o desejo é querer estar ali, simplesmente, ou ainda se vai além disso, que é a questão da sobrevivência: "Então eu preciso sobreviver e, para sobreviver, eu preciso estar aqui, mesmo não querendo estar (Bernardo, em Oficina 7).

Propôs-se analisar os conceitos de carecimento e necessidades, para verificar se explicam essa mesma ideia, com fundamento no MHD. Afirmou-se que o trabalho humano é colocado em curso apenas a partir da necessidade instaurada. Ainda que ela seja obedecer ao patrão ou à terapeuta ocupacional. Olga reconheceu sentido nessa afirmação e Clarice apresentou elementos que apontam para a finalidade do trabalho aos sujeitos envolvidos:

> Com as crianças, elas não escolheram estar ali, então quando fala de desejo, para mim tem a ver com esse consentimento, a pessoa escolheu estar ali, mas ela está implicada por algum outro motivo. É isso, na relação, a criança vai especulando, vai confiando e vai topando o processo e até o objeto para ser transformado não é pactuado com a criança, ele é pactuado socialmente. Então, esse comportamento é uma situação de aprendizado, que a gente tenta ampliar para além dessa queixa sobre a criança e trabalhar a autonomia da criança, o lugar de escuta, de respeito. Isso não é pactuado com a criança que vai ser trabalhada (Clarice, em Oficina 7).

Identificou-se que a ideia de desejo em discussão poderia estar relacionada ao conceito de finalidade do trabalho. Neste sentido, a necessidade está sempre em relação à finalidade, no processo de trabalho. Os pais buscam tratamento para as crianças para responder a diversas finalidades, por exemplo: para ter um filho mais disciplinado ou que seja capaz de se responsabilizar por si mesmo, quando eles morrerem. Assim, entender a finalidade é parte importante do trabalho em terapia ocupacional.

Exemplificou-se também que o terapeuta ocupacional igualmente trabalharia com diversas finalidades, quando pintando o quadro com a pessoa com demência. Se estiver trabalhando com a finalidade de produzir prognóstico de desenvolvimento cognitivo, a finalidade é funcionalista, que toma o sujeito como objeto de seu trabalho, em uma concepção de corpo-máquina. Em uma finalidade inclusiva, pode caber pintar para a pessoa se sentir bem, ficar mais feliz naquele momento. Entretanto, para alguém que não vai lembrar daquilo no outro dia, uma finalidade emancipatória só faz sentido ao se assumir que esses processos são coletivos.

Propôs-se então que, a partir da discussão sobre a ideia de desejo e reorientando a possibilidade de nomear elementos da prática, se for possível assumir o conceito de necessidades, entende-se que a pessoa atua de acordo com as suas, para responder a finalidades e, às vezes, a finalidade inicial da pessoa acompanhada em um processo terapêutico-ocupacional é agradar ao técnico.

Na complexidade do processo de transformação dos sujeitos por meio da atividade humana, pode fazer sentido que se parta dessa finalidade inicial. Em um processo histórico de produção de sujeitos livres, pode-se entender que o fato de o sujeito se sentir querido por alguém socialmente significativo (de uma outra classe social, com poder na instituição, em quem ele coloca a expectativa de resolver seus problemas) compõe a complexidade de seu processo. Tal disparador poderá oportunizar a experiência de processos de trabalho complexos e humanizadores. Se a terapeuta ocupacional tiver nitidez da finalidade emancipatória dessa proposta, ela poderá analisar essas atividades junto com a pessoa/grupo acompanhados, na direção de processos emancipatórios de tomada de consciência. Assim, no desvelamento que a análise conjunta pode realizar, o sujeito pode passar a identificar outras tantas motivações para sua implicação nas atividades que assumir dali em diante.

Apresentou-se a ideia de que o processo emancipatório se torna uma possibilidade concreta porque, conforme os humanos transformam a natureza, ou seja, conforme eles trabalham, eles também se transformam. Se a finalidade da proposição e da análise coletiva de atividades em um processo emancipatório de terapia ocupacional for consciente, ou seja, se o trabalhador for preciso e coerente na análise desse sujeito em ação, para propor atividades que oportunizem a experiência de um trabalho humanizador, torna-se possível que, na repetição dessas experiências, o acúmulo quantitativo permita que a pessoa se aproprie tanto do processo de produção de necessidades, quanto da própria capacidade de responder a elas. Pois, a partir de Lukács, ao trabalhar conscientes da finalidade, respondendo a necessidades que se identificam como próprias (individual e coletivamente), os sujeitos se apropriam de sua capacidade criativa de fazer o mundo e escrever a história humana.

Clarice, então, mostrou-se contemplada por essa definição. Marlen e Neuza concordaram. Clarice aplicou a reflexão ao retomar o exemplo das crianças:

> É isso, quando a gente vai atender uma criança, não tem para a criança a clareza da necessidade. Mas, junto com a família, escola, a gente como TO identifica essa necessidade e vai propondo atividades, trabalhos, enfim e a criança vai se transformando nesse processo, mas não tem a manifestação do desejo dela, inicialmente... Se na nossa análise a gente consegue identificar uma necessidade real, você percebe a transformação do sujeito (Clarice, em Oficina 7).

Wanda fez uma síntese entendendo e validando a proposta:

> Fiquei pensando na sua fala, Aline... De que se a TO analisa a necessidade de uma boa forma, o sujeito vai se apropriando da necessidade e de sua possibilidade de responder à sua necessidade... Mas isso se deu pela sua implicação naquilo e de alguma forma ele respondeu a uma necessidade... Que pode ter sido não faltar à terapia (Wanda, em Oficina 7).

Uma ressalva foi feita, de que não é a identificação da necessidade que produz a transformação, embora seja um elemento determinante. Bernardo apresentou um exemplo em que a intervenção dele transformou as formas de o sujeito identificar necessidades para a ação, impactando na atividade colocada em curso:

> Tem um garoto de 23 anos, eu atendo em domicílio e a gente tinha combinado de fazer o atendimento usando o espaço do prédio onde eles moram. Na segunda sessão, a mãe diz: "Não, vocês podem ficar no quarto, não tem problema nenhum, eu fico na sala, ou vocês ficam na sala e eu vou pro quarto". Aí eu olho para ele e digo assim: "O que você prefere? Ficar aqui ou descer?". Nesse momento, o filho, numa pausa dramática, parece que o ar fica suspenso, ele não sabe muito bem, porque foi meio à queima-roupa e ela esperando a resposta dele. Aí ele decide: "Eu quero descer". A gente desce e, a partir daí, todas as sessões não têm mais essa discussão, de se vai ser em cima ou embaixo (Bernardo, em Oficina 7).

Analisou-se que, quando Bernardo fez a pergunta ao sujeito em acompanhamento, ele o assumiu como sujeito que toma a decisão, ou seja, naquele momento não é objeto do processo de trabalho do terapeuta ocupacional ou do processo de trabalho da mãe, mas sujeito da própria ação. Então ele precisou analisar uma situação, reconhecer uma necessidade, para poder decidir como responderia a essa necessidade, de acordo com uma finalidade própria.

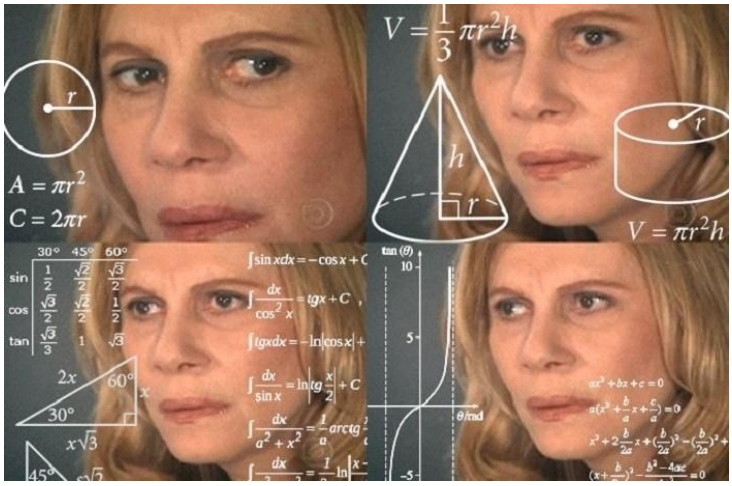
Neste sentido, retomou-se que a transformação acontece pela implicação do sujeito em um processo de trabalho, portanto sendo ele também trabalhador, durante o trabalho em terapia ocupacional. Ainda que uma pessoa com demência tome uma decisão, a exemplo de como o garoto acompanhado por Bernardo fez, e não se lembre no dia seguinte, a relação com a família se transformou quando ele se implicou nessa decisão e não será mais a mesma depois disso.

Um bebê que se implicou na exploração de suas mãos, bem como do ambiente a partir delas, transformou-se e não é mais o mesmo, depois dessa atividade. Assim, acompanhadas da possibilidade de tomada de consciência, seja do sujeito acompanhado, seja do coletivo do qual ele faz parte (família, instituição ou comunidade), tais atividades fazem uma marca no processo histórico coletivo. Reafirmou-se que é desse ponto de vista que a subjetividade é material. É concreta porque, nesses acontecimentos, nessa marca histórica, as relações sociais de produção se fazem.

A seguir, iniciou-se a discussão sobre a análise de atividades em terapia ocupacional como ferramenta de trabalho, a partir de uma definição no referencial do MHD. Apresentou-se a elaboração inicial de que a singularidade da contribuição da terapia ocupacional, como prática social, reside no domínio da ferramenta análise de atividades. Desde antes de a atividade se instaurar, haveria possibilidade de realizar essa análise e, por isso, "fazer nada" juntos em contextos de acompanhamento faria parte daquilo que se produz em terapia ocupacional. Da

mesma maneira fazer algo que não se quer e decidir não fazer, também, por se tratar de analisar conjuntamente as mediações na produção das implicações envolvidas.

O pressuposto apresentado é de que, ao longo da história da profissão, o contato com a realização de atividades, sua prescrição e análise, aproximou terapeutas ocupacionais da necessidade de entender os mecanismos das transformações em curso durante a atividade humana e as mediações que afetam os seres humanos para que as transformações ocorram. Terapeutas ocupacionais, em seu processo de trabalho, são capazes de olhar um humano em atividade, ficando como que com várias equações no ar, em uma complexa observação. Uma imagem da cultura popular de novelas brasileiras se apresentou na oficina para ilustrar essa consideração:



Fonte: https://www.dicionariopopular.com

Conforme pesquisadores internos se reconheciam na imagem, seguiu-se com a proposta de análise histórica de constituição das práticas críticas na profissão, pela modificação qualitativa coletiva no uso da ferramenta análise de atividades, ao longo do tempo. Assim, ainda que a terapia ocupacional tenha sido desenvolvida para responder a necessidades do capitalismo, aqueles terapeutas ocupacionais mais críticos, ao se conectarem com os humanos que estavam transformando o mundo respondendo a necessidades, em seu acúmulo histórico, inevitavelmente se diferenciaram qualitativamente e passaram a fazer análises mais complexas, desenvolvendo ferramentas analíticas sobre as formas como tais humanos produzem e reproduzem o mundo e a si próprios.

Portanto, se hoje há muito mais detalhamento na análise dos movimentos das mãos e das possibilidades de produção de órteses em um trabalho de terapia ocupacional focado na reabilitação biomecânica, em paralelo, ao tomar para si a tarefa de analisar a atividade humana como seu próprio objeto de trabalho, se ancorados em um referencial teórico crítico, os

terapeutas ocupacionais terão a possibilidade de ampliar sua percepção e consciência, indo além do estranhamento e encontrando as suas características emancipatórias.

A análise de atividades definidas a partir do referencial do MHD foi apresentada da seguinte maneira:

Quadro 22 - Análise da Atividade

ANÁLISE DA ATIVIDADE
● Análise do processo de objetivação e produção de necessidades. Identificar elementos limitantes que manteriam indivíduos alienados das possibilidades ampliadas de ação no mundo, por identificarem apenas necessidades restritas àquilo que são capazes de ver em seus mundos. ● Análise histórica e material compartilhada, com a finalidade de estabelecer um processo de desinternalização de uma concepção de necessidades, propondo uma discussão em torno das manifestações do estranhamento. ● Eleger conscientemente os objetos de transformação do mundo. Estabelecer novos processos de trabalho, de transformação da realidade, que estejam orientados para a produção de aprimoramento das possibilidades de reprodução social.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Propôs-se que a limitação da ação no mundo, que terapeutas ocupacionais poderiam ajudar a superar, estaria relacionada à limitação das capacidades de identificar possibilidades de transformação, dentre outras coisas. Uma análise que permita o mapeamento de como aquele sujeito ou grupo enxerga o mundo, além de como poderiam ampliar essa visão, seria então uma ferramenta na produção de outras formas de participação dos sujeitos na condução da história.

Clarice então apresentou um processo que conduziu no grupo de mulheres que media pelo NASF, para verificar com o grupo se seria ilustrativo dessa proposta conceitual:

> Eu atendi uma mulher, ela era pressionada a trocar sexo para [o marido] pagar a conta de luz da casa... Ela é crocheteira profissional. Aí começa um trabalho de resgate dessa atividade com ela. Aí quando ela volta a fazer crochê, ela não mais sente que precisa se submeter a esse sexo, ela consegue se separar efetivamente desse homem e ela recupera um pouco da sua sanidade mental. Começa a vender de novo, a circular, consegue trabalhar no tempo dela, mesmo com as crises que em um trabalho formal não cabe... Não tem a ver com fazer crochê só (Clarice, em Oficina 7).

Propôs-se ser possível que, a partir do grupo de mulheres conduzido por Clarice, essa mulher tenha desenvolvido a habilidade de fazer uma análise crítica sobre a própria condição. Isso poderia ter acontecido em diferentes contextos, embora a análise do processo de produção de necessidades que realizamos possa apoiar o entendimento sobre como esse grupo de mulheres é conduzido. Ao observar a história daquela mulher, Clarice não propôs um grupo de geração de renda com crochê, ainda que observasse a importância de a mulher poder pagar a

conta de luz com o fruto de seu próprio trabalho.

Quando Clarice disse que não é apenas sobre crochê, aponta-se para uma consciência de que há processos mais complexos em curso na forma como se produz a necessidade de pagar a conta e de a suprir vendendo peças de artesanato. Pois não foi, neste contexto de atendimento em terapia ocupacional, a atividade manual que mediou a tomada de consciência, mas a atividade de discutir em grupo o lugar social da mulher na cultura, no território, no processo de produção, em atividades de mediação da terapeuta ocupacional.

Analisou-se que se essa mulher tinha, como suporte para seu repertório de ação no mundo, inicialmente um corpo de mulher sexualizado e limitado, em termos de produção econômica, no recorte da cultura dominante. Ao desinternalizar essa noção, a forma de identificar suas necessidades e suas possibilidades se transformou. Portanto, é possível supor que o crochê foi identificado como ferramenta de transformação da vida daquela mulher por ela mesma, ao ser transformada nas trocas com o grupo e ao ampliar as suas possibilidades de ação, tomando como objeto de seu trabalho no mundo outras alternativas, para responder à mesma necessidade de pagar as contas. Trata-se de uma intervenção radicalmente diferente daquela que, ao identificar a necessidade de pagar contas, reconhece a habilidade manual e as conecta funcionalmente pelo discurso das oportunidades e do empreendedorismo individual.

Seguiu-se a exposição dialogada, apresentando-se que a análise de atividades é uma análise histórica e material e deve ser compartilhada com as pessoas e grupos acompanhados, tendo em vista que processos emancipatórios só são possíveis se todas as pessoas envolvidas são implicadas na transformação. A finalidade da análise de atividades seria a de estabelecer um processo de desinternalização de uma concepção de necessidades, propondo uma discussão em torno das manifestações do estranhamento, visando que se elejam com consciência os objetos de transformação do mundo.

No exemplo da mulher acompanhada por Clarice, ela escolheu fazer crochê para responder à sua necessidade, reconhecendo que é uma das opções possíveis no mundo. Assim, de alguma forma, em um recorte muito específico no contexto do capitalismo, foi possível eleger com maior consciência o objeto de seu próprio trabalho, para além da ideia das oportunidades, que é uma coisa que outra pessoa fornece ao trabalhador alienado. Então, quando alguém atua conscientemente na percepção do mundo e transforma outras coisas em objeto de trabalho, é possível que se estabeleçam novos processos de trabalho na transformação da realidade, que sejam orientados para produzir um aprimoramento na consciência sobre ela e nas possibilidades de reprodução social.

Com isso, a desinternalização da concepção de necessidades é uma das possibilidades

da análise conjunta de atividades. Ainda que, quando aquela mulher começa a fazer o crochê, ela possa não entender o que está acontecendo exatamente dessa forma. Se a contribuição da terapeuta ocupacional for a análise conjunta das atividades, então a pessoa acompanhada não precisa, a princípio, dominar todo o processo analítico que vai se dar de emancipação e desinternalização de conteúdos e o estranhamento.

Entretanto, ao experimentar a atividade, pode ser que algo se produza e que, sem sua consciência do que se produziu, ela comece a buscar responder a todas as suas necessidades com o crochê. Aí algo se transformou, mas não se pode dizer que se estabeleceu um processo de fato emancipatório, já que não houve apropriação de um processo de tomada de consciência, mas uma transferência da ferramenta "sexo" para a ferramenta "crochê", para o pagamento das contas. Ainda assim, é um movimento de melhora qualitativa da vida, de saída de uma relação de abuso e de violência, indubitavelmente. Por isso, como sugeriu Marlen, um movimento de intervenção mais funcionalista talvez se encerrasse aí, considerando a nova forma daquela mulher de pagar suas contas como produto da intervenção.

Entretanto, ponderou-se com o grupo que, assumindo Clarice como uma terapeuta ocupacional orientada pelo referencial do MHD, ela teria uma finalidade emancipatória em sua intervenção, relacionada ao movimento criativo da mulher na produção da própria vida e, portanto, ela ainda não pararia o trabalho, por não ter encontrado seu produto, embora fosse possível reconhecer um processo em andamento.

Marlen então entendeu como a apropriação de uma maior nitidez sobre as ferramentas que se usam, a partir de cada referencial, apoiam a leitura da realidade e a escolha por atividades a serem propostas em um acompanhamento em terapia ocupacional. Wanda retomou a ideia de análise de atividades a que foi apresentada em sua formação na graduação, que era focada na atividade apenas, sem fazer referência à materialidade e à historicidade, portanto sendo "uma análise vazia", em suas palavras.

Ponderou-se que a análise da atividade, por ela mesma, é uma forma de trabalhar e que é cheia de sentido, para quem trabalha em uma perspectiva mais funcionalista, ou que pode estar interessado em proporcionar, por exemplo através do crochê, uma tarefa de repetição de movimentos, ou de relação com fios. Propôs-se então que o sentido da atividade é dado pela nitidez do referencial teórico que orienta a finalidade do trabalho em curso. A percepção de mundo que o trabalhador apresenta é material e histórica e compõe a produção de sentidos, porque compõe a possibilidade de identificar/definir finalidades para suas atividades, na relação com a totalidade social.

Demonstrou-se, naquele momento, valendo-se da dialética da produção histórica de possibilidades transformadoras, que haveria potencial revolucionário em cada processo de transformação em curso durante a realização de atividades humanas, a partir da análise feita na ontologia do ser social. Em um exemplo, uma mulher de classe social alta, fazendo a unha em contexto de atendimento particular em terapia ocupacional, relacionado ao autocuidado: na dimensão individual, ela está manifestando todas as contradições do capitalismo e, ao mesmo tempo, pode ser tomada como sujeito da produção da história que a determina. Uma análise dessa atividade que tenha como fundamento o MHD e como finalidade localizar histórica e materialmente esse processo, em relação à determinação social de sua condição, tem o potencial de disparar questionamentos em relação à estética, à beleza e ao consumo problemático de cosméticos. O que pode inaugurar um processo de tomada de consciência, na direção de um processo emancipatório, ao apoiar o entendimento de si mesma como determinada socialmente.

Assim, propôs-se uma síntese em torno da ideia de que a contribuição da terapia ocupacional, fundada no MHD, seria a análise desses mecanismos de produção da vida pela atividade humana, em sua complexidade manifesta dialeticamente nos menores gestos e nas maiores decisões, no corpo individual e na organização social. O domínio dessas ferramentas analíticas e de proposição/condução de atividades humanas, colocado a serviço de propor experiências de atividades que, quando analisadas conjuntamente em suas manifestações ontológicas, oportunizem a tomada de consciência dos envolvidos como sujeitos históricos, daria condições a terapeutas ocupacionais de contribuírem para a práxis revolucionária.

5.1.8 Oficina 8

Quadro 23 - Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 8

PRINCIPAIS CATEGORIAS EMPÍRICAS NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS EM TERAPIA OCUPACIONAL
● Os elementos do processo de trabalho em terapia ocupacional analisados demonstram a atividade humana como objeto e ferramenta, a análise da atividade humana como contribuição singular da profissão e o sujeito da prática como objeto e produto. ● A proposição de atividades, na perspectiva crítica, está relacionada à proposição de experimentações que permitam outros ângulos de análise ao sujeito acompanhado, na busca de fazer emergir à consciência as contradições das análises iniciais/superficiais/alienadas/estranhadas. ● Existe uma dimensão coletiva inerente à atividade humana, que atravessa a prática em terapia ocupacional. A prática emancipatória assumirá a dimensão coletiva como parte do objeto do trabalho e assumirá que os sujeitos envolvidos (terapeuta ocupacional e sujeitos acompanhados) são ontologicamente sujeitos coletivos, dado que são manifestação de determinações materiais e históricas.

● Operacionalizar as experimentações (adaptar, articular, "emprestar contratualidade"), bem como as novas escolhas possíveis a partir das novas análises (produção de novas necessidades, "qualificação da demanda"), é parte do trabalho crítico em terapia ocupacional.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

A partir da Oficina 8, foi solicitado aos pesquisadores internos que elegessem intervenções em terapia ocupacional para serem analisadas coletivamente, a partir das proposições teóricas alinhadas nos encontros anteriores. A finalidade desse exercício foi de experimentar uma aplicação do conhecimento à materialidade das práticas, identificando contradições e sínteses possíveis. Foi elaborada uma tabela com as categorias analíticas teóricas: ferramentas, finalidade, objeto, produto e trabalho em si. Para cada cena apresentada, uma análise coletiva foi feita, identificando quais elementos do processo apresentado poderiam ser categorizados de acordo com elas.

Clarice foi a primeira a propor a cena para o processo de análise, realizado em colaboração dialógica com construção coletiva de conhecimento típicos da proposta oficineira emancipatória. A seguir, apresenta-se a descrição da cena a ser analisada:

Quadro 24 - Descrição da Cena de Clarice

DESCRIÇÃO DA CENA DE CLARICE
Foi uma situação que não foi um atendimento, foi um encontro no corredor da UBS... Festa das crianças... Eu estava lá... A UBS é um retângulo e tem esse fundo com dois corredores [e um biombo separava o corredor do local da festa]. Ao lado tinham as bexigas e eu olho um rosto enfiadinho, em cima do biombo. Aí eu olho, dou uma escondidinha, aí um outro menino: "Ela está aí faz tempo". Aí eu olho, ela olha, sustenta o olhar, eu entendo como um "Pode vir", aí eu vou. Aí é uma pessoa bem linda, é uma adolescente, eu achei que tinha 13 anos. Aí nisso eu chamo ela para a festa das crianças: "Você quer vir?", "Eu não posso à tarde", "Então você quer participar por enquanto? A gente está arrumando", aí ela fica meio: "Vou pedir para a minha vó", aí saiu correndo. Eu fui buscar bexigas para continuar, aí quando eu vejo, ela está lá olhando o biombo de novo e eu: "Vem aqui, você falou com a sua vó?", "Não posso". "Mas você falou com ela?", "Não quis atrapalhar a consulta". Aí eu comecei a ter um diálogo e disse: "Então eu vou dar um jeito de a gente fazer juntas". Eu vou lá, pego um saco desses, encho de bexiga, trago e sento no corredor com ela, para lá do biombo. Aí eu percebo que ela já está bem habilidosa com a bexiga, "Você já fez isso?", "Já, fiz nesse fim de semana, para o meu irmão, chá de bebê". "É? Quantos anos você tem?", "Eu tenho 18". É uma moça. Aí a gente ficou lá fazendo essa atividade e eu fui buscar mais bexigas, voltei, ela estava bem preocupada de estar lá na frente, aí quando eu voltei pela terceira vez, ela foi embora. Enquanto eu estava lá sentada com ela, fazendo um ritmo mais devagar junto com ela, duas das trabalhadoras da UBS me provocaram: "Você não vai trabalhar, não?", aí na hora eu falei: "Eu estou trabalhando". Aí elas ficaram meio assim e perguntaram: "Nossa, mas quantos anos ela tem?". Falei: "18". "Nossa, ela é mocinha", "Pois é". Para mim, estava muito claro o que eu estava fazendo. (Clarice, em Oficina 8)

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Assim ficou registrada a cena no quadro de análise:

Quadro 25 - Cena no quadro de análise

Cena	Encontro no corredor da UBS. Convite para enfeitar a UBS para uma festa, à qual a pessoa que recebe o convite não poderia ir. Oferta de participação possível e acolhimento. A equipe questiona se isso é trabalho.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Após a descrição da cena, começaram a ser investigadas as ferramentas de intervenção em terapia ocupacional. Explicou-se que essa opção metodológica se dá pelo fato de que a identificação do objeto de trabalho é algo difícil de se fazer. Lembrou-se que as ferramentas estão sempre orientadas pelo objeto que transformam e, por conta disso, podem ajudar a mapear esse objeto, dando-se o exemplo de que uma pessoa com uma caneta na mão tem um número limitado de tarefas que conseguiria realizar, dando pistas das características do objeto a ser transformado por ela.

Foram registradas as ferramentas no quadro de análise, na forma como definidas por Clarice e pelo grupo:

Quadro 26 – Ferramentas da Prática de Clarice

Ferramentas	● Atenção à pulsão dela de estar ali. Quando ela não pôde caber no formato dado inicialmente, TO pensou em outra forma de participação. ● Festa, ferramenta de participação social ● Diálogo ● Observação da situação ● Percepção do que estava acontecendo ● Análise da intenção da menina e também das possibilidades de ela participar, junto com ela. ● Negociação de possibilidades, testes na realidade para checar, verificar concretamente a viabilidade da ação pretendida. ● Mediação de conflito. Entre a equipe, que não reconhece aquilo como trabalho e a TO, na perspectiva mais micro. Dizer que aquilo é trabalho, faz parte do trabalho com a menina, mediação dos conflitos sociais em uma perspectiva mais macro. Amplia a possibilidade de circulação da menina, mas também amplia as possibilidades de entender o que é trabalho técnico ali. ● Verificação das perspectivas e não das expectativas para recortar o objeto de trabalho. Assim, ao reconhecer a possibilidade de intervenção, gerar o encontro com os meios disponíveis: saco de bexigas, lado do biombo, cadeiras no corredor, tempo que ela tinha de espera. ● As bexigas no saco ● Os bancos do corredor do outro lado do biombo ● Cartaz convidando pessoas à participação ● Música ligada que ultrapassa o biombo (que poderia ser um desconvite) como um convite.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

A seguir, propôs-se analisar a finalidade do processo de trabalho de Clarice, seguindo o mapeamento daquele processo por meio das categorias teóricas propostas. Explicou-se que observar a finalidade significa se perguntar sobre onde Clarice quer chegar com suas ações e, juntamente com a identificação das ferramentas, a identificação do objeto fica mais nítida. Registrou-se então a finalidade do trabalho na tabela de análise:

Quadro 27 – Finalidade da Prática de Clarice

Finalidade	● Inclusão. Percebo que ela tem esse desejo de estar ali, existem alguns impedimentos para ela estar (inclusive a invisibilidade dela para os outros trabalhadores). Facilitar essa participação do jeito que é possível. ● Participar é importante porque ela deseja, mas não tem uma autorização, ou mesmo uma possibilidade de pedir a autorização. ● Não era qualquer pessoa na UBS, mas alguém que estava fora-dentro da cena. Isso chama a atenção como possível intervenção. A temática da festa de Dia das Crianças e a identificação de alguém que parecia uma criança está no contexto em que ela seja convidada para participar. A curiosidade da pessoa foi determinante para Clarice achar que a pessoa deveria participar. ● A preocupação é incluir quem quisesse estar junto. Garantir a participação na festa de algum jeito. Se a UBS é um espaço da comunidade e não apenas um lugar para intervenções biomédicas, estar ali para troca social é ampliar o espaço de ação da UBS.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

A seguir, para concluir a análise, propôs-se buscar o objeto e o produto do trabalho de Clarice, perguntando-se ao grupo: Então, neste cenário, qual é o objeto? O que você está transformando? O produto, que é o objeto transformado, qual é? Seguem os registros do objeto, do produto e do trabalho em si, na tabela de análise:

Quadro 28 – Objeto, Produto e Trabalho em si da Prática de Clarice

Objeto	● Transformar formas de existir dentro da UBS. Evidenciar as maneiras de estar ali e promover formas de participação social dentro da UBS. ● Visibilidade dessa pessoa, ser esperante.
Produto	● A menina participou da festa. ● Inserção social.
Trabalho em si	● TO não precisou se apresentar para que fizesse um trabalho de TO ali, ainda assim estava fazendo um trabalho de TO, o que caracterizou a prática em TO foi a inclusão. A UBS é um *setting* terapêutico da TO, enquanto a TO está ali, imbuída do trabalho de TO, tudo que faz está de acordo com esse papel, desde que ela se coloque assim, desde que tenha a intencionalidade de ser TO ali, aquele espaço a autoriza a fazer isso. ● A TO abriu a possibilidade de ela se perceber como alguém que poderia decidir se queria ou não participar, antes essa não era uma possibilidade.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Na cena apresentada, o elemento relacionado ao impacto institucional da pergunta sobre se Clarice estaria ou não trabalhando naquele momento despertou uma discussão sobre a finalidade do processo de produção da instituição UBS. Ela fez uma síntese, nomeando o que seria a noção de trabalho para as colegas, diferentemente daquilo que seria para si. Identificou, ao final da análise, que seu trabalho como terapeuta ocupacional somente foi legitimado pelas outras trabalhadoras quando elas consideraram que a pessoa acompanhada naquela intervenção tinha "uma questão", significando que era, de alguma forma, dissidente do perfil hegemônico e normalidade comportamental ou de desenvolvimento:

> Aí o jeito que foi justificado é que ela tem uma questão, então está justificado eu ter parado de ajudar a encher bexiga... [Porque] elas estão vendo como trabalho ajudar na festa... Enchendo bexiga (Clarice, em Oficina 8).

Provocou-se com uma pergunta, sobre como aquelas trabalhadoras responderiam em relação à finalidade do próprio trabalho ou por que fazer uma festa de Dia das Crianças. Clarice relatou então que a gestão da unidade decidiu fazer a festa e convocou os trabalhadores a doarem alimentos, decoração e prendas, além de horas de trabalho, já que alguns deles não estariam em seu turno de trabalho, no momento da festa.

Ficou evidente nesta análise que a finalidade do processo de produção da instituição era diferente da finalidade do processo de trabalho de Clarice. A contradição se demonstrou, nas análises a seguir, e pode estar relacionada a um desgaste relatado frequentemente por terapeutas ocupacionais na relação com as equipes. A não identificação dessa diferença pode fazer os trabalhadores acreditarem que estariam falando e fazendo a mesma coisa, mas não estão. Assim, o desencontro na eleição de ferramentas, na expectativa e na análise dos resultados do trabalho coletivo gera desgastes que acabam sendo interpretados como falhas individuais ou, no máximo, problemas de relação interpessoal na equipe.

Tal discussão será aprofundada adiante, demonstrando como a tomada de consciência e a possibilidade de análise dos elementos do processo de trabalho podem fortalecer trabalhadores para identificar melhor as origens dos desgastes, desinternalizar noções de fracasso individual e identificar estratégias da coletividade na resistência a eles, bem como no fortalecimento potencial do trabalho coletivo.

A seguir, Neuza propôs compartilhar sua experiência para análise. Apresenta-se, no quadro 29, a descrição da cena em suas palavras:

Quadro 29 - Descrição da Cena de Neuza

DESCRIÇÃO DA CENA DE NEUZA
Era um grupo de expressão corporal... Aí eu podia fazer o que eu quisesse nesse grupo. Em geral, as pessoas indicam esse grupo para as pessoas que não avançam muito com a fala. Então, em geral, vão os psicóticos, pessoas com déficit cognitivo, só que eu vou chamando a galera que está na convivência, ocioso... Ele é lido desse jeito, apesar de eu já ter apresentado de outro jeito. A gente estava em grupo em mais ou menos 12, 13 participantes, eu como coordenadora... A proposta do dia, eu estava usando o Teatro do Oprimido, usando o Teatro-Imagem como ferramenta e a gente tinha discutido o que é opressão, o que é violência, no início do grupo. A proposta de seguir era fazer imagens de opressão com o nosso corpo, a imagem congelada de uma opressão... Eu entrei para fazer essa imagem do policial atirando e pedi para as pessoas irem compondo essa imagem, então que fizessem o que elas gostariam, que transformasse essa imagem, daí veio uma pessoa e me abraçou primeiro, depois veio outra pessoa e abaixou a arma e outra pessoa deitou por baixo, como se fosse a vítima. A gente continuou produzindo leitura sobre essa imagem e eu pedi a uma pessoa em específico, que é o L., para ele modificar essa imagem, para ele ler essa imagem. É um cara cuja principal forma de expressão é a violência, tem uma questão de querer matar a ex-esposa e querer matar o companheiro da ex-esposa, já tentou matar uma irmã, então foi proposital pedir a ele para ler aquela imagem. Quando ele começou a ler, ele começou a chorar e conseguiu falar que estava incomodado com aquela imagem e que era uma expressão de uma violência, que ele não queria mais para si. Nessa leitura, eu falei: "Então, L., você pode vir agora e modificar essa imagem do jeito que você quiser modificar, inclusive fazer com que ela fique mais violenta ou mudar ela para uma imagem de paz, o que você quiser". Aí ele falou que o que ele queria fazer ali era mudar aquela imagem da violência para uma imagem de harmonia, a palavra dele era harmonia, só que ele não sabia como mudar essa imagem, porque a expressão dele é a violência. Ele quer mudar, mas ele não tem ferramentas para isso... Ele levantou a vítima, colocou todo mundo em roda, aí ele ficou na roda e falou: "Eu não sei mais o que fazer. Eu quero transformar em uma imagem de harmonia, mas eu não sei o que fazer". Essa menina fez a intervenção, levantou e falou: "Eu posso te ajudar a transformar essa imagem? Você quer uma imagem de harmonia, não é?", ele disse: "Sim". Ela chamou todo mundo que estava no grupo e colocou todo mundo abraçado. Ele inclusive, no meio da roda, sendo abraçado por todos. Ele olhou e falou: "Poxa, um abraço não é violência, não é? É harmonia", aí a gente falou: "Sim, é harmonia", aí todo mundo abraçou ele e saiu da roda. Ele começou a falar... Ele não consegue falar nada no grupo verbal... Parece que ele quer que acabe logo, sabe? Aí, depois que a gente desfez a imagem... Ele falou: "Eu não tenho ferramenta. Violência é ferramenta para mim, eu não tenho ferramenta, eu só sei agir assim, mas eu sei que agora um abraço é uma imagem de harmonia e é nessa direção que eu quero caminhar". Aí um outro usuário começou a falar: "Sabe quando a gente está na casa da gente e a luz está apagada, a gente levanta, vai no banheiro, a gente sabe ir? A gente só sabe ir porque é o caminho que a gente conhece. Se a gente está em outra coisa, sei lá, estou na casa de um amigo meu, que eu nunca fui e eu estou de noite, dormindo e eu quero levantar para ir no banheiro, eu sei que eu vou cair. Eu tenho que levantar, eu vou me machucar, talvez isso vá acontecer com você. Vai acontecer com você. Você está em uma casa escura, você está caminhando em direção a outro tipo de comunicação. Então você está aí, você vai ter que experimentar, mas você já sabe que um abraço é um caminho de harmonia". Aí eu não precisei falar nada. (Neuza, em Oficina 8)

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Neuza entendeu que essa foi uma intervenção em terapia ocupacional. Em sua apresentação do caso, bem como na proposta de análise, ela usou os termos que trabalhamos nas oficinas. Neuza trabalhou a partir do referencial da saúde coletiva latino-americana, sendo que já fez estudos na mesma perspectiva desta pesquisa antes, incorporando o raciocínio analítico à sua prática. Assim, o grupo analisou suas ferramentas de trabalho:

Quadro 30 – Ferramentas da Prática de Neuza

Ferramentas	● Sala protegida, não havia intervenções externas ● A técnica do Teatro do Oprimido, Teatro-Imagem ● Falas de mediação ● O grupo ● O corpo, propiciar outras formas de existir e que se experimentam ali no corpo ● A análise da atividade, chamar esse homem naquele momento, porque a TO percebe que ele está incomodado com a imagem e decide chamá-lo. A história da trabalhadora com o usuário também é ferramenta. A análise que ela faz do lugar social dele, em relação à equipe e aos outros usuários do CAPS. Era visto como perverso, sem possibilidade de ser percebido como alguém que sofre, essa análise também é ferramenta. ● Presença constante da TO, o estado dela enquanto em grupo, estar disponível ali e aberta ao encontro com eles.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

A seguir, Neuza falou sobre o objeto do processo de trabalho e o grupo realizou a análise também da finalidade:

Quadro 31 – Finalidade e Objeto da Prática de Neuza

Finalidade	● Provocar experiências de existir no mundo compartilhado ● Confrontar uma análise dele sobre si mesmo, possibilitando uma nova análise que ele faça sobre suas possibilidades de ação no mundo.
Objeto	● Transformar a forma de existir ● Análise dele sobre si mesmo ● Análise da equipe e dos outros sobre esse usuário do serviço ● Possibilidades de os outros usuários experimentarem lugares sociais de acolhimento e atuação coletiva sobre uma tarefa única, juntos. Uma produção comum. Análise dos outros usuários sobre a própria conduta, o próprio lugar social em situações como a encenada ali.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Clarice problematizou a análise junto ao grupo, perguntando-se sobre o que seria específico da prática em terapia ocupacional naquela cena, tendo em vista que a técnica de Teatro do Oprimido utilizada não é exclusiva da profissão. Propôs então que o específico estaria

na análise, por meio da atividade, do lugar social e histórico desse sujeito na instituição e a eleição de uma intervenção que evidenciasse a contradição desse lugar:

> Eu fiquei pensando, nessa coisa toda, o que eu chamaria de específico da TO no trabalho dela. Porque usar a técnica do teatro não é nossa, não é isso que é nosso, específico... Eu acho que, para mim, quando você fala que você ouve da equipe essa sentença, de que é uma pessoa que a gente vai desacreditar, aí você entende que não e você investe nessa outra possibilidade, eu acho que isso é o específico (Clarice, em Oficina 8).

Neuza concordou e acrescentou sua intencionalidade como específica da intervenção em terapia ocupacional. Chamou de "olhar da TO", a habilidade de realizar a análise da atividade grupal, alinhando-a com a necessidade individual do participante, respondendo à finalidade específica de tomada de consciência sobre a dimensão coletiva da transformação das formas de conduzir a vida.

> Eu acho que tem também o jeito como eu analiso o momento do grupo, eu acho que é uma especificidade da TO. Eu não acho que, se tivesse um psicólogo ali, ele faria da mesma forma como eu faço... Por causa da finalidade que eu tenho com aquilo. Eu não quero que ele comece a pensar nos seus erros de perto, eu quero que ali ele perceba a potência do coletivo na transformação da forma dele de viver, da forma de existir. Porque eu participo de alguns grupos que eu sou mais coterapeuta e eu vejo que a intencionalidade é muito diferente. A intencionalidade é o que faz ser diferente, mas eu fico vendo o que é específico e o que essas percepções do que está acontecendo, que para mim é a análise da atividade, e alinhar análise da atividade grupal com um caso e o que eu quero alcançar com aquilo, para mim é da TO, seria o olhar da TO (Neuza, em Oficina 8).

Assim, preencheu-se a análise do trabalho em si, no quadro 32:

Quadro 32 – Trabalho em si da Prática de Neuza

Trabalho em si	● Específico da TO nessa cena, escolha do usuário que tinha um lugar social no serviço e que, a partir da atividade em curso, poderia se transformar. ● O uso daquelas ferramentas, para que haja impacto sobre as formas de viver daquelas pessoas, é diferente das outras profissões pela intencionalidade. ● O olhar da TO é a análise, fazer impacto sobre a forma como a pessoa transforma as próprias formas de existir junto com o coletivo.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Ao final da análise do processo de trabalho de Neuza, Clarice disse ter achado mais fácil do que analisar o próprio trabalho, por estar mais "aquecida". Entende-se que isso possa ter acontecido também por já estarem se apropriando da forma de analisar o trabalho, qualificando seu olhar para as cenas. A seguir, Daniel apresentou uma cena, que ficou descrita da seguinte maneira, no quadro 33 de análise:

Quadro 33 - Descrição da Cena de Daniel

DESCRIÇÃO DA CENA DE DANIEL
Contexto de atendimento: Centro de Saúde - Atenção Primária em Saúde. Daniel era residente de terapia ocupacional ali e foi chamado a intervir em um problema, neste caso: Uma jovem transsexual foi ao Centro de Saúde requerer troca do nome na carteirinha SUS e no prontuário para o nome novo, que judicialmente já estava alterado. Uma trabalhadora do administrativo da unidade interpretou que isso era uma afronta da jovem à sua família e rasurou os documentos. Inclusive alterando, no sistema de informações do SUS, o nome de volta para o nome de registro, masculino. A avó da jovem, que a apoia, ao saber o ocorrido, brigou com a equipe. A jovem foi então à unidade, xingou a equipe e disse não querer nunca mais nada do centro de saúde. Chega ao terapeuta ocupacional esse relato como algo comum ali no serviço. Ele propõe fazer uma visita domiciliar. Chega à residência, com a intenção de entender o que houve e se colocar como ponte de acesso a direitos, o que incluiria denunciar o acontecido no Centro de Saúde. A jovem disse a ele que não havia nada a ser feito. Ela contou que tinha muitos desejos de fazer terapia, hormonioterapia, e a principal questão naquele momento passava por alterar a voz. Daniel, na visita, ainda ofereceu seu telefone, para que ela agendasse os atendimentos e indicou um ambulatório na Unicamp, para alteração de voz. Daniel a acompanhou até a unidade para retomar os atendimentos. Ao falar com aquela pessoa que fez a rasura nos documentos, ela se recusou a dar seguimento no uso do nome social e no atendimento. Daniel, então, indicou que isso seria passível de sanção, por ser um processo judicial e de acesso a direitos. A equipe parecia tomar decisões a partir de um campo de moralidade e o terapeuta ocupacional discutiu então o assunto com a gestão, organizou todos os documentos que provavam a obstrução de acesso a direitos que aquela jovem estava vivendo e levou à reunião de equipe. A gestora da unidade se mostrou então ansiosa com os acontecimentos e pediu ações de ajuste do nome social e também pediu uma formação para a equipe sobre o assunto.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Seguiu-se para a análise do grupo que, neste momento, assumiu-a com menor mediação da pesquisadora externa. Os outros pesquisadores internos começaram a elencar elementos da prática que consideravam ferramentas, comparando com as ferramentas das análises anteriores, identificando similaridades:

> Daniel - Acho que é o que a Wanda usou uma frase no meu, que ajudou... A TO como possibilidade de perceber-se como alguém... Que aquele lugar era um lugar em que ela podia estar, podia acessar quando ela precisar... Acho que tem também essa tecnologia da mediação de conflito, que eu tinha citado na coisa da Neuza, sabe?
>
> Marlen - Eu fiquei pensando que, quando a Neuza falou o caso dela, o Daniel tinha falado sobre a questão da disponibilidade dela de estar ali com a pessoa daquele jeito, aí eu acho que ele também utilizou disso, dessa disponibilidade, de olhar para essa problemática e de ir até a casa da pessoa e estar ali para refazer o vínculo (Daniel e Marlen, em Oficina 8).

A tarefa da pesquisadora externa ficou mais concentrada em propor termos operacionais alinhados às categorias teóricas da pesquisa que descrevessem aquilo que se

identificava, em um tipo de tradução, checando permanentemente com o grupo a pertinência dessa síntese:

> Daniel - É isso, dentro das tecnologias de atuação que eu coloco, esse algo que está dentro daquilo que eu usei como conceito de articulação de recursos do território, que aí sejam recursos materiais, sejam recursos pessoais, recursos humanos... Então, quem que é parceiro? Com quem que dá para construir? Então, por exemplo, nesse dia quase não teve reunião de equipe. Um não ia poder estar, a gestora não ia poder estar... O trabalho de articulação de recursos do tipo quem que eu posso chamar para falar "Não, a gente vai fazer a reunião"? O médico era parceiro e ele falou: "Eu faço todos os pedidos, não precisa marcar consulta para a pessoa, depois a gente marca de ver ela, mas para isso já caminhar". Acho que tem essa coisa também.
>
> Aline - Então a articulação de recursos do território, relações sociais e ativação dos atores estratégicos para garantir o espaço institucional para criar o fato que impulsiona a transformação? (Daniel e Aline, em Oficina 8)

O preenchimento de ferramentas no quadro 34 de análise se fez da seguinte forma:

Quadro 34 – Ferramentas da Prática de Daniel

Ferramentas	● Mediação de conflito social ● Rede intersetorial ● Conhecer os direitos, a legislação, as políticas públicas, as consequências do não cumprimento ● Responsabilizar a unidade em relação à negligência e obstrução de acesso a direitos e fraude de documentos ● Educação permanente ● Disponibilidade de ir até a casa da pessoa para fazer o vínculo, visita domiciliar ● Vínculo do TO com a ACS, que permitiu que a ACS acessasse o TO com o caso. ● Articulação de recursos do território, relações sociais e ativação dos atores estratégicos para garantir o espaço institucional para criar o fato que impulsionou a transformação, análise estratégica de quem são os atores estratégicos e seus potenciais de intervenção. ● A forma de colocar para a equipe a análise realizada sobre o caso, a forma de apresentar o caso. ● Postura de corresponsabilização do TO de fazer junto. ● Reunião de equipe ● Análise das motivações e limites institucionais, clareza da tarefa e das políticas que orientam a tarefa da unidade, conhecer o jogo político local.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

A discussão sobre as finalidades do trabalho de Daniel na cena descrita avançou da ideia de defesa de direitos para a proposição de que o trabalho em terapia ocupacional, que seja fundado no MHD, tem invariavelmente uma dimensão coletiva. Ele inicialmente apresentou a

defesa de direitos como finalidade e, conforme falava, pareceu transformar a percepção da defesa de direitos, colocando-a como ferramenta para alcançar a finalidade de ampliar a participação social:

> Olha, a minha finalidade era muito garantir o acesso aos direitos sociais, é o acesso à saúde, que a pessoa pudesse acessar o serviço e, com isso, poder ampliar a participação social dessa pessoa. Acho que era bem essa finalidade, como que a partir da garantia dos direitos sociais você consegue ampliar a participação social (Daniel, em Oficina 8).

Neuza identificou que a intervenção tinha a intenção de alcançar outras pessoas além da jovem acompanhada, dado que as intervenções, se fossem focadas apenas na jovem, teriam sido mais isoladas e não haveria proposta de educação permanente aos trabalhadores da unidade, por exemplo. Bernardo propôs que a análise e intervenção sobre a dimensão coletiva, como parte da intencionalidade do trabalho, é algo específico da prática em terapia ocupacional.

Provocado pela instrumentalização de Neuza e pela contradição trazida pela pesquisadora externa sobre a prática crítica de outras profissões, Daniel sustentou sua defesa. Neste momento, identifica-se uma romantização da prática crítica em terapia ocupacional, como isolada em um certo deserto funcionalista nos serviços. Pode-se inferir que a dificuldade em encontrar pares críticos em outras profissões faça crer, a terapeutas ocupacionais críticos, que o elemento emancipatório seja específico da profissão e não da perspectiva teórico-epistemológica:

> Bernardo - Isso aí eu acho que é o trabalho específico do TO, que não vê só o João ou a Maria, mas ele amplia isso.
>
> Neuza - Acho que é o que orienta o TO. Acho que dá para ficar no individual.
>
> Bernardo - Você acha que é o pressuposto da nossa ação? A gente não pode entender isso como o pressuposto da nossa ação.
>
> Neuza - Não, porque se você está em uma perspectiva mais funcionalista, você vai garantir o direito daquela pessoa. Então, dane-se o coletivo, eu estou ali agindo na vida daquela pessoa, eu quero mudar só aquilo.
>
> Aline - Mas um psicólogo que está orientado pela saúde coletiva? Ele não vai pensar em intervenções que impactem sobre o coletivo?
>
> Daniel - Mas eu acho que existem muitas intervenções que são coletivas, mas pensadas no impacto individualizado, ainda que coletivas, entendeu? Acho que isso não é dado para todo mundo, de pensar a dimensão coletiva das intervenções. Acho que isso é muito pouco (Bernardo, Neuza, Aline e Daniel, em Oficina 8).

No movimento de reflexão coletiva, característico da oficina emancipatória, uma contradição se levantou. Trata-se da diferenciação que se colocou entre Bernardo, que propôs a dimensão coletiva como inerente a qualquer prática em terapia ocupacional, e Daniel e Marlen, que defenderam que a dimensão coletiva da prática é acionada como parte da finalidade apenas nas práticas orientadas pelas ciências sociais, como a terapia ocupacional social e a fundada na saúde coletiva.

Bernardo defendeu que qualquer terapeuta ocupacional pensa a ação do sujeito no mundo e, para isso, inevitavelmente considera a influência do meio e das outras pessoas, bem como o impacto das ações da pessoa acompanhada, no coletivo. Daniel, então, fez uma diferenciação de instrumentalização que possibilitou um avanço no sentido de uma síntese. Para ele, haveria diferença entre tomar o coletivo como meio e tomá-lo como parte do objeto e, portanto, do produto transformado, compondo a intenção ao trabalhar:

> Daniel - Mas é que eu acho que tem uma questão nisso, que é "Ok, eu estou falando que eu levo isso em consideração", mas a intervenção tem uma proposição em uma dimensão coletiva? Porque eu posso dizer o quanto eu considero aquilo para fazer e o quanto a minha intervenção tem uma proposição na dimensão coletiva.
>
> Aline - Você está falando da intencionalidade, não é?
>
> Daniel – É... Porque se, no fim, eu penso no que o sujeito pode impactar no mundo, que eu acho que isso todo mundo tem que pensar, mas a minha intervenção é reabilitar o membro superior daquele sujeito, entende? Não estou colocando isso como menor, nada disso, estou só pensando para a gente entender as dimensões das coisas (Daniel e Aline, em Oficina 8).

O grupo manifestou uma apropriação dos termos apresentados ao longo das oficinas, experimentando a categorização entre práticas funcionalistas, com foco no indivíduo, e aquelas emancipatórias, com foco na transformação social, ao discutirem que a diferença da qual falava Daniel seria uma diferença entre essas duas perspectivas. Daniel aplicou a discussão ao exemplo da cena de trabalho de Clarice, que foi analisada:

> Vamos supor, pegar a festa como exemplo. Acho que tem uma dimensão que é: você poderia não necessariamente discutir o direito das pessoas a estarem na festa... Podia ser a terapeuta daquela jovem e sem discutir o espaço público, o direito à festa, lazer, entende? Você pode fazer uma intervenção que vai falar que aquela jovem, participando da festa, vai possibilitar que ela amplie suas relações sociais e vá para outros lugares. Mas é diferente de você pensar que a festa tem uma dimensão coletiva, todo mundo tem que poder participar, entendeu? A minha prática é entender como que vai impactar no coletivo, porque eu estou promovendo uma ação de reabilitação com aquela pessoa, ou eu vou pensar a dimensão coletiva no sentido de repensar os modos, entende? (Daniel, em Oficina 8)

Neuza deu um outro exemplo com a infância, para experimentarem aplicar a análise e, com apoio da pesquisadora externa, o grupo caminhou para uma síntese. Quando Daniel propôs que há uma diferença na intencionalidade do trabalhador, que estará alinhada a uma adequação à realidade, ou a uma transformação da realidade, ainda que ambos trabalhem com a dimensão coletiva da atividade humana:

> Neuza – Então, quando você adequa o comportamento da criança, isso não rebate no coletivo, mas é uma intervenção coletiva, porque você está conseguindo enquadrar ela no modelo de sociedade que a gente tem e nos moldes que ela precisa estar. Vai bater no coletivo porque a mãe vai ficar mais calma, a vó vai ver outros jeitos, ela vai conseguir pelo menos ficar quieta, mas o que você está fazendo? Adequando o comportamento, você está transformando formas de brincar, forma dos pais se relacionarem com aquela criança. Rebate no coletivo o jeito que o coletivo não é a intervenção.
>
> Aline - Ou talvez transforma a forma que ela vai brincar, que ela vai brincar de forma mais controlada, transforma a relação com os pais porque os pais vão ficar mais felizes por ter uma criança mais disciplinada, mas transforma em que direção? Qual a finalidade dessa transformação?
>
> Neuza - Parece ser uma adequação social.
>
> Daniel - Ou a gente transforma, ou a gente adequa. (Neuza, Aline e Daniel, em Oficina 8)

Olga, neste momento, levantou uma importante contradição do grupo que, ao exemplificar práticas funcionalistas, focava na descrição do trabalho em reabilitação física, enquanto os exemplos de práticas emancipatórias estavam todos relacionados à saúde mental e à atenção primária. Daniel problematizou que, historicamente, tais campos manifestaram efetivamente práticas diferentes em termos de perspectiva epistemológica e Olga provocou, perguntando como seria uma prática de saúde coletiva na reabilitação da mão.

Clarice ponderou que não havia ali nenhuma pessoa que dominasse esse campo, mas que a discussão a mobilizou para uma importante reflexão. Identificar funcionalismo na prática da reabilitação física estaria prevenindo o grupo de fazer a crítica sobre o funcionalismo nas próprias práticas? Ela demonstrou como, mesmo sendo uma profissional crítica, haveria em seu trabalho momentos em que a prática é funcionalista também, ampliando a complexidade da análise e abrindo uma maior possibilidade de habitar as contradições, instrumentalizando-se para desfazer relações romantizadas com a própria prática:

> Não consigo pensar a gente fazendo esse tipo de análise com a prática da TO de mão, porque não é nosso lugar de fala. Considerando que, lógico, a gente conhece um pouco e sabe dos paradigmas, mas também acho que não podemos nos ater, porque a gente não tem a prática... Enquanto a gente vai falando dessa prática, a gente também está se protegendo de olhar para nossa prática... É aquilo que eu falo, a palavra inclusão é a que eu sei usar, mas eu acho que foi basicamente o que eu fiz com a menina na festa e eu lembro que a gente conversou um pouco com a Aline que isso, que tem hora que a gente vai fazer inclusão, vai conseguir promover. Eu não conheço essa moça, não

> conhecia a família dela, foi uma coisa muito pontual. E acho que tudo bem, sabe? Não acho que eu fui menos TO por causa disso, mas acho que a gente precisa olhar... Dentro dos CAPS também. Eu trabalhei no CAPS Álcool e Drogas, que a pessoa não podia chegar alcoolizada... De todos os lugares, a pessoa escolhia ir para o CAPS e não podia ficar. Então acho que é importante a gente, enfim, olhar para a gente (Clarice, em Oficina 8).

Retomou-se a análise do trabalho de Daniel, perguntando a ele qual o objeto de seu trabalho na cena que apresentou, ele respondeu demonstrando nitidez na apreensão do fundamento teórico e uma precisa conexão entre o objeto e a finalidade descrita, alinhada à transformação social. Ou seja, ele reconhece que, a partir da intervenção em um caso, o impacto e a transformação se deram no âmbito coletivo, que impactará também sobre a pessoa acompanhada individualmente:

> O objeto, como produto transformado, eu acho que são as novas formas de sociabilidade e as possibilidades das novas relações de trabalho que se estabelecem. Não necessariamente todo mundo vai incorporar e vai achar que é super legal atender pessoas trans no serviço, mas minimamente vão achar que não dá para fazer, se não for daquele jeito. Seja pela lei, seja por outras... (Daniel, em Oficina 8).

Assim ficaram preenchidos os campos de objeto, finalidade, produto e trabalho em si, da prática de Daniel:

Quadro 35 – Finalidade, Objeto, Produto e Trabalho em si da Prática de Daniel

Finalidade	● Garantir acesso a direitos sociais ● Ampliar a participação social dessa pessoa ● Impacto sobre a forma como a unidade lida com o tema ● O trabalho específico do TO teria relação com o interesse de que a intervenção se amplie para além do indivíduo.
Objeto	● Formas de sociabilidade e relações de trabalho na unidade ● Direito de existir dessa pessoa dentro da unidade e a partir do serviço, para além do serviço.
Produto	● Novas formas de sociabilidade e unidade que, por diversos motivos, vai atender de outra forma. ● Quando garante que seja reconhecida ali, isso vai abrir que ela possa ser reconhecida em outros lugares.
Trabalho em si	● Foi intervenção em TO, ainda que trabalhando com as políticas sociais, trabalhei com dinamização de rede, articulação de rede intersetorial para dar conta das demandas. ● Pensar modos de vida, todo o modo de vida desse sujeito estava sendo atingido pela intervenção da unidade de saúde. ● Garantia de direitos sociais é parte do trabalho em TO. ● A TO abriu a possibilidade de ela se perceber como alguém que cabia na UBS e deveria ser bem atendida, respeitada. ● A dimensão coletiva das intervenções é específica da TO, que é diferente de intervenções coletivas ou individuais visando a que esse indivíduo seja incluído no coletivo.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Ao encerrar a análise do trabalho de Daniel, apontaram-se elementos que parecem se repetir nas análises, relacionados ao objeto: formas de existir. Bem como o termo: formas de sociabilidade. Outra repetição se mostrou na identificação das equipes como parte do objeto a ser transformado nas intervenções, assim como as relações institucionais, considerando o lugar social das pessoas acompanhadas. Em relação ao produto, a pesquisadora externa entendeu que ainda estavam sendo apontados objetivos e não o produto, de acordo com a definição da categoria teórica, propondo que seguissem essa análise nos próximos encontros.

Clarice compartilhou uma reflexão de síntese sobre o potencial emancipatório das análises que estavam sendo feitas. Dizendo que, por exemplo, quando alguém se dá conta de que as relações institucionais são atividade humana e, assim, são relações construídas, tal pessoa também toma consciência de que elas podem ser transformadas. Portanto, essa análise legitimaria um lugar de ação dos terapeutas ocupacionais sobre essas dinâmicas.

A avaliação final foi registrada em frases e palavras, com efeitos de fortalecimento, para o trabalho e para a vida, sendo demonstrados pelos pesquisadores internos:

- Bom ver o trabalho que outras terapeutas ocupacionais estão fazendo, isso nos dá ferramentas para trabalhar, energizador.
- Fiquei com orgulho de ser terapeuta ocupacional.
- Tribo, quando colocamos na tabela e vemos o comum, isso me reafirma como no primeiro encontro.
- Contemplada pelas palavras ditas, orgulhosa de estar aqui e ser parte desse grupo.
- Dúvida, como no primeiro encontro, estamos aqui para afirmar um núcleo duro da terapia ocupacional ou entender que não há um único núcleo duro?
- Estimulada, provocada a questionar as minhas certezas, ao mesmo tempo sentindo reafirmação das certezas.

5.1.9 Oficina 9

Quadro 36 - Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 9

PRINCIPAIS CATEGORIAS EMPÍRICAS NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS EM TERAPIA OCUPACIONAL DA OFICINA 9
● A terapia ocupacional tem contribuição importante na intervenção sobre o meio: território, redes, instituições e políticas. Há ferramentas específicas de organização do trabalho, que levam em conta a análise compartilhada do processo coletivo de trabalho e a possibilidade de alguma autonomia dos trabalhadores no desenho das respostas coletivas em saúde. O que pode gerar contribuição relevante para a produção de políticas públicas, por criar novas formas de registrar e medir o trabalho, possibilitando qualificar indicadores no campo.

- A análise conjunta da atividade pode ser definida como análise conjunta dos fatos materiais e históricos em jogo no acontecimento, na atividade analisada e, por meio dessa análise, é possível realizar a identificação de vias possíveis de produção de autoria na vida.
- Discussão acerca do produto do trabalho em terapia ocupacional, seria ele o sujeito transformado ou o processo estabelecido com o sujeito?
- Os elementos do processo de trabalho em terapia ocupacional podem ocupar, dialeticamente, diferentes categorias teóricas, de acordo com o momento do processo em curso.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

A partir da Oficina 9, a pesquisadora externa passou a apresentar sínteses elaboradas pela análise dos processos de produção de conhecimento realizados com as oficinas anteriores. A primeira parte do encontro foi dedicada à apresentação desse material ao grupo e seu aprimoramento. O resultado será apresentado no próximo tópico, em que se sistematizam as análises coletivas em categorias empíricas, realizadas nos encontros 9 e 10.

Olga havia enviado por email a tabela de análise, preenchida com uma intervenção no âmbito da gestão do serviço de reabilitação em que trabalha. No encontro, suas respostas foram lidas e discutidas junto com o grupo, e as contribuições foram completadas dentro da própria tabela. Demonstraram-se, nos registros da análise realizada pelo grupo, maior nitidez na eleição dos elementos do processo de trabalho, a partir das categorias teóricas, e também uma explicação para cada elemento que incorpora o conhecimento produzido pelos encontros.

Nesta análise, fica especialmente detalhada uma potente contribuição da terapia ocupacional em contextos de gestão de serviços, impactando tanto na entrega de respostas sociais em saúde, quanto no fortalecimento dos trabalhadores, por meio do planejamento compartilhado do trabalho, que os retira em certa medida do lugar de alienação. Observa-se como isso impacta na leitura que fazem do trabalho e na elaboração de respostas mais alinhadas às necessidades sociais da população, em lugar de oferecerem respostas com base apenas em suas ferramentas específicas de intervenção.

Por fim, essa forma de organização do trabalho, que leva em conta a análise compartilhada do processo coletivo de trabalho e a possibilidade de alguma autonomia dos trabalhadores no desenho das respostas coletivas em saúde, pode gerar contribuição relevante para a produção de políticas públicas, por criar novas formas de registrar e medir o trabalho, possibilitando qualificar indicadores em saúde.

Apresenta-se o preenchimento do quadro. Em destaque, os elementos do processo de trabalho:

Quadro 37 - Elementos do Processo de Trabalho

Intervenção	Modelo de registro de "fila interna" de usuários do CER, a partir da visualização da demanda. Anteriormente à intervenção, a fila de pacientes para serem atendidos era feita por categoria profissional. Após a intervenção, é feita uma análise inicial com a sinalização de demandas de forma mais integral (motora/mobilidade; motora fina; deglutição/Voz; linguagem; autonomia AVDs; comportamento/emoções; cuidadores) e uma proposta de atendimento multidisciplinar para início do desenho de um projeto terapêutico singular. O que disparou essa intervenção foi o fato de que os campos de preenchimento no sistema eletrônico de agendamento e registros do SUS mudou e a avaliação ficou mais complexa. Porém, ao final, o encaminhamento, a organização da proposta de intervenção para cada paciente voltava para o recorte por categoria profissional. Olga propôs a criação de uma tabela, junto com a equipe, em que se identificam as necessidades dos pacientes de maneira mais complexa, indo além do "cardápio de atendimentos", identificando inclusive coisas que sejam necessárias, mas ainda não existem, os "buracos" da rede. Por exemplo, muitos casos identificados de doenças degenerativas, que a equipe se deu conta de que tem poucos recursos para lidar. Essa forma tem permitido uma visualização mais concreta do trabalho.
Ferramentas	**Olhar/análise avaliativo/propositivo sobre ferramenta que faz parte do processo de trabalho da unidade** (fila de espera interna), para reflexão/qualificação da oferta do cuidado, portanto também na formação profissional. A **análise da fila de espera** foi realizada, categorizando por demanda, forma de coletivizar a leitura das necessidades por grupos. **Prontuários** foram analisados. **Análise conjunta** de uma tabela que comparava a demanda com as propostas de intervenção, **análise da atividade,** que conjuga a análise da demanda em relação às necessidades e da relação entre objeto e produto. **Análise do processo de trabalho**. **Proposição de atividades**, a experiência de elaboração de uma nova tabela de fluxo de trabalho. **Reuniões de equipe**. **Agendas**, análise da relação entre o trabalho que se quer fazer e a agenda como ferramenta de manifestação do processo coletivo de trabalho. **Analisaram os horários abertos nas agendas,** buscando "buracos" em que trabalhadores estariam "livres", simultaneamente, para usar o espaço de tempo juntos e livres para realizar novas propostas, identificadas pela equipe como necessidades coletivas.
Finalidade	**Proporcionar experiências coletivas** como finalidade, não apenas ferramenta. **Produzir outras formas de saberes**, possíveis apenas a partir da perspectiva do coletivo. Tem um lugar de poder muito colocado nesse campo e, ao propor uma forma coletiva de trabalhar, isso se coloca em xeque. Há então um deslocamento desses poderes. **Mudar a prática da reabilitação**, mudar o entendimento e a intervenção em reabilitação, de uma forma mais geral. Internamente às instituições e

	na rede. Historicamente, a reabilitação ficou muito restrita à própria instituição. "Descronificar" ou prevenir a cronificação do lugar de trabalhador engessado, duro, repetidor de protocolos que apenas estão ali, sem uma produção de sentido para o próprio trabalho. Imagem do Chaplin em "Tempos Modernos". Finalidade de cuidar da **saúde do trabalhador**. Pela noção de trabalho vivo, que impacta coletivamente sobre o trabalho e toda a produção de cuidado. Coerência.
Objeto	**Percepção dos profissionais sobre o próprio trabalho** (diferença entre aplicação de técnica e criação da prática). O sujeito da intervenção, neste caso, é a equipe. Olga atuou com elementos da terapia ocupacional, a partir da leitura da dimensão coletiva de toda ação humana, entendendo que há resultados e impactos para além da dupla gerente terapeuta ocupacional/equipe. Há impactos sobre as pessoas acompanhas, a rede, as outras equipes, a saúde dos trabalhadores, as famílias etc.
Produto	**Envolvimento real dos trabalhadores na construção do processo de trabalho da unidade,** impactando na qualificação do atendimento, bem como no combate ao risco da prática profissional alienada. A partir da nova forma de analisar o trabalho, Olga relatou que **a equipe passou a sentir necessidade de realizar outros procedimentos**. Visitas domiciliares passaram a ser uma demanda da equipe, a questão da geração de renda/trabalho começou a extrapolar a inscrição de pacientes em vagas de cotas e trabalhadores passaram a identificar famílias que não estão incluídas formalmente na economia e têm necessidades que impactam sobre as pessoas acompanhadas, gerando demanda de entender como funciona o Centro de Referência da Saúde do Trabalhador. **Superação de uma forma de trabalhar com base nas respostas tecnicistas/funcionalistas.** **Aumento do número de visitas domiciliares.** Identificação de demanda por **agenda conjunta dos trabalhadores**, que antes se configurava como fluxos independentes, com impacto sobre a estrutura do trabalho coletivo. Impacto sobre os trabalhadores, que começaram a vislumbrar possibilidades de trabalho coletivo e a experimentar propostas de trabalho que levam em consideração os **sentidos ampliados do trabalho** (institucionalmente e para as pessoas atendidas). Equipe passou a se sentir mais à vontade para questionar o trabalho do médico, por exemplo, em uma clara **revisão dos protocolos e das hierarquias**. O questionamento passa a ser feito porque se sentem fortalecidos no próprio papel e não por uma afronta. Não se trata de um desafio ao poder médico, mas uma parceria, como parte de uma equipe, em que todas e todos são igualmente responsáveis e autores do processo. As fisioterapeutas quarteirizadas manifestaram, de maneira especialmente evidente, essas mudanças, porque se transformam rapidamente. **Desalienação**, trabalhadores deixaram de seguir protocolo de forma alienada e passaram a criar uma organização para o próprio trabalho. **Mudou a forma de fazer o prontuário**, criou-se uma folha de rosto que norteia o PTS.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

A seguir, foi analisada a intervenção trazida por Bernardo. Um elemento novo se identificou nesta análise, a percepção dele de que a especificidade da terapia ocupacional, neste acompanhamento, esteve relacionada à forma como a proposta de intervenção foi se transformando, por meio da análise das atividades. A ausência do rapaz nos atendimentos marcados, bem como a não realização das atividades propostas, foram tomadas como atividades humanas e analisadas pelo terapeuta ocupacional e em conjunto com ele, gerando possibilidade de eleger novas propostas de ação.

Evidenciou-se também um elemento do processo de trabalho em terapia ocupacional em detalhamento maior: a análise conjunta da atividade, enquanto análise conjunta dos fatos materiais e históricos em jogo no acontecimento, na atividade analisada e, por meio dessa análise, a identificação de vias possíveis de produção de autoria na vida. As perguntas se mostraram nitidamente como ferramentas de trabalho de análise, apoiando tanto a investigação, quanto o processo de tomada de consciência da agência do sujeito acompanhado, em suas próprias ações.

Ao final da análise, dada a complexidade daquilo que se identificou, uma pergunta importante se fez sobre o processo de trabalho em terapia ocupacional: o produto do trabalho seria o indivíduo ou o processo estabelecido juntos?

A discussão a seguir evidenciou que uma prática emancipatória em terapia ocupacional não pode prescindir de que o sujeito acompanhado se aproprie, de fato, dos objetos e meios da transformação em andamento, dos métodos de execução e do produto final, como identificado no processo oficineiro de análise de práticas. Assim, produziu-se uma síntese de que a participação proposta em terapia ocupacional, para que seja efetiva do ponto de vista emancipatório, deve ser uma participação radical, expressiva e irreversível.

Apresenta-se o quadro preenchido no encontro e adaptado para a apresentação dos dados, com destaques para os elementos mais relevantes:

Quadro 38 – Análise da Intervenção de Bernardo

Caso/Cena/ Atuação	Homem trans atendido no ambulatório de especialidades em sexualidade. Bernardo é o profissional de referência do caso. Idade de 18 anos, dois episódios de tentativa de suicídio, vive com a mãe. Não terminou o ensino fundamental, por várias internações hospitalares devido a transplante renal. Acompanhado no CAPS I de sua região (pelas tentativas de suicídio). Com 18 anos, foi transferido para CAPS Adulto, ele não se vê como parte do CAPS Adulto e busca o ambulatório de especialidades em sexualidade. Ele demanda terapia hormonal, para poder assumir um corpo masculino. Diz precisar se ver como homem para poder dar continuidade à vida: terminar de estudar e encontrar um emprego. Na avaliação, Bernardo identifica que ele fica em casa o dia todo, no celular. Gosta muito de ler e de fotografia, segue dois *youtubers*, fica deitado a maior parte do tempo. Sai aos finais de semana, eventualmente com grupo de amigos ou com o irmão, para fumar narguilé. Na relação terapêutica que se iniciou, o paciente não realizava atividades propostas por Bernardo e faltava muito aos encontros. Dizia não ver sentido no tratamento do ambulatório, declarando que as pessoas falavam sempre as mesmas coisas, sem que nada mudasse em sua vida. Após internação clínica por crise de hipoglicemia, a mãe relatou que recusava comer, apresentava saúde debilitada e autocuidado empobrecido. Após as faltas, veio ao encontro sem comentar o período sem vir e Bernardo seguiu investigando a forma intermitente de vir ao tratamento.
Ferramentas	**Encontros semanais** de atendimento ambulatorial. **Uso de aplicativo de mensagens instantâneas no celular** durante período de afastamento do TO, por motivo maior, em dias que seriam de atendimento, para manter regularidade de contato. Ritmo de marcas no tempo. **Análise conjunta da rotina**, o que faz, por que faz e como faz. Mapeamento dos seus dias. Primeira **atividade proposta**: mandar uma mensagem com esse mapeamento por aplicativo de mensagens instantâneas no celular, depois de uma semana de intervalo. Fotografias, mandar uma ou algumas fotos que ele goste (baseado no interesse comum entre TO e o paciente em fotografias). **Atendimento compartilhado** com psicóloga. **Análise da ausência, da recusa a vir ao tratamento**. Bernardo descreve que, em lugar de interpretar a ausência do paciente, propôs uma análise conjunta com ele de sua ausência. Propôs então tomar **a ausência como ferramenta de mapeamento das necessidades**, do possível objeto de trabalho da dupla. Percebe na análise que é hora de propor outra experiência, a partir da leitura da experiência de recusa à realização da atividade. **Identificação de outra necessidade, que reorienta intervenção.** Por meio da análise, Bernardo entendeu que há uma necessidade de abertura de espaço de diálogo sobre o suicídio (ele não falava sobre isso com outros profissionais e com a família). Paciente diz que recebeu por um trabalho de fotografia que realizou, informalmente, e sem intenção de receber. Bernardo fez a **pergunta**: "Você sabe porque o cara te pagou?". À falta de resposta, propôs: "Eu acho que o seu trabalho deve ser muito bom. Alguém te indicou, alguém

	te contratou, alguém achou bom o suficiente para ser remunerado. Isso pode ser um caminho para você". Entendeu-se que esta intervenção pode ser nomeada como **análise conjunta dos fatos materiais e históricos em jogo na cena** e, por meio dela, a identificação de vias possíveis de produção de autoria da própria vida para o rapaz. **Perguntas**, "Qual o seu sonho? O que você quer fazer da sua vida?". Entende-se que essas perguntas podem acionar um mapeamento de novas necessidades, pela **ampliação da possibilidade de exploração da natureza em busca de objetos.** Ao responderem juntos essas perguntas, concluíram que o paciente poderia explorar a possibilidade de estudar para poder trabalhar e ter um estúdio fotográfico. Assim, Bernardo percebeu que, do primeiro encontro para esse momento, a demanda, que era por mudar o corpo como única ferramenta para ter uma vida boa, ampliou-se.
Finalidade	Bernardo entende que a finalidade dessa intervenção foi apoiar que a pessoa acompanhada se entendesse como responsável por sua vida.
Produto	Uma dúvida ficou neste elemento, quando o grupo se perguntou se, neste caso, o produto seria o indivíduo ou o processo estabelecido juntos.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

5.1.10 Oficina 10

Quadro 39 - Principais Categorias Empíricas na Análise das Práticas em Terapia Ocupacional da Oficina 10

PRINCIPAIS CATEGORIAS EMPÍRICAS NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS EM TERAPIA OCUPACIONAL
● Os aspectos relevantes de análise do processo de trabalho em terapia ocupacional estão apresentados adiante, com o capítulo específico da Discussão. Pelo processo dialético e coletivo de elaboração da análise e discussão dos dados, o conteúdo será apresentado já alinhado às categorias teóricas de análise e à discussão com a literatura do campo.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

O último encontro aconteceu na décima oficina, em que se retomou a análise dos elementos do processo de trabalho em terapia ocupacional identificados nas cenas e situações relatadas pelos pesquisadores internos. Esta análise foi densa e já configura uma discussão do conhecimento acerca do objeto desta pesquisa, dado que esta tese é resultado de um processo coletivo de investigação da realidade.

Apresenta-se, no quadro a seguir, uma sistematização preliminar de alguns elementos do processo de trabalho em terapia ocupacional em saúde coletiva de base no MHD, conforme nomeados ao longo dos encontros, por meio da análise coletiva de práticas dos pesquisadores internos. Os elementos foram organizados pela pesquisadora externa e aprimorados pelos pesquisadores internos.

Quadro 40 - Sistematização Preliminar de alguns Elementos do Processo de Trabalho em Terapia Ocupacional em Saúde Coletiva de Base no MHD

Momento do processo de acompanhamento em terapia ocupacional, conforme descrito inicialmente	**Termos usados inicialmente pelos pesquisadores internos**	**Proposta analítica de identificação de elementos da técnica na prática descrita/analisada**	**Detalhamento**	**Formas como operam os elementos nas práticas**
Acolhimento	Demanda	Narrativa que dispara a necessidade de encontro com o terapeuta ocupacional	Inclui diagnósticos prévios, campo de atuação, características relativas ao escopo de ação da instituição	Perguntas, análise de encaminhamentos e fichas e prontuários, entrevistas com familiares
Análise inicial das necessidades, que inclui análise das formas de ser/existir no mundo	Modo de Vida	Perfil epidemiológico	Elementos da reprodução social que caracterizam o perfil epidemiológico da fração de classe social de que faz parte o indivíduo ou grupo particular sob análise	Entrevista/perguntas; observação direta na interação do encontro; proposição de atividades mapeadoras de necessidades; proposição de atividades mapeadoras de potências; análise das atividades descritas e realizadas juntos. Levantamento de contradições e análise crítica das contradições, trazendo novos elementos explicativos da realidade, que possam gerar novas experimentações
	Cotidiano	Características específicas do momento da produção e do momento do consumo	Elementos da reprodução social manifestos especificamente pelo indivíduo/grupo particular sob análise	
	Sentido da busca pelo atendimento	Interpretações e explicações iniciais sobre a própria condição e sobre até onde pode/pretende estender a própria ação enquanto sujeito	Concepções sobre si e sobre o mundo que explicam a própria condição (individual e de grupo social) e a apropriação que tem sobre sua condição de quem transforma o mundo	
	Análise técnica do problema instalado	Características do adoecimento, deficiência, elemento de exclusão, dificuldade de aprendizagem, conflito com a lei etc...	Identificação dos elementos relacionados à operação da vida por meio da atividade impactados por essas características	Perguntas, propostas de experimentar fazer algo juntos para analisar, pedido de descrição de cenas cotidianas, medidas funcionais e protocolos de avaliação
	Análise técnica do contexto	Características da família, território,	Identificação dos elementos	Perguntas, pedido de descrição de cenas

	particular de manifestação do problema	instituição, comunidade. Para além do corpo individual ou do grupo recortado	relacionados à operação da vida por meio da atividade impactados por essas características	cotidianas, análise de dados e indicadores locais/institucionais/gerais; mapeamento de recursos/necessidades sociais
	"Qualificação da demanda"	Produção de necessidades	Relação entre necessidades sociais e necessidades restritas; provocação para ativar novos processos de objetivação e identificação de novas necessidades	Experimentação de atividades (processos de trabalho) que explorem o objeto de trabalho conjunto; identificação de Interesses, desejos, sonhos; Experimentações relacionadas aos interesses, desejos e sonhos com a finalidade de levantar potências, limitações e contradições; análise crítica das contradições, trazendo novos elementos explicativos da realidade que possam gerar novas necessidades de experimentação/transformação da realidade.
	Produção de sentido	Identificação da finalidade do encontro, localizada histórica e materialmente		Definição de objetivos, prazos, metas, propostas de reavaliação por períodos, associação entre os acontecimentos no encontro com o "fora" do encontro, atividades e propostas de experimentação com a finalidade de estarem ali juntos naquele contexto e também de estarem no mundo
Elementos transversais nos processos de trabalho analisados		Forma da presença do terapeuta ocupacional, participação radical, diálogo		
		Análise conjunta dos processos de trabalho em curso ("Olhar da TO")		
		Produção permanente e conjunta de sentido		

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Estes elementos foram aprofundados, sintetizados e fundamentados pela análise teórica da pesquisadora externa, na fase de análise de dados posterior às oficinas e são apresentados a seguir. Por fim, apresentam-se os elementos de avaliação do processo oficineiro realizados pelos pesquisadores internos ao final da Oficina 10.

Os pesquisadores internos avaliaram, de maneira geral, que o processo oficineiro produziu reflexões sobre a prática e impacto sobre a forma como entendem o próprio trabalho como terapeutas ocupacionais. O processo de construção coletiva foi identificado como respeitoso, por não se colocar como absoluto, mas localizado:

> Isso é algo que eu tenho pensado muito, como que a gente vai construindo referenciais para serem mais uma possibilidade de informar alguma coisa, não na tentativa de serem referenciais únicos ou soberanos, sabe? Acho que é um processo de construção muito bonito, muito respeitoso também com as outras práticas, é isso. Acho que arrasou muito (Daniel, em Oficina 10).

A forma de conduzir as oficinas também produziu impacto como referência de prática mais consciente e, de alguma forma, estratégica nos campos de atuação tão desgastados e desgastantes que relataram ao longo dos encontros:

> Considerando que eu tenho usado como modelo, são palavras que costumam ser mais estrategistas... Me deu foi uma propriedade para olhar a cena e falar assim: "Onde é que eu vou intervir? Como é que eu vou fazer para as coisas acontecerem?", não vou mais jogar. Que eu sou essa figura, eu sou uma bomba, mas eu não vou jogar, eu vou saber como jogar e aí eu vou entendendo muito mais como fazer isso. Ou chegar e falar assim: "Poxa, olha, ele está ali. A lógica dele é a da meritocracia, então como eu vou fazer para ele entender o que eu estou querendo dizer? Não vou atacar ele, porque não vai adiantar nada, vou pensar como". Muito mais estrategista (Dandara, em Oficina 10).

Uma maior consciência sobre o processo de trabalho também foi relatada no sentido do reconhecimento de sua contribuição como parte do trabalho coletivo. Para Dandara, isso a angustiou, entendendo que seu alcance sozinha é muito limitado e ela não via muita parceria no território. Ao mesmo tempo, a noção de que se ela se retirasse do processo de produção, as coisas seguiriam, foi acolhedora para Clarice, por desfazer uma responsabilização individual que a desgastava muito.

Bernardo apresentou uma sensação de pertencimento, que se produziu ao encontrar pares críticos com perguntas parecidas com as dele. Nomear os elementos de sua prática apoiou na elaboração das perguntas e na sua transformação em questões mobilizadoras, o que chamamos de pulga atrás da orelha, nos encontros. Ele descreveu como ficou mais nítido para ele o limite de uma atuação emancipatória nas instituições sociais e de saúde, reconhecendo o que foi feito nas oficinas como trabalho coletivo e que isso não se passa nos locais de trabalho.

Wanda identificou que o processo oficineiro a fortaleceu no trabalho por apoiar seu movimento de se colocar. Ela entendeu que já realizava várias daquelas análises que foram feitas em grupo, mas calava. A partir dos encontros e das trocas, percebeu que aprendeu a se colocar nas reuniões e outras relações de trabalho, estabelecendo outros pontos de ancoragem para as práticas e podendo tensionar, efetivamente atuar sobre aspectos contraditórios do trabalho coletivo, que antes ficavam apenas na identificação e incômodo.

Ela ainda aponta a identificação do grupo da noção de participação radical, enquanto elemento do processo de trabalho em terapia ocupacional, como um ponto importante de seu processo. Nomear coletivamente e fundamentar essa noção de participação radical permitiu que ela legitimasse algo que já propunha e identificava em sua prática. Contudo, por não encontrar nomes ou ressonância com os outros trabalhadores, questionava-se sobre a própria competência (algo que ela observava acontecer também com a outra terapeuta ocupacional com quem trabalhava).

Por fim, o grupo identificou que uma grande contribuição do processo oficineiro realizado está relacionada à possibilidade de se apropriarem de uma maior nitidez em relação à intencionalidade em seu trabalho, com um recorte melhor delimitado. Identificaram que isso foi possível graças à identificação precisa de uma perspectiva teórica em diálogo com a prática, que localiza melhor cada agente e permite melhor eleição de ferramentas de ação.

6 DISCUSSÃO

6.1 O OBJETO ATIVIDADE HUMANA E A CONTRIBUIÇÃO SINGULAR DA TERAPIA OCUPACIONAL PARA O TRABALHO COLETIVO EM SAÚDE

Na análise aqui proposta, a atividade humana é definida como a transformação intencional da natureza pelos humanos na resposta a suas necessidades. Será analisada e descrita a partir de suas dimensões ontológicas, na composição do processo de trabalho em terapia ocupacional de base materialista histórico-dialética. Definida dessa forma, a atividade humana é reconhecida como mediação entre humanos e totalidade social na produção da história. A categoria mediação representa o elemento dinâmico do processo dialético, aquele que conecta as contradições e cuja análise permite que se exponha a essência complexa da reprodução social no modo de produção, bem como os caminhos possíveis para alcance de sínteses na direção de sua superação (ou manutenção, a depender da intencionalidade) (Pontes, 1995).

Portanto, assim definida, a atividade humana não se apresenta como emancipadora *per se*. Por conta disso, aquilo que tem sido identificado na história da terapia ocupacional como potencial transformador das atividades humanas deve ser analisado em suas determinações materiais e históricas. Entendidas a partir da categoria trabalho em Marx, pode-se afirmar que, de fato, as atividades humanas transformam a natureza e os próprios indivíduos e configuram suas existências, ao mesmo tempo, em sua condição humana material e histórica. Mas em que direção?

Para que se realize uma prática em saúde a serviço da emancipação humana, não se trata de que o terapeuta ocupacional apenas "faça coisas" com as pessoas com quem atua, mas deve conhecer o que faz, seus efeitos em si e no mundo e entender que esse processo não é individual. A atividade humana é sempre coletiva, tendo em vista que se vale de e manifesta a história e o acúmulo tecnológico da humanidade (Leontiev, 1978). Essa consciência contribui para a intencionalidade de colocar o trabalho a serviço da emancipação.

Assim, a ferramenta singular da terapia ocupacional na composição do trabalho coletivo em saúde não seria a realização de atividades, isso todos os humanos fazem, bem como profissionais em outras práticas sociais. Realizar atividades é parte de sermos humanos e será matéria a ser analisada e transformada coletivamente pelo trabalho em terapia ocupacional, por isso será entendida como objeto.

Uma prática de terapia ocupacional em saúde coletiva, fundada no MHD, trará como

contribuição singular, específica deste núcleo de práticas, a análise emancipatória das atividades humanas. Como decorrência, ainda a partir do campo singular de práticas, realizará a partilha do processo de tomada de consciência sobre a análise realizada. Também proporá a intervenção sobre o mundo, junto com as pessoas e grupos acompanhados, podendo enfim propor e desenvolver coletivamente atividades humanas que busquem a promoção da emancipação.

Terapeutas ocupacionais tratam aquilo que podem identificar na realidade como passível de transformação. A forma como avaliam as necessidades a que respondem são determinantes da forma como trabalham (Hammell, 2016b), porque o recorte do problema identifica quais aspectos da realidade precisam de intervenção. A partir deste enfoque, é possível eleger quais ferramentas conjugam em si as propriedades que podem corresponder a tal transformação (Mendes-Gonçalves, 2017). Na atuação a serviço da sociedade igualitária, terapeutas ocupacionais devem ser capazes de identificar como as desigualdades determinam a atividade humana (Hammell, 2016b). É imperativo haver ferramentas de análise e proposição de atividades humanas que possam desvelar a determinação social de suas limitações e das suas possibilidades de emancipação.

6.1.1 Expressões do objeto atividade humana, ou: o sujeito em atividade

No trabalho em terapia ocupacional, assim como no trabalho educativo, o objeto e o produto do trabalho importam para o trabalhador, que precisa se conectar com sua complexidade para que o trabalho concreto se consolide, realize-se. Junto a isso, no processo de produção educativo, bem como de saúde, os meios de produção não são todos de propriedade do capitalista: o aluno/indivíduo acompanhado não é propriedade de ninguém, mas matéria bruta e sujeito ativo do processo de transformação em curso (Paro, 2018).

Pela perspectiva do MHD, assume-se como objeto da terapia ocupacional a atividade humana, definida nos termos da categoria trabalho em Marx que, no capitalismo, toma a forma de trabalho forçado (emprego), alienado, mas não só. O humano precisa transformar a natureza na resposta a suas necessidades e o faz, consciente disso ou não:

> O ser humano trabalha, portanto, quando produz direta ou indiretamente sua existência, mas também quando usufrui dessa produção, mesmo que o fim em pauta seja o usufruto de algo já produzido ou em processo simultâneo de produção. O trabalho não se restringe, pois, à produção econômica, propriamente, mas se expande mesmo para as atividades de lazer. Como atividades adequadas a fins, são trabalhos tanto a execução de uma sinfonia por uma orquestra quanto a oitiva e a apreciação dessa execução pelas pessoas presentes na plateia (Paro, 2018, p. 64).

Para assumir o trabalho como objeto das práticas em terapia ocupacional (Godoy-Vieira et al, 2018; Godoy-Vieira et al, 2020) é necessário definir que ele é mediação entre humanos e natureza e, portanto, não é fim em si mesmo. A finalidade última de práticas que se pretendam emancipatórias é a liberdade, entendida como a realização do potencial humano do trabalho.

Uma prática que se coloque a transformar elementos do trabalho humano a serviço da liberdade, da emancipação, terá sempre em vista que o trabalho como atividade humana é inerente à existência humana, não podendo ser tomado separadamente do sujeito que o realiza. Vázquez (2007) define o humano como o "indivíduo concreto cuja atividade prática assume necessariamente a forma de uma relação social" (p. 342). Assim, o objeto de trabalho da terapia ocupacional, à semelhança do objeto de trabalho dos processos educativos descritos por Paro (2018), manifesta-se nas relações sociais estabelecidas pelo sujeito em processo de transformação pelo trabalho.

6.2 SUJEITOS: TERAPEUTAS OCUPACIONAIS E PESSOAS ACOMPANHADAS EM SUA DIMENSÃO COLETIVA

Propôs-se, a partir do pressuposto da pesquisa e das discussões nas oficinas, que terapeutas ocupacionais são a trabalhadora e o trabalhador que assumem a tarefa de analisar e mediar processos de transformação de aspectos parcelares da reprodução social, que são aqueles relacionados à transformação da realidade individual e coletiva durante e por meio da atividade humana, também dialeticamente individual e coletiva.

Ao falarmos sobre a dimensão coletiva dos sujeitos neste trabalho estaremos nos referindo prioritariamente à condição ontológica dos sujeitos de serem manifestação histórica de um conjunto de saberes e ações que vieram antes deles, bem como em sua participação inevitável na composição dos acontecimentos históricos coletivos adiante. Sua participação acontece a partir de sua inserção de classe social no capitalismo.

Malfitano, Whiteford e Molineux (2019) produziram uma revisão para responder à pergunta sobre o quê, na prática dos terapeutas ocupacionais, poderia ser caracterizado como de orientação coletiva. Eles identificaram que a busca por superar uma perspectiva individualista na profissão se trava há mais de uma década e meia e está relacionada ao reconhecimento da condição ontologicamente coletiva dos seres humanos. Apesar disso, encontraram uma lacuna na literatura, no que tange à abordagem de intervenções relacionadas

a comunidades, populações e a organização coletiva das atividades, bem como o conhecimento e as técnicas necessárias para tal.

Os autores apontam uma aparente contradição entre a ideologia neoliberal e algumas das propostas fundamentais da profissão, atualmente ligadas ao combate a injustiças. Aqui, destaca-se que a contradição é aparente, dado que as ações emancipatórias não são inerentes às formas de realizar atividades no modo de vida capitalista. É possível intervir com sujeitos e grupos em terapia ocupacional e, ao mesmo tempo, estar a serviço da manutenção da desigualdade. Por exemplo, ao se fazer uma inclusão acrítica de um indivíduo com deficiência no trabalho, ou conduzir um grupo de inclusão pelo trabalho que não desafie a mercantilização da pobreza, na compra e venda de artesanato por caridade.

Além disso, quando se apresenta a noção de coletividade, em saúde coletiva latino-americana, trata-se especificamente da condição de classe social, sendo a classe social (e frações de classe) o sujeito da saúde coletiva. A reunião de indivíduos em grupos, por si só, isolada de uma análise e intenção emancipatórias, nada tem a ver com o sujeito das práticas.

Se toda atividade humana é inerentemente coletiva, como afirmam Ramugondo e Kronemberg (2015), isso não significa que o impacto coletivo será inerentemente libertador, mas pode ser coletivamente danoso, por isso a discussão sobre a finalidade emancipatória das práticas deve ser mantida viva durante todo o processo de trabalho. Portanto, é necessário estar atento àquilo que os pesquisadores internos sintetizaram acerca da dimensão coletiva da intervenção: ela está sempre presente, embora seja tomada como meio ou finalidade, de acordo com a perspectiva epistemológica funcionalista ou emancipatória, respectivamente.

A recomendação de Malfitano, Whiteford e Molineux (2019) para manter a ação contra-hegemônica remete à crítica das manifestações da ideologia neoliberal nas instituições, sustentando a discussão epistemológica acerca dos construtos-guia orientados para a natureza coletiva da existência humana. Assim, seria superada uma falsa dicotomia entre indivíduo e coletivo, ao se orientarem as práticas a partir da intencionalidade como construto-chave, em que o objetivo das atividades humanas está sempre associado às interações sociais e à interdependência na construção do tecido social.

Dessa forma, "a relação entre macroestruturas, política, direitos, cidadania e políticas públicas devem ser centrais para o trabalho em terapia ocupacional" (Malfitano, Whiteford e Molineux, 2019, tradução nossa)[7]. Esta recomendação dialoga diretamente com a teoria do

7 Texto original: Therefore, the relationship among macro structures, politics, rights, citizenship, and polices should be central to the work of occupational therapists.

processo de trabalho, que sustenta que é a intencionalidade, ou seja, a finalidade do processo de trabalho, que orienta todo o processo (Marx, 1982; Mendes-Gonçalves, 2017) e, sendo ela emancipatória, necessariamente reconhecerá a dimensão coletiva de sua própria essência.

Durante a discussão sobre as ferramentas do processo de trabalho em terapia ocupacional, foi aventado que o que os participantes chamaram de postura do trabalhador é uma ferramenta no processo de produção em saúde. Ao se desenvolver a problematização deste ponto, o papel do terapeuta ocupacional como mediador não neutro ficou melhor definido, sendo inerente à finalidade emancipatória o seu reconhecimento como sujeito que também se transforma no processo. Assumindo-se como objeto do trabalho em terapia ocupacional em saúde coletiva a atividade humana, que se manifesta no sujeito em atividade, a condição de sujeito deve ser melhor discutida, para que a dimensão ontológica da discussão sobre o coletivo seja contemplada.

O método de Marx orienta toda a proposta de intervenção aqui desenhada, por isso se faz relevante a consideração de Netto (2011), estudioso deste método, de que

> a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isso mesmo, a pesquisa - e a teoria que dela resulta - da sociedade exclui qualquer pretensão de "neutralidade", geralmente identificada com "objetividade" (...). Entretanto, essa característica não exclui a objetividade do conhecimento teórico: a teoria tem uma instância de verificação de sua verdade, instância que é a prática social e histórica (Netto, 2011, p. 23).

Quando o autor afirma que é a prática social e histórica a instância de verificação da verdade da teoria, entende-se que, no processo de acompanhamento em terapia ocupacional com base no método de Marx, é necessário que se verifique o tempo todo a relação entre: o que avalia, pensa e analisa o terapeuta ocupacional; o que, de fato, se passa com o sujeito acompanhado; e o que ele próprio, o acompanhado, percebe acerca do que faz nos acontecimentos da atividade em curso. Portanto, a investigação do terapeuta ocupacional deve ser feita, neste momento, a partir da relação entre sujeitos e das transformações em sua própria constituição social e histórica, pelo seu trabalho ali, para que se estabeleça verdadeiramente um diálogo entre os sujeitos implicados naquele encontro.

Os pesquisadores internos afirmaram que o afeto é uma ferramenta de trabalho. A partir do referencial teórico desta pesquisa e do entendimento das relações humanas como relações entre sujeitos, que se humanizam na relação consigo e entre si, mediados pela atividade humana (trabalho) (Lukács, 1978, Netto, 2011, Pontes, 1995), cria-se a possibilidade de entender como uma postura dialógica o que foi nomeado inicialmente como afeto. Possível

apenas quando há um interesse genuíno de um para com o outro, em que o afeto significa o reconhecimento e a consciência de que tudo o que se faz afeta o coletivo e, neste sentido, em uma relação de acompanhamento em terapia ocupacional, aquele que acompanha também é afetado. Essa consciência apoiará a condução do processo em que não se assujeitem os indivíduos envolvidos, seja pelo protocolo, seja pelo discurso técnico, seja pela demanda descabida à qual se exige resposta. Uma relação entre sujeitos que dialogam é uma relação com potencial de liberdade. Contudo é importante ressaltar que esta interpretação decorre do referencial teórico aqui utilizado, uma vez que a nomeação de "afetos" pode se filiar a diferentes vertentes e interpretações acerca das ações desenvolvidas, podendo remeter a uma proposta mais ao campo dos "desejos", filiando-se a outros referenciais.

Os pesquisadores internos aproximaram a discussão sobre o sujeito do processo de trabalho com aquela sobre a análise da atividade, que se faz a partir também da própria experiência do terapeuta ocupacional, não apenas com base em algum tipo de protocolo fechado. Portanto, a análise não acontece se houver um distanciamento e nem sobre um objeto externo, mas por dentro das relações que se dão durante a realização da atividade, entre os sujeitos envolvidos, de forma dialética e práxica.

Tal proposição reafirma o que Francisco (1988) já indicava ao considerar que "cliente e terapeuta trabalham juntos na busca e na detecção das reais necessidades, vontades, desejos apresentados pelo cliente" (p. 78) e dialoga com Paro (2018) que, ao analisar o trabalho dos educadores, considera que a ação do educador não acontece de forma exterior ao processo de aprendizagem, mas oferece condições para que o educando aprenda, sendo que este reage ativamente, participando como sujeito na elaboração do produto do trabalho educativo.

Portanto, a definição da intencionalidade no encontro entre terapeuta ocupacional e sujeito ou grupo acompanhado, dá-se justamente pelo encontro entre sujeitos, condição para que se estabeleça um diálogo, a partir do qual se desenham projetos compartilhados. Há similaridades entre a condição do sujeito terapeuta ocupacional e a do sujeito educador, do ponto de vista dos processos emancipatórios. O educador media um processo que só acontece se os educandos estiverem implicados nos processos também:

> Sujeito não é apenas ator ou agente, mas essencialmente, autor, senhor de vontade, que transforma o mundo, guiado por seus sonhos, seus interesses, sua vontade autônoma (Paro, 2018, p. 87-88).

As atividades humanas podem ser livres ou forçadas, nos diversos contextos em que os sujeitos estiverem, e serão tomadas como parte de uma transformação em terapia ocupacional na medida em que forem recortadas como passíveis de transformação. Neste movimento, outra

discussão se impõe, novamente podendo tomar como referência a discussão sobre o trabalho educativo (Paro, 2018). A transformação das formas de um sujeito trabalhar, ou seja, a (re)apropriação desse sujeito da liberdade sobre o próprio trabalho depende, invariavelmente, da sua implicação no processo. Assim como o aluno só aprende se ele mesmo estiver implicado (Paro, 2010), o processo de transformação empreendido no trabalho em terapia ocupacional só acontece se a pessoa acompanhada também se implicar ativamente no processo.

Portanto, em diálogo com Berenice Rosa Francisco (1988), confirma-se que sujeito e terapeuta ocupacional trabalham juntos no processo de acompanhamento. Um trabalho em realização pelo outro depende de sua implicação como sujeito, sendo que ambos (terapeuta ocupacional e pessoa acompanhada) capitaneiam processos de trabalho em curso e são trabalhadores naquele momento. Usam forças de trabalho diversas e podem inclusive estar implicados com motivações e entendimentos diversos sobre o processo.

O terapeuta ocupacional é o mediador, munido de uma série de ferramentas e da intencionalidade de tornar aquele trabalho que a pessoa ou grupo acompanhados realizam um trabalho livre. Enquanto o sujeito, embora possa ter a intenção nítida na produção de um objeto qualquer durante uma atividade, possa talvez não reconhecer (ainda) a conexão entre o trabalho pontual que realiza e o processo complexo de conexões que pode levar ao objetivo emancipatório, relacionado a transformar a consciência do sujeito individual em consciência do sujeito coletivo (Galheigo, 2003).

Assim, exemplifica-se com o projeto de preparação de uma festa. Quando o terapeuta ocupacional sugere ao sujeito ir ao mercado buscar alguns ingredientes, está intencionalmente propondo uma experiência complexa de relação com o território, com o dinheiro, com a responsabilidade e com a participação em um processo coletivo. Ao mesmo tempo em que o sujeito, implicado, está motivado para compor a preparação da festa, sem necessariamente tomar a saída ao mercado como uma ferramenta de transformação.

Essa consciência será alcançada pelo processo de análise emancipatória da atividade, realizada quando terapeuta ocupacional e sujeito acompanhado puderem observar juntos os efeitos, contradições e impactos gerados pela atividade. Este será um dos momentos em que o terapeuta ocupacional apresenta suas ferramentas ao sujeito, no processo de possibilitar que ele experimente esse lugar analítico crítico, o qual, em sucessivas aproximações, possibilitará que se aproprie e supere a necessidade de acompanhamento.

Reinaldo Pontes (1995) descreve como a dialética entre indivíduo e totalidade social se dá na particularidade que media a totalidade social e a singularidade de cada sujeito:

> Dito de outra maneira, significa que as leis tendenciais capturadas na esfera da universalidade, tais como: relações sociais capitalistas, relação capital-trabalho; leis tendenciais de mercado; relações políticas de dominação de classe, etc.; como que tomassem vida (se objetivassem) e se tornassem presentes na objetividade da vida singular das relações sociais cotidianas, dessingularizando-as e tornando-as relações particulares dentro de uma totalidade social. A particularidade é a categoria reflexiva que propicia que as universalidades ganhem sentido objetivo-operacional na vida singular dos usuários dos serviços sociais públicos, nos seus problemas pessoais e psicossociais. É quando o 'problema' de um punhado de pessoas num mundo isolado, portanto, abstrato, passa a ser também comum a vários segmentos sociais genericamente, articulado por uma dada força relacional que seria uma dada lei histórico-social (Pontes, 1995).

Para os fins deste trabalho, no que concerne o processo de trabalho em terapia ocupacional em sua dimensão operacional, discutiu-se que os sujeitos do trabalho emancipatório devem ser entendidos como sujeitos ontologicamente coletivos. Se a intervenção se faz junto ao indivíduo, ele é parte de uma classe social e se encontra em uma demanda para o terapeuta ocupacional a partir de uma singularidade e de sua particularidade. A intervenção em grupos, instituições e também as individuais, em terapia ocupacional, fazendo uso de sua autonomia relativa no processo de produção, transforma as possibilidades de cada sujeito ou grupo de identificar as contradições em que vivem. Esses sujeitos retornam ao meio social, para além do momento do acompanhamento em terapia ocupacional, com novas perguntas e uma "pulga atrás da orelha", podendo ser um potencial de transformação dos processos sociais que determinam a sua condição particular, que é coletiva por ser manifestação da reprodução social, ou seja, da sua inserção de classe social.

Propõe-se que existe potencial de impacto sobre a estrutura determinante do sofrimento na intervenção com os sujeitos acompanhados, dado que o do sujeito é manifestação do coletivo e, ao mesmo tempo, volta a impactar sobre este mesmo coletivo, quando se transforma.

Um aprofundamento se faz necessário neste ponto, a partir da recomendação de Vázquez (2007), que alerta que:

> Por mais mediações que se possam descobrir entre o indivíduo e [a totalidade], a práxis individual não é o seu fundamento. Dessa maneira, Marx e Engels nos dizem que são os homens que fazem sua própria história, não podemos entendê-los como indivíduos em um sentido atomista, robinsoniano [...] Os homens, assim entendidos, não como indivíduos atomizados, nem como meros suporte de relações sociais ou simples efeitos de uma estrutura social, são os que fazem sua própria história. [...] As relações de produção são certamente relações objetivas, sociais, entre os homens, independente de como eles as vivam ou conheçam, mas os homens não contraem essas relações como puros suportes ou efeitos, mas sim como indivíduos concretos dotados de consciência e vontade, ainda que um tipo peculiar de relações sociais - como as relações capitalistas de produção - tenda a fazer deles meros suportes ou efeitos, e das relações humanas simples relações entre coisas (Vázquez, 2007, p. 341-342)

Por isso, ao se falar em sujeitos, propõe-se nesta pesquisa o afastamento de perspectivas associadas a algum tipo de responsabilização individual ou subjetivista da prática. Como propõem Bezerra e Trindade (2013), considera-se como ponto de partida para a prática que:

> a intervenção profissional [em terapia ocupacional] apresenta determinantes sócio-históricos, o que significa dizer que a atuação do terapeuta ocupacional é determinada socialmente pelas condições históricas objetivas que dão uma direção social à prática profissional, ultrapassando a vontade subjetiva dos agentes profissionais considerados individualmente (Bezerra, Trindade, 2013).

Avançando para a aplicabilidade de tais noções, Barreiro, Borba e Malfitano (2020) apontam a finalidade emancipatória da assunção dos sujeitos como coletivos, que deve orientar permanentemente as intervenções em terapia ocupacional:

> A constituição da individualidade de cada sujeito na sociedade passa por sua relação orgânica com a dimensão macrossocial, caracterizando sujeitos que não são apenas individuais, mas também coletivos. Dessa forma, adquirir a consciência individual, que pode ser mediada por processos técnicos daqueles que têm a função social de "intelectual", como definido por Gramsci (1991) como intelectuais orgânicos, é buscar modificar o conjunto hegemônico em que as relações sociais estão implicadas, contribuindo para novas disputas na sociedade (Gramsci, 1966). (Barreiro, Borba e Malfitano, 2020).

Portanto, conforme o exposto, em um processo emancipatório, tanto terapeuta ocupacional quanto sujeito ou grupo acompanhado são sujeitos ontologicamente coletivos, em diálogo entre diferentes singularidades, que fazem parte da mesma totalidade social. Ambos se transformam pelo processo instaurado no encontro, complexificando sua consciência acerca da própria condição, na dialética entre indivíduo e coletivo que permeia todas as atividades humanas.

6.2.1 Nota sobre a subjetividade

A subjetividade, neste ponto, longe de ser descartada como elemento do processo de trabalho, antes, é definida a partir dos fundamentos do MHD. Mendes-Gonçalves (2017) avalia que os processos de trabalho em saúde e educação não se diferenciam dos outros, a não ser por suas especificidades, que englobam a subjetividade humana:

> A essas especificidades, cabe bem apreciá-las: se o objeto desses processos de trabalho é o 'homem', será com a condição de que seja apreendido em sua objetividade, e essa inclui, como um momento necessário, a subjetividade. O termo 'subjetividade' não é utilizado aqui para referir-se a nenhum pântano tenebroso de mistérios, trancado nas profundezas do ser e inacessível ao pensamento e à ação, mas

> às relações, mediadas por desejos, afetos, paixões, repulsas, ódios, normatividade e trabalho, que cada homem estabelece com a totalidade em que vem a ser, e com suas partes, incluindo ele próprio, e que fazem dele um sujeito (Mendes-Gonçalves, 2017, p. 339).

Galheigo (2003), ao discutir a intervenção crítica em terapia ocupacional, alerta para as armadilhas da interpretação que se paute na perspectiva individual, delimitando que é por meio da categoria de singularização que essa subjetividade será tomada:

> Quando focamos na subjetividade, nos atemos aos significados que as pessoas dão às suas experiências, isto é, a compreensão e interpretação que fazem de sua realidade social. Tal visão traz em si a ideia de que elas têm (ou buscam ter) autonomia de determinar o curso de suas vidas, exercendo livremente seus pensamentos e indo de encontro a seus desejos e anseios. Tal afirmação, entretanto, torna-se problemática se for reduzida a uma visão individualista, autocentrada, forjada pelo liberalismo e pela sociedade de consumo. Ao contrário, o processo de singularização implica em se recusar a submeter-se a um papel social tal como o recebe numa relação de alienação e opressão, e reapropriar-se de forma criativa dos componentes da subjetividade (Galheigo, 2003, p. 108).

Na assunção do trabalhador como sujeito que se coloca ao lado da pessoa acompanhada durante o processo de trabalho, entrecruzam-se novamente as dimensões técnica e política da prática em terapia ocupacional. O componente político se faz inerente ao trabalho em curso, realizado pelo terapeuta ocupacional, mas também pela pessoa ou grupo acompanhados, na perspectiva da prática em saúde coletiva. Como afirmam Córdoba, Kronemberg e Ramugondo (2013), não há prática individual, ainda que realizada por uma pessoa apenas: tudo o que pode ser chamado de individual é a materialização singular de um campo de atividades humanas coletivas.

Nesta perspectiva, a emancipação não será produzida por terapeutas ocupacionais para o público acompanhado, mas se configurará como processo coletivo, que somente se efetiva se, no processo de trabalho, os sujeitos envolvidos forem entendidos e tratados como sujeitos de classe social, ontologicamente coletivos e teleologicamente implicados no processo de trabalho em curso.

6.3 FINALIDADE: DA PRODUÇÃO DE SENTIDO À ASSUNÇÃO DA INTENCIONALIDADE NA TRANSFORMAÇÃO DA CONDIÇÃO HUMANA E NA PRODUÇÃO DE HISTÓRIA

Foi apontado pelos pesquisadores internos que a, comumente nomeada, produção de sentido para as atividades humanas em terapia ocupacional é, dialeticamente, ferramenta e

finalidade do processo de trabalho. Propõe-se, neste trabalho, que a finalidade de emancipação humana, que orienta todo o trabalho coletivo da práxis revolucionária, dialoga com a chamada produção de sentido nas atividades humanas, na prática em terapia ocupacional.

Os sentidos das atividades humanas são tema de discussão desde a graduação em Terapia Ocupacional e a prática tem sido relacionada à produção de sentido nas atividades e/ou à análise do sentido das atividades humanas. Mariângela Quarentei, terapeuta ocupacional brasileira, em seminários de formação (2008), ensinava às participantes que toda atividade tem sentido e não há tal coisa como atividade sem sentido: o sentido da atividade poderia ser de criação, fortalecimento e também de opressão e aprisionamento. Essa noção se aproxima da ideia de trabalho discutida no campo da ontologia do ser social: transformamos o mundo o tempo todo em resposta a necessidades, ainda que necessidades alienadas.

Levantou-se a hipótese de que a discussão sobre os chamados sentidos da atividade em terapia ocupacional exigiu, ao longo do tempo, aprofundamento acerca dos mecanismos de transformação em curso durante a atividade humana e oportunizaram o desenvolvimento de ferramentas analíticas complexas sobre as formas como os humanos produzem e reproduzem o mundo e a si mesmos.

Ikiugu e Pollard (2015) produziram um livro orientador de formação e práticas em terapia ocupacional (publicado no Reino Unido e nos Estados Unidos), em que afirmam que a terapia ocupacional e a ciência ocupacional[8] são fundadas na ideia básica de que a participação em ocupações significativas é essencial para a saúde e para uma noção de bem-estar. Reconhecem que não há consenso acerca de uma definição de ocupação significativa *(meaningful occupation)*, ou de como essa participação em uma ocupação significativa produz o bem-estar, e sugerem então elementos a partir dos quais acreditam que esse processo de estabeleça. Analisam a existência de uma condição contemporânea de vazio existencial, relacionada ao que chamaram de doença de falta de sentido (*disease of meaninglessness*), e entendem que a experiência em ocupações do cotidiano (*everyday occupations*) são material bruto importante, que os humanos utilizam para gerar sentido em suas vidas.

> Por meio de tais ocupações, indivíduos são capazes de estabelecer uma identidade durável para si mesmos, conectar com outras pessoas de forma que não se sintam sozinhos, conectar com uma causa maior que si mesmos, reconhecer suas transições

8 Ciência Ocupacional é uma disciplina que foi criada por terapeutas ocupacionais na América do Norte e se desenvolveu principalmente no mundo anglo-saxão, a partir dos anos 1990. Tem produzido ampla discussão sobre os fundamentos teóricos e técnicos das intervenções baseadas na ocupação, além de estimular o debate internacional sobre as dimensões sociopolíticas dos vários modelos existentes. Pretende-se que seja uma ciência básica dedicada ao estudo dos humanos como seres ocupacionais. Já se faz uma disciplina consolidada nos países do norte global. (Magalhães, 2013)

> ao longo da vida e adaptações a mudanças, explorar e experimentar a criatividade, ter um senso de dignidade, e sentir conexão com o próprio contexto temporal e espacial. (Ikiugu, Pollard, 2015, p. 46, tradução nossa)[9]

Mello, Dituri e Marcolino (2020) produziram uma revisão de escopo acerca da construção de sentidos nas intervenções em terapia ocupacional e identificaram que as raízes dessa discussão se encontram na produção da precursora da profissão, Eleanor Slagle, que afirmava que a atividade terapêutica "precisava ter valor para o sujeito, ser significativa e estar integrada à sua história de vida" (p. 354). Bem como em Kielhofner e Burke, referências históricas relevantes na formação em terapia ocupacional, com

> duas ideias principais [que] se destacaram: a da ocupação como provedora de bem-estar e significado na vida – fortemente desenvolvidas pela ciência ocupacional; e a de tratar pelas ocupações, para ir ao encontro do que é significativo na vida (Kielhofner & Burke, 1977 apud Mello, Dituri, Marcolino, 2020, p. 354).

As autoras apontaram que a experiência significativa tem o potencial de interferir sobre a orientação teleológica dos sujeitos, abrindo espaço para a produção de um futuro diferente (Mello, Dituri, Marcolino, 2020). Analisaram duas perspectivas paradigmáticas em terapia ocupacional, a partir de Wilcock (2007), inglesa com reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na Austrália, que discute o tema a partir da ciência ocupacional; e Benetton (1991), brasileira, que discute a partir da prática em terapia ocupacional. Para a primeira, a sustentação da profissão está relacionada aos benefícios da ocupação significativa, enquanto para a segunda, o tratamento com atividades estaria a serviço de construir sentidos sobre o que é significativo para a pessoa acompanhada (Melo, Dituri, Marcolino, 2020).

As duas perspectivas apresentadas se alinham a propostas humanistas e, embora levem em consideração os contextos sociais em que os sujeitos vivem e realizam atividades, focam as intervenções sobre os indivíduos e grupos sociais, com finalidade de transformar a experiência individual ou coletiva:

> Wilcock e sua ênfase na ocupação significativa, em oposição a uma disfunção ocupacional; e Benetton, com foco na saúde qualificada pelo sujeito-alvo das intervenções em terapia ocupacional como o que lhe traz bem-estar e o ajuda a agir no mundo (Melo, Dituri, Marcolino, 2020, p. 369).

---

9 Texto original: Through such occupations, individuals are able to establish a durable identity for themselves, connect to other people so that they do not feel alone, connect to a cause that is bigger than themselves, recognize their transitions through life and adaptation to changes, explore and experience a sense of creativity, have a sense of dignity, and feel connected to their temporal and spatial contexts. (Ikiugu, Pollard, 2015, p. 46)

Quando se apresentam finalidades emancipatórias neste trabalho, o foco está na transformação das condições materiais e históricas de reprodução da vida, que são determinadas socialmente. Algo fazer sentido para uma pessoa não é suficiente para que ela se reconheça e se coloque no mundo como autora dos processos sociais. Assim, do ponto de vista dos processos emancipatórios via práxis revolucionária, na ativação da condição dos sujeitos de transformar a própria existência e autoria da própria vida, não basta que algo simplesmente faça sentido, mas é necessária ação intencional de transformação, para que a condição inicial disparadora do processo de trabalho, sobre o mundo e sobre si, transforme-se de fato. Vázquez (2007) afirmava que, na esfera da práxis, intenções não transformadas em ação, em materialidade, não podem ser consideradas contribuições para a transformação social.

Córdoba, Kronemberg e Ramugondo (2015), ao discutirem finalidades das práticas, avançaram para uma discussão sobre a consciência crítica acerca do lugar de sujeitos na história:

> Todas as práticas devem habilitar a consciência ocupacional de grupos e indivíduos, bem como sua autoconsciência. Não apenas a consciência das condições individuais de vida em que somos produzidos, mas autoconsciência de que não há nada além da prática humana, de que não há nada além das ocupações humanas [...] Todos, parafraseando a Dra. Isabel Piper, que se referem à psicologia social, 'devem ser práticos não para resolver problemas na manutenção da ordem social, mas para subvertê-la e transformá-la. Não para mudar as pessoas para fazê-las caber no sistema social, mas para produzir sujeitos ansiosos para transformar a ordem social'. Não uma prática de terapia ocupacional que seja devota à descoberta de quem somos, mas à sua rejeição, desafiando a forma como temos sido produzidos na ordem social atual (Córdoba, Kronemberg e Ramugondo, 2015, p. 7, tradução nossa)[10].

Esta proposta dialoga diretamente com as finalidades emancipatórias da saúde coletiva latino-americana e com a ideia de um trabalho coletivo, dado inclusive que compartilham uma visão com a discussão da psicologia social. Assim, propomos que terapeutas ocupacionais, ao tomarem para si a tarefa de analisar a atividade humana como objeto de seu processo de trabalho, têm a possibilidade de ampliar sua percepção e consciência, indo além do estranhamento das atividades humanas que compõem o cotidiano ordenado pelo capitalismo, encontrando as suas características emancipatórias.

---

[10] Texto original: All practices should enable groups' and individuals' occupational consciousness and self-consciousness. Not only the consciousness of my conditions of life in which I am produced, but self-consciousness, that there is nothing beyond human practice, that there is nothing beyond human occupations. … All of them, to paraphrase Dr. Isabel Piper who refers to social psychology, 'must be practical not to solve problems to maintain the social order, but to subvert it and to transform it. Not to change the people to suit the social system, but to produce subjects who are eager to transform the social order'. Not a practice of occupational therapy that is devoted to the discovery of who we are but to its rejection, to challenge how we have been produced in the current social order.

Os pesquisadores internos apontaram, como objetivo parcial das intervenções em terapia ocupacional, a produção de condições para que os acompanhados façam novas escolhas (ação consciente criativa), a partir das análises de atividade realizadas conjuntamente (ou a partir da habilidade de fazê-las já sem acompanhamento), entendendo a ativação de processos de criação de novas respostas para situações do cotidiano, junto aos sujeitos acompanhados, como parte de seu núcleo de competências. Discutiu-se que há um potencial de desalienação na análise da atividade humana ao se desvelarem elementos de intencionalidade, no mapeamento das atividades cotidianas.

Também foram identificadas nítidas contradições no trabalho pelos pesquisadores internos, ao reconhecerem que frequentemente as finalidades das instituições em que trabalham não coincidem com as suas próprias, embora falem as mesmas palavras para dizer sobre o que fazem. Por meio da análise dessa contradição, observaram que faltam indicadores oficiais que meçam e legitimem o que reconhecem como sua prática criativa, inerente à profissão. Esse processo de análise da atividade de trabalho em instituições, que desvelou a contradição entre finalidades, oportunizou a identificação da necessidade de gerar novos indicadores para medir seu trabalho.

Esse movimento constituiu um processo que Mészáros (2005) nomeia de contrainternalização de uma ideologia, neste caso, alinhada a ideais neoliberais de saúde, medida por indicadores de produtividade com foco em número de procedimentos. Essa produtividade não considera a análise de impacto sobre o perfil epidemiológico que caracteriza o grupo social ao qual o indivíduo pertence.

Ao entenderem a intencionalidade que orienta a definição das metas de produtividade e observarem que eles próprios tinham intencionalidades diferentes, puderam desvelar a contradição na base de seu desconforto, identificando então o que poderiam passar a eleger como resposta, identificando a necessidade de desenvolver outros indicadores. Assim, pode-se dizer que se identificaram novas necessidades a partir da análise da atividade de trabalho institucional, sendo que elas são motores para gerar novos movimentos, novos processos de trabalho, novas formas de se colocarem na atividade de trabalho institucional.

Da mesma forma, um sujeito que passe pela experiência de realizar uma atividade humana em contexto de acompanhamento em terapia ocupacional, em que a intencionalidade se plasme no produto, acompanhada da análise do processo de transformação e da localização desse processo em todos os seus elementos (sujeito, objeto, ferramentas, finalidade e meio de trabalho), tem o potencial de contrainternalizar uma relação estranhada com sua própria condição humana.

Quando Mello, Dituri e Marcolino (2020) relacionam a noção de produção de sentido à possibilidade de interferir sobre a orientação teleológica dos sujeitos, para as atividades em contexto de acompanhamento em terapia ocupacional, entende-se que, a partir do MHD, é possível dialogar este elemento do trabalho com a categoria produção de necessidades em saúde, desenvolvida por Mendes-Gonçalves (1994), tendo como horizonte a identificação coletiva de necessidades radicais, ou seja, aquelas de superação do sistema que determina os sujeitos.

Assim, retomando as categorias do trabalho humano e avançando nas mediações que o trabalho realiza das contradições que compõem a totalidade da vida social, temos que, no horizonte da emancipação humana, sujeitos que sejam capazes de se localizar na história e na composição do tecido social, conscientes de como eles também o tecem, serão sujeitos que poderão agir com intenção, alinhando seus gestos com a resposta a suas necessidades de reprodução social (individuais e coletivas). Tais sujeitos, idealmente do ponto de vista do processo emancipatório, reconhecerão quais atividades humanas realizam a serviço da manutenção de uma condição de adoecimento, por exemplo, e quais outros elementos da totalidade devem acionar/buscar como novos objetos de trabalho na produção de respostas às suas reais necessidades sociais, que são necessidades da classe social que representam, e não aquelas internalizadas no processo de alienação e estranhamento capitalistas.

Discutiu-se em grupo que terapeutas ocupacionais experimentam uma satisfação quando uma pessoa acompanhada faz uma escolha e, então, tudo o que acontece a partir do momento em que a escolha é feita, torna-se relevante. Ponderou-se que não se trata de qualquer escolha, mas aquela feita a partir de uma intenção. É a partir do que se convencionou chamar de sentido das atividades que se colocam em movimento os processos de trabalho. Neste conjunto de termos da profissão, o sentido das atividades está relacionado à sua finalidade, ou seja, à intencionalidade do trabalho em curso. Este processo acontece permanentemente: ao se fazer consciente da intencionalidade de um processo em andamento, outras intenções podem se colocar, outros sentidos se produzir, então novos processos de transformação da realidade podem ser ativados.

Reinaldo Pontes, ao discutir objeto do trabalho em serviço social com fundamento no MHD (portanto, partilhando da mesma finalidade ampliada, compondo o trabalho coletivo de que propomos fazer parte a prática em terapia ocupacional em saúde coletiva), descreve como pode se manifestar a complexidade do impacto da intervenção sobre uma atividade humana, com intencionalidade emancipatória:

> Então, aquela situação, que se afigurava no plano da singularidade como "problema individual-familiar", mediatiza-se pelas leis societárias tendenciais e particulariza-se pelas determinações históricas, ganhando, por aproximações sucessivas, concretude no entrecruzamento dos complexos sociais (que o compõe, e é por ele composto). Esta particularização dum campo de mediações, rico em determinações e pleno de significado histórico, pode refratar-se significativamente no espaço da prática profissional. Todo um conjunto de determinações e mediações, antes dissolvidos e submersos na imediaticidade, agora ganham significado e objetividade. Por exemplo, as demandas para a intervenção profissional, que antes restringiam-se àquelas de ordem institucionais/organizacionais, configuradas nos projetos e programas (espaço-temporalmente determinadas pelo mando do poder institucional), agora podem ser superadas pelo alcance de categorias sociais mais amplas e plenas de determinações sociais. O que permite a reconstrução do objeto de intervenção profissional, noutras palavras, as legítimas demandas socioprofissionais, alcançadas pela mediação das demandas sociais, que se expressam na particularidade de vários sistemas de mediação, tais como: processo produtivo dentro de um contexto espaço-temporal; cultura, forças sócio-políticas presentes; Estado e Políticas sociais e sua malha institucional; rede de proteção social privado-filantrópica; movimentos sociais articulados, etc. (Pontes,1995).

A busca de proporcionar a experiência de uma atividade com sentido seria a de buscar que as pessoas que a estão realizando tenham cada vez mais consciência da sua posição histórica e material, da intencionalidade, das relações em torno dessa execução, dos efeitos dela sobre a vida e como isso compõe a escrita da história coletiva. Os sentidos individuais, singulares, associados aos significados pessoais ativados em cada atividade compõem essa busca e, já em momentos iniciais de processos de acompanhamento, podem dar uma sensação de completude e domínio sobre si.

Os pesquisadores internos identificaram o que chamaram de camadas, no sentido da atividade, apontando ser um fenômeno complexo, porque composto de um processo material (gerar renda, por exemplo) e histórico (como aprendeu a profissão, por exemplo). Isso porque, ainda que em dimensões individuais e bem recortadas no tempo, a experiência de um ciclo de processo de trabalho, do carecimento à realização de um produto por um humano, compõe aquilo que Marx descobriu e Lukács detalhou, como sendo o que funda o ser social, nos humaniza na diferenciação em relação com a natureza e nos faz produtores de história.

Um exemplo foi dado, nas oficinas emancipatórias, em relação à feitura de um bolo em contexto de acompanhamento em terapia ocupacional. O trabalhador deve ter consciência de sua intencionalidade de estabelecer um processo de terapia ocupacional e a intencionalidade do sujeito acompanhado pode ser apenas, por exemplo, fazer o que está sendo proposto. Durante o processo, o terapeuta ocupacional pode criar possibilidades de analisá-lo conjuntamente, de maneira mais ampla, localizando historicamente a atividade, por exemplo: "Toda vez que eu venho nesse CAPS, eu faço esse bolo". Então a atividade de fazer o bolo vai participando de um processo histórico, como um caminho sobre o qual se analisam conjuntamente estes outros

elementos.

Assim, em torno da feitura do bolo, uma série de outras atividades se realizam: ir ao mercado comprar ovos, lidar com dinheiro, ter uma relação com o bairro. Há elementos relacionados à tarefa, ou com os objetos que se usam, como a adequação na postura da mão para quebrar o ovo corretamente, e toda a consciência da materialidade e da história em torno dessa atividade. Todos estes elementos estariam relacionados à produção de sentido que o terapeuta ocupacional é capaz de instaurar, quando propõe uma experiência com essa intencionalidade e a finalidade de produzir emancipação.

Nesta direção, tomada como a produção da consciência da localização material e histórica dos sujeitos, objetos e relações, com nitidez das intencionalidades, a produção de sentido pode compor uma finalidade emancipatória coletiva, dado que é a partir do sentido, entendido como intencionalidade, que se coloca em processo e em movimento a identificação de novas necessidades, inclusive as chamadas necessidades radicais de superação do capitalismo. O sentido da atividade poderia ser entendido como a expressão da intencionalidade do sujeito em atividade, que desenha sua finalidade a partir de uma localização sócio-histórica do sujeito em ação e de tudo que ele coloca em movimento para fazer a transformação do objeto de trabalho.

Uma ressalva importante segue necessária, de que a consciência da intencionalidade não necessariamente coloca o sujeito na composição de projetos de emancipação coletiva. Essa nitidez pode estar a serviço de projetos nefastos, inclusive. Embora no âmbito individual o sujeito possa estar no domínio da condução de sua vida, em um estado de potência plena de responder a suas próprias necessidades, as finalidades com as quais ele as alinhará poderão estar tomadas pela ideologia neoliberal, por exemplo. A análise e tomada de consciência do processo histórico na base da formação de cada sujeito e coletivo se faz essencial, dado que "os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (Marx, 1969 apud Netto, 2011, p.30). Portanto, é necessário sustentar uma atenção analítica para as condições históricas concretas que são favoráveis aos movimentos sociais, trabalho e educação emancipatórios, que possam promover insurgência.

Neste ponto reside um alerta para a relação entre técnica e política, em que ainda que se observem os efeitos das intervenções no âmbito individual, o projeto emancipatório não se encerra na técnica, mas deve compor a análise e a ação sobre o coletivo, no sentido da superação do capitalismo. Francisco (1988) fez recomendações, considerando que se a terapia ocupacional é uma profissão técnica, ela não é, entretanto, a simples aplicação de técnicas. Para que o uso

das atividades humanas componha o trabalho emancipatório em terapia ocupacional, é necessário considerar a relação dialética entre quatro requisitos:

1. A atividade humana não deve ser entendida como mero ato biológico, mas um ato que carrega história e cultura, intenções e criatividade produzindo o mundo humano;

2. Não basta realizar atividades ininterruptamente, acreditando que o curso das coisas mude sem que sejam nitidamente identificadas as necessidades e os conflitos, para atuar em sua problematização e superação;

3. Não se deve estabelecer uma relação mágica com a atividade humana, como se sua mera execução resolvesse os problemas;

4. É necessário compromisso do trabalhador com uma preparação e uma disponibilidade para se assumir parte do processo, com o propósito de incomodar, ativar e revelar o conflito, para a sua superação.

A discussão que Mészáros propõe, acerca da mediação que as necessidades sociais fazem entre produção e consumo na sociedade capitalista, sustenta teoricamente a direção para a finalidade emancipatória de análise e proposição de atividades humanas:

> A interconexão entre produção e consumo, para ser ao menos sustentável numa base duradoura, deve qualificar-se como íntima relação dialética de reciprocidade genuína. Sem essa determinação objetiva do processo de reprodução social, o sistema como um todo torna-se perigosamente insustentável. Contudo, o problema capitalista aqui insuperável é que torna-se impossível limitar a atenção às condições - manipuláveis - de somente dois dos componentes dessa relação. Pois a reciprocidade dialética necessária entre ambos - ou seja, produção e consumo considerados de modo independente - é inconcebível sem o papel seminal desempenhado pela constituição real de sua relação pela necessidade humana. É o cumprimento do papel exigido pela necessidade humana na constituição da reciprocidade dialética entre produção e consumo que se torna problemático ao extremo sob as condições atuais do desenvolvimento histórico (Mészáros, 2009, p. 251).

Portanto, se a finalidade de um processo emancipatório em terapia ocupacional for consciente, ou seja, se a trabalhadora ou o trabalhador fizerem uma análise complexa das mediações das necessidades na constituição das atividades humanas do sujeito, poderão propor atividades nesta mesma direção. A proposição de atividades, acompanhada de sua análise conjunta, orientadas pela finalidade emancipatória, permitirá a tomada de consciência sobre a forma como as necessidades se produzem e mobilizam a ação do sujeito em suas relações sociais. Desde necessidades alienadas em consumo de mercadorias, até necessidades radicais de superação do sistema que produz opressão, no horizonte da práxis revolucionária.

Propostas em terapia ocupacional que oportunizem a experiência de um trabalho humanizador e que possam se repetir ao longo do processo de acompanhamento, em diferentes contextos, pelo acúmulo quantitativo, permitirão que o sujeito se aproprie tanto do processo de

produção de necessidades, quanto da própria capacidade de responder a elas. Pois, a partir de Lukács, ao trabalhar conscientes da finalidade, respondendo a necessidades que se possam compreender como próprias (individual e coletivamente), é possível assumir a própria capacidade criativa de fazer o mundo e escrever a história humana.

Portanto, para alcançar a finalidade emancipatória da terapia ocupacional em saúde coletiva, não basta encontrar sentidos para as atividades que estejam alienados ou estranhados. É necessário identificar, junto aos sujeitos acompanhados, a essência por trás da aparência dos sentidos capitalistas que ordenam as atividades neste modo de produção. Tal processo de tomada de consciência permite que outros processos de objetivação se instaurem, disparando, por consequência, novas possibilidades de transformação pelo trabalho. Esses novos processos de trabalho, ou essas novas atividades humanas, fundadas na intencionalidade consciente das determinações sociais das condições de vida, poderão desafiar, rejeitar e transformar as formas alienadas e estranhadas de existir.

6.4 PRODUTO FINAL: ATIVIDADE HUMANA TRANSFORMADA, OU A PARTICIPAÇÃO RADICAL COMO POTENCIALIDADE DO SUJEITO TRANSFORMADO

O produto do processo de trabalho é o objeto transformado. Se o objeto do processo de trabalho em terapia ocupacional é a atividade humana, manifestada no sujeito em atividade, o produto será a atividade humana transformada, ou sujeito em atividade que incorporou as ferramentas e se complexificou pela consciência que a implicação na atividade humana permitiu. Os produtos do processo de trabalho devem estar alinhados à finalidade, compondo o processo ampliado de resposta à finalidade emancipatória no caso das práticas analisadas nesta tese.

Uma grande motivação para a realização desta pesquisa foi a de dar respostas às angústias de terapeutas ocupacionais relacionadas a uma frustração pela dificuldade em nomear aquilo que faziam, de forma legitimada, junto às equipes e com as famílias acompanhadas, de uma maneira que não estivesse associada a protocolos positivistas ou fora de seu núcleo específico de práticas em terapia ocupacional.

Em uma retomada da história da profissão durante o processo da pesquisa, ponderou-se que, ainda que se busque uma prática emancipatória, as profissões como enfermagem e terapia ocupacional foram forjadas para criar conformidades no capitalismo. Na divisão

intelectual do trabalho assistencial, o arcabouço de ferramentas dessas profissões ficou em torno das técnicas, não em torno das teorias. Como exemplo de uma manifestação especialmente sem crítica disso, lembrou-se que, em planos de saúde, o número de sessões a serem realizadas em terapia ocupacional é determinado pelos médicos.

Assim, para o que é hegemonicamente esperado do trabalho em terapia ocupacional neste contexto, não falta nada. A sensação de falta é para o que se deseja fazer quando se assume uma finalidade crítica ou emancipatória. Nisto reside, possivelmente, a origem da sensação de insuficiência, identificada na profissão e compartilhada na pesquisa de mestrado que antecede esta tese. Presente da mesma maneira no discurso dos próprios pesquisadores internos, ao buscarem ferramentas para um trabalho crítico em terapia ocupacional, e ao mesmo tempo, ainda que incompleto, em seu alívio no encontro com arcabouços teóricos ampliados para os campos de atuação, não específicos da profissão.

Tal discussão se fez relevante por delimitar melhor o chamado problema de identidade na profissão, que estaria relacionado, de acordo com a análise aqui empreendida, em parte a uma dificuldade de recortar tecnicamente a contribuição do trabalho parcelar da terapia ocupacional, como componente do trabalho coletivo. Isso ficou especialmente destacado quando o grupo passou a discutir o trabalho em consultórios privados, levantando a dúvida sobre se seria possível fazer um trabalho emancipatório em uma prática fora das políticas públicas, dado que a emancipação só é possível em sua dimensão coletiva e o trabalho particular, além de ser individual, evidencia a mercantilização de seus resultados, na percepção dos pesquisadores internos.

Propôs-se, ao final das oficinas, que o produto do processo de trabalho em terapia ocupacional seja sujeitos ou grupos sociais mais apropriados da autoria e condução de suas vidas individuais e coletivas, dialeticamente, na contramão do estranhamento característico dos sujeitos submetidos ao modo de produção capitalista. O grupo percebeu que essa forma de definir o que se espera da intervenção em terapia ocupacional pode qualificar os discursos associados às relações de poder que se discutem nas instituições, mas frequentemente não desafiam a determinação social dessas mesmas relações. Essa apropriação, associada à forma de atuarem no mundo dos sujeitos, estaria ligada ao elemento nomeado pelo grupo como participação radical, com base nas propostas de Paulo Freire.

A participação radical seria a apropriação profunda, dos sujeitos envolvidos, sobre o processo de trabalho das atividades das quais participam, a tal ponto que eles possam subverter o próprio processo, em movimentos de criação de novas respostas a suas necessidades. Na forma como o grupo entendeu a participação radical, inevitavelmente, ela questionaria as

relações de poder, porque não existiria possibilidade de participação radical em contextos de opressão, ao mesmo tempo em que sujeitos apropriados dessa forma de participar desafiariam imediatamente seus contextos.

Tratam-se de processos ontológicos, na perspectiva analítica desenvolvida neste trabalho. Portanto, o que se nomeia como participação radical interessa como produto, do ponto de vista dos processos que pode instaurar na constituição do ser social, por meio de sua atividade humana, na dialética entre singularidade e totalidade social.

Revisão recente da literatura, que analisou a participação social na prática de terapeutas ocupacionais, identificou que, entre as décadas de 1980 e 1990, ela foi incorporada como parte importante das práticas, embora não haja claras definições ou homogeneidade em relação a como se manifesta e participa do processo de trabalho em terapia ocupacional (Silva, 2021).

No início dos anos 2000, a OMS declarou que a participação tem uma influência positiva na saúde e no bem-estar, junto ao lançamento da CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde), que oferece elementos para medir e facilitar a chamada participação no contexto da atenção em saúde (Law, 2002).

A partir desse momento histórico, Law (2002) fez uma discussão inaugural no mundo anglófono sobre a participação no contexto do acompanhamento em terapia ocupacional, ao definir que a terapia ocupacional tem seu foco central na habilitação de indivíduos e grupos para participação em ocupações diárias que sejam significativas para eles, ofereçam satisfação e os engajem na vida cotidiana com outros. Ela aponta a participação como a própria razão de ser da profissão, sua contribuição singular para a sociedade.

A autora assume participação como participação dos indivíduos nas atividades diárias e sua discussão tem a finalidade de operacionalizar o uso deste termo na prática em terapia ocupacional, apontando o bem-estar individual como resultado esperado da participação, ou seja, o uso técnico da participação para desenvolver objetivos de saúde individual como finalidade última da intervenção.

Wilcock e Townsend (2000), ao proporem a discussão acerca de um quadro de referência baseado na justiça ocupacional, avançaram no uso do termo participação. Seu interesse foi discutir as relações entre ocupação, justiça e prática centrada no cliente, a partir da pergunta: como terapeutas ocupacionais podem trabalhar por justiça? Apesar dessa disponibilidade e da ampliação do entendimento do escopo da profissão para além do âmbito individual, ao incorporarem a noção de justiça/injustiça, a proposta operacional seguiu focando o indivíduo. Apresentaram a ideia de justiça como produção de bem-estar e inclusão, sem colocar em questão a estrutura determinante do sofrimento, ou seja, a determinação social dos

processos de saúde.

Ao discutirem igualdade, pretenderam levantar consciência pública sobre as injustiças que acontecem quando as pessoas são privadas de participar em ocupações (Wilcock e Townsend, 2000), mantendo o foco do trabalho em terapia ocupacional sobre a relação entre os sujeitos e suas ocupações. Nessa perspectiva, o produto buscado pela atuação é a participação do sujeito em ocupações significativas para si, em um ciclo que não parece desafiar, de fato, a opressão e a desigualdade.

Farias, Rudman e Magalhães (2016) propuseram que, para realizar a promessa da justiça ocupacional, é necessário assumir uma epistemologia crítica, incorporando a transformação social como parte da finalidade das práticas em terapia ocupacional. As autoras propõem assumir como premissas básicas que há relações de poder na sociedade que simultaneamente criam privilégio e desvantagem e essas relações de poder desigual aceitam e mantêm aspectos opressores dos sistemas. Assim, identificam a base da injustiça no comportamento de grupos sociais dominantes, seus regulamentos, políticas e mecanismos de poder.

Esta leitura, a partir do foco nas relações de poder, pode fazer crer que se poderiam rever essas relações, mantendo o mesmo sistema de produção, transformando apenas alguns de seus aspectos opressores. No mesmo texto elas apontam pragmaticamente, como foco de uma possível intervenção, o fortalecimento do poder de negociação das comunidades com os poderes hegemônicos. Entende-se que esse fortalecimento é essencial e faz parte do processo emancipatório, se puder envolver a participação radical dos sujeitos na arena de disputa pública, localizada no processo dialético como meio, não como fim, da prática emancipatória.

A proposta da justiça ocupacional é aqui discutida porque se coloca como proposta crítica inovadora e influencia internacionalmente as normativas da profissão, bem como tem sido incorporada a propostas brasileiras, sendo necessário gerar maior debate sobre sua relevância e diálogo com propostas locais. Sob a intenção de estabelecer uma lente epistemológica crítica, propõe dar suporte à resistência, forças e direitos das pessoas, para que tenham voz sobre as ações que as afetam, bem como às formas de gerar conhecimento sobre elas. Portanto, disputando as perspectivas de representação, afastando-se da noção em relação aos terapeutas ocupacionais como *experts* (Farias, Rudman e Magalhães, 2016).

Esta crítica, embora importante para avançar o debate, parece ainda não desafiar a base material e histórica do que identificam manifestado como injustiças, nomeadamente, a forma jurídica do capitalismo, que determina inclusive as normativas do direito social (Pachukanis, 2017). Aponta-se para a produção de respostas a necessidades restritas aos direitos sociais e,

portanto, definem-se os limites da participação na esfera das relações de poder, ou seja, não radicalmente subversiva a ponto de questionar a essência do sistema capitalista, o próprio capital.

Alejandro Córdoba (2020) propôs uma importante problematização acerca da justiça ocupacional, baseada no materialismo histórico-dialético e na construção teórico-epistemológica da terapia ocupacional na América Latina, propondo que:

> a produção da vida é o resultado de condições e relações sociais concretas de existência e que a humanidade, a liberdade e, nesse caso, a justiça só são possíveis na medida em que o sistema mundial atualmente dominante é superado - no sentido de transformação [...] O fim da participação em ocupações significativas não afeta em nada os aspectos sistêmicos do poder capitalista, marcados pela relação de poder entre centro e periferia, que é propriamente a causa das desigualdades sociais e do crescimento da pobreza, e das chamadas injustiças e privações ocupacionais (Córdoba, 2020, p. 3).

Assim, a aplicação prática da categoria participação na tradição do norte global, com as noções de prática centrada no cliente e de justiça ocupacional, embora traga contribuição histórica para os campos diversos da reabilitação, no caso da CIF, e para a prática específica da terapia ocupacional, no caso da justiça ocupacional, propõe uma transformação social a partir de uma relação harmônica com o sistema de produção, sem apresentar pistas de sua superação. Tal forma de entender a participação oportuniza a sobrevivência e a possibilidade de viver imediatamente neste sistema, algo essencial, mas não parece suficiente ao dialogar com a proposta dos pesquisadores internos desta pesquisa, na discussão sobre o produto de seu trabalho. As similaridades das discussões encontradas com a literatura acontecem ao se voltarem os olhos, novamente, à produção do sul global e da América Latina, mais especificamente.

Córdoba (2020), chileno, reconhece que intervenções na perspectiva da justiça ocupacional implicam na redução do problema e produzem algum alívio ao assegurar o básico, mas não buscam modificar a estrutura capitalista colonial patriarcal e, especialmente no Brasil, inclui-se aqui o racismo. O autor propõe então superar a contradição de buscar incluir socialmente em um sistema essencialmente excludente e, a partir do que chama de terapia ocupacional crítica latino-americana, que se assuma como base a ideia do justo como bem comum, em uma lógica anticolonial, antipatriarcal, anticapitalista e, incluímos, antirracista. Ao se propor como elemento do trabalho em terapia ocupacional a participação radical dos sujeitos envolvidos, os pesquisadores internos dialogam diretamente com as proposições mais críticas da profissão na América Latina.

Roseli Lopes (2016) discute, a partir da terapia ocupacional social, como as políticas

do Estado capitalista estão a serviço da manutenção do *status quo* opressivo, por meio do sistema de instituições políticas. Ela aponta como, em sua estrutura, a tarefa posta é impedir a efetiva concretização de eventos que possam ferir a continuidade do processo de acumulação, equacionando três problemas:

> a integração de interesses resultantes do processo de valorização, isto é, a conciliação das arestas internas entre os vários setores do capital, inerentes à própria lógica de competição, com o estabelecimento de um denominador comum global; a proteção do capital contra os interesses e conflitos anticapitalistas; a ocultação dessas duas ações, pois são necessários, nos processos de legitimação democrática, os votos dos indivíduos de todas as classes sociais, e não apenas os daqueles pertencentes à classe dominante (Lopes, 2016, p. 34).

Silva (2021, p. 7) realizou uma pesquisa entre terapeutas ocupacionais brasileiros investigando como usariam o conceito de participação social e identificou seis formas de incorporá-lo ao processo de trabalho: "participação social como as interações sociais; como circulação; como engajamento na vida pública e política; como uma atividade cotidiana e relacionada ao engajamento em atividades; como um referencial teórico; e como objetivo e ferramenta para a prática".

A autora afirma que não encontrou um consenso da definição de participação social para o campo da terapia ocupacional, reconhecendo que os entendimentos respondem às perspectivas e referenciais teóricos dos agentes. Ela identificou que, dentre os referenciais que dão suporte a essas perspectivas, destacam-se as ciências humanas, CIF, saúde coletiva, produções do próprio campo, o empirismo da prática, instrumentos avaliativos, a ciência ocupacional e o modelo da ocupação humana. De maneira geral, entretanto, ela aponta que a participação social na terapia ocupacional está presente nos debates e intervenções em torno do cuidado, na transformação do cotidiano, na promoção da autonomia, bem-estar e independência, no exercício da cidadania, no acesso aos direitos, na fruição de bens e serviços, na defesa dos processos de desinstitucionalização, de ruptura ou de fragilização das relações sociais de suporte. (p. 49)

Além disso, também assume que a dimensão do coletivo permeia toda a discussão em torno da participação social, gerando a necessidade de que se a compreenda como uma prática política, em contrapartida à perspectiva neoliberal individualizante e tecnocrática.

Galheigo (2011) propôs uma discussão sobre a responsabilidade da profissão frente às violações aos direitos humanos, em direção à transformação social, em uma prática identificada entre terapeutas ocupacionais latino-americanos que se recusam a transformar problemas éticos e políticos em questões técnicas. Analisando experiências da África do Sul, Brasil e Chile, a

autora propôs uma reflexão acerca da necessidade de desenvolver ferramentas conceituais e estratégias de transformação social para a terapia ocupacional contemporânea. Assim, durante todo o artigo, ao usar o termo participação, qualifica-o como participação social e fala em participação na vida social, avançando em relação à ideia de participação nas ocupações.

A conclusão da pesquisa de Silva (2021) é de que, sob uma perspectiva emancipatória, reconhece-se que a participação social acontece em um nível microssocial e em um nível macrossocial. Reconhece também que tanto a participação de um sujeito em uma atividade familiar, bem como a participação de um grupo de jovens na arena política de disputa por seus direitos, é permeada pela dimensão coletiva e política, podendo compor uma práxis participativa: processo de aprendizagem e desenvolvimento da consciência crítica e participativa. (Bordenave, 1994 apud Silva, 2021).

Destacam-se os elementos ontológicos da participação social apontados por Silva:

> A experiência da participação social permite que os sujeitos reconheçam a atividade política como parte da vida cotidiana e contribui para a formação de identidade política coletiva e individual. (Bógus, 2009; Gohn, 2015; Tatagiba, 2002). Da mesma maneira, Paulo Freire (2002) afirma que o exercício da participação é condição necessária para formar uma cultura participativa e para que os sujeitos aprendam e incorporem o saber democrático e se construam politicamente (Silva, 2021, p. 54).

Em diálogo com a autora, discute-se que a qualificação do termo como participação radical, que se toma como o produto do processo de trabalho em terapia ocupacional aqui analisado, quer desvelar a essência da transformação engendrada em um ser social que experimenta um processo emancipatório. Os trabalhos críticos que discutem a participação social descrevem suas manifestações e já compõem o trabalho coletivo de produção de conhecimento acerca de como ela deve ser orientada, para que de fato um processo emancipatório coletivo aconteça.

Assim, neste trabalho, apontamos como parte da práxis participativa a sua dimensão ontológica mais detalhadamente, com a intenção de instrumentalizar a prática em terapia ocupacional, naquilo que tange à relação dialética entre o alcance da intervenção do técnico e a composição coletiva da práxis revolucionária. Ou seja, como o elemento participação social pode ser entendido em sua potencialidade radicalmente ontológica de estabelecer processos emancipatórios, considerando o alcance do acompanhamento em terapia ocupacional, em sua autonomia relativa, e considerando o processo emancipatório em que os sujeitos somente podem ser transformados por meio do próprio trabalho.

Quando um elemento do trabalho humano é tomado como fim, o processo tende a se encerrar nele, ao se considerar que a transformação intencionada se realizou. Ao se assumir a

participação como fim, corre-se o risco de encerrar o processo de trabalho com a inclusão dos sujeitos nos espaços de debate, sem uma análise aprofundada dos efeitos dessa participação sobre os seus processos ontológicos emancipatórios e dos impactos nas relações sociais de produção que essa participação pode ter. Medeiros (2003) ponderou que, para a mediação de processos para a autonomia das pessoas acompanhadas, é necessário que se realizem adaptações e acomodações a determinadas condições internas e externas, sendo um diferenciador entre uma abordagem reducionista e uma emancipatória, que a primeira assuma como finalidade em si mesma a própria adaptação.

Entende-se que, se a finalidade é emancipatória, a participação radical manifestará o processo de transformação da atividade humana dos sujeitos envolvidos, no sentido de seu fortalecimento como autores de suas vidas e, em última instância, em sua contribuição para a superação coletiva do modo de produção que os oprime.

Assim, o processo de trabalho emancipatório encerra um ciclo, ao se observar como produto um sujeito capaz de se envolver em processos emancipatórios, tendo sua participação na sociedade como parte de um projeto de vida, não como principal objetivo e maior marca identitária, como se pode observar quando a finalidade se encerra na inclusão, muitas vezes.

A participação radical como produto é a manifestação, na atividade humana, da teleologia dos sujeitos que, em seu cotidiano, reconhecem suas necessidades sociais como necessidades da classe social que representam e conseguem acionar ferramentas de forma criativa para responder a elas, tendo como horizonte a identificação das necessidades coletivas de superação do modo de produção, pela luta de classes, as chamadas necessidades radicais. (Mendes-Gonçalves, 2017).

6.4.1 Participação radical e o acesso a direitos sociais como caminho, não como fim

Terapeutas ocupacionais participantes de pesquisa anterior (Vieira, 2014), conectados(as) de forma importante com os elementos de produção e reprodução social, descreveram uma frustração relacionada ao sentimento de que seus esforços não produziam mudança substancial nas condições de trabalho e de vida, que observavam tão nitidamente em suas análises. A maioria dos entrevistados atribuía esta possível ineficácia a problemas na definição ou execução das políticas públicas, às más condições de vida e trabalho das pessoas acompanhadas, entendendo que, se pudessem fazer valer as boas políticas e/ou se novas boas políticas fossem criadas, então os problemas seriam finalmente encaminhados.

Silva (2021) adverte que

> a participação social não tem uma causalidade determinista, ela é uma prática PARA a transformação e não necessariamente DA transformação (da vida cotidiana, individual e coletiva, social, política, cultural e econômica). Dessa forma, os processos participativos não asseguram a conquista e solução de problemas pelos quais se luta, mas são um meio à defesa de interesses e necessidades coletivas (Silva, 2021, p. 54).

Assim, existe uma importante contradição na tomada do trabalho humano como objeto de intervenção pelo referencial marxiano, no contexto do sistema capitalista de produção. Trata-se da contradição entre o que seria uma atividade-mercadoria e uma atividade emancipatória. A atividade-mercadoria toma a forma do trabalho que está alienado como emprego, ou como consumo fetichizado, é manifestada como propriedade do sujeito de direitos (a ser detalhadamente definido a seguir), ou seja, uma atividade entendida como a-histórica e isolada da coletividade, sendo de responsabilidade e efeitos exclusivamente (e ilusoriamente) individuais. A atividade emancipatória, por outro lado, toma a forma do trabalho humanizador, aquele que engendra transformação ativa e consciente de elementos da totalidade social e de si mesmo, na resposta a necessidades humanas (do sujeito e do coletivo que o constitui).

Pachukanis (2017), para apresentar sua teoria geral do direito, nos ensina o método pelo qual desenvolveu suas reflexões e apresenta uma detalhada análise das bases da sociedade capitalista. Sua análise é profunda e dá condições de refletir sobre outras práticas e instituições sociais, para além do direito.

Partindo da base teórica da Saúde Coletiva, que define que os processos de saúde são determinados pelas condições de produção e reprodução social de cada grupo social (Soares, 2007), é possível assumir que as categorias de análise pachukanianas podem ser aplicadas à análise do processo de produção em saúde, por serem ferramentas de apreensão da materialidade histórica, determinante das condições de vida e trabalho dos indivíduos acompanhados pelos serviços de saúde.

Pachukanis (2017) chama ideologia de contrato a uma ideologia que naturaliza as formas de relação entre os humanos e deles com o próprio trabalho: o autor desvela os mecanismos pelos quais, nessa ideologia, é possível que a forma mercadoria se sustente como mediadora das relações humanas no capitalismo, e o humano seja tomado como sujeito e objeto de direito ao ter seu trabalho abstraído como força de trabalho. Essa abstração desloca o humano da relação orgânica com a natureza e com os produtos de seu trabalho, ao racionalizá-lo, passando relações humanas materiais (históricas) para categorias humanas abstratas, tais como liberdade e igualdade.

A naturalização dos direitos humanos como atribuição inata, derivada da própria condição de ser humano, compõe o núcleo do que se define como sujeito de direitos, um proprietário de seu trabalho, que é abstraído na forma da força de trabalho. Na relação de valor, o nexo entre as pessoas e o processo de trabalho é dado como qualidade material dos produtos. Pachukanis (2017) descreve três determinações do sujeito de direitos, que se unem dialeticamente nas relações de troca capitalistas e refletem as condições necessárias para a realização da relação de valor: 1) um sujeito econômico egoísta, 2) um sujeito moral e 3) um sujeito proprietário.

O sujeito de direitos é egoísta, pois sua relação com a sociedade passa por seu papel de proprietário, dotado de interesses, que orientam as formas como ele troca suas propriedades/mercadorias. Ele é moral, por encarnar o naturalizado princípio da fundamental igualdade de valor da pessoa, somente assim podem se equiparar todos os tipos de trabalho e se podem reduzi-los ao trabalho humano abstrato (força de trabalho). Esse sujeito é considerado então, livre, com todo o direito de negociar seu trabalho-mercadoria na troca por produtos desse sistema, já que sua vontade passa a residir nas coisas "trocáveis", consumíveis.

Uma importante contribuição de Pachukanis para a análise do modo de produção capitalista é a identificação de que são as formas do modo de produção que o determinam. Assim, a manutenção do sistema capitalista pode se dar mesmo que se redefinam conteúdos. Eternizar as relações de liberdade e igualdade, nos termos da abstração do homem concreto em homem geral abstrato, é sustentar que todas as pessoas, ao longo das crises do capital, defendam justamente o igual direito à alienação de seu trabalho na forma da mercadoria e mude apenas a maneira como o alienam. A ideologia do contrato propõe que ricos e pobres podem ser livres e dignos, ainda que não se altere sua condição de classe. Se há condições inerentes à condição de humano: o que sempre foi, sempre será e não há transformação possível para o que se passa.

Beatriz Nascimento (1991) já identificava, em uma análise histórica da constituição e consolidação da terapia ocupacional no contexto do capitalismo emergente, que os ideais iluministas foram determinantes para que a profissão se constituísse na Europa, inicialmente. Ela identificou que somente a partir de uma noção de igualdade entre os humanos, manifestada por meio da capacidade de trabalhar, é que se pôde propor que loucos pudessem se beneficiar do trabalho como terapêutica, em uma pretensa humanização das instituições asilares, que passariam a ser lugar de tratamento (disciplinar) e não mais de punição.

Um exercício de aplicação dessa tese à presente análise teórico-metodológica de práticas em terapia ocupacional será realizado a seguir, usando como exemplo uma intervenção com objetivo de inclusão no trabalho, tomando a atividade-mercadoria como objeto, em

oposição a uma intervenção que tome a atividade emancipatória como seu objeto.

A atividade-mercadoria é a de um sujeito capitalista de direitos. O trabalho humano é tomado, neste caso, não como produção da própria existência material no curso da história social, mas fetichizado como a mercadoria "força de trabalho". Essa atividade é aquela que o sujeito realiza com uma finalidade diferente da que o produto do processo de trabalho pode alcançar. O sujeito de direitos toma como finalidade do trabalho o salário, pois sua relação com o mundo passa pelo salário e não pelo produto de seu trabalho. Na mesma forma, a resposta a suas próprias necessidades fica mediada pela troca do valor recebido, no acesso a produtos que não são fruto de seu trabalho.

Na abstração que se coloca, a finalidade mais adequada para as práticas sociais e de saúde, comprometidas com o que chamam de inclusão, parece ser a de apoiar o indivíduo atendido na assunção de seu papel de sujeito de direitos, na melhor forma do acesso ao trabalho e ao consumo (Batista, 2015). Pachukanis (2017) desvela características fundamentais da forma sujeito de direitos, que manifestam a maneira como ela sustenta a ideologia do contrato e a manutenção do processo de produção capitalista.

Para que o sujeito tenha um emprego com que possa sustentar seu consumo, é necessário que ele se entenda como sujeito proprietário (Pachukanis, 2017), ou seja, dono da própria força de trabalho, para que possa vendê-la ao empregador. Portanto, a força de trabalho é uma mercadoria, com seu valor determinado a partir de uma média de valor do trabalho humano geral. Determinação que só pode se dar se a pessoa que se quer trabalhadora, vendedora de sua força de trabalho, for um sujeito como todos os outros, com igual direito de vender e comprar mercadorias.

Assim, parte do esforço de profissionais que almejem a inclusão daqueles que acompanham no mercado de trabalho tende a ser focado na produção de formas de igualar o valor do trabalho deles ao valor do trabalho de um trabalhador genérico. Como exemplo, podem-se citar os cursos de profissionalização que são comumente propostos como parte do "projeto terapêutico", sendo que o leque de opções de cursos corresponde às necessidades gerais de uma sociedade produtora de mercadorias, cabendo ao sujeito se adaptar a uma delas. O que efetivamente essa pessoa estará transformando e produzindo no mundo, por meio de seu trabalho, não é relevante para a inclusão, pois sua finalidade é a própria troca de força de trabalho e a atuação como sujeito de direitos.

O processo inclusivo não se encerra na venda da força de trabalho. Não seria suficiente se o trabalhador não pudesse trocar o valor de sua força de trabalho por outras mercadorias. É por meio da mercadoria que a força de trabalho se torna matéria e pode ser trocada como valor.

É pela necessidade que sujeitos de direitos têm dessas mercadorias que se efetiva a troca social na lógica da ideologia do contrato. O sujeito que não manifesta necessidade de mercadorias não tem por que vender sua força de trabalho. No capitalismo, o trabalhador deixa de produzir a si mesmo a partir daquilo que transforma e cria, passando a se produzir a partir daquilo que consome (Santos, Soares, 2013).

O esforço de profissionais na jornada da inclusão segue então pela produção de necessidades de consumo, que depende da construção de valores dentro do "projeto terapêutico", como por exemplo, morar em um determinado tipo de casa (não a rua, não um albergue) ou ter uma boa aparência (definida por uma estética específica, que passa por usar roupas adequadas aos ambientes de trabalho, por exemplo). Para que participe no processo de produção dessa forma, faz-se necessário que o sujeito de direitos defenda, portanto, seus interesses individuais de subsistência por meio da troca de mercadorias.

Só terá necessidade, e possibilidade de manifestá-la, um sujeito que seja livre e igual ao outro sujeito com quem trocará a mercadoria, igualado como cidadão (Bezerra, Trindade, 2013). Os direitos humanos e os direitos do consumidor encarnam a função de fazer parecer que todas e todos têm igual valor e acesso aos bens produzidos pela sociedade. As marcas deixadas pela realidade material na existência de cada um explicitam a desigualdade real entre os sujeitos e efetivamente limitam a possibilidade de estabelecer contratos de troca de mercadorias, mas as políticas públicas teriam, pela ideologia do contrato, o poder de equiparar as desvantagens, dando possibilidade de equiparar oportunidades de o sujeito se efetivar, de fato, como sujeito de direitos. Neste sentido, a devida elaboração e aplicação de políticas públicas garantiria o acesso aos direitos, portanto à igualdade e à liberdade de cada sujeito de direitos.

Então, tomando a atividade-mercadoria (na forma trabalho-mercadoria) como objeto e o sujeito de direitos como sujeito da prática em terapia ocupacional, a inclusão no trabalho permite realizar a manutenção da forma da ideologia do contrato e da forma de produção capitalista. Isso significa que, ao tomar o sujeito de suas práticas como sujeito de direitos, o terapeuta ocupacional imprimirá sobre sua prática as mesmas marcas ideológicas, já que não faz a crítica à forma-mercadoria em suas propostas de intervenção.

Reproduzindo a ideologia do contrato, ainda que tenha sucesso na inclusão daquele que acompanha no mercado de trabalho, o terapeuta ocupacional observará pouca ou nenhuma mudança nas condições do sujeito de assumir a produção da própria vida. A frustração relatada pelas profissionais (Vieira, 2014) pode ser atribuída ao fato de que seus esforços, no sentido de produzir mudança, não desafiaram a forma ideológica determinante da condição problemática

das pessoas que acompanham, mas apenas trocaram seu conteúdo.

A partir de um referencial crítico ao sistema capitalista de produção, entende-se ser necessário que a prática possa ir além da percepção da realidade e simples gestão de recursos limitados e manutenção da sobrevivência das pessoas e grupos que acompanha. Espera-se que possa agenciar meios de superação da realidade opressora e alienante.

Assim, seria necessário um alinhamento em relação aos elementos do processo de trabalho em terapia ocupacional, para que se torne emancipatório. Destacar a contradição presente no objeto da profissão pode apoiar a reflexão necessária a ele. A atividade emancipatória, em oposição à atividade-mercadoria, é aquela em que o sujeito está consciente de sua ação sobre si e sobre o mundo em que vive, ou seja, entende a serviço de que necessidade está aquela transformação em curso e também conhece o lugar social e histórico de seus elementos.

Sob a ideologia do contrato, os sujeitos de direito manifestam necessidades restritas a mercadorias. A abstração da força de trabalho funciona por meio da generalização do trabalho humano em trabalho abstrato: todo trabalho de todos os humanos teria o mesmo peso e valor, medido em tempo, o que alija o trabalhador da relação orgânica com o produto de seu trabalho, estabelecendo uma repetição de atividades estranhadas, sem história. Tal repetição alienante retira a possibilidade de o sujeito contar a própria história, e um sujeito sem história é um sujeito sem luta.

No horizonte da emancipação, o sujeito da atividade emancipatória manifesta necessidades orgânicas, ou seja, relacionadas à sua apreensão do mundo material, de acordo com sua história e a história coletiva, da qual se sabe produto e produtor. Assim, ele não apenas manifesta necessidade de mercadorias produzidas por meio do acúmulo de conhecimento e de recursos materiais de sua sociedade. Ele pode articular seus conhecimentos e a matéria para apreender de forma cada vez mais complexa a realidade, identificando necessidades para além daquelas que as mercadorias poderiam responder, encontrando novas necessidades na produção da vida.

Não se trata de voltarmos todos a ser artesãos. Artesãos de nosso tempo também reproduzem a ideologia do contrato, pois também se entendem como sujeitos de direitos. Trata-se de que cada humano reconheça e organize seu potencial de transformação do mundo, de trabalho como força social, não mais separando de si a força social, na figura da força política (Pachukanis, 2017). Uma intervenção de terapia ocupacional com finalidade emancipatória no campo do trabalho, por exemplo, tomará o trabalho da pessoa atendida como parte de um sistema de produção, determinado histórica e socialmente e, junto com a pessoa, estabelecerá

um processo de tomada de consciência sobre o lugar de seu trabalho no sistema produtivo.

A tomada de consciência sobre a diferença de valor do trabalho de acordo com classe social, raça e gênero tem o potencial de desnaturalizar o discurso da oportunidade igual para todas e todos. Entender, por exemplo, que a exigência de "boa aparência" para uma vaga de trabalho significa uma exigência de embranquecimento, em um país em que menos da metade da população é branca, permite ao sujeito retirar de si a "culpa" por sua condição de pobreza, como se não tivesse aproveitado bem as oportunidades.

Há contradições no interior das políticas públicas, porque são expressão de interesses opostos: impedir o avanço da desigualdade, que coloque em xeque a reprodução da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, atender a necessidades de trabalhadores, quando elevam ao nível da luta política a expressão de sua exploração (Bezerra, Trindade, 2013). Assim, a proposta crítica colocada nesta discussão pretende apontar o horizonte da participação radical como produto da terapia ocupacional, na composição coletiva do trabalho, a fim de "desvelar as possibilidades reais de elas eliminarem a desigualdade social e contribuírem para a luta da classe trabalhadora". (Bezerra, Trindade, 2013, p. 432).

A condição que um sujeito tem de se apropriar da realidade determina a condição dele de identificar necessidades (Mendes-Gonçalves, 1992). As insatisfações de um sujeito a-histórico, no contexto do capitalismo, tornam-se desejo de consumo, já que mercadorias é tudo que há para trocar. Um sujeito consciente de sua determinação histórica e material se localiza no sistema de produção e se torna consciente da desconexão entre seu trabalho e o produto final, entre suas insatisfações/necessidades complexas e a oferta de produtos. Pode passar a identificar o fetiche que captura sua necessidade em forma de mercadoria, induzindo ao consumo alienado.

Se, no contexto atual, muitas vezes é apenas por meio das políticas sociais de inclusão em trabalhos precários que se pode ter condições de responder a necessidades de sobrevivência, é por meio da identificação de suas contradições que necessidades ampliadas poderão ser reconhecidas nas pessoas atendidas, desnaturalizando seu papel de sujeito igual, proprietário de direitos e objeto de políticas.

No horizonte da emancipação humana pelo trabalho coletivo, aponta-se que o desenraizamento da ideologia e o processo de tomada de consciência das determinações de nosso tempo e espaço são a via:

> Toda ideologia morre junto com as relações sociais que a geraram. Porém, essa extinção definitiva é precedida pelo momento em que a ideologia, sob os golpes da crítica que lhe é dirigida, perde a capacidade de encobrir e de envolver as relações sociais a partir das quais ela cresceu. O desenraizamento da ideologia é um verdadeiro sinal de seu fim iminente. Pois, como diz Lassalle: 'O raiar de um novo tempo consiste

> apenas na consciência que se obteve sobre o que tem sido de fato a realidade existente até então' (Pachukanis, 2017, p 86).

A intervenção em terapia ocupacional em saúde coletiva, a partir da perspectiva do MHD, atuará no campo da produção social dos indivíduos, que se dá pela consciência da materialidade da produção da sociedade e de si mesmo, considerando toda a complexidade das condições de reprodução social em que os indivíduos se produzem.

Assim, assumir a participação radical como produto do processo de trabalho da terapia ocupacional em saúde coletiva significa manter o foco do trabalho sobre a transformação das formas como os sujeitos assumem a intencionalidade de sua atividade, na dialética entre sua singularidade e a totalidade social que determina suas condições de vida. Seja nas relações com a família em torno da atividade de jantar e o desafio de fazê-la com autonomia, por exemplo, seja nas práticas de participação em movimentos sociais que buscam transformar a condição de vida dos grupos sociais.

Trata-se de reconhecer, simultaneamente, o trabalhador como parte da estrutura alienante, dentro de toda a contradição do emprego capitalista que ocupa nas instituições, e o potencial dos sujeitos acompanhados em apontar e efetivamente atuar na transformação dos elementos opressores de seu cotidiano. O sujeito que se reconhecer coletivo e souber fazer a análise de suas necessidades, mobilizando dialeticamente para respondê-las sua atividade individual, bem como as atividades coletivas, poderá realizar participação radical da sociedade que o determina. O produto final como participação radical significa que a alta (quando em contextos de atenção em saúde) será definida em conjunto, na superação da necessidade de haver um terapeuta ocupacional apoiando a análise emancipatória da realidade.

6.4.2 Expressões do elemento participação radical de acordo com o momento do processo dialético

Propõe-se que a participação radical como produto será manifestação da identificação de necessidades radicais pelos sujeitos acompanhados, ao se reconhecerem como sujeitos de classe social e ontologicamente coletivos. Sob as ressalvas necessárias de que uma categoria definida no referencial do MHD não possa ser tomada de forma estática, Mendes-Gonçalves (2017) identificou o que chamou de critérios tentativos para a identificação das necessidades radicais, sendo que o primeiro deles reside no fato de que todas as suas características são, ao mesmo tempo, inerentes à realidade material e histórica e "impossíveis", "no sentido de que sua satisfação generalizada implica outro homem e outros processos de objetivação, mediados

por relações sociais de outra natureza." (Mendes-Gonçalves, 2017, p. 371).

Assim, a busca e identificação de necessidades radicais por si já movimentam o sujeito na direção de sua própria construção como outro humano, através de novos processos de objetivação. O autor, lembrando que se trata de um processo social total, não restrito à prática em saúde, sugere buscar identificar necessidades radicais pelos seguintes critérios:

> "a) Quando o tipo de indivíduo que se reproduz tendencialmente através de sua satisfação tenha suas dimensões individual e social não antagonizadas, como pode ser o caso de todas as necessidades epidemiológicas, desde que conscientes e individuais, pois só serão genuinamente do indivíduo quando os outros indivíduos forem um fim para ele, à medida que ele necessite para si o que necessita para os outros.
>
> [...]
>
> b) Quando o espaço de configuração das necessidades ultrapassa o espaço biológico do corpo e se refere imediatamente à totalidade da personalidade individual viva, tais necessidades tendem para a radicalidade, pois ao superar a dicotomia corpo-indivíduo tende-se a percebê-lo em sua forma imediatamente social, no mínimo através de sua vida de relação.
>
> [...]
>
> c) Quando os recortes de existência das necessidades ultrapassam o plano da individualidade abstrata para reencontrá-la em transindividualidades em que ele se reconhece. A necessidade aqui é do indivíduo enquanto mulher, enquanto homem, enquanto trabalhador, enquanto adolescente, enfim, enquanto subgênero de natureza sócio-histórica que aparece como valor transcendente à mera individualidade sem negá-la, mas afirmando-a como específica e concreta.
>
> [...]
>
> d) Quando a necessidade de saúde toma a forma de enriquecimento consciente, em oposição à dependência da assistência, refletindo a individualidade concreta contra a do consumidor abstrato e anônimo.
>
> [...]
>
> e) Quando a necessidade se relaciona com planos mais inclusivos de realização da vida individual e social e vem imediatamente referida a valores sócio-históricos objetivos de enriquecimento da humanidade." (Mendes-Gonçalves, 2017, p. 371-372).

Assim, na busca de identificação das manifestações de necessidades radicais dos grupos acompanhados, podem-se encontrar pistas para a identificação e a instauração de processos de participação radical como produto do processo de trabalho em terapia ocupacional no referencial do MHD.

Propõe-se que a participação radical, quando ocupando o lugar de ferramenta do processo de trabalho, se manifestará como uma forma de nomear a maneira como o sujeito acompanhado é convidado a estar no encontro, ao convidá-lo a tomar decisões junto e legitimar as opções que faz. Manifesta-se nas propostas feitas constantemente pelo trabalhador terapeuta ocupacional ao mediar a possibilidade de esse sujeito experimentar formas de participar socialmente, nos termos de uma cidadania ativa, revolucionária (Lopes et al, 2014).

Neste ponto, serão encontradas contradições dos limites do acesso à cidadania, em um processo de tomada de consciência potencialmente mobilizadora de luta e, nesse sentido, a participação radical se fará ferramenta, por mediar a possibilidade de o sujeito se apropriar e desenvolver formas de superar as contradições encontradas, como bem descrevem Streck, Pitano e Moretti (2017):

> Com a participação, também descobrem a perspectiva política que dela se pode derivar. A luta por elementos radicais de democracia, nesse sentido, é a tradução de sua exigência. Já na lógica do sistema, a que nos referíamos anteriormente, a participação se constitui em um impeditivo funcional. Racionalizada e condicionada, a participação é, concretamente, passiva e alienada, pois se acomoda ao modelo instituído. (Streck, Pitano e Moretti, 2017, s/p, documento digital).

6.5 FERRAMENTAS

Nascimento (1990) e Caníglia (1993) são terapeutas ocupacionais que discutiram a constituição da profissão, a definição das práticas e as contradições envolvidas nestes processos. Elas apontam que definir a profissão a partir das atividades é um problema, porque a prática deve responder aos fins, superando o que Nascimento chama de "mito da atividade terapêutica":

> Esse mito não está superado porque sustenta o que costumamos chamar de *o nosso específico*. Superá-lo, acredito, significaria questionar o fato desse específico estar centrado no instrumento de trabalho (a atividade) e não na situação e nas necessidades concretas da população excluída e marginalizada que frequenta as instituições em que trabalhamos. [...] O problema está na absolutização que se faz deles [instrumentos] na intervenção terapêutica (Nascimento, 1990 p.20).

O problema apontado está relacionado a uma assunção de conceitos de forma não dialética, a-histórica e superficial. As ferramentas só podem ser definidas a partir da delimitação do objeto e o objeto só pode ser definido por meio da intencionalidade orientada pela finalidade (Mendes-Gonçalves, 1994). Medeiros (2003), ao apresentar um enfoque epistemológico e social da profissão, com base no MHD, reconhece que sempre será necessária uma redução ou corte na complexidade da atividade humana para que ela possa se tornar instrumento da prática, ponderando que essa consciência de uma possível redução da atividade humana a mero "recurso terapêutico" leva a questionar tantas outras reduções e dicotomias da prática técnica. Assim, afirma que a lógica da escolha de um ou outro tipo de atuação é histórica, ou seja, é a manifestação (embora nem sempre consciente) de uma opção por determinadas finalidades políticas correspondentes às práticas, dado que elas se realizarão e intervirão no campo social (Medeiro, 2003). Portanto, uma postura dialética frente ao problema apresentado será assumida, com base em autores da saúde coletiva (Mendes-Gonçalves, 2017; Queiroz e Salum, 1996) e

da referência brasileira materialista histórica da terapia ocupacional (Francisco, 1988; Pinto, 1990; Nascimento,1990; Medeiros, 2003; Bezerra, 2011; Lopes, 2016).

A caracterização das práticas não pode se basear apenas na definição das ferramentas, porque elas respondem a finalidades. Apesar disso, em saúde coletiva, se temos um objeto ampliado, compartilhado por diversas profissões/práticas sociais em saúde, o que delimita as práticas de cada profissão é a forma como se colocam a transformar este objeto ampliado, ou seja, as ferramentas de que se valem para transformar cada objeto parcelar do processo de produção em saúde. Medeiros (2003), ao apresentar um enfoque epistemológico e social da profissão, apresenta que a terapia ocupacional "como área de conhecimento e prática em saúde, interessa-se pelos problemas do homem em sua vida de atividades" (Medeiros, 2003, p. 27).

Defende-se que a contribuição da terapia ocupacional para a saúde coletiva está relacionada à análise emancipatória da complexidade ontológica da operacionalização da práxis social e seus impactos na determinação social da saúde. Sua prática, nesta perspectiva, estrutura-se sobre a habilidade de analisar e intervir sobre os elementos dos processos de trabalho que se colocam em curso durante a transformação da natureza, realizada pelos humanos para responder a suas necessidades individuais e coletivas.

Dado o caráter radicalmente dialético desta análise teórico-metodológica, será reconhecido aqui que os elementos do processo de trabalho poderão ocupar diferentes momentos do processo. Por isso, ainda que esteja sendo abordado neste momento o elemento ferramentas do processo de trabalho, é possível que cada uma delas se manifeste a partir de diferentes categorias.

Dessa forma, junto a cada uma das ferramentas a seguir - análise emancipatória da atividade humana; proposição emancipatória de atividades; operacionalização da participação radical; e intervenções sobre o tecido social - serão apresentadas suas expressões possíveis, de acordo com o momento do processo dialético em que são acionadas. Essa maneira de discutir as ferramentas tem a finalidade de apoiar terapeutas ocupacionais na identificação, em suas práticas, da complexidade do trabalho e das relações entre gesto, intencionalidade e consciência, no fenômeno em curso.

6.5.1 Análise emancipatória da atividade humana

Furtado (1999) propõe que o que identifica a terapia ocupacional em sua singularidade na composição do trabalho coletivo é o entendimento da dinâmica de uma relação circular entre a história, as relações, as atividades e o mundo real, que pertencem ao terapeuta ocupacional

como saber e como processo metodológico de investigação e abordagem. Propõe-se que a análise emancipatória da atividade humana definirá a singularidade da contribuição da terapia ocupacional em saúde coletiva fundada no MHD, para a prática social coletiva. A análise emancipatória da atividade humana considerará as mediações realizadas por ela na composição da totalidade social e as formas como o sujeito e os grupos são capazes de entendê-la em suas determinações sociais, bem como seus impactos na história individual e coletiva.

Entende-se, neste ponto da discussão, já estar suficientemente diferenciada a presente proposta em relação a propostas funcionalistas de terapia ocupacional. A análise emancipatória da atividade humana será tomada como ferramenta do trabalho em terapia ocupacional em saúde coletiva, dado que seu objeto é a atividade humana e sua análise é parte do processo de sua transformação. O qualificativo *emancipatória* foi adicionado no momento da análise das sínteses do processo oficineiro emancipatório, para marcar essa diferenciação e sustentar a dialética que rege as relações entre ferramentas, objeto e finalidade.

Trata-se da análise dos processos de trabalho que os humanos colocam em curso o tempo todo na produção de respostas às suas necessidades. Tal movimento de produção da vida pode ser entendido como componente estrutural da reprodução social, em sua manifestação no cotidiano. A análise do complexo mecanismo que vai da produção de uma necessidade até a efetiva produção de respostas, com a subsequente inscrição na história humana de um produto transformado, pode contribuir significativamente com o processo de desnaturalização dessa ação no mundo, ou ainda, de seus potenciais efeitos de produção de liberdade para os sujeitos envolvidos.

O potencial transformador que existe na atividade humana (dado que o humano, ao transformar a natureza pela atividade, transforma sua própria condição humana) não caminha invariavelmente para a emancipação, ou qualquer possibilidade terapêutica *per se,* mas pode produzir opressão e aprisionamento alienante. Portanto, uma análise dialética das bases materiais e históricas das atividades humanas é essencial para que se possa decifrar a autoria dos humanos sobre si e sua sociedade, sua autoria inclusive dos processos de opressão, bem como daqueles de liberdade. A partir do MHD, a nitidez acerca da intencionalidade se faz fundamental para que os efeitos transformadores de uma atividade em contexto de acompanhamento em terapia ocupacional sejam de fato emancipatórios, como já discutido.

6.5.1.1 A complexidade da análise da composição das necessidades-fins que orientam as atividades humanas

Humanos são capazes de sentir necessidade apenas daquilo que conseguem identificar na natureza como passível de ser alcançado e transformado para responder a ela. O processo pelo qual o humano analisa os elementos da natureza e identifica dentre eles o que pode ser transformado na resposta a sua necessidade é chamado de objetivação: transformação de um elemento da natureza em objeto de trabalho. O objeto de trabalho, por sua vez, é aquilo sobre o que o humano aplica suas habilidades e suas ferramentas para transformar em resposta a suas necessidades (Marx, 1982; Vázquez, 2007). A eleição das ferramentas por meio das quais transformará seu objeto de trabalho depende da nitidez que o humano tem da necessidade a que quer responder e das características do objeto capazes de serem transformadas para gerar essa resposta. Assim, a finalidade do trabalho atravessa todos os elementos do processo.

A consciência é parte do processo de transformação da natureza pelo trabalho e permite que o humano visualize cada ação necessária. A consciência humana organiza a condução dos indivíduos durante o processo de trabalho que produz um produto, bem como conhecimento sobre a produção. O conhecimento resultante de um processo de trabalho específico comporá o arcabouço de novos processos de trabalho, em uma crescente complexidade da consciência ao longo do tempo, por meio do trabalho. Os agentes do processo de trabalho produzem a si mesmos como membros da humanidade por haver o desenvolvimento de um autocontrole consciente de seu comportamento. Assim, o trabalho é uma condição da existência humana que media as relações entre humanos e natureza (Marx, 1982).

Propõe-se que a análise desse processo de objetivação e produção de necessidades tem o potencial de identificar elementos limitantes, que mantêm sujeitos alienados das possibilidades ampliadas de ação no mundo, por identificarem apenas necessidades restritas àquilo que são capazes de perceber em seus mundos. Um terapeuta ocupacional que faz essa análise histórica e material pode compartilhá-la com quem trabalha, com a finalidade de estabelecer um processo de desinternalização da concepção capitalista de necessidades, propondo uma discussão em torno das manifestações do estranhamento no cotidiano. Essa análise, quando realizada de forma partilhada, tem o potencial de oferecer a chance de eleger objetos de transformação do mundo alinhados a outras intencionalidades e, portanto, estabelecer novos processos de trabalho, de transformação da realidade, que estejam orientados para a produção de aprimoramento das possibilidades de trabalhar e de viver.

A partir da análise, o terapeuta ocupacional pode identificar elementos de

transformação na apreensão do mundo, na identificação de necessidades ampliadas (relacionadas à superação da alienação na reprodução social), tendo como horizonte emancipatório a identificação, junto à pessoa ou grupo, de necessidades radicais (relacionadas à superação do sistema que determina a reprodução social alienada) (Mendes-Gonçalves, 2017).

Propõe-se que a superação de uma terapia ocupacional funcionalista e subalterna no setor saúde se processa por meio da análise pormenorizada e compartilhada da atividade humana, que seja emancipatória. Trata-se de se diferenciar da ideia de análise positivista, que esquarteja o objeto para juntar depois. Do ponto de vista teórico, não há pequenos ou grandes processos de trabalho, mas temos o processo de trabalho assistencial e ações e práticas que o compõem. Soares, Campos e Yonekura, ao discutirem a investigação em saúde coletiva, são didáticas descrevendo como se faz uma análise dialética da realidade:

> A pesquisa na vertente dialética tem início com a observação sistemática dos elementos que contextualizam e compõem o fenômeno em estudo, para assimilá-lo (tese). Esses elementos deverão ser analisados ao mesmo tempo em suas características particulares (como se apresentam na aparência) e nas conexões que estabelecem entre si e com o fenômeno. Essas conexões devem ser aferidas e cotejadas com a realidade histórica da formação social, permitindo que o pesquisador compreenda (torne consciente) os conflitos que cercam o fenômeno na sua aparência (antítese). Essa compreensão evidencia a essência do objeto. A análise (usando uma categoria teórica potente para explicar o fenômeno) produz a síntese, que expõe as contradições que estão na base dos conflitos que cercam o fenômeno. Essa abstração deverá propor formulações, que serão averiguadas empiricamente, para que possam contribuir para a transformação de uma dada realidade, a que mobilizou o pesquisador a eleger o objeto de estudo. Dito de outra forma, no método dialético o pesquisador apreende o objeto de estudo, a partir de uma base concreta da realidade social, analisa as partes que compõem este objeto por meio de uma abstração, descobrindo suas variantes, conexões, determinantes, procede a síntese, ainda por meio de abstração e, por último, coloca novamente na realidade social o objeto estudado (Soares, Campos, Yonekura, 2013, p.1407).

Ricardo Bruno Mendes-Gonçalves (2017) propõe uma equação para apresentar o processo de trabalho, que parte do carecimento, compreendido como o fenômeno que se passa no humano na relação consigo, que se objetiva em necessidade na relação com o mundo material, quando identifica na natureza qualquer coisa que se possa transformar em objeto de trabalho e que, por fim, será transformado em produto que responda à necessidade, que é o carecimento que encontrou um objeto. O cotidiano é feito de diversos ciclos de processos de trabalho: carecimento - objetivação - necessidade - transformação do objeto - produto, que compõem a vida em diferentes dimensões. Por exemplo, ao fritar um ovo, na condução de uma aula, no processo de trabalho em saúde.

O que se propõe aqui, como análise pormenorizada da atividade humana, é uma lupa sobre os processos de trabalho dentro dos processos de trabalho e sobre como eles se compõem.

Essa lupa permite tomar consciência sobre a matéria de que são feitas as atividades humanas, suas limitações e seus potenciais.

O chamado "olhar da TO", termo evocado mais de uma vez nas oficinas desta pesquisa, é frequentemente descrito como uma "coisa" que os terapeutas ocupacionais fazem de, às vezes, sugerir um giro na cadeira, ou uma ida ao mercado, ou um lugar diferente da sala de aula para a criança sentar, que "muda tudo", com reconhecimento de todos ao redor de um grande efeito, a partir de uma intervenção muito simples. Algo possibilitado porque é possível identificar, pormenorizadamente, como algumas relações se estabelecem mediadas pelas atividades e, por conta disso, identifica-se quais elementos podem ser mudados para impactar no resultado da equação proposta por Mendes-Gonçalves (2017).

Estes elementos são aqueles que compõem o processo de objetivação, que antecede o trabalho em si, mas já constitui o processo de trabalho. Eles se tornam objeto do trabalho conjunto entre terapeuta ocupacional e sujeito acompanhado, quando estes tomam consciência daqueles, pela análise emancipatória da atividade humana. Então, é na complexidade da leitura do cotidiano realizada pelos terapeutas ocupacionais que se podem propor experimentações de novos gestos, nova comunicação, novo uso das mesmas ferramentas ou elaboração de novas ferramentas, que alterem a dinâmica atual. A localização temporal e material da proposição de uma atividade emancipatória tem precisão na medida da apreensão que o terapeuta ocupacional faz do complexo que constitui o fenômeno em curso na relação com a totalidade, que é a apreensão do meio definido aqui como o cotidiano.

Neste ponto, vale a crítica de José Paulo Netto sobre um possível deslize, se não se puder superar o imediatismo do fenômeno em sua aparência:

> Para Marx, como para todos os pensadores dialéticos, a distinção entre aparência e essência é primordial; com efeito, 'toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente' (Marx, 1974b, p. 939); mais ainda: 'As verdades científicas serão sempre paradoxais se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas' (Marx, 1982, p. 158). Por isso mesmo, para Marx, não cabe ao cientista "olhar", "mirar" o seu objeto - o "olhar" é muito próprio dos pós-modernos, cuja epistemologia 'suspeita da distinção entre aparência e realidade' (Santos, 1995, p. 331). (Netto, 2011, p. 22).

Assim, na análise dialética da atividade humana, não haveria um destrinchamento com a posterior reunião de elementos analisados, mas uma leitura das mediações em curso, sendo que a possibilidade de as enxergar, por meio da análise, permitiria assumir a condução de alguns de seus elementos, impactando sobre seus desfechos. O terapeuta ocupacional que puder compartilhar tanto a experiência pela proposição dessas atividades, quanto a análise com os

sujeitos acompanhados, fará algo como transferir a lupa para as mãos de quem acompanha e, então, algo de revolucionário poderá acontecer, ao se ampliarem as possibilidades de consciência. Não apenas de quem se acompanha, porque às vezes é um bebê ou uma pessoa com demência, mas os sujeitos sendo coletivos, com impactos em outros ao redor.

Considera-se que a contribuição da profissão terapia ocupacional ao campo da saúde coletiva está relacionada à análise da complexidade ontológica da operacionalização da práxis social, tendo em vista que, por meio da tomada de consciência, uma práxis leva a outra, no sentido da emancipação humana, gerando impactos sobre a determinação social da saúde. A prática, nesta perspectiva, estrutura-se sobre a habilidade de analisar e intervir sobre as mediações que se colocam em curso, por meio dos elementos dos processos de trabalho, na transformação da natureza realizada para responder a necessidades humanas. Terapeutas ocupacionais orientados por esta perspectiva analisarão as mediações da atividade humana, a mediação do gesto humano na composição das atividades e devem saber intervir sobre essas mediações, com a finalidade de que se realizem atividades conscientemente orientadas ao fim emancipatório.

Uma prática acrítica pode tomar o processo de análise da demanda inicial de quem procura o trabalhador de terapia ocupacional como ajuste das necessidades das pessoas acompanhadas às ofertas possíveis na instituição (seja instituição pública ou instituição protocolar de atendimento clínico em terapia ocupacional, especificamente), despidas de mediações, orientadas a objetivos técnico-operativos, presas a uma imediaticidade, com um fim-em-si-mesmo (Pontes, 1995).

Reinaldo Pontes, ao propor uma revisão do objeto da profissão serviço social na direção de uma prática emancipatória, baseada no MHD, depara-se com a mesma questão e aponta para a mediação da particularidade, entre a singularidade e a universalidade, como meio para superar as práticas alienadas:

> A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser compreendida quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediaticidade são postas à luz" (Lukács, 1978:106 apud Pontes, 1995).

A universalidade é o plano em que habitam as grandes determinações de uma dada formação social, que se manifestam na singularidade da vida cotidiana, na imediaticidade dos fatos. É possível observar sua existência quando seu desenvolvimento concreto manifesta uma mesma característica em um grande número de fenômenos.

Já na singularidade as mediações estão ocultas ao sujeito cognoscente e tanto a gênese histórica, quanto sua estrutura social estão submersas na faticidade; as coisas parecem não se conectar e têm um sentido em si próprias (Pontes, 1995).

Pontes (1995) revela o caminho de desalienação pela análise dialética entre a universalidade e a singularidade, que se manifesta através da particularidade, que no dizer de Lukács é um campo de mediações.

> O caminho metodologicamente correto para a reconstrução da particularidade, segundo Lukács, é aquele que conseguir conjugar dialeticamente os experimentos ideais abstrativos com as observações empíricas, verifica-se que existe um imperativo na reconstrução do objeto de intervenção profissional: o desentranhamento das mediações, determinações e categorias históricas submersas na névoa da faticidade, tal como aparece no plano da imediaticidade. Em outras palavras, é necessário reconstruir idealmente o processo de: - constituição histórica do campo de intervenção profissional, garantida a singularidade histórico-social, sua projeção no plano das determinações universais; - projeção da manifestação singular da profissão num plano de determinações universais e vice-versa; - tentativa de captar a manifestação da legalidade social no plano da singularidade, ou as formas imediatas de aparição do fenômeno profissional na realidade (Pontes 1995).

Um sujeito que demanda internação por ser consumidor de drogas, ao entrar em processo de acompanhamento, por meio da análise emancipatória de suas experiências, pode instaurar processos que o motivem a querer outras coisas para si, em uma releitura de suas necessidades. Esse processo se daria durante a experimentação de atividades em contexto de acompanhamento, associada à análise ampliada da determinação de experiências passadas, realizadas em conjunto entre terapeuta ocupacional e sujeito acompanhado. Ao realizar uma análise das próprias necessidades, o sujeito, no contexto do acompanhamento em terapia ocupacional, será convidado a pensar sobre como isso se operacionaliza na vida concreta e, para tanto, faz-se necessário que se planejem processos de trabalho, disparados por processos de objetivação.

A análise da atividade humana é entendida neste processo de trabalho como uma investigação dos sujeitos acerca dos processos de trabalho em curso na composição dos cotidianos dos sujeitos acompanhados. Netto (2011) explica como, para Marx, no processo de compreensão da realidade,

> o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação [...] o sujeito "tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas (Marx 1968, p. 16 apud Netto, 2011, p. 25).

A interface com a educação se faz necessária no acionamento dessa ferramenta, dado que a transformação do objeto ao qual se aplica, a atividade humana de outras pessoas, depende de que essas pessoas se apropriem de conhecimentos e habilidades de análise, elas próprias. Assim, um processo ensino-aprendizagem se estabelece durante a análise de atividades que se faz conjuntamente, no contexto do acompanhamento em terapia ocupacional, que tem a finalidade de fortalecer os sujeitos envolvidos na (re)apropriação das possibilidades de análise e produção consciente da própria história.

> Num pensar dialético, ação e mundo, mundo e ação, estão intimamente solidários. Mas a ação só é humana quando, mais que um puro fazer, é um que fazer, isto é, quando também não se dicotomiza da reflexão. Esta, necessária à ação, está implícita na exigência que faz Lukács da 'explicação às massas de sua própria ação' - como está implícita na finalidade que ele dá a essa explicação, a de 'ativar conscientemente o desenvolvimento ulterior da experiência'. Para nós, contudo, a questão não está propriamente em explicar às massas, mas em dialogar com elas sobre a sua ação. De qualquer forma, o dever que Lukács reconhece ao partido revolucionário de 'explicar às massas a sua ação' coincide com a exigência que fazemos da inserção crítica das massas na sua realidade através da práxis, pelo fato de nenhuma realidade se transformar a si mesma (Freire, 2005, p.44).

Assim, idealmente, ao apreenderem a realidade com mais e melhores recursos analíticos, os participantes dos processos em terapia ocupacional podem ingressar em processos de apreensão de si mesmos, dialeticamente, como criadores e produtos da realidade coletiva. Nas sucessivas aproximações de experiências de fazer-analisar-fazer, de forma cada vez mais complexa, no trabalho em terapia ocupacional se intenciona que possam ampliar a maneira como identificam no mundo formas de responder a seus carecimentos, nomeando novas necessidades e identificando os meios para responder a elas. Berenice Rosa Francisco (1988) já apontava ao discutir, para o setor saúde, a prática da terapia ocupacional em uma perspectiva do MHD:

> O terapeuta não se apodera, como sendo exclusividade sua, dos conhecimentos que possibilitam a efetivação do processo, da mesma forma que não o realiza sozinho. Pois o principal propósito da terapia é possibilitar ao cliente perceber-se enquanto indivíduo social, feixe de relações. Isso só acontece à medida que ele passa a apropriar-se dos meios e objetivos do tratamento (materiais, maquinários, ferramentas, métodos de execução e principalmente o produto de seu trabalho), reconhecendo-se autor, fazedor de sua história e da história do mundo (p. 78).

Propõe-se que terapeutas ocupacionais, orientados pela perspectiva do MHD, são capazes de analisar ontologicamente a atividade humana por meio de sua decomposição pormenorizada, nas categorias analíticas do processo de trabalho em Marx, identificando a determinação social que engloba cada elemento analisado, bem como possibilidades de ajustes que possam alinhar a apreensão do sujeito acerca de sua própria atividade humana, sobre o

mundo e sobre si, dialeticamente na conexão com o coletivo, para que possa de fato responder às necessidades em saúde de seu grupo social.

6.5.1.2 Expressões do elemento análise emancipatória de atividades de acordo com o momento do processo dialético

A análise da atividade humana é uma ferramenta do terapeuta ocupacional, quando acionada em uma aproximação inicial (ou de revisão no trajeto de acompanhamento). Pode ser feita em sobrevoo, nos primeiros encontros com a pessoa ou grupo acompanhados, ou mesmo em uma observação que se faça sobre uma situação em que há atividade humana, mas não haja possibilidade de análise conjunta.

Quando realizada em conjunto, será ferramenta de ambos, terapeuta ocupacional e sujeito ou grupo acompanhados, na análise dos processos que começam a acontecer a partir da experimentação em terapia ocupacional. Para estar alinhada com o processo emancipatório, deve ser mantida a finalidade de que os sujeitos envolvidos tomem consciência do processo de objetivação, ou seja, que se produzam novas necessidades, uma revisão da forma de compreender que, nas oficinas realizadas nesta pesquisa, em princípio foi chamado de "qualificar demanda", termo comum nos serviços de atenção em saúde.

Portanto, a operacionalização da análise conjunta de atividades se dará como momento de instrumentalização de um processo ensino-aprendizagem, em que os sujeitos podem, ao serem apresentados à análise e às formas do terapeuta ocupacional de fazê-la, apropriarem-se dela como sua própria ferramenta de percepção da realidade.

Enquanto produto, a análise emancipatória de atividades se manifesta no mesmo processo ensino-aprendizagem, quando o acompanhado realiza a instrumentalização ou a problematização da atividade, impactando concretamente na condução do processo de transformação de sua própria atividade. Assim, não basta que a pessoa opine sobre a forma de transformar o objeto de trabalho da atividade que está sendo proposta e analisada, dado que isso não a coloca na condução do processo de transformação de sua própria condição humana de realizar atividades.

A análise emancipatória de atividades será identificada como produto ao ser utilizada pelo sujeito na transformação do objeto mesmo do trabalho do terapeuta ocupacional, em parceria. Ou seja, quando o sujeito decidir qual o próximo passo do processo e de que forma vão transformar juntos sua condição de realizar atividades humanas que transformam a realidade e o transformam ao mesmo tempo.

6.5.2 Proposição emancipatória de atividades

A proposição de atividades como ferramenta de trabalho de terapeutas ocupacionais é a proposição de experimentações de humanização, de condução de um processo de trabalho do início ao fim. Propõe-se que este processo também desvele outros ângulos de análise do sujeito acompanhado sobre suas condições de conduzir a própria vida, em suas contradições e determinação social. Berenice Rosa Francisco (1988), ao discutir a prática em saúde da terapia ocupacional a partir do MHD, sugeria que a atividade humana, identificada em seu texto como "fazer", teria o potencial de contribuição para a transformação social no sentido da emancipação:

> Um fazer que busca conscientizar os homens da opressão a que estão submetidos enquanto membros de uma sociedade classista. Um fazer que desvela as determinações sociais vividas, busca descobrir formas revolucionárias, mostra a contradição e o conflito da saúde em uma sociedade de classes (p. 78).

Entendeu-se, na análise dos participantes desta pesquisa, que a intenção na proposição de atividades em uma prática emancipatória em terapia ocupacional é que a experiência de realização da atividade no contexto do acompanhamento oportunize uma nova percepção e, então, um novo entendimento da realidade. Esse novo entendimento oportuniza a identificação de contradições nas explicações iniciais que o sujeito tem sobre sua condição, que possam estar relacionadas à limitação que se quer transformar pelo trabalho em terapia ocupacional.

Conforme discutido, a atividade humana acontece o tempo todo na relação dos humanos com a totalidade social, podendo produzir alienação, nas práxis reiterativas, ou liberdade, nas práxis criativas e revolucionárias (Vázquez, 2007). Por isso, a simples proposição de atividades, por si, não necessariamente produzirá movimentos no sentido da emancipação humana. A atividade proposta contribuirá para um processo de emancipação apenas no contexto do acompanhamento orientado pela análise emancipatória do processo em curso. Trata-se de um processo dialético, em que a análise desprovida de experiência não produz transformação substancial, bem como a atividade desprovida de consciência não produz a superação dos movimentos reiterativos da condição que se quer transformar. Quando orientada por essa perspectiva, esta ferramenta será qualificada como proposição emancipatória de atividades.

Lima (2017. p. 210) discute, com base em Arendt, como a atividade humana no capitalismo fica capturada entre o trabalho-emprego e o consumo:

> o homem reduzido ao labor está, segundo Arendt, condenado à luta pela sobrevivência e aprisionado a uma atividade incessante e repetitiva, que não cessa senão com a exaustão da força de trabalho, e que tem por único objetivo a produção cada vez maior de coisas pouco duráveis a serem rapidamente consumidas. Quando tudo o que se faz é capturado por esse mecanismo de produção e consumo ininterrupto, perde-se a possibilidade e a capacidade de construir um mundo comum e de estar entre os homens como seres políticos.

A proposição emancipatória de atividades em terapia ocupacional deve ser uma ferramenta de desnaturalização da realidade (Lopes et al., 2014) e acionamento das mediações que a atividade humana pode realizar. Deve estar orientada para que o sujeito que se implica nessa atividade esteja atento aos acontecimentos em si mesmo e na matéria que transforma (que pode ser argila, cuidado de um filho, tarefa de trabalho ou participação em movimento social). Ao mesmo tempo, deve ser um processo de experimentação de uma linguagem na produção de sua história. Barros et al. (2002), ao descrever a mediação da atividade em um processo de acompanhamento em terapia ocupacional social, contribuíram para a definição desta ferramenta:

> A terapia ocupacional funda-se sobretudo em processos e ações comunicativas, comunicação que opera simultaneamente por diferentes formas de linguagem-pensamento. Ou seja, falar em atividade é falar em processo e em mediação interpretativa entre nós e os fenômenos: agir, reagir, interagir e fazer são modos marcantes, concretos e materiais de dizer o mundo. Interação dialógica, ao nível da ação, do homem com sua historicidade. Esta mediação interpretativa está, portanto, presa às representações do mundo que nossa historicidade nos impõe. E é esta compreensão da indissolubilidade entre homem e mundo e entre história pessoal e social que vai conferir sua marca à terapia ocupacional social. Nossas reações à realidade, interações vivas e físicas com a materialidade das coisas e do mundo, se constituem em respostas sígnicas, portanto, de comunicações múltiplas e complexas. Neste contexto, a noção de experiência e também de historicidade são fundamentais (Barros et al, 2002, p.101).

Durante a realização de atividades no contexto de acompanhamento, há pelo menos dois processos de trabalho paralelos em andamento. Um é o do terapeuta ocupacional, que está intencionando uma transformação na forma como aquela pessoa ou grupo se apropriam do mundo e o transformam para responder a necessidades. Ao mesmo tempo, por exemplo ao fazer um bolo, o sujeito poderá estar em outro processo de trabalho, com a intenção de responder ao pedido do terapeuta ocupacional, por entender que isso pode ajudar a responder à sua demanda inicial por acompanhamento, mas sem necessariamente entender as relações postas entre as duas coisas.

Importante indicar neste momento que a proposição de atividades, bem como a realização conjunta de atividades em contexto de acompanhamento, não pode, em momento algum, tomar como premissa que é o terapeuta ocupacional quem está transformando o sujeito

por meio da atividade, ou da proposição ou da intervenção sobre a atividade realizada em conjunto. O terapeuta ocupacional só pode transformar a própria atividade, dado que não pode transformar o outro em uma relação emancipatória, por tomar o outro como sujeito e não objeto de trabalho. Nesta perspectiva se radicaliza novamente a prática que se recusa à transformação de aspectos parciais da cotidianidade e das relações alienantes em saúde (Valenzuela, 2020). Trata-se de negar o papel técnico de agente sobre o outro, colocando-se radicalmente ao seu lado, na disputa do imaginário político disponível para a vida comum, desdobrando práticas concretas de cooperação (Valenzuela, 2020).

A ferramenta proposição emancipatória de atividades permite ao sujeito terapeuta ocupacional apresentar elementos da realidade aos acompanhados, com a finalidade de disparar neles um processo de objetivação (Mendes-Gonçalves, 2017), a partir do qual possam se colocar em processo de trabalho (porque objetivar é evidenciar uma necessidade a ser respondida pelo trabalho).

Assim, a proposição de atividades que é realizada pelo técnico a partir da análise emancipatória realizada, que pode ser conjunta com o sujeito ou não (a depender do momento do processo de acompanhamento), será uma ferramenta do trabalho em terapia ocupacional ao se colocar entre terapeuta ocupacional e a própria atividade humana do sujeito. Nesta direção, a proposição da atividade deve contemplar elementos constitutivos do objeto e da finalidade, ou seja, conter elementos da forma como o sujeito relaciona intenção, atividade e resultados de suas ações, durante o processo de objetivação e transformação do objeto, bem como suas conexões com aquilo que o determina socialmente.

Furtado (1999) descreve que, no processo terapêutico-ocupacional, a objetivação do real acontece por meio de um processo de criação e conexão com as inúmeras possibilidades de se experimentar. A autora defende que, no contexto de acompanhamento em terapia ocupacional, há um processo criativo que se instaura a partir de um desvelamento, fruto de uma análise sustentada pela reconstrução da história de vida dos sujeitos, através das mediações das atividades humanas. O processo de desvelamento dessas mediações, sob análise conjunta (no uso conjunto da ferramenta análise emancipatória de atividades), poderá ampliar a possibilidade do sujeito de tomar consciência sobre seu lugar histórico e material no processo de produção, que em última instância manifestará em seu corpo os processos de saúde.

Portanto, o acompanhamento se faz necessário para instaurar o processo emancipatório, ao apoiar a análise e a tradução, em diálogo produtor de consciência e identificador de contradições, de transformação real e produção de história. Ainda que uma parte da população acompanhada em terapia ocupacional não acesse a linguagem falada e/ou

escrita, há linguagens em outros níveis que podem processar a comunicação e, ainda, dado o caráter coletivo dos sujeitos, essa linguagem se produzirá ao redor, na narrativa sobre o acontecimento, gerada pelos sujeitos em relação com a pessoa acompanhada.

A escolha da atividade a ser proposta dependerá do momento do processo de acompanhamento (por exemplo: mapeamento inicial de necessidades, ativação de mediação de um processo de tomada de consciência, identificação de uma necessidade ampliada, desnaturalização de uma crença ideológica opressora).

A proposição emancipatória de uma atividade deve se basear em uma escolha que coloque em relevo a processualidade do ato, dando atenção ao acontecimento nele implicado, em seus aspectos fabril e realizador (Lima, 2017). Galheigo, em uma análise sobre o cotidiano e as atividades humanas que o compõem, indica elementos que podem apoiar a análise e escolha técnica para esta proposição:

> Outros recursos são também utilizados no modo com que fazemos as atividades cotidianas. Utilizamos as experiências anteriores como balizadoras, o que faz com que se lance mão dos precedentes e da analogia, com base na crença e na confiança de que darão novamente certo. Por vezes, é necessário se fazer uso de juízos provisórios, baseados na ultrageneralização do que se tem como tradição ou experiência pessoal. Assim, espera-se que a prática cotidiana confirme resultados anteriores, caso contrário, novos modos de fazer e viver precisam ser reinventados. Ainda, há, segundo Heller, duas outras características em torno das quais a vida cotidiana se estrutura. Uma é a mimese, característica humana essencial à aprendizagem e incorporação de hábitos e costumes, que se manifesta ao longo da vida em diferentes níveis e intensidades[...]. A outra é a entonação, isto é, o modo com que cada pessoa "dá o tom" a sua vida, o que produz as marcas de singularidade ao cotidiano de cada um (Galheigo, 2020, p.19).

É na proposição que reside o potencial emancipatório do processo de trabalho que se instaura no acompanhamento em terapia ocupacional. Isso significa que não é a atividade que sozinha realiza uma transformação, mas na relação dialógica, a maneira como o terapeuta ocupacional aciona elementos da atividade humana do sujeito acompanhado por meio da proposição da atividade é que pode ser compreendida como a ferramenta emancipatória. Uma proposição que deve ser focada no encontro com a concretude da transformação da realidade via práxis. Dessa forma, propor uma atividade que exagere uma mimese ou que evidencie uma entonação, por exemplo, pode disparar um processo interessante de tomada de consciência para um sujeito em acompanhamento, no caminho de atualizar de forma singular um campo de saberes sobre si na relação com o mundo, que é historicamente constituído (Lima, 2017). Essa consciência poderá evidenciar a forma como esse sujeito apreende a realidade e elege objetos de sua necessidade, identificando as contradições do processo.

Identificar a necessidade alienada de ter um novo celular a cada ano, reconhecendo o mecanismo fetichista e alienante de consumo, é um exemplo. Identificar como a postura corporal pode estar relacionada à reação hostil que o sujeito costuma receber de desconhecidos, gerando necessidade de desenvolver novas formas de se expressar e, assim, possibilidade de identificar no mundo outras formas de se relacionar, é outro exemplo.

O caráter coletivo da atividade e dos sujeitos se manifestará, ainda que a atividade seja proposta e realizada de forma individual, e essa dialética deve habitar permanentemente a análise do terapeuta ocupacional que queira sustentar a finalidade emancipatória. Deve-se estar atento ao risco de subjetivar o raciocínio técnico de proposição e análise das atividades humanas em algum tipo de interpretacionismo superficial.

Galheigo (2020) em sua incursão sobre o cotidiano como elemento imprescindível para uma prática crítica em terapia ocupacional, apoia esta análise, ao fazer a crítica à ideia de papéis ocupacionais, como algo descolado do cotidiano e das manifestações da reprodução social sobre a vida dos sujeitos. Ela reafirma a indissociabilidade indivíduo-coletivo, que se manifesta na vida cotidiana, na forma como os sujeitos respondem a suas necessidades:

> O ser particular se revela no modo como identifica, a princípio, as necessidades humanas como necessidades do eu, como a satisfação da fome, a manutenção da sobrevivência e a diminuição do sofrimento, por exemplo. Assim, o ser particular vive sua experiência ontológica como única e irrepetível. O ser genérico, por sua vez, manifesta-se nas atividades e criações que imprimem sua marca no mundo e nas vivências representativas do humano, como os sentimentos e as paixões. Assim, no cotidiano, a pessoa se encontra em relação, consciente e inconsciente, com as características de particularidade e genericidade de seus atos. Portanto, mesmo que a escolha por determinada atividade laboral, artística, científica, política ou de cuidado advenha de uma iniciativa e desejo individual, estas atividades não deixam de ser pertencentes ao gênero humano (Galheigo, 2020, p.17).

Portanto, a proposição de experimentação de atividades, ainda que em âmbito individual, ou ainda que em âmbito de um grupo específico, deve ser articulada a um processo reflexivo coletivo ampliado (Lopes et al., 2014). Uma forma de fazê-lo é identificar o aspecto coletivo dos elementos da atividade em andamento, por exemplo, como as ferramentas usadas foram feitas por outras pessoas, ou como o cheiro do bolo pode fazer alguém no corredor da instituição lembrar de algo ou, ainda, como o acesso a um direito social, individualmente, relaciona-se ou não com a transformação da sociedade.

Lima (2017) aponta a importância de se produzirem experiências de conexão com o coletivo e enraizamento histórico e material, para que os sujeitos possam encontrar vias de coletivamente desafiar a determinação social do sofrimento:

> No capitalismo, é o enfraquecimento do trabalho e da ação, o empobrecimento do mundo, a desvitalização das redes de relação e o tendencial desaparecimento da política. A precariedade lança as pessoas numa batalha cotidiana pela sobrevivência, em que o isolamento e o desenraizamento são experienciados na vida cotidiana e na realização das atividades que a compõem. O primeiro aniquila o poder político e a capacidade de agir de cada um, levando à deterioração da esfera pública. O segundo desagrega a vida cotidiana e destrói a rede de relações, tornando palpável a experiência de não pertencer ao mundo comum, não ter nele um lugar (Lima, 2017, p. 227).

Na mesma direção, aponta-se que a proposição de atividades pode passar por experimentar nada fazer. Estar juntos em contemplação pode apoiar, sob a análise emancipatória dessa atividade contemplativa, uma tomada de consciência de um aprisionamento na atividade repetitiva e alienada:

> Com toda a sua atividade reduzida ao labor, que não tem começo nem fim, o homem moderno é separado de sua potência de agir ao não poder parar de fazer, já que, como vimos, a potência é definida essencialmente pela possibilidade do seu não exercício. Ele não pode não fazer. Tem que produzir o tempo todo. Uma mesma qualidade – a de uma aceleração sem fim – toma a potência de agir e fazer. Neste modo de vida, investe-se na diversidade das expressões e das coisas produzidas sem acolher a diferença de qualidade que só poderia se exprimir na diferença de ritmos, nas pausas e nos silêncios. Aquele que está separado de sua própria impotência perde, ao contrário, toda capacidade de resistência (Lima, 2017, p. 231).

Essa consciência poderá identificar a contradição que habita o excesso de tarefas, fetichizadas em consumo, que tomam também o descanso, seja em forma de *streaming* de séries e filmes ideologicamente carregados; pacotes de viagens em que apenas se passa por lugares, para registrá-los em postagens de redes sociais, sem de fato se relacionar com eles; ou a necessidade de comprar objetos inúteis em *sites* que transformam a compra em um tipo de jogo.

O trabalho da terapia ocupacional não fará sozinho a transformação necessária para a superação dos processos que determinam os problemas de saúde dos sujeitos acompanhados, mas comporá o projeto coletivo de emancipação humana. Neste caminho, Galheigo (2020) propõe que não se trata, na prática crítica, de buscar abolir a estrutura espontânea da vida cotidiana para torná-la menos alienada, mas sim de se desemudecer a relação indivíduo-sociedade. Assim, as proposições emancipatórias de atividades podem se configurar como convites à produção de novos modos de condução da vida, que possibilitem uma nova "ordenação" da cotidianidade, com base em uma relação consciente, provocadora, com engajamento ético de modo a "[...] transforma[r] a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política" (Heller, 2000, p. 41, apud Galheigo, 2020, p. 19).

A proposição emancipatória de atividades, assim, será a proposição baseada em uma análise do sujeito em sua relação com a totalidade social, que oportuniza a experimentação de

situações que convoquem o sujeito a estabelecer novos processos de objetivação. A análise que fundamenta a proposição deve levar em conta os processos de estranhamento e alienação relacionados às necessidades do sujeito, orientando a proposição no sentido de sua identificação e desvelamento. Deverá acontecer então um tensionamento pela identificação das contradições que se pretende desvelar e essa descoberta poderá colocar em suspensão as explicações iniciais e as formas naturalizadas, cristalizadas de realizar as atividades daquele sujeito, até então.

Este será o momento em que o terapeuta ocupacional poderá propor uma análise conjunta do fenômeno em curso, sugerindo outras explicações, ou novas experiências que ampliem o repertório de explicações e interpretações da condição de vida daquele sujeito. A partir de uma nova apreensão da realidade, pretende-se que o sujeito tenha condições de reconhecer outras necessidades, para além daquelas alienadas em demandas de consumo, ou tratamento medicamentoso, por exemplo, e então estabelecer novos processos de trabalho, ou seja, novas atividades, em sucessivos ciclos de complexificação de sua consciência e autoria na própria história, que é a história do grupo social de que faz parte.

6.5.2.1 Expressões do elemento proposição emancipatória de atividades de acordo com o momento do processo dialético

Há uma diferença entre a proposição de atividades que o terapeuta ocupacional faz para os acompanhados e aquelas proposições que os próprios acompanhados realizam. A teleologia da proposição realizada pelos acompanhados é parte do objeto de trabalho em terapia ocupacional e, sob análise, poderá demonstrar como eles estabelecem relações de produção da própria vida e da vida coletiva, bem como os efeitos do processo de transformação empreendido em terapia ocupacional.

Em muitos momentos do processo de trabalho em terapia ocupacional, é o sujeito acompanhado quem propõe a atividade a ser realizada. Se essa proposição é realizada a partir do estranhamento, descolada da consciência sobre as relações entre intencionalidade e produto, ou no início do processo em terapia ocupacional, ela será parte do objeto de trabalho do terapeuta ocupacional, que a analisará como manifestação dos processos de objetivação daquele sujeito.

Se a finalidade do trabalho em terapia ocupacional for estabelecer processos emancipatórios e conseguir se efetivar, a proposição de atividades pelos acompanhados, ao longo do tempo, deverá apontar para novos processos de trabalho, resultantes da possibilidade de identificação de necessidades menos estranhadas, bem como de ferramentas mais eficazes

(do ponto de vista da referência mais precisa das ferramentas, ao objeto e à finalidade) na produção da própria vida e da vida coletiva da sociedade em que vivem.

Após iniciado o processo de acompanhamento, com a realização conjunta de análises emancipatórias sobre as atividades, se a proposição de atividades pelo sujeito acompanhado acontecer apoiada pelas análises, manifestando elementos de uma consciência ampliada sobre o estranhamento e a determinação social da própria condição, aí então poderá ser considerada produto de um processo de trabalho emancipatório em terapia ocupacional. Em seguida, assim que se configura como produto do processo de intervenção, a proposição de atividades pelo acompanhado se torna imediatamente ferramenta para um próximo ciclo de análise-atividade-análise.

6.5.3 Operacionalização da participação radical

Frequentemente, no contexto de acompanhamento em terapia ocupacional, para propor uma experimentação que oportunize ao acompanhado outra percepção sobre a realidade, é necessário adaptar as condições para que a experimentação se efetive, por meio da aplicação de conhecimentos de adaptação de ambientes, de objetos, de ferramentas, de negociação com família ou instituição, de acordo com o repertório do terapeuta ocupacional, com foco na viabilização da experiência para que a atividade seja realizada pelo sujeito.

Adaptar, articular, "emprestar contratualidade", são termos usados nas análises das práticas realizadas nas oficinas emancipatórias. Operacionalizar a participação radical será, no contexto do acompanhamento orientado pelo MHD, atuar sobre os espaços e relações com a intenção de que experiência proposta como atividade humana emancipatória aconteça. Trata-se das questões relacionadas, na literatura da terapia ocupacional, à inserção social, ao acesso e à acessibilidade, consideradas condições necessárias para que se efetive a participação social:

> Neste âmbito, a emancipação social também se faz e acontece na vida cotidiana e no caminhar dos processos participativos e não se trata apenas de um objetivo final a ser alcançado através da participação social. Aqui, compreende-se que o engajamento político e social necessário para a emancipação é a própria participação social (Silva, 2021, p. 57).

Esta ferramenta foi nomeada inicialmente como operacionalização da realização de atividades e, após análise e aprofundamento teórico, qualificou-se como operacionalização da participação radical.

Ontologicamente, o humano, ao objetivar algo necessário para instaurar um processo

de trabalho, visualiza uma série de operações necessárias, incluindo as ferramentas e conhecimentos que deverão ser mobilizados para realizar o produto (Mendes-Gonçalves, 2017). A operacionalização de experimentações em terapia ocupacional engloba todo o conhecimento técnico específico dos diferentes campos de atuação em que terapeutas ocupacionais se inserem, a partir de sua prática em saúde.

Terapeutas ocupacionais realizam acompanhamento de diferentes necessidades em saúde: institucionalmente ou em domicílio, com apoio ao acesso a instituições diversas em um território de atenção em saúde ou acolhimento psicossocial em serviços de saúde mental, são alguns exemplos. Em diferentes contextos, haverá um conjunto de conhecimentos, técnicas e ferramentas específicas, não necessariamente ligadas à prática específica em terapia ocupacional, que deverão ser acionadas para que se criem as condições de o sujeito se colocar em atividade, ou experimentar a atividade que seja, de fato, emancipatória.

Por meio da análise aprofundada das mediações que as atividades realizam nos gestos humanos e nas relações sociais, é possível identificar barreiras e facilitadores entre a necessidade do sujeito e o processo de trabalho que pode gerar um produto. Um exemplo dado nas oficinas foi o caso que Bernardo atendia, em que ele avaliou a importância de o rapaz se experimentar tomando uma decisão sobre si. Quando a mãe do rapaz pareceu resistir à saída dele com Bernardo para o pátio do prédio, Bernardo interveio, propondo ao rapaz decidir sair ou ficar. Neste momento, ele criou um campo de negociação (que estava até então na circulação de poder entre o terapeuta ocupacional e a mãe) e o rapaz decidiu sair, legitimado pela atitude de Bernardo. Um outro exemplo seria a identificação de que, para uma pessoa com lesão importante na mão conseguir comer sozinha, pode bastar um ajuste nos talheres, para que se prendam à mão de determinada maneira. Esse ajuste é possível por meio da observação e de conhecimentos técnicos sobre o processamento muscular e neurológico do gesto, bem como sobre materiais de adaptação.

Novamente, evoca-se a dialética inerente à teoria do processo de trabalho, que marca a indissociabilidade entre o acionamento de conhecimentos técnicos, objetos e relações, como ferramentas operacionais, a finalidade emancipatória e o objeto atividade humana de um sujeito coletivo. Todos estes elementos devem estar vivos na composição da análise e da proposição técnica, para que a intervenção seja eficaz na produção da experiência emancipatória.

Ou seja, pode ser feita uma negociação com a mãe do rapaz, apenas pontual, para o terapeuta ocupacional conseguir fazer uma atividade que queira e isso não produzir reflexão sobre as relações sociais e de autoria da história dos sujeitos na relação. Ou ainda é possível fazer uma adaptação muito engenhosa para que a pessoa coma sozinha, sem considerar que ela

está institucionalizada em um local que não permite essa autonomia para seus internos.

A atividade humana somente pode ser transformada pelo próprio humano que a realiza, ao transformar a si mesmo e às suas possibilidades de apreensão da realidade. Dessa forma, a análise da dimensão coletiva inerente às atividades humanas somente comporá uma ferramenta para o trabalho emancipatório em terapia ocupacional se for apropriada pelas pessoas acompanhadas, como parte de sua forma de ler o mundo e propor suas ações sobre ele. Assim, a operacionalização, quando realizada conjuntamente com o sujeito acompanhado, estará alinhada à prática emancipatória, que vai, pelas diferentes e sucessivas aproximações do sujeito do processo de objetivação na experiência, oportunizando o que Vázquez descreve:

> A relação entre o pensamento e a ação requer a mediação dos fins que o homem propõe. Por outro lado, se os fins não são limitados a meros desejos ou sonhos, e são acompanhados de uma vontade de realização, essa realização - ou conformação de uma dada matéria para produzir determinado resultado - requer um conhecimento de seu objeto, dos meios e instrumentos para transformá-lo e das condições que abrem ou fecham as possibilidades dessa realização. Em consequência, as atividades cognoscitiva e teleológica da consciência se encontram em uma atividade indissolúvel. (Vázquez, 2007, p. 224-225)

6.5.3.1 Expressões do elemento operacionalização da participação radical de acordo com o momento do processo dialético

A finalidade emancipatória poderá sustentar o lugar de sujeitos nos processos em curso, seja do terapeuta ocupacional, seja dos sujeitos acompanhados, evitando basear a intervenção somente em atividades teóricas, desejos ou sonhos; ou somente na realização de atividades puramente materiais. Portanto, na prática emancipatória em terapia ocupacional, que toma a atividade humana como seu objeto, a sua operacionalização, enquanto articulação entre conhecimentos sobre os objetos e dos meios e instrumentos para sua transformação, é necessária e pode ser entendida como ferramenta de trabalho na lógica do processo de trabalho em Marx.

A operacionalização da participação radical será produto do trabalho em terapia ocupacional quando o sujeito acompanhado passar a realizar uma operacionalização da própria participação, por estar com repertório ampliado e puder ler a realidade com nitidez de intenção, alinhada com finalidade emancipatória, elegendo bem os objetos e, por consequência, as ferramentas que operacionalizam sua transformação do mundo. Este processo estará a serviço de desestranhar o sujeito em relação às suas possibilidades de participação na vida social, além de nas ações sobre si e sobre a sociedade em que vive.

Não se trata de o sujeito se apropriar de todas as técnicas e teorias sobre mediação de conflito, relações de poder ou biomecânica, mas de reconhecer suas necessidades e como elas

se instauram, produzindo conhecimento práxico sobre o que abre ou fecha as possibilidades de sua participação no mundo, para resposta a essas necessidades. Reconhecendo que há possibilidades e quais são as contradições imediatas que barram sua participação, poderá acionar outras pessoas, buscar novos conhecimentos, demandar acesso a recursos técnicos e tecnológicos que o apoiem, radicalmente assumindo uma teleologia dos processos de produção da própria vida.

Lopes et al. (2014) propõem recursos e tecnologias em terapia ocupacional na atenção a jovens, que exemplificam a ferramenta apresentada aqui, a partir do recorte da prática no campo social. Apresentam, dentre eles, a Articulação de Recursos no Campo Social e a Dinamização da Rede de Atenção:

> [A] Articulação de Recursos no Campo Social compreende uma gama de ações realizadas desde o plano individual, passando pelos grupos, coletivos, até os níveis da política e da gestão; a estratégia está em manejar as práticas em diferentes níveis de atenção em torno de objetivos comuns e utilizar os recursos possíveis, compreendidos como dispositivos financeiros, materiais, relacionais, afetivos, sejam eles micro ou macrossociais, para compor as intervenções. Sendo assim, é necessário dispor de metodologias de intervenção que também estejam inseridas nesses diferentes níveis, para que sejam possíveis a identificação, a negociação e a efetiva contribuição desses recursos. [...]
>
> A Dinamização da Rede de Serviços [...] visa mapear, divulgar e consolidar todos os programas, projetos e ações voltados para esse grupo populacional e/ou sua comunidade, com o intuito de fomentar a interação e a integração entre eles, articulando os diferentes setores e níveis de intervenção, facilitando a efetividade e o direcionamento das estratégias. (p. 597-598).

Neste momento, reafirma-se a importância da consciência da localização sócio-histórica do terapeuta ocupacional como sujeito na relação de trabalho com os acompanhados. Se o corpo e a subjetividade do trabalhador são transformados em ferramenta no capitalismo, é necessário estar consciente na forma de acionar esses elementos, para realizar um trabalho emancipatório: ser sujeito no processo de trabalho significará se reconhecer como sujeito em relação com outros sujeitos, trabalhando juntos a partir de seus lugares sócio-históricos.

6.5.4 Intervenções sobre o tecido social

A partir das propostas desta pesquisa, reconhece-se que a atividade humana é manifestação e criadora do meio em que os humanos vivem. Ao tomar a atividade humana como objeto, é possível fazer análises complexas da determinação social das condições de saúde dos sujeitos, bem como propor intervenções sobre as possibilidades de esses mesmos sujeitos

transformarem essas determinações, ao assumirem a autoria sobre sua atividade.

Na análise de elementos históricos da determinação dos processos que estão em andamento durante o processo de trabalho em terapia ocupacional, deve-se evidenciar o fato de que o trabalho, em Marx, nunca é individual. Assim, se a finalidade do trabalho é emancipatória, será necessário que se façam intervenções para além da relação com os sujeitos acompanhados, visando em última instância contribuir para o trabalho coletivo de reorientação dos próprios meios de produção (Lima, 2017).

Durante as oficinas emancipatórias desta pesquisa, os participantes usavam o termo "trabalho nas brechas" para identificar a intervenção que extrapolava as regras e vias formais de trabalho, para além da relação com os sujeitos acompanhados. Elementos de desobediência, de acionamento de atalhos, processos e outros sujeitos fora dos protocolos "da saúde" eram nomeados como parte importante do trabalho, que permitiam uma abertura para a existência autoral dos sujeitos acompanhados.

Malfitano, Whiteford e Molineux (2019) evidenciam que os objetivos mais progressistas da terapia ocupacional são incompatíveis com a ideologia capitalista neoliberal, ao identificarem a natureza coletiva de seu objeto. Apontam que a ideologia neoliberal, por meio de referências medicalizantes, individualiza os principais meios pelos quais os terapeutas ocupacionais se aproximam dos sujeitos acompanhados, sejam indivíduos, grupos, comunidades ou populações. No contexto descrito, Bezerra e Trindade reconhecem contradições de uma prática profissional que se queira emancipatória, tendo sido forjada e sendo regida pelas regras capitalistas:

> Essa realidade tem posto novos desafios éticos, políticos, teóricos e práticos para a profissão, de modo que cabe ao terapeuta definir os limites para a intervenção e saber fazer uso da sua autonomia relativa, percebendo as contradições institucionais para que, na sua ação, possa ultrapassar as requisições profissionais direcionadas a ele pela instituição e atender às verdadeiras necessidades dos sujeitos-alvo de sua intervenção (Bezerra, Trindade, 2013, p. 436).

Há uma contribuição para a reorientação do modo de produção na análise qualificada das mediações que a atividade humana realiza no meio, o cotidiano, que é a história humana viva, no encadeamento das relações de produção, localizadas material e historicamente. Terapeutas ocupacionais frequentemente realizam intervenções sobre equipes, espaços, instituições, políticas públicas e movimento social, intencionando que a experiência do trabalho coletivo aconteça na rede de instituições, serviços, grupos e relações de produção.

Malfitano e Lopes (2021) apontam, a partir da terapia ocupacional social, que se deve assumir como um princípio a promoção de espaços de convivência, para a prática

comprometida com a questão social. Trata-se da criação e manutenção de espaços de convivência para diferentes grupos sociais e populacionais, com intenção de proporcionar experiências coletivas de produção de respostas às necessidades sociais em comum, a sujeitos que escolham estar juntos. A coexistência nestes espaços permite a identificação e desenvolvimento de estratégias de uma vida em comum.

A intervenção sobre o tecido social, quando orientada pela perspectiva da saúde coletiva, tem a finalidade de gerar e evidenciar fatos e produzir, quando necessário, adaptações institucionais, comunitárias e políticas, a partir de necessidades dos grupos sociais acompanhados, de maneira ampla no sentido da intervenção epidemiológica. Assim, identificar, evidenciar, tensionar as contradições manifestas materialmente no meio e nas relações sociais faz parte do trabalho em terapia ocupacional em saúde coletiva.

O acionamento da consciência e atuação a partir da circularidade entre necessidades e processo de trabalho é a forma privilegiada de conduzir práticas sociais emancipatórias, por reconectar a atividade humana à sua finalidade de forma consciente (Campos et al., 2013), retomando a teleologia onde for possível, no processo de produção hegemônico, e reconhecendo o estranhamento e alienação onde não for possível agir em contraposição a ele.

Muitas vezes, essa intervenção acontece ao mesmo tempo em que ocorre a interação direta com as pessoas e grupos acompanhados, dado que a forma como o terapeuta ocupacional se relaciona com eles, por dentro da instituição, na presença dos outros trabalhadores, da família e da comunidade, evidenciam já contradições da determinação social de suas condições.

Uma demonstração dessa ferramenta em ato se dá pela cena descrita nas oficinas emancipatórias desta pesquisa, em que fazem uma pergunta a Clarice, durante uma intervenção de criação de espaços de convivência (Lopes et al., 2014), realizada no corredor da unidade básica de saúde: outros trabalhadores, ao olharem a cena, perguntaram a ela se aquilo era trabalho (já que não acontecia em um consultório, com hora marcada, e não se identificava no sujeito acompanhado nenhuma marca de doença). Clarice, ao responder que sim, produziu uma tensão na obviedade medicalizante do recorte do objeto de trabalho da instituição.

Adiante, com a equipe, evidenciou uma contradição relacionada ao objeto e à finalidade das práticas, ao tensionar sua revisão, no momento em que a cena foi retomada em uma reunião de equipe com aqueles trabalhadores. Assim, ainda que pequenas, ações feitas com consciência de que o sujeito é sempre coletivo e de que a intervenção crítica deve ter uma dimensão coletiva acionam um tensionamento institucional, ao produzir fatos que evidenciam as contradições e podem apontar, no horizonte da prática coletiva emancipatória, para uma reconstrução do objeto coletivo de intervenção.

O trabalho em terapia ocupacional pode ser considerado como trabalho imaterial, por ser seu produto entregue ao mesmo tempo em que é fabricado, em ato, e não em forma de objeto inanimado, que possa ser trocado no mercado em outro momento (Marx, 1982). No capitalismo, o trabalho imaterial carrega em si uma contradição importante: ao ser irredutível à quantificação pelo tempo de trabalho[11], não pode ser precificado, senão de forma fetichizada, ou seja, o produto do trabalho em saúde ou em educação não tem valor de uso precificável, por não encerrar, em si, valor de troca socialmente compartilhado.

Apesar disso, cria-se arbitrariamente um valor para a hora de trabalho nesses campos, valorada de acordo com a categoria profissional, o local de trabalho e o prestígio social de cada profissão. Por isso, Alves (2007, p. 66) alerta para que não se caia na armadilha de mistificar o trabalho imaterial, mantendo nítido seu significado sócio-ontológico, que tem imenso potencial de subversão, ao representar "um traço de negação do capitalismo no interior do próprio capitalismo" (p. 66).

Neste ponto, é necessário indicar que a intervenção emancipatória somente se completa com a análise coletiva, junto aos trabalhadores, sobre o tensionamento criado, oportunizando a tomada de consciência sobre a contradição. Sem essa verificação sobre a tomada de consciência, há o risco de que a intervenção seja interpretada como um "jeitinho" da terapeuta ocupacional, individualizando a intervenção e a deslegitimando como intervenção técnica qualificada, com uma finalidade clara, alinhada a um projeto ampliado de produção de saúde coletiva. Reside aí um elemento estruturante da prática, que passa pelo reconhecimento de sua dimensão coletiva, que é política:

> Toda prática em terapia ocupacional é política. É política porque lida com um mundo concreto, com uma sociedade em particular, com um mundo que queremos construir. Relaciona-se com o tipo de questões que são produzidas por nossas ações e uma sociedade e mercado neoliberais, com um desejado tipo de governança. É política porque somos produzidos por nós mesmos a partir de problemas sociais. E porque os questionamos a partir de uma realidade que nos determina e a qual determinamos (Córdoba, Kronemberg, Ramugondo, 2015, p.8, tradução nossa).[12]

---

[11] O valor de que o capitalista se apropria ao explorar o trabalhador, no capitalismo, é gerado pelo trabalho humano que se acumula pela transformação da matéria bruta em mercadoria. Para que isso seja possível nomeia-se como trabalho abstrato, o trabalho humano *socialmente necessário* para a produção de cada mercadoria, precificando-o de acordo com o tempo. Isso significa, por exemplo, que uma hora de trabalho humano de produção de carros, é abstratamente precificado de maneira generalizada (daí a ideia de que seja socialmente necessário), para pagar o trabalho de todos os metalúrgicos de uma corporação automobilística, ainda que cada um leve um tempo diferente para fazer a mesma coisa - o que é minimizado pela máquina, que dita o ritmo do trabalho. Dessa forma operacionaliza-se a exploração do trabalhador, ao, de forma abstrata, precificar o trabalho. O trabalhador, assim, não pode identificar, por essa lógica, quanto de trabalho real é feito, na contraposição ao quanto de trabalho abstrato se paga. O lucro do capitalista se dá na diferença entre o trabalho pago e o trabalho realmente realizado, que excede o valor pago ao trabalhador e se acumula na mercadoria que é apropriada pelo próprio capitalista para vender. (Marx, 1982)

[12] Texto original: "all occupational therapy practice is a political practice. It is political because it deals with a concrete world, with a particular society, with a world that we want to build. It relates to the kind of subjects that

A dimensão coletiva do trabalho está bem descrita e operacionalizada na produção do campo da saúde coletiva latino-americana de base marxista, como inerente às manifestações da reprodução social, dentre elas, o estado de saúde das populações. Ao se definir nesta pesquisa a atividade humana como trabalho, coerente com o referencial teórico do MHD, considera-se que ela é histórica, portanto, determinada socialmente.

Dizer que há uma determinação social da atividade humana significa assumir que os gestos, hábitos, cultura, trabalho produtivo, toda a ação humana se faz em referência a um processo maior que ela mesma. Seja pelo uso de ferramentas que foram feitas por outras mãos, com tecnologia desenvolvida em outras épocas, seja pelo rastro que se deixa com o lixo que produz, com o conhecimento produzido, com a própria dissidência e recusa em participar da organização dessa sociedade, a dimensão coletiva é inerente à atividade humana (Malfitano et al., 2019; Ramugondo, Kronemberg, 2015).

Sendo a atividade humana o objeto da terapia ocupacional, a análise de sua dimensão coletiva é necessária para que se realize sua transformação no sentido emancipatório, dado que, pelo mesmo referencial, entende-se que a emancipação só acontece coletivamente e com nitidez de intencionalidade (Malfitano, Whiteford, Molineux, 2019).

Portanto, como parte do trabalho em terapia ocupacional em saúde coletiva, assume-se a contribuição para a transformação na forma como as equipes lidam com as contradições sociais que estão na base da determinação dos problemas de saúde que tomam como objeto. Essa contribuição dá-se na produção social/coletiva de outras formas de interpretar as contradições materiais e históricas que se manifestam nas relações com os sujeitos acompanhados, por meio do tensionamento nas atividades propostas e pela análise coletiva do cotidiano.

Tal análise e tensionamento podem contribuir com a produção de respostas institucionais menos estranhadas e mais conscientes. É possível, a partir daí, produzir análises técnicas em saúde coletiva, que de fato considerem as necessidades em saúde a que devem responder como manifestação da reprodução social das diferentes classes sociais dos sujeitos que acompanham.

Por meio da identificação de necessidades sociais, pode-se assumir uma mesma finalidade emancipatória, de superação da alienação em relação à tarefa coletiva de atuar sobre elementos da determinação social da saúde, na busca de produzir uma reconciliação e uma

---

are produced by our actions in a neoliberal society and market, with a desired type of governance. It is political because we produce ourselves from social problems. And because we question ourselves from a reality in which we are of and take part in." (Córdoba, Kronemberg, Ramugondo, 2015, p.8)

conexão entre as necessidades individuais, coletivas e institucionais (Malfitano e Lopes, 2021).

Propõe-se, nesta discussão, requalificar a ideia e a prática de "atuação na brecha", para além de uma noção de atalho, desfazendo a imagem de uma missão individual de abrir caminhos para cada sujeito que se acompanha. É possível, com base no MHD, entender e reorientar a intencionalidade dessa prática, sustentando-a como ação revolucionária de subversão, algo como uma lógica de *hackeamento*, em que se abre uma rachadura na estrutura, para forjar respostas junto aos sujeitos acompanhados. Mas não se pode terminar o trabalho aí.

Se terapeutas ocupacionais identificam bem as chamadas brechas, é possível que isso esteja relacionado a um domínio sobre ferramentas de análise das estruturas, naquilo que faz a mediação da reprodução social: o cotidiano, via análise da atividade humana e do meio. É possível avançar daí na composição da práxis coletiva, pelo domínio da ferramenta de análise das mediações da atividade humana, que seriam os mecanismos, os processos pelos quais os humanos produzem a história. Assim, a intervenção resultante desse processo de trabalho, em terapia ocupacional de finalidade emancipatória, teria condições de apoiar a identificação e acionamento de ferramentas coletivas, na intervenção sobre elementos da estrutura da determinação capitalista das condições de saúde das populações, para além da brecha.

Tal possibilidade ficou bem ilustrada pela prática da pesquisadora interna Olga, que executava a função de gestora de uma unidade de saúde e, a partir do núcleo de conhecimentos e práticas da terapia ocupacional, propôs um processo de análise e revisão da organização do processo de trabalho, junto aos outros trabalhadores da unidade. O processo se manifestou como fortalecimento dos trabalhadores, ao conectarem necessidades reais que observavam na prática a ferramentas, de fato, alinhadas às necessidades identificadas, bem como qualificou a atenção aos usuários do serviço.

A transformação engendrada pela atividade humana sobre a natureza também transforma os humanos, para além de sua condição individual de existência. Os objetos e conhecimentos gerados no processo de transformação têm impacto sobre a própria condição humana na Terra, ao transformarem as formas de habitar o planeta, seja pela contribuição técnica, seja pelo conhecimento que se produz em cada transformação realizada. É disso que se trata a dimensão coletiva da atividade humana, que terapeutas ocupacionais são capazes de analisar e acionar em um processo de trabalho emancipatório.

Assim, é imprescindível que terapeutas ocupacionais conheçam as políticas públicas de manutenção do sistema capitalista e, especialmente, as políticas sociais de inclusão dos sujeitos nesse sistema (Malfitano e Lopes, 2021). Fizemos a crítica à lógica da inclusão como finalidade das práticas, localizando-a, entretanto, como ferramenta essencial na construção de

práticas de finalidade emancipatória, ou seja, de superação do capitalismo. Portanto, a ação de terapeutas ocupacionais requer participação direta na arena pública de discussão e no projeto coletivo de produção de respostas a necessidades sociais. Essa participação sustentará o foco do trabalho sobre a vida real dos sujeitos acompanhados (Malfitano e Lopes, 2021), bem como da própria condição de sujeito deste trabalhador.

A intervenção do terapeuta ocupacional sobre o tecido social transcende a relação entre trabalhador e sujeito acompanhado, ainda que realizada apenas junto ao sujeito, devendo assumir como centrais as relações entre as estruturas macrossociais, política, direitos, cidadania, políticas sociais (Malfitano, Whiteford, Molineux, 2019) e todas as relações de produção. Haverá, na intervenção realizada, um processo em curso no sujeito que participa radicalmente de uma transformação e, ao mesmo tempo, o impacto sobre o tecido social, se consciente e intencional (Malfitano, Whiteford, Molineux, 2019), que será parte daquilo que compõe um projeto de práxis revolucionária, na construção e manutenção de um tecido social:

> o trabalho em terapia ocupacional, nos cotidianos dos sujeitos, só se concretiza na luta pela vida possível para todos, em todas as potências e diferenças que lhes dão significado e fazem diminuir as desigualdades, o que, necessariamente, envolve a defesa da seguridade social e nosso papel profissional nela (Malfitano, Cruz, Lopes, 2020).

O reconhecimento das necessidades dos sujeitos acompanhados como necessidades sociais implica o reconhecimento de que objeto de trabalho tem uma dimensão que só se pode de fato transformar no âmbito da transformação das relações de produção. Isso porque essas necessidades são produzidas pelas formas da reprodução social de cada classe social, que por sua vez é determinada pelo regime de exploração que o capitalismo impõe. Assim, são ferramentas do processo de trabalho em terapia ocupacional, as maneiras como o trabalhador se relaciona e interfere nas estruturas ideológicas, institucionais, políticas e sociais que determinam as possibilidades e limites concretos de sua prática, dado que compõem a experiência emancipatória em sua dimensão coletiva, quer seja, a busca pela superação da sociedade de classes.

6.5.4.1 Expressões do elemento Intervenção sobre o tecido social de acordo com o momento do processo dialético

A intervenção sobre o tecido social será ferramenta do trabalho em terapia ocupacional quando configurada em propostas que intencionam o impacto sobre o coletivo e sobre a

consciência e agência dos sujeitos, acerca do caráter coletivo de suas determinações. Será toda intervenção, para além da relação direta com os sujeitos em acompanhamento, que componha conscientemente um tensionamento das contradições do sistema capitalista, na direção de sua superação.

Casos complexos, que exigem acionar vários equipamentos da rede de seguridade social para gerar respostas, costumam ser boas exemplificações de como acionar essa ferramenta. Por exemplo, ao reconhecer que a complexidade do caso advém da condição de classe, raça e/ou gênero dos sujeitos envolvidos, pode-se identificar que ele manifesta um problema que se repete no território e que, para ser transformado, demanda ações para além do âmbito da singularidade.

Realizar a intervenção sobre o tecido social como ferramenta do processo de trabalho significa coletivizar essa leitura e disputar, técnica e politicamente, o reconhecimento e a recolocação da condição social coletiva como objeto de trabalho da rede, em lugar de ser considerada pano de fundo do processo. Esse tensionamento, que passa pela argumentação técnica, articulação política e pelo aprofundamento teórico, tem o potencial de gerar respostas da rede no âmbito das necessidades sociais dos coletivos, mais próxima da possibilidade de atuar sobre os elementos da determinação social dos processos de saúde.

Sem essa perspectiva, observa-se que os casos complexos geram grande mobilização para individualizar respostas que "salvam" um sujeito ou família como se fossem exceções. Mais tarde, em alguns anos, não é incomum que os casos se reapresentem como fracasso, sendo interpretados como falha dos sujeitos, que não souberam sustentar tanto esforço das equipes. Sem uma melhora nas condições coletivas de trabalho e vida, um sujeito dificilmente sustentará uma nova forma de conduzir sua atividade humana sobre si e sobre a sua história.

Conceição Evaristo é uma escritora brasileira que diz, em suas manifestações públicas, que sua história é uma história perigosa. Sendo uma mulher negra de origem pobre, explica que seu sucesso pode ser usado como justificativa de uma lógica do esforço individual como resposta a problemas que são de base estrutural. É uma advertência que cabe para a análise das práticas e a atenção ao uso emancipatório dessa ferramenta.

Em sua manifestação como produto, a intervenção sobre o tecido social se apresentará como análise, evidência e tensionamento das contradições sobre espaços e relações, quando feita pelos próprios acompanhados, na proposição de novas atividades e/ou até mesmo no questionamento/discussão sobre as proposições do próprio terapeuta ocupacional. Se o sujeito puder acompanhar o terapeuta ocupacional no uso dessa ferramenta, apropriando-se da linguagem, conhecimentos, consciência que se produz na experiência, ele poderá passar a

experimentar, no acúmulo das aproximações, sua aplicação nos diversos contextos que o cercam.

Esse produto nem sempre se manifestará como disputa, mas como proposta e composição. Por exemplo, em uma família que passa a rever sua identidade política, ao ser envolvida pelo terapeuta ocupacional na luta pelos direitos de acesso de um de seus membros. Ou uma comunidade escolar que passa a rever seus critérios de avaliação e sucesso acadêmico, a partir das necessidades de um ou mais de seus alunos, que passou a se colocar ativamente no processo de ensino-aprendizagem, por meio da intervenção em terapia ocupacional, é outra demonstração de como a intervenção sobre o tecido social pode se manifestar como produto do processo de trabalho analisado nesta tese.

6.6 COTIDIANO: UM COMPLEXO QUE ATUA COMO ZONA DE MEDIAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

Por meio das oficinas emancipatórias de produção de conhecimento e de dados para esta pesquisa, o cotidiano foi proposto como meio, ou complexidade a partir da qual se podem identificar elementos de análise relevantes para a prática em terapia ocupacional. Principalmente durante as oficinas cinco e seis, pela análise das práticas dos participantes, foi possível identificar que o cotidiano é evocado no discurso sobre o trabalho, ao se discutir o ponto de partida para a ação. Wanda analisou que esse conceito está relacionado à análise da história dos sujeitos acompanhados, propondo que a análise histórica apoia o "entendimento do sujeito no mundo" (Wanda, em excerto da Oficina 5). Durante a discussão realizada na Oficina 6, os participantes concordaram que há elementos no cotidiano que permitiriam localizá-lo como meio de trabalho da prática em terapia ocupacional.

Afirmou-se que dominar uma ferramenta de análise do trabalho humano permitiria a terapeutas ocupacionais apreender, nomear, dar sentido a todo um conjunto de manifestações presentes no cotidiano, ainda que não sejam todas trabalho, a partir justamente da dimensão da atividade humana. Este objeto parcial estaria relacionado às formas de viver, no discurso dos pesquisadores internos, apontando para a dimensão da reprodução social.

Assim, o objeto atividade humana estaria referido aos elementos operacionais, ou às mediações da reprodução social que o trabalho humano realiza no cotidiano, sendo o cotidiano um complexo que atravessa e é atravessado por todo o processo. Apesar de a categoria cotidiano não ter tido maior expressão nas oficinas, no diálogo com a produção teórica no campo da

terapia ocupacional e especialmente com a terapia ocupacional social fundada em autores do MHD (Galheigo, 2003, 2020), identificou-se que se trata de categoria fundamental para a apreensão da complexidade dialética do trabalho.

A partir da década de 1990, assumiu-se como contribuição da terapia ocupacional social, para todo o campo de conhecimentos e práticas da profissão, uma discussão sobre o cotidiano como elemento essencial das práticas em terapia ocupacional (Galheigo, 2003, 2020). Essa discussão esteve diretamente relacionada a um rompimento com leituras de caráter positivista na profissão e a uma "retomada histórica e contextualizada do sujeito e sua inserção participante no coletivo" (Galheigo, 2003, p. 108), na construção de práticas emancipatórias que interviessem sobre as condições concretas de existência de sujeitos e coletivos (Galheigo, 2020).

É uma categoria que se coloca mais complexa que os conceitos de atividades de vida diária e prática (AVDs e AVPs). AVDs e AVPs são propostas conceituais e técnicas criadas na operacionalização da prática no campo da reabilitação (Francisco, 1988), em um contexto em que se fez importante observar o cotidiano e, nesse entrecruzamento, chegou-se aos conceitos de AVD e AVP. As propostas de treinamentos de hábitos foram feitas em uma resistência ao paradigma médico de foco nas doenças, para uma prática propositiva de "cotidianos" (Salles, Matsukura, 2013). Entretanto, essas práticas estavam orientadas pela finalidade de produzir independência, em um momento histórico em que a profissão estava totalmente voltada a responder a interesses funcionalistas de manutenção da força de trabalho.

É consenso que interessa à terapia ocupacional tudo aquilo que as pessoas fazem, "como usam o tempo, onde vão, quais são seus desejos, como o contexto social facilita ou dificulta o engajamento das pessoas em diferentes atividades; enfim, como se constrói a vida cotidiana dos sujeitos" (Salles, Matsukura, 2013). A crítica que se faz pelas correntes progressistas, historicamente, reside na cristalização do que seria um "bom cotidiano", do ponto de vista da independência individual, com foco no corpo biológico, a serviço da manutenção de um todo social em harmonia, ao ajustar os humanos ao meio social, por meio das AVDs e AVPs (Francisco, 1988).

Esta perspectiva, que parte do campo hegemônico da saúde, faz-se biologizante Malfitano e Lopes, 2021) e assume o social como algo pronto, inquestionável e harmônico, assumindo o cotidiano como conjunto de ações a serem organizadas para legitimar a ordem social. Não realiza uma análise da concretude das determinações sociais desse cotidiano, sobre e pelo sujeito, e Francisco (1988) muito bem advertiu:

> No caso específico das atividades de vida diária, antes de pensarmos simplesmente em um programa de ações mecânicas que possibilite apenas o ajustamento do indivíduo ao social, cabe-nos investigar que conteúdos estamos veiculando, que modelos sociais iremos transmitir, que classe social defendemos, de que ponto de vista estamos pensando a saúde: do povo ou do sistema (Francisco, 1988, p.89).

Os meios de trabalho são definidos como coisas ou complexos de coisas que o sujeito coloca entre si e o objeto de seu trabalho para transformá-lo, sendo tudo aquilo que faz a mediação entre o trabalho humano, ou a atividade humana, e a natureza, no processo de transformação que produz história (Marx, 1982). Queiroz e Sallum (1996), ao aplicarem a teoria marxista ao processo de trabalho da enfermagem em saúde coletiva, diferenciaram meios de trabalho de ferramentas, ou instrumentos de trabalho, reconhecendo que os meios definem a cobertura e a abrangência das práticas de saúde, enquanto as ferramentas seriam o "conjunto de saberes e recursos tecnológicos construídos especialmente em função da necessidade de delimitar e de transformar o objeto" (p. 9)

Sendo o objeto de trabalho em terapia ocupacional o sujeito em atividade, ou seja, a atividade humana como processo manifestado no sujeito, entende-se que as condições objetivas de vida que compõem o meio de trabalho em terapia ocupacional na saúde coletiva são dotadas de uma complexidade ímpar, na dialética de sua determinação material e histórica. Assim, para além dos meios definidos pelo processo de produção em saúde, quer sejam os prédios ou materiais que dão suporte ao trabalho, propõe-se em terapia ocupacional que o cotidiano seja tomado sob a mesma categoria, por ser a trama em que se manifesta o encadeamento das atividades humanas, sua determinação e seu impacto, seu processo vivo de cultura e sua materialidade em reprodução social na produção da história humana.

Francisco (1988) já apontava, na década de 1980, que lidar com o cotidiano exige lidar com a concretude dos humanos, que é um movimento de múltiplas relações. Ela definiu: "o cotidiano é o lugar onde buscamos exercer nossa atividade prática transformadora, é o social, é o contexto em que vivemos." (p. 86). A autora distinguia rotina de cotidiano e ali se indicavam as bases para a compreensão do cotidiano como categoria-chave para o desenvolvimento de perspectivas críticas na terapia ocupacional brasileira (Galheigo, 2003).

Uma revisão sistemática da literatura sobre o cotidiano nas práticas e na pesquisa em terapia ocupacional (Salles, Matsukura, 2013) identificou que o conceito foi usado, de maneira geral, para caracterizar relações entre a singularidade dos sujeitos e a coletividade. Apesar de não haver, em todos os trabalhos analisados, apresentação de uma definição, houve trabalhos que a propuseram com base em outros terapeutas ocupacionais, assim como outros que usaram referências ampliadas, das ciências sociais. Estes, de forma unânime, usaram autores que

discutem o cotidiano com fundamentação no MHD (Lukács, Lefebvre e Heller) e que corroboram a noção proposta aqui, dele como meio de trabalho, dado que é apresentado como lugar, suporte para a realização das atividades:

> Outros estudos basearam-se em autores da filosofia como Lefebvre e Lukács para conceituar cotidiano (Benetton; Tedesco; Ferrari, 2003; Galheigo, 2003). Os artigos relatam que, segundo esses autores, a vida cotidiana é uma sequência de acontecimentos vividos no dia a dia, o centro da práxis, onde se produzem e reproduzem as relações sociais. A vida cotidiana permite conhecer a própria sociedade, já que existe uma trama ponderando a relação entre ação política e o cotidiano. O conceito de cotidiano, advindo da obra de Ágnes Heller, também foi abordado em 4 artigos (Benetton; Tedesco; Ferrari, 2003; Galheigo, 2003; Ribeiro; Pimentel, 2005; Mastropietro; Santos; Oliveira, 2006). Heller (2000, 2002) define que o cotidiano está no centro do acontecer histórico e que a vida cotidiana é heterogênea e varia conforme contexto, classe, gênero e idade. A autora indica algumas das esferas que compõem a vida cotidiana: o trabalho, a família, o lazer, as relações sociais. O cotidiano é a vida de todos os dias, de todos os homens, o homem nasce inserido em sua cotidianidade; é o mundo no qual a repetição das atividades permite a recriação permanente da vida social. Na vida cotidiana, as atividades com as quais formamos o mundo e as atividades com as quais formamos a nós mesmos coincidem. Para a maioria dos homens, a vida é a vida cotidiana (Heller, 2002). (Salles, Matsukura, 2013, p.268)

Na mesma direção, assume-se neste trabalho uma definição da categoria cotidiano baseada na discussão ontológico-marxiana realizada pelos filósofos do MHD e sistematizada por Almeida (2017):

> O cotidiano é, portanto, uma zona de mediação concreta entre teleologias e causalidades impostas pelo modo de vida dos homens, pelo ser e tornar-se social condicionados pela sociabilidade, que por sua vez é condicionada pelo modo de produção em atividade. Assim, [...], "somente através da mediação de uma tal esfera podem ser cientificamente compreendidas as interrelações e interações entre o mundo econômico-social e a vida humana" (Lukács, 1994, p. 9) (Almeida, 2017, p. 147).

Dessa forma, em diálogo com Gonçalves e Malfitano (2020), compreende-se o cotidiano como locus de acontecimento da reprodução social, que incorpora as dimensões social, histórica, econômica e cultural, bem como as formas de participação coletiva de indivíduos e grupos acompanhados em terapia ocupacional. Se o cotidiano é o espaço-tempo, "centro real da práxis onde se realiza o movimento de produção e de reprodução das relações sociais, onde se dá a produção do ser humano, no curso de seu desenvolvimento histórico" (Lima, 1983, p.43 apud Galheigo, 2003), entende-se que é algo que, em cada pessoa, é produzido pela existência compartilhada. Ao mesmo tempo, o cotidiano é produzido pelo trabalho coletivo, como afirma Takatori (2001), a "vida cotidiana é o cenário em que ocorre a inserção no mundo compartilhado, social e cultural".

Propõe-se que o cotidiano seja tomado como meio de trabalho em terapia ocupacional, definido com base no MHD, nos termos da totalidade da vida social, com base no que Lukács chamou de complexo de complexos (2013), dado que a atividade humana se faz como uma série de processos de trabalho que os humanos assumem diariamente e que se relacionam entre si, dialeticamente, desde o preparo do café da manhã, até a construção de um prédio, sob influência do modo de produção.

Todas as práticas sociais acontecem dentro, a partir e de volta ao cotidiano. A especificidade de recortá-lo e afirmá-lo como mediação da prática específica em terapia ocupacional reside no fato de ser possível apreender, por meio de sua análise, a dialética manifestação da relação entre universal, particular e singular, no encadeamento da história humana. O cotidiano traz em si a marca da singularidade do sujeito, e toma forma a partir de suas necessidades, valores, crenças e afetos. Nesse sentido, o cotidiano de cada pessoa é único e irrepetível na medida em que a unicidade e a irrepetibilidade são características inequívocas da condição humana. (Galheigo, 2003, p. 106)

Lukács (2013) defendeu que "a ontologia se eleva do solo do pensamento cotidiano e nunca mais poderá tornar-se eficaz caso não seja capaz de nele voltar a aterrar – mesmo que de forma muito simplificada, vulgarizada e desfigurada" (p. 22). Assim, o autor afirma que o pensamento abstrato, teórico, analítico deve ascender da práxis cotidiana e, essencialmente do trabalho, para gerar conhecimento e sempre retornar a ele, fecundando-o.

Para compreender a essência do cotidiano, o retorno a ele deve vir carregado de crítica às explicações superficiais ou invertidas sobre a realidade e podem então ser revistas, oportunizando novos processos de objetivação. A advertência colocada é a de que o processo de análise da realidade não necessariamente gera conhecimento no sentido da emancipação humana. As representações que os humanos elaboram sobre a realidade por meio da consciência são representações de sua vida concreta: de suas relações com outros, consigo e com o meio. Portanto, a forma como os sujeitos se colocam em atividade nas relações sociais de produção cotidianamente determinam suas possibilidades de elaborar representações, que são a expressão consciente de suas relações e atividades. (Viana, 2008).

Ao tomar o cotidiano como mediação do trabalho, o terapeuta ocupacional propõe fazer a sua suspensão, para refletir sobre ele por meio do pensamento complexo e elaborar a crítica das representações cotidianas, que podem ser ilusórias, consequência de cotidianos repletos de atividades alienadas e relações sociais limitadas. O pensamento complexo é uma visão de mundo articulada e os representantes intelectuais e políticos de cada classe social fornecem coerência e elevam a um nível superior a consciência de sua classe social, elevando-

a ao nível de teorias - reais, fundadas na materialidade e na história - ou de ideologias - ilusórias. (Viana, 2008).

O processo de escolarização inaugura o acesso dos grupos sociais ao pensamento complexo e processos de trabalho em saúde, orientados pela perspectiva emancipatória, também farão a mediação entre representações cotidianas e pensamento complexo, apoiando, apresentando e confrontando explicações que os sujeitos tenham sobre sua realidade, seu cotidiano. Portanto, é necessário reconhecer que, sem a finalidade emancipatória que fundamenta o pensamento complexo do trabalhador crítico, é possível que a suspensão do cotidiano e o retorno a ele, aconteçam, como Lukács advertiu, de forma simplificada, vulgarizada e desfigurada.

Netto (2011), estudioso do método de Marx, apoiado no aprofundamento que Lukács fez da dimensão ontológica deste referencial, didaticamente explicou a composição do complexo de complexos que define a sociedade burguesa (em que todos vivemos e em que se realiza o trabalho analisado nesta pesquisa):

> Para Marx, a sociedade burguesa é uma *totalidade concreta*. Não é um 'todo' constituído por 'partes' funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta, inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é 'simples'- o que as distingue é o seu grau de complexidade (é a partir desta verificação que, para retomar livremente uma expressão lukacsiana, a realidade da sociedade burguesa pode ser apreendida como um complexo constituído por complexos). (Netto, 2011 p.56).

A categoria complexos sociais é utilizada por Lukács para operacionalizar a apreensão dos fenômenos em sua dimensão dialética, na complexidade da ontologia do ser social. Para ele, com base na teoria marxiana, a totalidade social é um complexo composto de complexos parciais. Os complexos sociais "são categorias que coexistem dialeticamente na vida cotidiana, por isso, oportunizam elaborações teórico-filosóficas para os estudos das relações sociais em uma autêntica perspectiva de totalidade" (Lara, 2016, p. 269).

Cada complexo carrega em si uma unidade processual e uma lei interna, ao mesmo tempo em que está, embora estejam indissociavelmente ligados às determinações sociais, sofrendo suas influências em termos de motivo, conteúdo e forma. Lukács exemplifica essa dialética ao discorrer sobre o complexo da linguagem:

> O desenvolvimento da linguagem transcorre por sua própria lei, mas, quanto aos seus conteúdos e às suas formas, num entrelaçamento ininterrupto com a sociedade, de cuja consciência ela é órgão. Em longo prazo não pode haver nenhuma modificação na linguagem que não corresponda às suas leis internas. Mas motivo, conteúdo e forma são fornecidos por aquele complexo social que produz alegrias e sofrimentos, ações e catástrofes humanos, razão pela qual ele cria tanto em termos de conteúdo como de

> forma aquele espaço real de manobra, no qual a legalidade interna da linguagem adquire validade tanto positiva como negativamente. (Lukács, 2013, p. 164).

Propõe-se assumir o cotidiano como meio, caracterizado como um complexo de mediação do processo de trabalho, porque é possível identificar que os terapeutas ocupacionais o colocam entre si e o fenômeno atividade humana, para que se possa transformá-la. É por meio da análise do cotidiano que se pode apreender a atividade humana em sua complexidade histórica e material, diminuindo-se o risco de incorrer em análises a-históricas e individualizantes. O cotidiano, ao ser identificado no processo de trabalho como meio, impõe a análise das conexões entre os complexos que determinam a vida social de cada sujeito e/ou grupo acompanhados, além de permitir identificar a processualidade da mediação que as atividades humanas fazem entre eles, ao longo da história.

Analisar e transformar a atividade humana é também analisar e transformar o cotidiano, na dialética da apreensão da realidade que dialoga a totalidade com a singularidade. Quintans et al (2020), ao discorrerem sobre a categoria mediação, explicam:

> O indivíduo, sendo a menor unidade da totalidade social, é portador de variações infinitas e, portanto, de grande complexidade e particularidades [...] O particular representa a expressão das categorias de mediação entre os sujeitos singulares e a sociedade... Nessa perspectiva, as mediações são categorias instrumentais pelas quais se processa a operacionalização da ação, é uma forma de objetivar a prática. As mediações são expressas pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias de que o sujeito toma conhecimento para poder penetrar nas tramas da realidade como possibilidade de transformá-la (Quintans et al, 2020, s/p)

Existe uma contradição importante na assunção do cotidiano como meio de trabalho em terapia ocupacional, dado que, no capitalismo, os meios e objetos são propriedade do capitalista (Marx, 1982). Entretanto, assim como, no processo de trabalho em educação, o objeto sujeito em aprendizado manifesta uma singularidade de, contraditoriamente, não pertencer ao capitalista (Paro, 2018), defende-se que o cotidiano congrega, como complexo mediador do processo de trabalho em terapia ocupacional, as características de um meio de trabalho, embora também não pertença a um capitalista.

A vida cotidiana é um espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social (Netto, 2007). Essa característica tem o potencial de sustentar a prática emancipatória em terapia ocupacional para além dos protocolos e muros alienantes, embora se reconheça que há diversos limites manifestos na autonomia relativa do trabalhador, no contexto atual de inserção no trabalho (Bezerra, Trindade, 2013).

Salles e Matsukura (2013) mostram, a partir de sua revisão, que a categoria cotidiano

em terapia ocupacional se estabelece na relação entre o singular e o coletivo, o sujeito e o social. Concordam com Galheigo (2003) que é a análise sobre as práticas sociais que cruzam o cotidiano que possibilita a compreensão da realidade social e gera condições para sua modificação. Malfitano (2016, 2020) evidenciou como contribuição histórica da terapia ocupacional social, para os fundamentos da profissão, a discussão e incorporação da questão social como elemento que atravessa todo o trabalho em terapia ocupacional. Assim, Barros, Ghirardi e Lopes (2002) descreveram bem a complexidade dialética que a análise do cotidiano permite apreender, na contramão da dualidade simplificadora do pensamento cartesiano:

> Os significados e os sentidos atribuídos são percebidos pela pessoa no interior do arcabouço sócio-histórico de que é parte. Aqui nos deparamos com um postulado que afirma uma dicotomia e um dualismo indivíduo-sociedade, homem-natureza, homem-cultura, corpo-psique. Desta forma, os terapeutas ocupacionais tornam-se presas de outra ilusão, aquela que nos faz crer num sujeito em descontinuidade absoluta, separado do meio e da sociedade, isto é, partes destacadas ou ligadas mecanicamente ao todo. Por isto a terapia ocupacional social é historicidade, e só se define no contexto e na inter-relação: compreende a pessoa entre a objetividade de seu problema e a subjetividade da interpretação de suas necessidades, entre seu modo de perceber a vida e aquele do terapeuta ocupacional, entre técnica e as dificuldades reais do cotidiano (Barros, Ghirardi e Lopes, 2002, p.102).

Portanto, evidencia-se uma dimensão do caráter político da prática em terapia ocupacional, como Córdoba, Kronemberg e Ramugondo contribuem a partir das terapias ocupacionais do Sul:

> É uma prática política porque lida com o mundo concreto, com uma sociedade particular, com um mundo que queremos construir. Relaciona-se com o tipo de sujeitos que são produzidos por nossas ações em uma sociedade e mercado neoliberais, com um tipo desejado de governança. É política porque produzimos a nós mesmos a partir dos problemas sociais. E porque questionamos a nós mesmos a partir de uma realidade de que somos parte e que compomos. (Córdoba, Kronemberg, Ramugondo, 2015, p.7).

Dessa forma, terapeutas ocupacionais, ao tomarem o sujeito em atividade como objeto de sua prática, sustentados pela análise do cotidiano como ponto de partida e como referência permanente, poderão estabelecer a busca de reconstruir a vida real de pessoas, comparando-a com as interpretações que as pessoas dela fazem; o exame da vida cotidiana nos menores detalhes possíveis, por exemplo, como um dia na vida de alguém, por mais trivial que este fosse; a análise crítica dessa vida no contexto mais amplo da sociedade ou país em que habita; e a reflexão sobre como a crítica da vida cotidiana pode contribuir para a arte de viver, que implica um movimento para o fim da alienação (Galheigo, 2020, p.22-23).

Portanto, como os pesquisadores internos desta pesquisa sinalizaram, seria possível, ainda que em um cotidiano atravessado por processos de alienação, encontrar elementos de intencionalidade na análise emancipatória das atividades cotidianas, com potencial de desalienação. Assim, o trabalho emancipatório em terapia ocupacional aponta para a ativação de processos de tomada de consciência das mediações que a atividade humana dos sujeitos realiza, entre os complexos da totalidade social apreendidos pela análise do cotidiano. Essa consciência teria o potencial de mobilizar para novos processos de transformação da condição de trabalho e de vida dos sujeitos, na direção da superação do modo de produção que os submete.

CONCLUSÃO

Para a elaboração da presente tese, partiu-se do pressuposto de que a análise da dimensão ontológica dos processos de emancipação humana poderia contribuir para a operacionalização do trabalho de terapeutas ocupacionais, na prática em saúde coletiva fundamentada no MHD. Assumiu-se a atividade humana como objeto da terapia ocupacional, definida pela categoria trabalho, em sua dimensão ontológica e, a partir dessa premissa, propôs-se uma discussão analítica crítica sobre as práticas dos pesquisadores internos. A análise coletiva do trabalho em terapia ocupacional nas oficinas emancipatórias, em diálogo com a teoria marxista, teve a finalidade de instrumentalizar os participantes com os principais fundamentos teóricos da saúde coletiva fundada no MHD, para que pudessem elaborar como produto uma análise teórico-metodológica de suas próprias práticas.

O desenvolvimento de abordagens específicas da terapia ocupacional, que incorpore a dimensão coletiva da atividade humana e os fundamentos do MHD, é uma necessidade evocada desde a década de 1990, entre suas pensadoras e trabalhadoras mais críticas. Considera-se que foi possível fazer uma contribuição original para o debate, no que tange à operacionalização de práticas emancipatórias.

Foi possível compreender e sistematizar o processo de trabalho em terapia ocupacional no setor saúde de acordo com o referencial da saúde coletiva latino-americana, fundada no MHD, conforme se objetivou. A análise das práticas dos pesquisadores internos, por meio do processo oficineiro emancipatório, permitiu elucidar as categorias que amparam a compreensão do trabalho em terapia ocupacional como prática social e sistematizar processo de construção coletiva de conhecimento sobre as práticas, como ferramenta de fortalecimento de trabalhadores em terapia ocupacional.

As oficinas emancipatórias realizadas nesta pesquisa permitiram confrontar o desenvolvimento teórico, apresentado no projeto de pesquisa acerca do processo de trabalho em terapia ocupacional, com as práticas reais dos participantes. As categorias teóricas e práticas discutidas só puderam ser sistematizadas com densidade teórica porque houve uma transformação do grupo, por meio do processo de educação emancipatória.

Assim, o produto desta tese se configura em duas dimensões. Uma dimensão metodológica, que é a demonstração do processo de transformação dos participantes em seu fortalecimento e desenvolvimento de novas práticas em terapia ocupacional. E uma dimensão teórica, que se manifesta na sistematização de uma análise teórico-metodológica de práticas em

terapia ocupacional em saúde coletiva com base no MHD.

O processo oficineiro emancipatório transformou as práticas dos participantes, no sentido da assunção consciente de sua intencionalidade, na disputa com as determinações capitalistas de sua autonomia relativa como trabalhadores e com os limites de sua atuação. Ao mesmo tempo, a reflexão crítica e a identificação mais nítida dos elementos de seu processo de trabalho permitiram localizar suas práticas no processo social e histórico, em sua especificidade nos diversos setores, e afirmar as escolhas técnico-políticas emancipatórias.

A tese propõe que o processo de trabalho em terapia ocupacional não deve buscar como produto respostas, mas a instauração de processos, ou a abertura para a possibilidade de se fazerem perguntas que instaurem processos de investigação cotidiana e tomada de consciência.

Sendo sujeitos de classe social e ontologicamente coletivos, quem somos e o que fazemos também são manifestação da reprodução social de um dado tempo histórico e de uma realidade material, bem como de um processo ontológico de constituição como seres sociais. Por isso, a prática nunca é neutra, mas localizada dentro de todo um arcabouço ideológico, que é material e histórico, em suas contradições. Assim, ainda que acione diversas técnicas e conhecimentos para trabalhar, um terapeuta ocupacional tem uma história e um repertório concreto, que determinam os limites e possibilidades de eleição dessas ferramentas. Tomar consciência dessa determinação permite aos trabalhadores identificar melhor porque fazem o que fazem e a maneira como o fazem e, adiante, apropriarem-se deste processo e seus elementos com maior nitidez de intencionalidade, bem como de consciência da relação entre suas atividades e os resultados possíveis, no contexto do modo de produção em que vivem.

A presente análise teórico-metodológica de práticas emancipatórias em terapia ocupacional foi proposta com a intenção de contribuir para o desenvolvimento de abordagens críticas em saúde coletiva, mas não apenas. O diálogo com autoras da Terapia Ocupacional Social fez-se permanente ao longo do trabalho e se reconhece que existe uma leitura comum da realidade entre a Terapia Ocupacional Social e a saúde coletiva latino-americana fundamentada no MHD, que reside no reconhecimento da determinação material e histórica do ser social e da atividade humana.

Quando localizada na saúde coletiva, a terapia ocupacional acompanha sujeitos, a partir das manifestações das contradições do capitalismo em seus processos de saúde. Quando localizada na assistência social, na educação ou na justiça, a prática será de acompanhamento de sujeitos a partir de outras necessidades sociais. Ainda assim, se orientadas por perspectivas teórico-metodológicas emancipatórias, recortarão o mesmo objeto ampliado, que é comum a

toda intervenção em terapia ocupacional. Elegendo, para transformá-lo, semelhantes e diferentes técnicas e métodos específicos, na composição do trabalho coletivo de resposta às necessidades de reprodução social das diferentes classes sociais.

A tese defendida com a presente pesquisa é a de que o processo de trabalho em terapia ocupacional, com base na saúde coletiva latino-americana fundamentada no MHD, toma como objeto a atividade humana, mediação da totalidade social pelos humanos e materializada nos sujeitos em atividade. Propõe-se que a contribuição singular da profissão para o trabalho emancipatório coletivo é o domínio da ferramenta: análise emancipatória das atividades humanas, que é profundamente dialética, dada a complexidade que apreende do caráter dinâmico e complexo da mediação que a atividade humana realiza no cotidiano.

Aponta-se ainda, como produto final do trabalho, a participação radical dos sujeitos acompanhados, inclusive na possibilidade de subversão da própria proposta inicial de acompanhamento, assumindo a radicalidade necessária ao processo emancipatório. Os sujeitos da prática são entendidos como sujeitos de classe social e ontologicamente coletivos, seja por sua determinação como seres sociais, seja pelos impactos de suas relações sociais de produção na totalidade.

Como ferramentas da prática, nesta perspectiva, propõem-se quatro elementos metodológicos: a análise emancipatória da atividade humana, a proposição emancipatória de atividades, a operacionalização da participação radical e intervenções sobre o tecido social. O cotidiano foi entendido como o meio em que o processo de trabalho em terapia ocupacional se estabelece, como *locus* de expressão da reprodução social, que é política e histórica.

A partir do MHD, entende-se que dentro do capitalismo se produzem as condições materiais de sua superação. Portanto, a ideia de que haja trabalho emancipatório neste contexto se faz possível, na direção da construção da utopia concreta. Por isso, com este trabalho, pretende-se que se possam disparar debates, novas análises e experimentações práticas, que coloquem à prova as análises apresentadas, na construção de diálogos e práxis revolucionárias, em forma de uma (ou várias) abordagem(ns) de base materialista histórico-dialética. Pretende-se que, tanto a presente análise, sua crítica, bem como as abordagens derivadas, possam durar o tempo preciso de contribuírem para a transformação necessária à sua superação, para então serem abandonadas, por não mais servirem, no horizonte da superação do modo de produção que as gerou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aiken FE, Fourt AM, Cheng IKS, Polatajko HJ. The meaning gap in occupational therapy: Finding meaning in our own occupation. Canadian Journal of Occupational Therapy. 2011;78: 294-302. DOI: 10.2182/cjot.2011.78.5.4

Almeida AV. Fundamentos ontológico-marxistas da vida cotidiana. Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, Ano VI, Volume I, número 10. Jan-Jul; 2017. p. 145-176.

Alves G. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho / Giovanni Alves. 2ª ed. Londrina: Práxis; 2007. Bauru: Canal 6; 2007. 288p. ISBN 978-85-99728-10-9.

Alves JCL, Jackson Filho JM. Trabalho, saúde e formação política na enquete operária de Marx. Trab Educ Saúde. 2017;15(1):13-31. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00044.

American Occupational Therapy Association. Occupational Therapy Practice. Framework: Domain and process. 2nd. American Journal of occupational therapy. Nov/Dez 2008. vol 63, n. 6. p. 625-683.

Antunes R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 16ª ed. São Paulo: Cortez; 2015.

Antunes R. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo; 2009.

Araújo LS, Folha OAAC. Ocupación Humana y la práctica de los terapeutas ocupacionales en la Amazônia en Pará: una perspectiva fenomenológica. Revista Chilena de Terapia ocupacional, 2010;10:99-110.

Arouca ASS. O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e a crítica da medicina preventiva. Doutorado em Medicina. Campinas: Faculdade de Medicina, Universidade Estadual de Campinas; 1975

Arouca ASS. O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. São Paulo: Unesp; 2003.

Barreiro RG, Borba PLO, Malfitano APS. Revisitando o materialismo histórico em terapia ocupacional: o papel técnico, ético e político na contemporaneidade. Cad. Bras. Ter. Ocup. 28 (4). Oct-Dec 2020. DOI: https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoRE1950.

Barros DD, Ghirardi MIG, Lopes RE. Terapia Ocupacional Social. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 13, n. 3, set./dez. 2002. p. 95-103.

Barros DD, Ghirardi MIG, Lopes RE. Terapia ocupacional e sociedade. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 10, n.2/3, 1999. p. 71-76.

Batista F. Os Limites do Bem-Estar no Brasil. In: Kashiura Júnior CN, Akamine Junior O, Melo T. (orgs). Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões: Editorial Dobra; 2015. p. 613-640.

Benetton J. Trilhas Associativas: ampliando recursos na clínica da psicose. São Paulo: Lemos Editorial; 1991.

Bezerra WC. O Estado brasileiro e o ataque neoliberal: algumas reflexões para a terapia ocupacional. Cadernos de terapia ocupacional da UFSCar. São Carlos, 2011;19(2):239-248.

Bezerra WC, Trindade RLP. A Terapia Ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil. CTO. 2013;21(2):429–37.

Bezerra WC. A Terapia Ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil. Cadernos de terapia ocupacional da UFSCar. São Carlos, 2013;21(2):429-437. DOI: http://dx.doi.org/10.4322/cto.2013.045.

Boschetti I. Assistência Social e Trabalho no Capitalismo. São Paulo: Cortez Editora; 2016.

Bottomore T. Dicionário do Pensamento Marxista. Tradução: Waltensir Dutra. Zahar Editora, Rio de Janeiro. Edição digital: abril 2013. ISBN: 978-85-378-0611-1.

Brasil. Classificação Brasileira de Ocupações: Brasília: MTE, SPPE; 2010. CBO, 3ª ed. v. 1, 828p.

Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no. 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União 13 de junho de 2013; Seção 1, p. 59.

Breilh J. Epidemiologia: economia, política e saúde. São Paulo: Ed. UNESP; 1991.

Breilh J. Nuevos conceptos y técnicas de investigacion: guia pedagógica para um taller de métodologia (epidemiologia del trabajo). 2a ed. Quito: Centro de Estudios y Asesoría em Salud; 1995.

Breilh J, Granda E. Investigação da saúde e sociedade: guia pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. São Paulo: Instituto de Saúde; 1986.

Breilh J. Epidemiologia Crítica: ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2015.

Breilh J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). Rev. Fac. Nac. Salud Pública [Internet], 2013. Disponível em:http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-386X2013000400002, José Ricardo Caetano Costa. São Paulo: LTr, 2015.

Campos GWS. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciênc. Saúde Coletiva 5 (2); 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000200002

Campos CMS. Necessidades de saúde como objeto das políticas públicas: as práticas do enfermeiro na Atenção Básica [tese livre-docência]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2013.

Campos CMS. Soares CB. A produção de serviços de saúde mental: a concepção de trabalhadores. Ciênc. saúde coletiva 8 (2); 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000200022

Campos CMS, Soares CB. Necessidades de saúde e o cuidado de enfermagem em saúde coletiva. In: Soares CB, Campos CMS (org.). Fundamentos de saúde coletiva e o cuidado de Enfermagem. 1ª ed. Barueri - SP: Manole Ltda; 2013. p. 265-292.

Campos CMS, Cofani A, Pasquim H. A Representação Cotidiana de Juventude por Jovens de Distintas Classes Sociais. In: Marques, E. Representações Cotidianas: Teoria e Pesquisa. Curitiba: Editora CRV; 2018.

Caníglia M. Cadernos de terapia ocupacional, 1993;4(1-2):68-78.

Cardinalli I, Silva CR. Formação e compreensão dos fundamentos da profissão na graduação em Terapia Ocupacional. (p. 57-74). In: Silva RAS; Cianchi PC, Calheiros DS. (orgs.). Formação em Terapia Ocupacional no Brasil: pesquisas e experiências no âmbito da graduação e pós-graduação. 218, 372p. São Paulo: FiloCzar, 2018. ISBN: 978-85-66249-29-3

Castiglioni MC, Castro ED, Lima EA, Silva SNP. Análise de atividades: apontamentos para uma reflexão atual. In: De Carlo MMRP (org.). Terapia Ocupacional: Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. São Paulo, Editora Roca; 2004. p. 47-73.

Cavalcante GMM, Tavares MMF, Bezerra WC. Terapia ocupacional e capitalismo: articulação histórica e conexões para a compreensão da profissão. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 2008;19(1), 29-33. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v19i1p29-33.

Christopoulos D. Peer Esteem Snowballing: A methodology for expert surveys. INSNA 29th annual conference, Corfu; 2007.

Clark FA, Parham D, Carlson ME, Frank G, Jackson J, Pierce D, et al. Occupational Science: Academic Innovation in the Service of Occupational Therapy's Future. The American Journal of Occupational Therapy. 1991;45(4):11.

Cordeiro L. Pesquisa-ação na área da saúde: uma proposta marxista a partir de revisão de escopo [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem; 2016 [citado 2021-05-13]. doi:10.11606/T.7.2017.tde-19062017-174034.

Cordeiro L, Soares CBS. Pesquisa ação na perspectiva da saúde coletiva: relato de experiência da formação de agentes comunitários da saúde para o enfrentamento do consumo prejudicial de drogas. Saúde e Transformação Social. 2013;4 (2): 106-116.

Cordeiro L. Pesquisa-ação na área da saúde: uma proposta marxista a partir de revisão de escopo [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem; 2016 [citado 2019-05-16]. DOI: 10.11606/T.7.2017.tde-19062017-174034.

Córdoba AG. Enfoque y praxis en terapia ocupacional. Reflexiones desde uma perspectiva de uma terapia ocupacional crítica. Terapia ocupacional Galícia (A Coruña) [revista en Internet]. 2012. monogr 5: 18-29.

Córdoba AG. Sobre as novas formas de colonização em terapia ocupacional. Reflexões sobre Justiça Ocupacional na perspectiva de uma filosofia política crítica. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, vol. 28, no. 4, p. 1365-1381; 2020. DOI: https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoarf2175.

Córdoba AG, Kronemberg F, Ramugondo E. Southern occupational therapies: Emerging identities, epistemologies and practices. South African Journal of Occupational Therapy, Volume 45, Number 1, April 2015. DOI: 10.17159/2310-3833/2015/v45n1a2.

Costa CT, Feriotti ML. Terapia ocupacional numa Abordagem Sistêmica e Complexa: tecendo e costurando um movimento em busca da fundamental ação da Terapia ocupacional em Saúde Mental. In: Cavalcanti A, Galvão C (org.). Terapia ocupacional: fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007: p. 146-155.

Cruz DMC. Os modelos de terapia ocupacional e as possibilidades para prática e pesquisa no brasil. Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 504-517; 2018.

De Carlo MMRP, Bartalotti C (org). Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo, Plexus; 2001.

Dehghan L, et al. Occupational therapists and patients' rights: their level of Clinical knowledge. Journal of Medical Ethics and History of Medicine. 2013; 6: 3.

Donnangelo MCF, Pereira L. Saúde e sociedade. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades; 1979.

Donnangelo MCF. A pesquisa na área da saúde coletiva no Brasil: a década de 70. In: Buss PM. Ensino da saúde pública, medicina preventiva e social no Brasil. Rio de Janeiro: ABRASCO/ENSP; 1983. p. 19-35.

Durand JC. A Serviço da Coletividade - Crítica à Sociologia das Profissões. RAE - Revista de Administração de Empresas, 15(6); 1975,

Farias L, Rudman DL, Magalhães L. Illustrating the importance of critical epistemology to realize the promise of occupational justice OTJR: Occupation, Participation and health. 2016;36 (4): p. 234-243.

Farias L, Rudman D. Challenges in enacting occupation-based social transformative practices: A critical dialogical study. Canadian Journal of Occupational Therapy. 2019;XX(X):1-10. DOI: 10.1177/0008417419828798

Ferrigno ISV. Terapia ocupacional: considerações sobre o contexto profissional. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. São Paulo; 1991.

Fidler G, Fidler J. Occupational therapy: a communication process in psychiatry. New York: The Macmillan Company; 1963.

Fidler GS. Position paper: The psychosocial core of occupational therapy. American Journal of Occupational Therapy, 1995;49(10), 1021–1022. DOI: https://doi.org/10.5014/ajot.49.10.1021

Francisco BR. Terapia Ocupacional. Papirus: Campinas; 1988.

Franzoi NL. Ocupação. In: Pereira IB; Lima JCF. Dicionário da educação profissional em saúde. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV; 2008.

Freire P. Pedagogia do Oprimido. 41a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2005.
Furtado EA. Conversando sobre identidade profissional. Revista de Terapia Ocupacional da USP, São Paulo, v. 10, n. 2-3, 1999, p. 46-48.

Furtado EA, Fisher MCB. Método da escavação em terapia ocupacional: um dispositivo dinâmico a três polos?. Trab. educ. saúde 9 (suppl 1); 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1981-77462011000400009

Furtado EA, Marcondes JL. Atividade sagrada pelo Método da Escavação. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional v. 21, n. 3, 2013. DOI: https://doi.org/10.4322/cto.2013.068

Galheigo SM. What needs to be done? Occupational therapy responsibilities and challenges regarding human rights. Australian Occupational Therapy Journal. 2011; 58(2): 60-66.

Galheigo SM. Terapia Ocupacional Social. In: Terapia Ocupacional Social: filosofia, definição e campos de atuação. São Carlos: UFSCar; 1981.

Galheigo SM. Terapia Ocupacional: a produção do conhecimento e o cotidiano da prática sob o poder disciplinar – em busca de um depoimento coletivo. 1988. 94f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas; 1988.

Galheigo SM. Terapia Ocupacional Social: Uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber e de prática. In: Lopes RE, Malfitano APS. Terapia Ocupacional Social: Desenhos Teóricos e Contornos Práticos. EDUFSCar/FAPESP: São Carlos; 2016. p. 49-68.

Galheigo SM. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo, 2003;14(3), 104-109. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v14i3p104-109.

Galheigo SM. Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. Cad. Bras. Ter. Ocup. 28 (1); Jan-Mar 2020. DOI: https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO2590

Galvaan R. The Contextually Situated Nature of Occupational Choice: Marginalised Young Adolescents' Experiences in South Africa, Journal of Occupational Science, 2015;22:1, 39-53. DOI: 10.1080/14427591.2014.912124.

García JC. O nascimento da medicina social. In: Nunes ED, organizador. Pensamento social em saúde na América Latina. São Paulo: Cortez; 1983. p. 95-132.

Ghirardi MIG. Terapia Ocupacional e Processos Econômico-Sociais. In: Lopes, Roseli Esquerdo, Malfitano, Ana Paula Serrata (orgs). Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos: EdUFSCar; 2016.

Godoy-Vieira A, Soares CB, Cordeiro L, Campos CMS. Inclusive and emancipatory approaches to occupational therapy practice in substance-use contexts. Can J Occup Ther. outubro de 2018;85(4):307–17.

Godoy-Vieira A, Soares CB, Cordeiro L. Emancipatory occupation: Labour as the conceptual basis for occupation-based social practices. In: Hanneke van Bruggen. (org.). And a Seed Was Planted: Occupation Based Approaches for Social Inclusion (no prelo). 1ed. Londres, Reino Unido: Whiting & Birch Ltd; 2020.

Gonçalves MV, Malfitano APS. Brazilian youth experiencing poverty: everyday life in the favela. Journal of Occupational Science, 2020;27(3), 311-326. DOI: http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2020.1757495.

Guajardo A, Kronenberg F, Ramugondo EL. Southern occupational therapies: Emerging identities, epistemologies and practices. South African Journal of Occupational Therapy. 2015;45(1): 3–10. DOI: http://dx.doi.org/10.17159/2310-3833/2015/v45n1a2.

Hammell KRW. Respecting global wisdom: Enhancing the cultural relevance of occupational therapy's theoretical base. British Journal of Occupational Therapy. 2015;1–4. DOI: 10.1177/0308022614564170.

Hammell KRW. Critical reflections on occupational justice: Toward a rights-based approach to occupational opportunities: Réflexions critiques sur la justice occupationnelle: vers une approche des possibilités occupationnelles fondée sur les droits. Canadian Journal of Occupational Therapy. 2016a;84(1): 47–57. DOI: https://doi.org/10.1177/0008417416654501.

Hammell KRW. Empowerment and occupation: A new perspective. Canadian Journal of Occupational Therapy. 2016b;1-7. DOI: https://doi.org/10.1177/0008417416652910.

Hammell KRW, Beagan B. Occupational injustice: A critique: L'injustice occupationnelle: une critique. Canadian Journal of Occupational Therapy. 2016;84(1): 58–68. DOI: https://doi.org/10.1177/0008417416638858.

Hooper B, Wood W. Pragmatism and Structuralism in Occupational Therapy: The Long Conversation. The American Journal of Occupational Therapy. 2002;56(1):11

Ikiugu MN et al. Empowering people to change occupational behaviours to address critical global issues. Canadian Journal of Occupational Therapy. 2015;82(3):194-204.

Kielhofner G, Burke JP. Model of Human Occupation, Part I: Structure and content. American Journal of Occupational Therapy. 34. 1980;572-581.

Lara R. Introdução aos complexos categoriais do ser social. Em Pauta [Internet]. 23 de fevereiro de 2016 [citado 4 de junho de 2021];13(36). Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/21072

Laurell AC. A saúde-doença como processo social. In: Nunes ED, organizador. Medicina social: aspectos históricos e teóricos. São Paulo: Global; 1983. p. 135-58.

Laurell AC, Noriega M. Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário. São Paulo:

Hucitec; 1989.

Laurell AC. Social analysis of collective health in Latin America. Social Science Medicine 1989;28, p. 1183–1191.

Law M, Bapstiste S, Carswell A, Ann Mccoll M, Polatajko H, Pollock N. Medida Canadense de Desempenho Ocupacional (COPM). Tradução: Cardoso A, Magalhães L. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2009.

Leontiev A. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Horizonte; 1978.

Lima EMFA, Okuma DG, Pastore MN. Atividade, ação, fazer e ocupação: a discussão dos termos na Terapia Ocupacional brasileira. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, 2013;21(2): p. 243-254.

Lima EA. Uma perspectiva ético-estético-política para as atividades humanas em terapia ocupacional - In: Lima EA. Vida ativa, mundo comum, políticas e resistências: pensar a Terapia Ocupacional com Hannah Arendt. Tese de Livre-docência. São Paulo: FMUSP; 2017.

Lopes RE. Cidadania, Direitos e terapia ocupacional social. In: Lopes RE, Malfitano APS (orgs). Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos: EdUFSCar; 2016.

Lopes RE, Malfitano APS, Silva CR, Borba PL de O. Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. CTO. 2014;22(3):591–602.

Lukács G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas; 1969.

Lukács G. Introducão a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilizacão Brasileira; 1978.

Lukács G. The ontology of social being - 3. Labour. Merlin Press: London; 1980.

Lukács G. Para uma Ontologia do Ser Social. São Paulo: Boitempo Editorial; 2013.

Magalhães L. Ocupação e atividade: tendências e tensões conceituais na literatura anglófona da terapia ocupacional e da ciência ocupacional. CTO. 2013;21(2):255–63.

Magalhaes L, Galheigo SM. Enabling international communication among Brazilian occupational therapists: seeking consensus on occupational terminology. Occup Ther Int. setembro de 2010;17(3):113–24.

Malfitano APS, Cruz DMC da, Lopes RE. Terapia ocupacional em tempos de pandemia: seguridade social e garantias de um cotidiano possível para todos. Cad Bras Ter Ocup. 2020;28(2):401–4.

Malfitano APS et al. Social occupational therapy: Conversations about a Brazilian experience. Canadian Journal of Occupational Therapy. 2014;81(5):298-307.

Malfitano APS. Contexto Social e atuação social: Generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In: Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. Lopes, RE; Malfitano, APS (orgs). São Carlos, EDUFSCar; 2016. p.117-134.

Malfitano APS, Whiteford G, Molineux M. Transcending the individual: The promise and potential of collectivist approaches in occupational therapy. 2021;Apr;28(3):188-200. DOI: 10.1080/11038128.2019.1693627. Epub 2019 Nov 27.

Malfitano APS, Lopes RE. Social Context and Social Action: Generalizations and Specificities in Occupational Therapy. In: Lopes, RE; Malfitano, APS (orgs). Social Occupational Therapy: Theoretical and Practical Designs. 1ª ed. 2021. p. 60-69.

Marx K. O capital: crítica à economia política. 7ª ed. São Paulo: Difel; 1982.

Marx K. O questionário de 1880. In: Thiollent M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária 3. ed. São Paulo: Polis; 1982. p. 249-256. (Série Teoria e História, 6).

Medeiros MHR. Terapia ocupacional: um enfoque epistemológico e social. São Carlos: Edufscar; 2003.

Mello ACC, Dituri DR, Marcolin TQ. A construção de sentidos sobre o que é significativo: diálogos com Wilcock e Benetton. Artigos de Reflexão/Ensaio. Cad. Bras. Ter. Ocup. 28 (1). Jan-Mar 2020. DOI: https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoEN1896

Mendes-Gonçalves RB. Práticas de saúde: processos de trabalho e necessidades. São Paulo: Centro de Formação dos Trabalhadores em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo; 1992. (Cadernos CEFOR Série Textos, 1)

Mendes-Gonçalves RB. Práticas de saúde: processos de trabalho e necessidades. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 1992. (Cadernos CEFOR, 1).

Mendes-Gonçalves RB. Tecnologia e Organização Social das Práticas de Saúde. São Paulo: Editora Hucitec; 1994.

Mendes-Gonçalves RB. Prática de saúde: processo de trabalho e necessidades. In: Ayres JRCM, Santos L. (orgs) Saúde, Sociedade e História / Ricardo Bruno Mendes-Gonçalves. São Paulo: Hucitec; Porto Alegre: Rede Unida; 2017. Capítulo 10, p. 298-339. Disponível em: http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/colecao-classicos-da-saude-coletiva/SaudeSociedadeeHistoria.pdf.

Mészáros I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo; 2005. 77p.

Mészáros I. Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método. Tradução de Luciana Pudenzi et. al. São Paulo: Boitempo Editorial; 2009. 309 p.

Nascimento BA. O mito da atividade terapêutica. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, v.1, n. 1, p. 17-21; 1990.

Nascimento BA. Loucura, trabalho e ordem - O uso do trabalho e da ocupação em instituições psiquiátricas. Dissertação. Programa de estudos pós-graduados em ciências sociais da Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo; 1991. 150p.

Nelson DL. Therapeutic Occupation: A Definition. The American Journal of Occupational Therapy. 1996;50(10):8.

Netto JP. 5 notas sobre a Questão Social. In: Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez; 2006.

Netto JP. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular; 2011.

Pachukanis E. A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921- 1929). São Paulo: Sundermann: 2017.

Paro VH. Educação como exercício de poder: Crítica ao senso comum em educação. 2 ed. São Paulo: Cortez; 2010. (Coleção Questões da Nossa Época, v.4) ISBN: 9.78-85-249-1595-6.

Paro VH. Professor: artesão ou proletário?. São Paulo: Cortez; 2018.

Peduzzi M, Schraiber LB. Processo de Trabalho em Saúde. In: Dicionário da Educação profissional em Saúde. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ; 2012.

Pinto J. Relato de uma experiência em Terapia Ocupacional no campo social. In: Encontro Científico paulista de Terapeutas Ocupacionais, 5. 1979. Anais.

Pinto J. As correntes metodológicas em terapia ocupacional no estado de São Paulo (1970-1985). São Carlos: UFSCar; 1990.

Pollard N, Kronenberg F, Sakellariou D. The political practice of occupational therapy. Edinburgh: Elsevier; 2008.

Pollard N, Sakellariou D. A commentary on the social responsibility of occupational therapy education. Journal of Further and Higher Education. 2013; 37(3), 416–430. DOI: doi:10.1080/0309877X.2011.645459.

Pontes RN. A Categoria de Mediação dm face do Processo de Intervenção do Serviço Social; 1995. Disponível em: http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf.

Queiroz VM, Salum MJL. Reconstruindo a intervenção de enfermagem em saúde coletiva face à vigilância à saúde. 48º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, Lindoia; 1996.

Quintans JR, Yonekura T, Trapé CA, Soares CB. Realist evaluation for programs and services in the health area: an integrative review of the theoretical and methodological literature. Rev Latino-Am Enfermagem. 2020;28:e3255.

Ramugondo E, Kronenberg F. Explaining collective occupations from a human relations perspective: Bridging the individual-collective dichotomy. J. Occup. Sci. 2015;22, 3–16.

Royeen CB. Chaotic Occupational Therapy: Collective Wisdom for a Complex Profession. The

American Journal of Occupational Therapy. 2003;57(6):16.

Salles MM, Matsukura TS. Estudo de revisão sistemática sobre o uso do conceito de cotidiano no campo da terapia ocupacional no Brasil. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. 2013, v. 21, n. 2, DOI: https://doi.org/10.4322/cto.2013.028

Santos VE, Soares CB. O consumo de substâncias psicoativas na perspectiva da saúde coletiva: uma reflexão sobre valores sociais e fetichismo. Saúde & Transformação Social / Health & Social Change. 2013, 4: 38-54.

Santos VC. A relação trabalho-saúde dos enfermeiros do PSF da Região de Vila Prudente-Sapopemba: um estudo de caso. São Paulo. Dissertação [Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva] – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2007

Silva ACC. Participação Social: reflexões teórico-conceituais e práticas entre e com terapeutas ocupacionais [tese]. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos; 2021.

Streck DR, Pitano SC, Moretti CZ. Educar pela Participação, Democratizar o Poder: O Legado Freireano na Gestão Pública. Educação em Revista, vol. 33, e167880, 2017. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Soares CB, Campos CMS, Yonekura T. Marxismo como referencial teórico-metodológico em saúde coletiva: implicações para a revisão sistemática e síntese de evidências. Rev Esc Enferm USP. 1 de dezembro de 2013;47(6):1403–9.

Soares CB, Campos CMS, Souza HS, Godoy-Vieira A, Cordeiro L, Lopes IO, Cavalcanti BSG. Oficinas emancipatórias como intervenção em saúde do(a) trabalhador(a). Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 2018; 43: p. 1-11.

Soares CB. Consumo contemporâneo de drogas e juventude: A construção do objeto na perspectiva da Saúde Coletiva. São Paulo. Tese [Livre Docência] – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2007.

Soares CB, Cordeiro L, Campos CMS, Oliveira LC. Pesquisa-ação Emancipatória: metodologia coerente com o materialismo histórico e dialético. In: Pesquisa Participativa em Saúde: vertentes e veredas. Toledo RF et al. (org). São Paulo: Instituto de Saúde; 2018, 568p.

Soares L. Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?. São Paulo: Editora Hucitec; 1991.

Takatori MA. Terapia ocupacional no processo de reabilitação: construção do cotidiano. O Mundo da Saúde, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 371-377, 2001.

Traesel ES, Melo ARC. "Somos sobreviventes": vivências de servidores públicos de uma instituição de seguridade social diante dos novos modos de gestão e a precarização do trabalho na reforma gerencial do serviço público. Cad Psicol Soc Trab. 2014;17(2):224-38. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17n2/a06v17n2.pdf.

Thiollent M. Metodologia da pesquisa-ação. 18a ed. São Paulo: Cortez; 2011.

Toledo RF. Pesquisa ação nas áreas de educação, saúde e ambiente: um panorama do desenvolvimento nas universidades estaduais paulistas. Apresentado no seminário: Pesquisa ação na interface educação, saúde e ambiente. São Paulo: FSP USP; 2011.

Townsend E. Occupation: potential for social and personal transformation. Journal of Occupational Science. London, 1997;4(1):18-26.

Twinley R. The dark side of occupation: A concept for consideration. Australian Occupational Therapy Journal. 2012; 60(4):301-303. DOI: https://doi.org/10.1111/1440-1630.12026.

Valenzuela DG. Negar la cotidianidad: una propuesta epistémica para la Terapia Ocupacional a partir de una autoetnografía de la revuelta popular en Chile. Rev. Ocup. Hum. (En línea); 2020;20(2): 25-46.

Vázquez AS. Filosofia da Práxis. São Paulo: Expressão Popular; 2007.

Viana N. Senso comum, representações sociais e representações cotidianas. Bauru, SP: Edusc; 2008.

Viana N. O Capitalismo na Era da Acumulação Integral. São Paulo: Ideias & Letras; 2009.

Viana N. Quem tem Medo da Utopia?. 1990. Documento eletrônico disponível em: https://informecritica.blogspot.com/2014/11/quem-tem-medo-da-utopia.html. [Acesso em 28 de maio de 2021]

Viana N. A Pesquisa em Representações Cotidianas. São Paulo: Chiado Books; 2015.

Viana NS, Soares CB, Campos CMS. Reprodução Social e Processo Saúde-Doença: para compreender o objeto da saúde coletiva. In: Soares CB, Campos CMS (org.). Fundamentos de saúde coletiva e o Cuidado de Enfermagem. 1 ed. Barueri - SP: Manole Ltda; 2013. p. 107-142.

Vieira AG. As práticas de terapia ocupacional em CAPS AD / Aline Godoy. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo; 2014. 268 p.

Werneck-Viana M. O culpado é o mordomo? Constrangimentos outros (que não do modelo econômico) à seguridade social. In: Lobato L, Fleury S (orgs.) Seguridade Social, Cidadania e Saúde. Rio de Janeiro: Cebes; 2009.

Whiteford G. Occupational deprivation: global challenge in the new millennium. British Journal of Occupational Therapy, 2000;63(5), 200-204.
Whiteford G, Townsend E, Hocking C. Reflections on a Renaissance of Occupation. Canadian Journal of Occupational Therapy, 2000;67(1), 61–69. DOI: https://doi.org/10.1177/000841740006700109.

Wilcock A. Occupation and health: are they one and the same? Journal of Occupational Science, 2007;14(1), 3-8. DOI: http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2007.9686577.

Wilcock A, Townsend E. Occupational terminology interactive dialogue: Occupational justice.

Journal of Occupational Science, 2000;7(2), 84–86. DOI: https://doi.org/10.1080/14427591.2000.9686470.

Wilcock A, Townsend E. Occupational justice: Occupational terminology interactive dialogue. Journal of Occupational Science, 2000;7, 84–86.

APÊNDICE 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Aline Godoy-Vieira, estudante de pós-graduação da Universidade de São Paulo, na área de concentração de Enfermagem em Saúde Coletiva, da Escola de Enfermagem, lhe convido a participar da pesquisa intitulada: "A Fundamentação do Processo de Trabalho da Terapia Ocupacional em Saúde Coletiva", desenvolvida por mim, sob orientação da Profa. Dra. Cássia Baldini Soares.

Assim, solicito por meio deste documento o seu consentimento para participar do estudo. Caso aceite, peço que assine este termo e participe de cerca de 10 oficinas de aproximadamente 3 horas de duração cada (um encontro por semana). A problematização da realidade em que os(as) participantes atuam será tomada como estratégia para abordar as questões relevantes, com o objetivo de compreender o processo de trabalho em Terapia Ocupacional de acordo com o referencial do Materialismo Histórico e Dialético. As oficinas serão gravadas, utilizando gravador de voz, para posterior transcrição e análise. As oficinas serão realizadas na Escola de Enfermagem da USP, situada à av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419, Clínicas, São Paulo.

Como risco da participação, esclareço que identificar as contradições do próprio trabalho pode gerar desconforto, por confrontar explicações bem estabelecidas com outras resultantes do processo de análise. Como benefício da participação, esclareço que essa nova explicação resultante do processo de análise, pode gerar melhores formas de organizar o processo trabalho. Em casos de desconfortos relacionados ao processo de trabalho que não se resolvam com o processo das oficinas, fico comprometida a oferecer encontros individuais de supervisão e análise individual de processo de trabalho por até 12 meses após o encerramento das oficinas. Em caso de eventuais danos decorrentes desta pesquisa, será garantida indenização. Caso você tenha alguma despesa decorrente de sua participação na pesquisa, existe a garantia de ressarcimento por meio de depósito bancário da quantia despendida.

Esclareço que sua participação é voluntária e que não será cobrado nada por ela, assim como não haverá remuneração financeira. Esclareço ainda que você receberá uma cópia assinada deste documento e terá acesso a mim (pesquisadora responsável[13]) em qualquer etapa do estudo, podendo me pedir mais informações a qualquer momento. Você tem garantido o direito de se recusar a participar da pesquisa, podendo abandoná-la quando desejar sem que isso lhe traga prejuízos de qualquer espécie. O anonimato e o sigilo dos dados confidenciais serão mantidos por ocasião da divulgação dos resultados da pesquisa em eventos e periódicos. Este documento deve ser rubricado em todas as suas páginas e assinado nas duas vias. Você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinada por mim.

Caso você tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Endereço - Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 – Cerqueira Cesar – São Paulo/SP CEP – 05403-000 Telefone-(11) 30618858 e-mail – cepee@usp.br. Esta pesquisa atende todas as especificações da Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012 que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Assinatura da pesquisadora responsável:_____

ALINE GODOY-VIEIRA

Assinatura do(a) participante:_____

NOME do(a) participante:_____

Data: _____/_____/_____

13 A principal pesquisadora deste estudo é Aline Godoy-Vieira, que pode ser encontrada no endereço: Rua *********. Telefone: ********* (atendimento 24h), email: aline.godoy@usp.br.

ANEXO 1

USP - ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO / EEUSP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FUNDAMENTAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO DA TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE COLETIVA

Pesquisador: Aline Godoy Vieira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 17753519.0.0000.5392

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - EEUSP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.519.693

Apresentação do Projeto:

O objeto do estudo é a fundamentação do processo de trabalho em Terapia Ocupacional, construída a partir da saúde coletiva latino americana e mais particularmente a partir da vertente do Materialismo Histórico e Dialético.

O projeto tem como referência as vertentes críticas em Terapia Ocupacional que afirmam a importância de se assumir a Terapia Ocupacional como prática social. Essa perspectiva desafia noções que estão bastante disseminadas na Terapia Ocupacional de que os humanos compartilham habilidades e oportunidades universais na escolha de suas ocupações e na ação a partir de suas próprias escolhas. A parcela do campo de conhecimentos e práticas da Saúde Coletiva Latino Americana, que se fundamenta no Materialismo Histórico e Dialético, explica as condições de trabalho e vida como manifestações da estrutura produtiva da sociedade. Sob esses fundamentos, é possível localizar a determinação social das práticas sociais, o que significa localizar as práticas em saúde no modus operandi da formação social.

A finalidade deste trabalho é o fortalecimento de trabalhadores coletivos em saúde coletiva, a partir do caso específico de terapeutas ocupacionais. Pretende-se que o compartilhamento da sistematização de uma forma de analisar o processo de trabalho em saúde, bem como o compartilhamento do conhecimento que se produz a partir disso, possa ampliar as possibilidades de transformação consciente e emancipatória dos trabalhadores em saúde de forma geral, e dos

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 05.403-000
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3061-8858 **E-mail:** cepee@usp.br

terapeutas ocupacionais de forma específica, e das populações atendidas.

Trata-se de uma pesquisa em saúde, que utilizará como metodologia de investigação a pesquisa-ação emancipatória que tem como princípio a participação dos grupos sociais no processo de tomada de decisões com maior foco em pesquisas em que os sujeitos implicados são chamados a agir explicitamente, e apresenta três eixos comuns: a participação, a construção de conhecimento e a transformação social. Insere-se nas investigações do grupo de pesquisa Fortalecimento e Desgaste no Trabalho e na Vida - Bases para a Intervenção em Saúde Coletiva.

A pesquisa-ação emancipatória é um processo educativo que se utiliza de oficinas que tomam como objeto o estranhamento do trabalho na produção de serviços. As oficinas emancipatórias propostas nesta pesquisa oportunizarão confrontar o desenvolvimento teórico apresentado neste projeto acerca do processo de trabalho em Terapia Ocupacional com as práticas em Terapia Ocupacional dos participantes da pesquisa, chamados pesquisadores internos, que serão terapeutas ocupacionais de diferentes campos de atuação, que tenham interesse e disponibilidade para compor um grupo de produção de conhecimento sobre as práticas em saúde coletiva na busca de delineamento dos elementos do processo de trabalho da TO. Pretende-se investigar os mecanismos pelos quais TO transformam os objetos de seu trabalho, por meio de uma série de oficinas emancipatórias. Para a realização das oficinas espera-se utilizar uma sala da Escola de Enfermagem da USP, com reserva antecipada, de acordo com cronograma de encontros. Os recursos audiovisuais das salas de aula serão suficientes para suportarem as estratégias a serem utilizadas nas oficinas. A seleção dos pesquisadores internos será realizada por meio de chamada à participação em redes sociais e pela rede de contato da pesquisadora, que já tem uma lista de colegas interessados e interessadas na participação. Utilizar-se-á também a técnica "snowball" em que os participantes iniciais indicam novos participantes para comporem o grupo de pesquisadores internos. Essa técnica poderá apoiar a busca por participantes de diferentes campos de atuação, que mantenham uma prática preocupada com a determinação social da saúde. Como critério de seleção, serão escolhidas e escolhidos TO com prática de trabalho em Terapia Ocupacional de pelo menos um ano, interesse ou formação em saúde coletiva e disponibilidade para a dedicação para encontros semanais. Especialmente, serão convidados ainda para comporem o grupo de pesquisadores internos, terapeutas ocupacionais que atuam como docentes e/ou pesquisadores por pelo menos um ano, e que compartilham a perspectiva do MHD, com a finalidade de discussão analítica contínua e de apoio para instrumentalização do grupo, sempre que o processo de reflexão crítica exigir.

As oficinas serão registradas por gravadores de áudio e serão transcritas a cada encontro. Haverá

apoio de registro em diário de campo, realizado pela pesquisadora, e aberto em documento online para que todos os participantes possam rever e complementar durante todo o processo. As oficinas se desenvolverão em dez encontros semanais de três horas cada.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral da pesquisa é compreender o processo de trabalho em Terapia Ocupacional de acordo com o referencial do Materialismo Histórico e Dialético. Seus objetivos específicos são: elucidar os conceitos que amparam a compreensão do trabalho em terapia ocupacional como prática social e sistematizar processo de construção coletiva de conhecimento sobre as práticas como ferramenta de fortalecimento de trabalhadores em saúde coletiva.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como riscos da participação há menção de que identificar as contradições do próprio trabalho pode gerar desconforto, por confrontar explicações bem estabelecidas com outras resultantes do processo de análise. Como benefício da participação, o termo de consentimento menciona que essa nova explicação resultante do processo de análise, pode gerar melhores formas de organizar o processo trabalho. A pesquisadora também esclarece que se os desconfortos relacionados ao processo de trabalho não se resolverem com o processo das oficinas, ela se compromete a oferecer encontros individuais de supervisão e análise individual de processo de trabalho por até 12 meses após o encerramento das oficinas. Em caso de eventuais danos decorrentes desta pesquisa, será garantida indenização. Caso os participantes tenham alguma despesa decorrente de sua participação na pesquisa, existe a garantia de ressarcimento por meio de depósito bancário da quantia despendida.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa pertinente na área de saúde coletiva, relacionada ao estudo e compreensão dos processos de trabalhos do profissional da terapia ocupacional. Utilizará a pesquisa-ação emancipatória como metodologia de investigação.

Sua finalidade de fortalecimento de trabalhadores coletivos em saúde coletiva, a partir do caso específico de terapeutas ocupacionais, é bastante importante no que se refere à ampliação das possibilidades de transformação consciente e emancipatória dos trabalhadores em saúde de forma geral.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão incluídos entre os documentos apresentados e estão de acordo com as recomendações do Comitê de Ética.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa está adequado nos aspectos éticos e pode ser aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este CEP informa a necessidade de registro dos resultados parciais e finais na Plataforma Brasil. Esta aprovação não substitui a autorização da instituição coparticipante, antes do início da coleta de dados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1389005.pdf	19/07/2019 11:01:24		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_Aline_Godoy_Vieira_CEP_jul2019.pdf	19/07/2019 11:00:45	Aline Godoy Vieira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Aline_Godoy_Vieira.pdf	19/07/2019 11:00:35	Aline Godoy Vieira	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	17/07/2019 20:42:37	Aline Godoy Vieira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 20 de Agosto de 2019

Assinado por:

Márcia Aparecida Ferreira de Oliveira

(Coordenador(a))